

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas

Marcelo Fontenelle e Silva

OS (EURO)COMUNISTAS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA
POLÍTICA E INTELLECTUAL DE INTEGRANTES DA CHAMADA “CORRENTE
RENOVADORA” (1970/1980)

São Carlos/SP

2022

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas

Marcelo Fontenelle e Silva

**OS (EURO)COMUNISTAS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA
POLÍTICA E INTELECTUAL DE INTEGRANTES DA CHAMADA “CORRENTE
RENOVADORA” (1970/1980)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

São Carlos/SP
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Marcelo Fontenelle e Silva, realizada em 09/09/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Prof. Dr. Milton Lahuerta (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-RJ)

Prof. Dr. Bernardo Ricupero (USP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

AGRADECIMENTOS

A confecção desta tese passou por momentos turbulentos, como a crise política e sanitária que atingiu dimensões mundiais. Estes elementos deixaram este momento mais difícil, o que ressalta a importância das diversas pessoas que contribuíram para tornar esta travessia possível e proveitosa.

Agradeço, em primeiro lugar, à professora Maria do Socorro Sousa Braga, orientadora desta tese. A professora Maria do Socorro acompanhou este trabalho sempre com a necessária cobrança de rigor científico, demonstrando confiança em mim e fornecendo a liberdade para que eu pudesse trilhar os meus caminhos. Estendo meus agradecimentos a todos os integrantes do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA), coordenado pela professora Maria do Socorro e pelo professor Gabriel Casalecchi. Sou extremamente grato a todos os integrantes do núcleo, que me possibilitaram vivenciar uma riquíssima experiência de pesquisa em um ambiente não só produtivo, mas extremamente respeitoso e agradável. Destaco, em especial, o professor Gabriel Casalecchi, cuja característica principal é, sem dúvida, a generosidade. Agradeço, também, aos professores do PPGPol – em especial, à professora Simone Diniz.

Registro meus agradecimentos à CAPES, pela concessão de bolsa de pesquisa. Sem a referida bolsa, esta pesquisa não teria sido possível.

Agradeço aos pesquisadores que aceitaram o convite para participar da banca de qualificação: professor Dr. Júlio Donadone e professor Dr. Milton Lahuerta. Agradeço, igualmente, aos pesquisadores que aceitaram o convite para a banca de defesa da tese: Dra. Vera Cepeda, Dra. Maria Alice Rezende de Carvalho, Dr. Bernardo Ricupero e Dr. Milton Lahuerta.

Além da participação na banca, o professor Milton Lahuerta também se disponibilizou a conversar comigo sobre a sua trajetória e a relação entre os comunistas e os intelectuais no Brasil, o que resultou em uma entrevista que foi, posteriormente, publicada na Revista Agenda Política¹. O professor Marco Aurélio Nogueira também forneceu uma longa entrevista sobre o mesmo tema, igualmente publicada na citada revista². Agradeço aos dois professores pela

¹ <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/600/338>

² <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/595/337>

disponibilidade em contribuir com minha pesquisa e, em especial, em permitir a divulgação da entrevista, fornecendo um importante material para pesquisadores da área.

Apesar de ter sido feita em um momento de graves ataques à universidade, avalio que esta tese foi beneficiada pelo diálogo com diversas instituições e pesquisadores - o que só foi possível por conta da garra de intelectuais que, muitas vezes por esforço próprio, mantiveram o campo acadêmico vivo e pulsante. Dito isto, agradeço a todos os organizadores de eventos acadêmicos que acataram partes deste trabalho e possibilitaram que eu debatesse partes do argumento da tese. Agradeço, da mesma forma, aos editores das revistas que acolheram artigos sintetizando alguns dos resultados desta pesquisa. Com adaptações, estes artigos foram incorporados na tese.

Mas, a revista que mais marcou estes meus anos de doutorado foi a *Agenda Política* – revista discente vinculada ao PPGPol da UFSCar. Tive a honra de passar parte deste período à frente da revista, como um dos editores-chefes. Na *Agenda Política*, pude conhecer melhor as produções da Ciência Política, participei de longuíssimos – e divertidos – debates sobre como poderíamos contribuir com a produção de pesquisas melhores e com a divulgação científica. Estive sempre ladeado por pesquisadores incríveis, com quem eu muito aprendi. Destaco os seguintes nomes: Daniel Baldin Machado, Tailon Almeida, Thaís Martins, Mércia Alves e, por fim, André Eiras, que generosamente aceitou o convite para ocupar a função que até então eu estava responsável. Espero encontrá-los ainda muitas vezes nas andanças da vida acadêmica e fora dela.

Agradeço, também, aos amigos que toparam comentar/discutir partes desta tese. Ainda no momento de preparação do projeto, fui beneficiado por conversas com os professores Arleth Borges e José Barros Filhos. Ariel Tavares discutiu comigo trechos importantes da introdução. Com os doutorandos José Hailton e Leandro Costa, montamos um grupo sugestivamente intitulado “(Antí)tese”, cujo objetivo era discutir nossas pesquisas e ajudarmos uns aos outros. Com os dois eu compartilhei diversos momentos de descontração, além de dúvidas teóricas. Também levei meu amigo Simon Jara a ler e comentar resumos e papers que escrevi – e sempre fui agraciado com sua generosidade e perspicácia intelectual.

Agradeço, também, à Nádia Cristina, que me acompanhou quase que diariamente durante parte importante deste período. Marcos Lamy e Dandara Azevedo, amigos ludovicenses em São Paulo, sempre me acolheram quando precisei ir para a capital paulista e me possibilitaram momentos de lazer e descontração que guardo com muito carinho em minha frágil memória. Na vida são-carlense, compartilhei deliciosos almoços dominicais com pessoas especiais, das quais destaco: Iaci, Simon, Thiago, Rô e Aquiles.

Agradeço a Marília e Bruno, que diversas vezes me receberam em Belo Horizonte e me acompanharam pelas andanças no Mercado Central e na Sapucaí. Clístenes, Kaique, Cássia, Bia, Igor, Júlia e Pitombinha me acompanharam por diversos momentos e escutaram muitas das minhas angústias e lamentos. Vocês contribuíram para que esse momento fosse mais leve e divertido.

Agradeço, em especial, a toda a minha família, que me deu condições objetivas e subjetivas para que eu pudesse estar São Paulo, além de ir e voltar para São Luís quando se fez necessário. Com minha mainha, Vicemir, eu aprendo diariamente o que é o amor. Com meu pai, Pedro, eu aprendo diariamente como a vida deve ser vivida. A vocês dois, e a todos os demais que ousam sonhar um outro mundo, esta tese é dedicada.

OS (EURO)COMUNISTAS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELLECTUAL DE INTEGRANTES DA CHAMADA “CORRENTE RENOVADORA” (1970/1980)

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo analisar as trajetórias de agentes identificados com a “corrente renovadora” do Partido Comunista Brasileiro (PCB), formada em fins da década de 1970 e início de 1980, por um conjunto de militantes que eram identificados, entre outros elementos, pelo prestígio intelectual, pela busca por “renovação” do marxismo e pela defesa da democracia como um valor universal. A partir de uma análise prosopográfica, destacou-se a formação de um conjunto de intelectuais com características relativamente semelhantes – como o alto grau de escolarização e a atuação política por meio de revistas e jornais – e que saíram do PCB no início da década de 1980, em meio aos conflitos com os chamados “prestistas” e, posteriormente, com a “corrente pragmática”. Demonstrou-se que, ao lado das divergências programáticas, o prestígio intelectual contribuiu para compreendermos a saída do PCB, posto que estes agentes possuíam trunfos e recursos passíveis de reconversão naquele período de fortes transformações nos meios político e intelectual. Entre estes agentes, aqueles que obtiveram maior prestígio e reconhecimento foram os que deixaram de ser intelectuais partidários e tornaram-se intelectuais universitários, o que foi feito mediante a existência de uma série de tensões por conta da convivência dos mesmos com o padrão de excelência intelectual que se impunha à época, fortemente calcado no modelo norte-americano de ciência.

Palavras-chave: Intelectuais Comunistas; Eurocomunismo; Trajetórias; Corrente Renovadora, Luiz Werneck Vianna; Carlos Nelson Coutinho.

THE BRAZILIAN (EURO)COMMUNISTS: AN ANALYSIS OF THE POLITICAL AND INTELLECTUAL TRAJECTORY OF MEMBERS OF THE SO-CALLED “RENEWAL CURRENT” (1970/1980)

Abstract: This present study aimed to analyze the trajectories of agents identified with the "renewal current" of the Brazilian Communist Party (PCB), formed in the late 1970s and early 1980s by a group of militants who were identified, among other elements, by intellectual prestige, the search for "renewal" of Marxism and the defense of democracy as a universal value. Based on a prosopographic analysis, it was highlighted the formation of a group of intellectuals with similar characteristics - the high degree of schooling and political activity through magazines and newspapers - and that had left the PCB in the early 1980s, in the midst of conflicts with the so-called "prestistas" and, later, with the “pragmatic current”. It was demonstrated that, side of the programmatic divergences, the intellectual prestige contributes to understand the exit of the PCB, once these agents had assets and resources capable of reconversion in that period of strong transformations in the political and intellectual champs. Between these agents, those who obtained greater prestige and recognition were those who ceased to be partisan intellectuals and became university intellectuals, what was done through the existence of a series of tensions because of the coexistence of them with the standard of intellectual excellence that was imposed at the time, strongly based on the North-American model of science.

Keywords: Communist Intellectuals; Eurocommunism; Trajectories; Renewal Current, Luiz Werneck Vianna; Carlos Nelson Coutinho.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais integrantes do “centro pragmático”.....	P. 69
Quadro 2: “Renovadores” universitários – caracterização familiar.....	P. 76
Quadro 3: “Renovadores” universitários – produções intelectuais.....	P. 82
Quadro 4: “Renovadores” universitários – política e universidade.....	P. 90
Quadro 5: Apresentação de Werneck Vianna na <i>Revista Presença</i>	P. 121
Quadro 6: Revista Presença, Nº 1.....	P. 124
Quadro 7: Resenhas ou comentários na imprensa.....	P. 150
Quadro 8: Intervenções destacadas por Coutinho.....	P. 158
Quadro 9: Intervenções Editoriais de Carlos Nelson Coutinho.....	P. 162

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANL – Aliança Nacional Libertadora

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CC – Comitê Central

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPC – Centro Popular de Cultura

CPDA – Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro

ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política

FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Março

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCE – Partido Comunista Espanhol

PCI - Partido Comunista Italiano

PCP - Partido Comunista Português

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
UDN – União Democrática Nacional
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade de Campinas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	P. 14
Apresentação	
De intelectuais partidários a intelectuais universitários?	
A “corrente renovadora”	
O estado da arte e a sociodiceia da “corrente renovadora”	
Considerações teórico-metodológicas	
Seleção e tratamento das fontes mobilizadas	
Estrutura da tese em capítulos	
CAPÍTULO 1 - Gênese e perfil da “corrente renovadora” do PCB	P. 33
1.1. O método prosopográfico e a delimitação do <i>locus</i> empírico	
1.2. O PCB, os intelectuais e os impulsos da “renovação”	
1.2.1. Leituras endógenas	
1.2.2. Os intelectuais e o PCB	
1.2.3. O espaço intelectual do período	
1.3. Gênese e perfil da “corrente renovadora”	
1.4. Diálogos entre a Europa, Rio de Janeiro e São Paulo	
1.5. O retorno dos exilados, a reconfiguração das possibilidades de atuação política e intelectual e a saída dos “renovadores”	
1.6. Considerações parciais	
CAPÍTULO 2 - Eurocomunistas brasileiros na universidade	P. 72
2.1. O espaço universitário e a “corrente renovadora”	
2.1.1. <i>As produções intelectuais</i>	
2.2. Política, universidade e circulação internacional – o capital militante e as possibilidades de reconversão	
2.2.1. O capital militante e as possibilidades de reconversão	
2.2.2. Circulação internacional	
2.2.3. Posições políticas ocupadas	
2.2.4. Intelectuais ou universitários profissionais?	
2.3. Considerações Parciais	
CAPÍTULO 3 - Luiz Werneck Vianna, a <i>Revista Presença</i> e as tensões da construção de uma agenda política e intelectual	P. 104
3.1. Caminhos das Ciências Sociais no Brasil	
3.2. Configuração familiar, amparo institucional e rede de relações pessoais	
3.3. A afirmação no espaço universitário	
3.4. Tensões da construção de uma agenda política e intelectual	
3.5. A Revista Presença	
3.5.1. O surgimento da Revista Presença	
3.5.2. De São Paulo ao Rio de Janeiro	
3.5.3. O esgotamento do projeto da <i>Revista Presença</i>	
3.6. Considerações Parciais	
CAPÍTULO 4 – Condições sociais de produção e circulação de um “clássico da esquerda” - uma análise de <i>A Democracia como Valor Universal</i>, de Carlos Nelson Coutinho	P. 136

- 4.1. Apresentação e trajetória do “autor”
- 4.2. O ensaio *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho
- 4.3. As interpretações possíveis e a interpretação legítima
 - 4.3.1. O texto como um espaço de disputas
 - 4.3.2. 2º momento – a republicação em 1980
 - 4.3.3. 3º Momento – a edição de 1984
 - 4.3.4. 4º momento - O seminário *As Esquerdas e a Democracia*, de 1986.
 - 4.3.5. Intermédios
- 4.4. Considerações Parciais

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....P. 166

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....P. 176

ANEXOS.....P. 185

Anexo 1 – Biografias, autobiografias e entrevistas biográficas

Anexo 2 – Quadro de identificação à “corrente renovadora”

Anexo 3 – Revista *Études Bresiliennes*

Anexo 4 - Alguns dos períodos em que atuaram

INTRODUÇÃO

Estudiosos - como Robert Dahl (2012) e John Dunn (2016) – já atestaram o grande êxito da palavra “democracia” em se impor como eixo dos conflitos na atualidade, sofrendo mutações e adquirindo significados distintos com o decorrer de sua longa história – que já possui mais de dois mil anos. Há, porém, certas conjunturas em que as disputas envolvendo a “democracia” ganham um relevo ainda maior. Os processos de redemocratização são, notadamente, alguns deles.

O processo de “distensão” iniciado em 1974, no Brasil, não foi diferente. Neste ano, o único partido de oposição que o regime autoritário permitia existir – o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – teve um significativo desempenho eleitoral. E, paralelamente, os intelectuais identificados com a oposição ao regime aproximam-se do MDB e ganham ainda maior proeminência e visibilidade (MOTTA, 1993).

Esta proeminência política dos intelectuais foi acompanhada por inúmeros debates sobre a caracterização do regime, sobre a qualificação do que seria a verdadeira democracia, sobre qual democracia deveríamos ter, entre outros. Nas palavras de Daniel Pécaut:

A partir de 1975, ‘democracia’ torna-se a palavra chave do discurso intelectual (...). Assim, simboliza-se a ruptura com a crença no Estado como agente da ‘formação’ do social. A sociedade é chamada a se autoconstituir pela via democrática. Livros em forma de ‘manifestos’ democráticos orientam o processo de ‘abertura’ (...). Esses autores, de trajetórias políticas diversas, estão longe de concordar quanto ao significado da democracia. (...) mas concordam, no mínimo, em fazer dela a condição para expressão dos conflitos da sociedade no quadro de um sistema de direito (PECÁUT, 1990, p. 192-193).

O presente trabalho traz para análise um conjunto de agentes que se destacaram no debate sobre a “questão democrática” nas décadas de 1970 e 1980 e que adquiriram um relativo reconhecimento tanto no espaço político quanto no intelectual: aqueles que ficaram reconhecidos pela identificação com o “eurocomunismo” e pela identificação enquanto integrantes da chamada “corrente renovadora” do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo a análise da trajetória política e intelectual destes agentes. A problemática aqui analisada centra-se na identificação das condições que possibilitaram a participação deles nos embates político e intelectual, buscando apreender as posições por eles ocupadas e as diretrizes com que embasaram e legitimaram as suas intervenções no mundo social.

Ganha relevo, portanto, as condições que possibilitaram que eles fossem lidos como um “grupo”; as posições ocupadas por eles em meio às elites dos espaços em que atuaram (com

destaque para a política, o jornalismo e a universidade); a produção e circulação das obras mais representativas das posições defendidas por eles; e o trânsito deles entre os principais espaços em que atuaram. Sendo os “campos culturais periféricos”³ caracterizados por sua relação de dominação em relação aos países centrais, importa também investigar a condição de mediadores que tais agentes exerceram entre o espaço político e intelectual brasileiro e de países europeus⁴.

De intelectuais partidários a intelectuais universitários?

Há alguns elementos que podem ser destacados como tendo possibilitado o estabelecimento dos agentes aqui analisados como dotados de relativa visibilidade e prestígio, apesar de permanecerem em posições relativamente dominadas (como demonstraremos no capítulo 1).

Gildo Marçal Brandão, analisando o PCB do período pré-1964, destaca que:

As razões pelas quais os comunistas brasileiros conseguiram exercer influência ideológica e política maior do que sua expressão partidária, eleitoral e sindical, devem ser procuradas sobretudo (...) no fato de contarem com uma teoria explicativa muito superior à das doutrinas políticas vigentes, de terem produzido um novo tipo de intelectual e exercido a função de agência ‘ideologizadora’ da política brasileira (BRANDÃO, 1997, p. 231).

Esta “influência sem poder” - para utilizar a expressão do próprio Brandão⁵ - parece ser ainda mais acentuada no caso do grupo aqui estudado, pois a repercussão de seus escritos acompanhou a “marginalização” dos mesmos na estrutura partidária e, como já mencionado, estes não vieram a ocupar posições nos panteões dos espaços em que atuaram. É este, por exemplo, o juízo compartilhado por Mauro Malin (2018), ex-integrante da “corrente renovadora” e biógrafo de Armênio Guedes, e por Raimundo Santos, também ex-integrante da corrente, professor e pesquisador com livros publicados sobre o PCB, que afirmam que a “ala pragmática do Comitê Central”, a despeito da disputa interna, acabou por vezes servindo-se das ideias dos “renovadores” (SANTOS, 1994, p. 37).

A explicação aqui proposta segue uma linha distinta da trabalhada por Brandão. Ela passa, primeiramente, pelo perfil dos agentes, destacando a sua atuação concomitante nos

3 O conceito de campo cultural periférico foi cunhado por Silvia Sigal em sua análise da relação entre política e intelectuais na Argentina (SIGAL, 2012). Ver o tópico, ainda nesta introdução, sobre as *Considerações teórico-metodológicas*.

4 Além do destaque dado por Sigal (2012) ao estudar os intelectuais argentinos, Daniel Pécaut (1990) também destacou a importância da mediação para a constituição dos intelectuais brasileiros.

⁵ “Influência sem poder” é o título do Capítulo 6 do livro *A Esquerda Positiva: as duas almas do partido Comunista – 1920/1964*, de autoria de Gildo Marçal Brandão, cientista político que também fora militante do PCB.

espaços político, jornalístico e acadêmico, paralelamente à circulação internacional. Foi justamente a semelhança do perfil, aliada às condições do exílio europeu e da redemocratização, que possibilitou a gênese da “corrente renovadora”. Como já demonstrado por Nicolas Guilhot (2005) para um outro conjunto de agentes, os mais ativos construtores da democracia foram os que lograram ocupar posições e mobilizar recursos de diferentes campos e nos níveis nacional e internacional.

Mas foi o espaço universitário que teve o maior peso, sendo o principal distintivo da autoridade das posições defendidas. Cabe destacar, portanto, que este foi um período de intensas mudanças no meio intelectual, em que o vínculo à universidade passou a ser cada vez mais importante, assim como a profissionalização e a especialização. Os agentes aqui analisados não se adequaram totalmente às novas injunções do meio, mas foram obrigados a se adaptar à nova configuração. Os que mais se destacaram foram aqueles que lograram passar, com algum êxito, de intelectuais partidários a intelectuais universitários.

Os integrantes da “corrente renovadora” aqui estudados, portanto, não eram os intelectuais profissionalizados na universidade ou institutos de pesquisa que defendiam suas posições (políticas, inclusive) reivindicando a autoridade de pesquisas empíricas realizadas com financiamento de instituições internacionais, como a Fundação Ford, lastreados no modelo norte-americano de pesquisa e com fortes ligações com este país – tal qual a elite das ciências sociais constituída a partir de fins da década de 1960 (KEINERT, 2011). Mas também buscavam, com certo êxito, se diferenciar dos intelectuais vistos como “vulgares”, que baseavam suas posições em um marxismo ultrapassado, carente da “renovação” necessária para lhe conceder vida e permitir a interpretação correta da realidade.

Desta forma, no campo intelectual eles se aproximavam mais da geração dominante anterior a que se afirmou a partir da década de 1970⁶. Eles não só possuíam um vínculo intelectual e institucional prioritariamente com países europeus, como não recorriam ao “elogio ao profissionalismo” (KEINERT, 2011, p. 101) e ao apelo cientificista tão mobilizados pela geração que passou a ocupar a elite das ciências sociais durante as décadas de 1970 e 1980.

É bastante significativo, portanto, que a experiência e circulação internacional dos mesmos não sejam vinculadas aos Estados Unidos, mas a países europeus (França e Itália, em especial), o que foi importante para que parte deles se afirmasse, no Brasil, como intérpretes

⁶ Tal afirmação baseia-se em Keinert (2011), que analisa a emergência dos agentes que constituíram a elite das ciências sociais pós-1968, comparando-os com a geração anterior. O próprio autor destaca a trajetória de Luiz Werneck Vianna – um dos agentes incorporados a este estudo – como tendo certa aproximação com intelectuais da geração da década de 1950 (ver Keinert, 2011, em esp. p. 164-165).

legítimos de um corpo de ideias advindas de políticos e intelectuais que ganhavam vulto em setores da esquerda europeia – aqueles identificados com o “eurocomunismo”.

Um outro elemento refere-se ao conteúdo de suas obras/ideias. Estes intelectuais discordam, em certos pontos, dos princípios norteadores da democracia liberal, mas concordam em outros. O distanciamento da perspectiva revolucionária, condenação a toda e qualquer tática que utilize a violência e a crítica à URSS são alguns exemplos notáveis das posições defendidas por eles e que são afeitas às posições encampadas pelos então defensores da democracia liberal. Desta forma, a defesa das instituições políticas democráticas e o combate à URSS operada pela política externa norte-americana em meio à Guerra Fria e pelos setores liberais no Brasil encontrava, assim, um aliado parcial e particular.

Argumenta-se, portanto, que a circulação destas posições políticas e leituras sobre a história do comunismo e do Brasil só podem ser compreendidas tendo em vista que elas eram assumidas e encampadas por pessoas da esquerda, advindas da tradição comunistas, que dominavam suas técnicas de escrita e embate intelectual, que se reivindicavam marxistas, utilizavam e conheciam o léxico marxista, possuíam a autoridade de quem conheceu o universo comunista não só a partir dos seus teóricos, mas pela experiência de militar no Partido Comunista e, no caso de parte deles, de ter conhecido *in loco* a União Soviética e ter conversado com os principais dirigentes do movimento comunista nacional e internacional.

A “corrente renovadora”

O estudo das relações entre os intelectuais e a política durante este período poderia ser feito a partir de vários outros grupos, intelectuais ou instituições – cada qual contendo suas especificidades e ocupando uma determinada posição no espaço social. Exemplos possíveis são o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), criado em 1969 e que constituiu-se como uma referência para os setores oposicionistas, afirmando-se, segundo Lahuerta, “como o principal polo de produção intelectual sobre o país” (LAHUERTA, 2001, p. 62); há também o Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), fundado em 1976, por Francisco Weffort, após seu afastamento do CEBRAP; ou o Partido dos Trabalhadores (PT), que após sua criação constituiu-se em um dos principais polos de atração de diversas vertentes da intelectualidade que fizera oposição ao regime militar, incluindo muitos dos intelectuais que compuseram o CEDEC⁷. Pode-se citar, também, a Sociedade Brasileira para o Progresso da

⁷ Sobre o CEBRAP e o CEDEC, ver Lahuerta (2001) e Pécaut (1990). Sobre o CEBRAP, pode-se ver Sorj (2001).

Ciência (SBPC) que, após 1975, passa a dar amparo institucional a discussões sobre a democratização, e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), fundada em 1977, que teve importante papel na representação e reivindicação de “profissionalização” dos cientistas sociais (PECÁUT, 1990).

Outra entrada possível refere-se à análise de publicações periódicas, como a realizada por Maria Hermínia Tavares de Almeida (1992) sobre o jornal *Opinião* (1972-1977) e sobre a atuação de um conjunto de intelectuais no jornal *Folha de São Paulo* (entre 1978-1984). Tais exemplos poderiam ser multiplicados - o que importa destacar, a partir deles, é que o objeto aqui construído não está isolado e que ele se constitui apenas como uma das possíveis entradas para pensar a relação entre a política e os intelectuais no período mencionado.

A “corrente renovadora” teve a sua gênese na segunda metade da década de 1970, no exílio europeu ao qual foram forçados muitos militantes de esquerda durante a ditadura militar brasileira, ganhando contornos mais claros com o retorno dos mesmos, o que foi possibilitado pela Lei da Anistia, a partir 1979. Este momento foi de forte efervescência do chamado “eurocomunismo” (termo cunhado em 1975 por um jornalista então residente na Itália), que foi um movimento presente em vários partidos comunistas de países capitalistas, mas com destaque para os Partidos Comunistas italiano, francês e espanhol (BOTTOMORE, 2001). Apesar das muitas divergências entre as diversas correntes, pode-se traçar como alguns dos marcos gerais deste movimento a “desbolchevização”, a valorização da democracia e a consequente recusa dos meios não pacíficos de ação política (BOTTOMORE, 2001).

Com a “desbolchevização” vinha também a crítica às tentativas de generalização da experiência soviética para outros países (HOBSBAWM, 1978). Não sendo o Brasil um dos chamados países “desenvolvidos”, e tendo o eurocomunismo certa preocupação com a construção de “vias nacionais” (MONDAINI, 2006), os intelectuais comunistas brasileiros viam-se diante de um desafio adicional, que aumentava ainda mais a importância dos mesmos: exercer o papel de *mediadores*, interpretando a realidade brasileira à luz das tentativas de “renovação” vindas da Europa⁸.

Dentro desta conjuntura mais ampla, os agentes aqui estudados afirmaram-se no interior do partido “sem uma articulação orgânica, mas compartilhando certas ideias” (PANDOLFI, 1995, p. 212), além de, para a maior parte dos seus integrantes, compartilharem também a condição de exilados políticos em países europeus (NAPOLITANO, 2014). Como nos aponta Napolitano:

⁸ Englobando muitos dos intelectuais aqui estudados, Camila Góes analise o alcance das “traduções” de Gramsci no Brasil e na Argentina a partir das revistas *Presença* e *Pasado y Presente* (GÓES, 2020).

A corrente “renovadora”, muitas vezes chamada de “Eurocomunista” era liderada por Armênio Guedes (Vaia, 2013, p.123), e integrada por Luiz Werneck Vianna, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Aloysio Nunes Ferreira, entre outros. Sob influência de Gramsci, tentaram redimensionar o papel do Partido Comunista Brasileiro na redemocratização, desvinculando a democracia política do capitalismo, aceitando-a como “valor universal”. Além de defender alianças políticas amplas, defendia uma renovação teórica (criticando o “etapismo” e o economicismo) e maior participação da militância nas decisões do Partido (NAPOLITANO, 2014, p. 45).

Por mais que eles não tenham constituído um grupo institucionalmente formalizado, com contornos claros e bem definidos, há alguns elementos consensuais entre os seus integrantes, entre os quais podemos destacar: a “liderança” política exercida por Armênio Guedes⁹, a identificação com a defesa da “democracia como valor universal”, além do fato de ter ocorrido a “marginalização” dos mesmos durante a preparação do VII Congresso do PCB, realizado entre 1982 e 1983¹⁰. Além do mais, não só compartilhavam um conjunto de ideias e referências, mas reuniam-se com uma certa frequência e animavam publicações conjuntamente.

Em especial após o retorno dos exilados, certas posições dos chamados “eurocomunistas” reverberaram dentro e fora dos limites da esquerda comunista, constituindo paradigmas explicativos até hoje reiterados e posições frente às quais os demais agentes foram levados a tomar posição. Muitos destes não só se engajaram nas novas disputas político-partidárias, como não foram poucas as publicações de livros e de textos jornalísticos, tendo alguns deles se afirmado no espaço universitário (como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Antônio Carlos Peixoto e Ivan de Otero Ribeiro), no espaço político (como Aloysio Nunes Ferreira) e no jornalístico (como Milton Temer e Mauro Malin).

Quanto à ampla circulação de suas obras, o exemplo mais significativo é, provavelmente, o texto de Carlos Nelson Coutinho intitulado *A Democracia como Valor Universal* – publicado pela primeira vez em 1979, com republicações posteriores, e cujo título remete à frase pronunciada em 1977 pelo dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI) Enrico

9 Entre os elementos que justificam esta “liderança” está a longevidade de sua trajetória no PCB. Nascido em 1918, Guedes filiou-se ao PCB em 1935 e atuou profissionalmente como jornalista – em especial em órgãos do partido. Integrou o Comitê Central do Partido (1943), além de ter sido assessor particular de Prestes. Foi casado durante um longo período com Zuleika Alambert, importante dirigente comunista eleita deputada estadual por São Paulo, em 1947. Na leitura feita pelos integrantes da “corrente renovadora”, a vida de Armênio seria exemplar do que haveria de melhor na tradição pecebista - ganhando destaque, portanto, na construção da identidade do grupo. Notabilizou-se posteriormente por sua oposição ao stalinismo, crítica à União Soviética e defesa da democracia. Recebeu várias homenagens, como os textos biográficos publicados nos mais diversos veículos, o título de Cidadão Paulistano - concedido pela Câmara Municipal de São Paulo, em 2012 -, entre outros.

10 Pode-se dizer que a preparação e realização deste congresso acentuou uma série de disputas que já vinham acontecendo desde meados da década de 1970, enquanto a maior parte dos dirigentes comunistas estavam exilados. Uma exposição mais detalhada sobre o VII Congresso do PCB e as disputas que precederam pode ser vista no capítulo 1.

Berlinger¹¹. Também é significativo o fato de o título utilizado por ele ter subsidiado expressões correntemente utilizadas para designar uma determinada posição nos espaços político e intelectual da redemocratização.

A análise da trajetória destes agentes permite, portanto, alavancar a compreensão das transformações que ocorreram na relação entre a política e os intelectuais. Permite, em especial, compreender as condições que possibilitaram que determinados agentes permanecessem atuando com certa visibilidade, mas esquivando-se – em parte, pelo menos – das injunções que foram se afirmando como práticas hegemônicas.

O estado da arte e a sociodiceia¹² da “corrente renovadora”

Um outro elemento que pode ser destacado como um convite à análise destes agentes refere-se à existência de uma quantidade significativa de pesquisas sobre o tema/objeto, mas que foram realizadas por perspectivas analíticas distintas da aqui proposta. Tais trabalhos costumam focar-se na questão do “pensamento político”/”pensamento social brasileiro”, priorizando o conteúdo das produções dos intelectuais estudados. Três exemplos de estudos nesta perspectiva podem ser vistos em Lucca-Silveira (2012), Ramos (2013) e Victor Neves (2016). Trabalhos nesta perspectiva contribuem significativamente para a compreensão do processo de legitimação de uma determinada “democracia” e de construção do significado dela para os agentes em questão. Destaca-se, porém, que situar como tais disputas teórico-conceituais se relacionam com as disposições inculcadas nestes agentes, seus capitais, suas estratégias e as disputas políticas pelas quais passaram – enfim, o conjunto de suas trajetórias - deve trazer ganhos heurísticos.

11 Conforme o próprio Coutinho cita no início do seu ensaio: “E, se hoje se generaliza entre os marxistas ocidentais a rejeição do ‘modelo soviético’ como modelo universal de socialismo, isso resulta em grande parte de uma diversa concepção do vínculo socialismo-democracia por parte desses marxistas. Concepção que Enrico Berlinguer sintetizou expressivamente no discurso que pronunciou em Moscou, em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro: ‘A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista’” (COUTINHO, 1979, p. 34).

12 Emprego o termo “sociodiceia” inspirando-me na acepção desenvolvida por Bourdieu, sintetizada por Seidl como “uma narrativa que procura justificar a sociedade tal como ela é” (SEIDL, 2017, p. 335). Refere-se, portanto, às estratégias de legitimação mobilizadas pelos setores dominantes de modo a ofuscar as discrepâncias de poder e as relações de dominação. No caso em pauta, porém, emprego este termo com um sentido distinto, pois o foco está em um grupo restrito e que por vezes ocupou posições relativamente dominadas no espaço social mais amplo. O objetivo, com isto, está menos em destacar o modo como tais agentes fizeram da história do PCB (e do seu próprio passado, na medida em que eram também militantes do partido) estava diretamente ligada à defesa das posições políticas por eles empregadas, de modo a justificar as suas escolhas e tomadas de posição.

Paralelamente à existência de tais estudos, um outro elemento refere-se à disponibilidade e caráter das fontes, visto haver uma quantidade significativa de entrevistas e depoimentos em livros e revistas (acadêmicas ou não)¹³.

Tal qual os depoimentos dos agentes analisados, boa parte das pesquisas existentes sobre a chamada “corrente renovadora” costuma assumir a condição de árbitro das disputas pretensamente analisadas, na medida em que se constituem em documentos acusatórios ou apologéticos¹⁴. Deste modo, eximem-se da compreensão dos fundamentos e lógicas que possibilitam tais disputas. Cabe destacar, porém, que a existência de produções com este caráter (sejam elas acadêmicas e/ou memorialísticas) denota certo reconhecimento pelos pares, pondo a alguns personagens a condição de modelos a serem seguidos ou evitados¹⁵. Uma análise sócio-histórica destes processos, portanto, deve contribuir para compreender as dinâmicas de hierarquização social nestes espaços e de seleção e recrutamento destas elites.

Não raras vezes, tais trabalhos costumam focar-se na problemática essencialista da busca por uma fidelidade ao marxismo e/ou em apontar erros e acertos do objeto estudado. Um exemplo disto pode ser visto na tese de doutorado de Neves (2016), em que o autor aponta “importantes limites do pensamento político coutiniano” (NEVES, 2016, p. 638). Com isto, se exime de compreender as condições que possibilitaram a produção, consagração e repercussão do autor/obra, atribuindo a “reverberação social” do mesmo ao “movimento de amoldamento à ordem burguesa experimentado pela própria classe trabalhadora brasileira e internacional” (NEVES, 2016, p. 638). Há também o trabalho de Antonio Carlos Mazzeo (1999), que parte de uma leitura sobre a formação do capitalismo no Brasil e da exposição sobre a leitura que o PCB fazia da realidade para, assim, apontar erros e acertos do partido ao longo de sua trajetória. Outro exemplo é a pesquisa da ex-militante do PCB e filha de Luíz Carlos Prestes, Anita Prestes (2012), que fica na interseção entre uma perspectiva historiográfica, memorialística e política. A autora define os integrantes da “corrente renovadora” a partir de suas supostas capitulações à democracia burguesa, enquanto seu pai e ela própria teriam se mantido na defesa de um “partido revolucionário” - como atesta o próprio título do livro de sua autoria: *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*.

13 Uma exposição pode ser vista na seção à frente, intitulada *Seleção e tratamento das fontes mobilizadas*. A listagem das biografias, autobiografias e entrevistas encontradas segue ao final, no Anexo 1.

14 Isto também é válido para o conjunto mais amplo do PCB, como destacado por Brandão (1997).

15 Rodrigues (2016) desenvolveu uma pesquisa em que, a partir da aplicação de um conjunto de questionários, pôde-se apreender quais são os autores/intérpretes do Brasil preferenciais de pesquisadores que se reivindicam marxistas. Dois dos integrantes da “corrente renovadora” (Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder) figuram neste ranking, entre os dez primeiros lugares. Tal reconhecimento atesta a condição de formulador/mobilizador de categorias que passaram a ser amplamente aceitas – entre os marxistas, pelo menos - para pensar o Brasil e sua posição no mundo.

Como destacado por Ridenti, “até alguns anos atrás, o tema dos comunistas em geral ficava a cargo de memórias, ou então de obras de militantes que se tornaram acadêmicos” (RIDENTI, 2014, p. 195). Espera-se que trazer este tema à tona, por esta outra perspectiva, traga a possibilidade de observação de aspectos antes ignorados, visto que há condições para produzir pesquisas com maior *distanciamento* (ELIAS, 1998).

Seguindo esta linha apontada por Ridenti (2014), alguns dos intelectuais que compuseram ou foram próximos à “corrente renovadora” puseram-se, posteriormente, a analisá-la. Os trabalhos de Raimundo Santos (1994; 1995; 2012) são um exemplo desta dupla condição de testemunha ocular e analista. Ganha destaque, para a presente pesquisa, por ter centrado esforços diretamente em registrar e analisar a “corrente renovadora”. Não à toa, seu livro *O pecebismo inconcluso* mescla textos preparados para eventos acadêmicos, como a reunião da *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais* (ANPOCS), com textos preparados para eventos políticos, como o *IX Congresso* do PCB.

Santos (2012) caracteriza os “eurocomunistas” brasileiros – e a “corrente renovadora” – por terem “radicalizado” a valorização da democracia, o que, em sua leitura, implicava na radicalização da linha política adotada pelo PCB durante a ditadura militar – linha política reiteradamente caracterizada como correta e exitosa. Esta valorização da democracia teria tido seus primeiros passos nas imediações do XX Congresso do PCUS (realizado em 1956)¹⁶ e ocorrido paralelamente ao distanciamento dos mesmos em relação ao “marxismo-leninismo” que ainda imperava no partido, o que justificava a divergência entre eles, a maioria do Comitê Central (CC) e o grupo ligado a Luiz Carlos Prestes, posto que ambos estariam amarrados à ortodoxia.

Nas palavras de Raimundo Santos:

Naqueles anos 70 (...), surgia no PCB, cada vez mais visível, uma corrente logo conhecida como *corrente renovadora*, que começou a defender abertamente a democracia (sem adjetivos) como valor histórico-universal (...).

Não articulados organicamente, mas portadores de um conjunto de ideias-chave compartilhadas, esses militantes, até meados dos anos 80, marcaram presença no PCB, ora servindo de ‘espantalho eurocomunista’ para o setor conservador, a justificar o ‘centrismo auto-reprodutivo’ da ala pragmática do Comitê Central; ora servindo as suas ideias como base para que esse núcleo majoritário pudesse dotar o PCB de uma orientação mais eficaz no novo período de transição democrática (SANTOS, 1994, p. 37).

16 Neste congresso houve a divulgação do chamado Relatório Kruschchev, contendo os “crimes de Stálin”. Tal documento teve um amplo impacto em todo o movimento comunista internacional. Sobre o seu impacto no PCB, pode-se ver Rodrigues (1978).

Estes seriam os intelectuais a incorporar o “pensamento de renovação comunista no Brasil” (SANTOS, 1994, p. 47). Trariam em seu “pensamento renovador”, por um lado, a reivindicação dos êxitos do PCB em sua política de “frente democrática” durante o período da ditadura militar brasileira, com a negação de todo e qualquer tipo de “golpismo”; por outro, a incorporação de uma “leitura ‘europeia’ no sentido da socialização da política sobre os efeitos produzidos na sociedade brasileira pelo capitalismo monopolista nas últimas duas décadas” (SANTOS, 1994, p. 48).

Para Santos, tal leitura estaria a destacar a importância dos movimentos sociais em efervescência naquele contexto e a valorização das instituições da democracia liberal. O fato de a “sociedade civil” ainda não estar consolidada seria um dos fatores a “requerer (...) um ‘compromisso histórico’ da esquerda com os liberais” (SANTOS, 1994, p. 55).

Luiz Werneck Vianna (1989) submete a análise do PCB a uma problemática mais ampla de interpretação do Brasil à luz das categorias de *orientação, ocidente e modernização*, em que a questão nacional e a questão democrática aparecem ora como concorrentes ora como complementares (VIANNA, 1989). O próprio título do capítulo é significativo quanto a isto: *Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB*. Assim, na maior parte da trajetória do PCB, a questão democrática estaria subordinada à questão nacional, o que implicaria na valorização instrumental das instituições formais da democracia.

A *Declaração de Março de 1958*, para Vianna, é um documento que sintetiza esta contradição, em que há a valorização da democracia, mas sem uma mudança estratégica - ou seja, ainda subordinada à questão nacional. A tônica muda no VI Congresso do partido, realizado em 1967, em que a questão nacional perde centralidade, valorizam-se as instituições políticas formais e há uma autocrítica em relação à assunção de uma postura “golpista” por parte do PCB no período pré-1964. No contexto da ditadura militar em vias de afirmação, isto implicava em fazer alianças com um amplo contingente: todos aqueles que fizessem oposição ao regime, o que incluía os liberais e os setores não englobados na “coalizão nacionalista” (VIANNA, 1989, p. 152).

Interessante destacar que esta relação com os liberais, tão alardeada nos debates gerados pelo ensaio de Carlos Nelson Coutinho (*A democracia como valor universal*, de 1979) já era, segundo a análise de Vianna, não só discutida, mas praticada pelos comunistas, o que se pôde ver nas alianças do partido durante o regime ditatorial, que englobava toda a oposição institucional inserida no amplo e diverso partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em 1970, há a resolução do Comitê Estadual da Guanabara, que é um outro marco nesse processo de valorização da democracia e ampliação do leque de alianças. O ápice deste movimento, porém, aconteceu no final da década e início da seguinte, com o “aprofundamento de um novo ciclo de lutas internas, cujo desenlace vai ocorrer no abortado VII Congresso [finalizado em 1983]” (VIANNA, 1989, p. 160), em que três grupos se enfrentam em uma divergência que, segundo o próprio Vianna (1989, p. 162), por vezes estava mais próxima a uma simples defesa de cargos na direção partidária¹⁷. Os três grupos eram: um composto pela maioria do Comitê Central, um outro pelos “adeptos da estratégia democrática” e, por fim, o grupo do “prestismo” (VIANNA, 1989, p. 160).

A vitória do primeiro grupo, porém, implicou no relativo abandono da linha que vinha sendo construída. Na avaliação de Vianna, a consequência disto foi que:

O PCB não soube vencer, quando se apresentaram as condições para sua afirmação partidária. E não soube por que vencer impunha mudar, seguir escalando o caminho de renovação e de compromisso com a estratégia democrática. Na hora de avançar, contudo, estancou e retomou seu passado, como se pudesse cancelar a memória da resistência e voltar ao pré-64 (VIANNA, 1989, p. 161).

A análise de Leandro Konder sobre o PCB traz um elemento diferenciador em relação às leituras de L. W. Vianna e R. Santos: sua escrita foi finalizada em março de 1980 e foi publicada neste mesmo ano. Quer isto dizer que ela ocorreu *durante* os embates entre a “corrente renovadora”, o grupo ligado a Prestes e a chamada “ala pragmática”. Tal qual L. W. Vianna, Konder também submete sua análise do PCB a uma análise mais geral do Brasil. Principalmente a partir das categorias de *via prussiana* e *sociedade civil*, Konder submete as posições do PCB a uma análise a partir de como elas se inseriam em um *continuum* em que de um lado há o “golpismo” e, do outro, a democracia. Ou, nas palavras do autor, o que ele buscava era entender “por que (...) setores significativos do movimento comunista brasileiro resistiam ao reconhecimento da democracia como ‘valor universal’” (KONDER, 1980, p. 10).

Aqui também, a *Declaração de Março de 1958* aparece ao mesmo tempo como um ponto de inflexão no tratamento da “questão democrática” e como detentora de ambiguidades. Nesta leitura, a *Resolução Política do V Congresso* do PCB, realizado em 1960, haveria “endossado” a linha adotada na *Declaração*. Enquanto o *VI Congresso*, realizado em 1967, haveria “aprofundado” a mesma linha, neutralizando “a pressão do ‘esquerdismo’, a tentação da aventura e o renascimento (sob novas formas) do velho voluntarismo dogmático”

17 No capítulo 1 há um aprofundamento da discussão sobre as disputas envolvendo estes três segmentos.

(KONDER, 1980, p. 117). O foco passava a ser, portanto, a luta contra a ditadura e a defesa das liberdades democráticas.

O PCB apresentava, assim, “os avanços que os comunistas vinham realizando desde 1958 exatamente na mais ampla compreensão da importância e da complexidade dos problemas da democracia” (KONDER, 1980, p. 127). Parte da explicação para tais “avanços” estaria, segundo Konder, no “fortalecimento objetivo da sociedade civil” (KONDER, 1980, p. 130). Como parte deste fortalecimento, surge o “novo proletariado”, que rejeita as “ilusões ‘golpistas’”, “não é sectário” e “interessa que se forme uma frente tão ampla quanto for possível, em torno do aprofundamento e da consolidação das conquistas democráticas” (KONDER, 1980, p. 133-134). Konder finaliza sua análise pontuando rapidamente uma referência a Luiz Carlos Prestes, que estaria, nos meses anteriores à publicação do livro (1980), endossando posturas “mais conservadoras”, “de ultra-esquerda”, e “ostensivamente desrespeitando os estatutos do seu partido” (KONDER, 1980, p. 138). A maioria dos comunistas, porém, estaria “em favor do aprofundamento da linha política adotada no 5º e desenvolvida no 6º Congresso do PCB e (...) defendendo as ideias principais dos documentos elaborados pelo comitê central entre 1976 e 1979” (KONDER, 1980, p. 138-139).

Tanto em Santos (1994) quanto em Vianna (1989), o *VII Congresso* do PCB, iniciado em 1981 e concluído em 1983, marca a “marginalização” da “corrente renovadora”. A realização deste congresso expunha a divergência entre o “tradicionalismo ideológico” da maioria do CC e o “marxismo de ponta” mobilizado pelos “eurocomunistas” (SANTOS, 2012, p. 41) – ou entre o “núcleo pragmático” e o “grupo renovador” (SANTOS, 1994, p. 56). A partir de então, a maior parte daqueles identificados com a “corrente renovadora” passou a atuar política e intelectualmente fora das fronteiras do partido.

Duas outras análises sobre o PCB e sobre estes agentes podem ser vistas nas biografias de Armênio Guedes escritas por Mauro Malin (2018) (jornalista que também integrou a “corrente renovadora”) e por Sandro Vaia (2013). Ambos reiteram os principais pontos de inflexão já apontados para a história do PCB e do “grupo”, e reiteram a posição de Armênio Guedes como o principal líder e referência, alçado como defensor incondicional da democracia. Mas, diferentemente dos analistas anteriores, estas duas biografias foram publicadas na segunda década do século XXI, o que demonstra que as disputas nas quais tais agentes estavam envolvidos, apesar das mudanças de forma e de ênfase, ainda permanecem com certa vitalidade.

Considerações teórico-metodológicas

A própria identificação com o eurocomunismo, por mais que muitas vezes fosse um instrumento utilizado por seus opositores como um modo de desqualificação¹⁸, já indica a existências de traços comuns entre os agentes estigmatizados¹⁹. Cabe destacar, portanto, que as próprias designações de “corrente²⁰ renovadora” e de “eurocomunistas” não são tomadas como dadas *a priori*, mas assumidas como parte das disputas simbólicas nas quais os agentes se envolveram. Afinal, tomar como verdade tais “atos de nomeação” seria, primeiramente, “adotar um dos pontos de vista possíveis a seu sujeito e pretender impô-lo como ponto de vista legítimo” (BOURDIEU, 2017, p. 51), ignorando que “a luta simbólica tem como aposta o monopólio da nomeação legítima, ponto de vista dominante que, fazendo-se reconhecer como ponto de vista legítimo, faz-se desconhecer na verdade de ponto de vista particular, situado e datado” (BOURDIEU, 2017, p. 51).

A existência destas classificações não é exclusividade deste conjunto de intelectuais e daqueles com os quais eles se relacionavam. Tratando da historiografia e da literatura, Christophe Charle comenta que “não há nada mais central à cultura letrada, de fato, do que as taxonomias que servem para classificar as obras e os autores; nada mais natural, até mesmo nos escritos daqueles que pretendem, aliás regularmente, subverter a maneira de ler essas obras e esses autores” (CHARLE, 2018, p. 61). Desta forma, tais classificações servem costumeiramente como instrumentos interessados de leitura do mundo, que tendem a ser posteriormente retomados ignorando-se os elementos próprios à sua gênese.

Compreende-se, assim, a existência de distintas denominações para designar um conjunto de agentes que por vezes se confunde e que noutras aparenta referir-se a um conjunto mais amplo ou mais restrito – caso do “eurocomunismo” e da “corrente renovadora”. A própria escolha de qual delas usar pode já implicar em uma tomada de posição explícita²¹ mas, como é

18 Isto não é exclusividade do termo eurocomunismo: “marxismo” também foi uma denominação exógena, utilizada como modo de desqualificação por parte de seus adversários, sendo posteriormente incorporado como um modo de auto-definição (HAUPT, 1983).

19 Sobre a estigmatização como produtora de “princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da ação de mobilização”, ver Bourdieu (2011, p. 125).

²⁰ Poderíamos afirmar que a “corrente renovadora” está mais próxima da definição de “tendência” trazida por Sartori (1982), que a define como “as subunidades mais difusas” (SARTORI, 2012, p. 110), caracterizadas mais pela existência de um certo conjunto de atitudes comuns do que pela existência de uma organização própria e de limites claros (SARTORI, 2012). Mas esta saída dificultaria que nós percebêssemos que a própria forma de nomeação deste conjunto de militantes estava/está em disputa e de apreender os sentidos atribuídos por eles. Por este motivo, assim como para a categoria de “intelectual”, busca-se tratar o termo “corrente renovadora” como uma definição endógena, mobilizada pelos próprios agentes em disputa, tentando apreender as consequências políticas e sociais desta (in)definição.

²¹ Um exemplo – entre muitos outros possíveis - pode ser visto no depoimento de Gildo Marçal Brandão em homenagem a David Capistrano Filho, em que ele utiliza o termo “eurocomunismo”, mas explicita que o entende como uma denominação equivocada. Diz ele que “David logo iria se tornar (...) a cabeça política do que se convencionou chamar (inadequadamente) de ‘eurocomunismo’ no Brasil” (BRANDÃO, 2010, p. 247). Também

especialmente visível no caso do termo eurocomunismo, costuma implicar na aceitação tácita da taxonomia empregada por aqueles que saíram vitoriosos das disputas simbólicas envolvendo tais denominações²².

Da mesma forma, a concepção de intelectual mobilizada neste trabalho não parte de uma definição exógena criada pelo pesquisador, mas das percepções que os próprios agentes mobilizaram. Esta escolha metodológica permite apreender as disputas travadas para definir o que é/deve ser um intelectual, bem como as mudanças que ocorreram²³. Cabe destacar, portanto, que os agentes englobados nesta pesquisa se veem a si próprios como intelectuais e, da mesma forma, são identificados por terceiros.

O conceito de campo formulado por Pierre Bourdieu permite pensar estas disputas, os produtores e suas obras paralelamente, entendendo-os como situados em espaços sociais relativamente autônomos, cujas regras estão sempre em disputa. Tais espaços sociais (campos) hierarquizam-se entre si e estão sempre em relação aos demais espaços – a realidade constituindo-se, portanto, como um espaço multidimensional (BOURDIEU, 2011).

Ganha relevo, no caso da presente pesquisa, a capacidade dos agentes de ocupar posições concomitantes em distintos espaços, pois isto potencializa o poder de cada uma destas posições (BOLTANSKI, 1973). Esta multiposicionalidade aumenta o que Boltanski denominou “superfície social”²⁴. Depreende-se, portanto, que a multiposicionalidade só pode existir caso existam espaços sociais relativamente autônomos (campos) e a própria autonomia de cada um destes espaços influi nas estratégias para buscar e manter a ocupação de distintas posições concomitantemente. Boltanski é explícito sobre este ponto: “mais um campo é autônomo, menos os detentores do poder local dispõem (...) de uma superfície social e de um poder geral

era recorrente a brincadeira, por parte de Armênio Guedes, que eles não seriam eurocomunistas, mas “neurocomunistas”. Ver, dentre outros, a entrevista concedida a Castro (2013).

²² O trabalho de Sergio Miceli intitulado *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)* pode ser lido como um exemplo de pesquisa que leva em conta tais implicações. Ao invés de aceitar a designação de “pré-modernismo” para caracterizar os intelectuais atuantes no período por ele estudado, tal qual foi feito pela maioria da literatura corrente, Miceli incorporou como parte da construção de seu objeto e problemática o fato de que “o termo pré-modernismo constituiu um recurso político dos modernistas” (MICELI, 2001, p. 16). E, como tal, servia para ofuscar as reais condições de exercício intelectual do período e a legitimar as posições dominantes do campo no qual tal leitura foi produzida.

²³ Recurso semelhante foi mobilizado por Miceli, como fica claro no seguinte trecho: “Embora fosse viável aprontar uma definição prévia do objeto segundo os cânones teóricos da análise materialista, estou convencido de que proezas desse gênero acabam descolando os instrumentos de análise dos materiais sobre os quais deverá investir. (...) a definição do que seja o fazer intelectual numa determinada conjuntura constitui, por si só, um dos móveis centrais que impulsionam a concorrência entre os diversos tipos de produtores em luta pela monopolização da autoridade de legislar em matéria cultural” (MICELI, 2001, p. 247)

²⁴ Boltanski define a “superfície social” (surface sociale, no original) como: “a porção do espaço social que ele é capaz de percorrer e de dominar ocupando sucessivamente (...) as diferentes posições sociais que ele tem o direito de ocupar simultaneamente, com a única condição de possuir fisicamente o dom da ubiquidade [capacidade divina de estar em vários lugares] que lhe é socialmente conferido” (BOLTANSKI, 1973, p. 9, tradução livre).

estendidos; inversamente, menos um campo é autônomo, mais a ocupação de posições de poder neste campo inclui a ocupação de posições de poder em outros campos”²⁵ (BOLTANSKI, 1973, p. 12).

A mobilização deste instrumento teórico-analítico implica na apreensão das características sociais dos agentes, das posições de poder e prestígio ocupadas nos distintos campos e das estratégias mobilizadas para ocupá-las. Ou seja, nos leva à substituição dos indivíduos empíricos por indivíduos construídos mediante a apreensão relacional das posições ocupadas por cada agente e de suas trajetórias. Como nos diz Bourdieu:

O trabalho de construção do objeto delimita um conjunto finito de *propriedades pertinentes*, instituídas por hipóteses em *variáveis eficazes*, cujas variações estão associadas às variações do fenômeno observado, e define assim a população dos *indivíduos construídos*, caracterizados pela posse em graus diferentes dessas propriedades (BOURDIEU, 2017, p. 31).

Dentro desta perspectiva, a estratégia escolhida foi a realização de uma biografia coletiva (prosopografia), pois ela possibilita caracterizar o perfil dos agentes, situá-los em meio às elites dos espaços em que atuaram e testar hipóteses relativas ao maior ou menor distanciamento dos integrantes em relação a estes espaços (notadamente, o jornalístico, o político e o acadêmico), possibilitando também a apreensão das transformações ocorridas nestes espaços. Ou seja, os agentes analisados são caracterizados a partir de suas propriedades sociais, incluindo tanto o volume quanto a estrutura de capitais de cada um, o que deve ajudar a explicar as suas tomadas de posição.

A escolha de analisar a trajetória deste conjunto de intelectuais não implica em ignorar as obras por eles produzidas. Mas é a partir da posição ocupada no espaço social mais amplo que tais obras tornam-se inteligíveis (BOURDIEU, 1996). Pretende-se, com isto, não recair em nenhum dos dois polos da oposição entre análises “textualistas” ou análises “contextualistas”²⁶.

O conflito e as relações entre o viés científico e o político já foi alvo de várias reflexões entre aqueles que se lançaram a interpretar o mundo. Pelo menos desde Max Weber (2011) sabe-se que a compreensão das condições necessárias para exercício da ciência passa pela relação da mesma com a política. Elias (1982) segue uma trilha parecida quando argumenta que a sociologia corresponde a um maior distanciamento e a política a um maior envolvimento.

25 Tradução livre a partir do original.

26 A divisão entre “contextualistas” e “textualistas” nem sempre é clara, havendo trabalhos e autores que transitam entre um e outro. Mas, como apontado por Jackson e Barboza, muitas vezes servem de base para o modo como os pesquisadores afirmam seus posicionamentos (JACKSON e BARBOZA, 2017, p. p. 218, nota 3). A despeito disto, a separação entre análises que focam exclusivamente no “texto” ou no “contexto” baseia-se em uma falha teórica. Críticas a esta oposição podem ser vistas em Bourdieu (1996) e em Bastos e Botelho (2010).

Emerge, então, a questão da autonomia daqueles que se põem a interpretar o mundo, que é também uma das questões centrais trazidas pelo conceito de campo desenvolvido por Pierre Bourdieu. Isto implica em buscar “saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem (...) e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Além do mais, questionar-se quanto à autonomia do campo intelectual exige assumir uma postura reflexiva que implica em tomar o seu próprio espaço como objeto de estudo. Isto traz uma série de consequências, como “a dificuldade particular de ruptura com a experiência autóctone” (BOURDIEU, 2017, p. 21) e a tendência do trabalho a ser lido como uma denúncia, levantando certa “suspeita” pelos pares (BOURDIEU, 2017, p. 21).

Em uma perspectiva em longo prazo (entre a década de 1920 e a de 1970) e tratando os intelectuais brasileiros de uma forma ampla, Daniel Pécaut (1990) foi um dos autores a destacar a falta de autonomia dos intelectuais. Segundo este autor, pode-se caracterizar os intelectuais brasileiros por sua “postura ‘realista’” (PECÁUT, 1990, p. 7) – ou seja, pelo fato dos mesmos encararem a sociedade a partir da perspectiva que a condição de intelectual exigiria e autorizaria a intervenção prática no mundo social.

Um outro elemento constitutivo da vida intelectual em países situados em “dinâmicas periféricas” – como o Brasil e a Argentina - refere-se à relação destes com os países “centrais”, o que coloca estes intelectuais na condição de importador de esquemas de pensamento. Dessa forma, nestes países os intelectuais acabam por afirmar-se enquanto mediadores, seja entre o meio político e o intelectual, seja na relação com os países centrais (SIGAL, 2012; PECÁUT, 1990).

Em um estudo que resultou no artigo *Intelectuais, cultura e política na Argentina*, Silvia Sigal (2012), inspirando-se no conceito de campo, remete à existência, na Argentina, daquilo que ela denominou de *campo cultural periférico*, que pode ser definido como um espaço social que “remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo tempo, interioriza critérios externos de valorização” (SIGAL, 2012, p. 63). Tal campo é caracterizado tanto por sua baixa autonomia frente à política quanto pela sua baixa autonomia em relação aos países centrais.

Percebemos, assim, que a mesma condição que atribui baixa autonomia ao *campo cultural periférico* é a condição que atribui a estes intelectuais um papel privilegiado - o papel de mediador. Assim como na Argentina, uma das características dos intelectuais brasileiros está em estes se afirmarem enquanto “mediadores indispensáveis” (PECÁUT, 1990, p. 9). No caso da presente pesquisa, o próprio fato dos agentes estudados angariarem significativa parte de seu prestígio durante o exílio em países “centrais”, bem como a denominação corrente de

“eurocomunistas”, já indica a importância da relação dos mesmos com outros agentes e instituições situados nesses países.

Christian Lynch também destacou as implicações decorrentes de o Brasil situar-se na “atrasada periferia ibero-americana” (LYNCH, 2016, p. 82). Isto levou os autores do pensamento político brasileiro – entendidos aqui como aqueles que adquiriram relevo na construção de avaliações e interpretações da realidade política – a perceberem a si próprios como “atrasados”. Uma das consequências desta percepção, como destaca o autor, é justamente a busca de prestígio e autoridade em fontes dos países centrais. Cabe destacar, assim, que a condição “periférica” do Brasil não só concede importância aos mediadores, que buscam sua autoridade para falar sobre o mundo social em autores ou “tradições” dos países centrais, mas o próprio conteúdo e forma de suas produções são também impactadas.

Seleção e tratamento das fontes mobilizadas

Relativamente vastas, as fontes disponíveis para este tipo de análise nem sempre recebem o tratamento adequado, visto que o teor apologético ou acusatório das mesmas costuma ou ser visto como impedimento para a análise ou reproduzido pelo próprio pesquisador (MICELI, 2001). Para fugir a estas duas alternativas, faz-se necessário perceber que as trajetórias dos agentes em questão não estão dissociadas da produção das fontes, que estão diretamente relacionadas à gestão/construção das respectivas identidades (MICELI, 2001).

Cabe destacar, portanto, que a própria disponibilidade e caráter das fontes já é indicativo da posição ocupada pelos que integraram o grupo e da relativa diversidade dos seus itinerários. Não é à toa, portanto, que haja um amplo leque de entrevistas com Luiz Werneck Vianna, produzidas por instâncias acadêmicas, enquanto as de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho dividem-se entre instâncias políticas e intelectuais (Fundação Perseu Abramo, Revista Caros Amigos, entre outras), que Armênio Guedes possua três biografias publicadas em livro, e que não haja homenagens, entrevistas ou biografias para significativa parte dos demais.

No estudo proposto exploraremos, em especial, três gêneros de documentos. Destaca-se, em primeiro lugar, documentos biográficos ou autobiográficos, como a autobiografia de Leandro Konder (2008) e as duas biografias de Armênio Guedes (VAIA, 2013; MALIN, 2018). Há também uma série de entrevistas, parte delas realizadas por pesquisadores com o intuito de registrar a história das ciências sociais, cujo exemplo mais conhecido é provavelmente a coletânea de entrevistas no livro *Conversas com Sociólogos Brasileiros* (LOUREIRO, BASTOS, REGO, 2008). Outras, mais diretamente direcionadas para registrar intervenções políticas, como a que está presente em Coutinho (2006). Adiciona-se ainda duas entrevistas

realizadas por mim com intelectuais que, apesar de não integrarem o *locus* empírico analisado na prosopografia, participaram ativamente das disputas analisadas, vivenciaram os processos de transformação do mundo intelectual, conheceram pessoalmente muitos dos outros “renovadores” e também participaram de partes das iniciativas intelectuais encampadas – em especial, da *Revista Presença*²⁷. Tanto as biografias/autobiografias quanto as entrevistas possuem um teor preponderantemente memorialístico – o que não impede o uso científico das mesmas, mas traz como exigência a análise das injunções próprias a este tipo de documento (POLLAK, 1989)²⁸.

Destaca-se, por fim, os currículos disponíveis na Plataforma Lattes. Tais documentos são uma forma de auto apresentação, feita sob demanda das instituições de fomento de pesquisa e, por isto mesmo, destinada a registrar aquilo que é valorizado no meio acadêmico. Percebe-se, assim, que cada gênero das fontes citadas traz suas especificidades e deve ser analisado de modo relacional. Quer isto dizer que, se o currículo Lattes traz informações objetivas sobre as distinções reconhecidas como relevantes no meio acadêmico mais estrito, faz-se necessário o recurso a outras fontes, como os documentos de ordem memorialística e biográficas/autobiográficas.

Esta é uma estratégia para amenizar um dos principais limites da prosopografia, que se refere justamente ao fato de que as “evidências (...) são abundantes para alguns aspectos da vida humana e quase inexistente para outros” (STONE, 2011, p. 214). E, ao mesmo tempo, para evitar recair naquilo que Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”, referindo-se à tendência de reproduzirmos as histórias de vida como uma sequência lógica e dotada de um sentido intrínseco (BOURDIEU, 2006).

²⁷ Refiro-me às entrevistas realizadas com os professores Dr. Milton Lahuerta e Dr. Marco Aurélio Nogueira. A primeira entrevista foi realizada no dia 25 de novembro de 2020, enquanto a segunda foi realizada em 19 de fevereiro de 2021. As duas entrevistas foram realizadas virtualmente, a partir de um roteiro semiestruturado. Posteriormente foram transcritas, submetidas aos entrevistados para complementações e publicadas na sessão “Entrevistas” da Revista Agenda Política, na primeira edição de 2021, em conjunto com o dossiê intitulado *A centralidade dos intelectuais na disputa política brasileira*, que foi coordenado pelo prof. Dr. Ivan Mattos Silva.

²⁸ Em relação mais especificamente sobre a história do comunismo, Groppo destacou a importância dada pelos partidos comunistas às biografias/autobiografias de seus dirigentes e o potencial dos documentos biográficos/autobiográficos, disponibilizados após o fim dos regimes comunistas, para analisar a história do comunismo a partir de novas perspectivas, como a reavaliação das autocríticas, tão presentes no universo comunista (GROPPO, 2012). No Brasil, desde fins da década de 1970, continuando até os dias atuais, produziu-se uma grande quantidade de documentos biográficos e autobiográficos sobre pessoas que militaram contra a ditadura militar - em especial dos militantes que aderiram à luta armada e dos militantes do “partidão”.

Estrutura da Tese em capítulos

O primeiro capítulo, intitulado *Gênese e perfil da “corrente renovadora” do PCB*, traça uma biografia coletiva da “corrente renovadora”, destacando o que possibilitou sua gênese, os meios de inserção política e intelectual dos mesmos e situando-os em meio aos espaços que atuaram. Especial destaque é dado para as disputas que ocorreram no PCB em fins da década de 1970 e início da década seguinte, envolvendo, além dos “renovadores”, outros dois segmentos concorrentes – a chamada “corrente prestista” e o “centro pragmático”.

Sendo a atuação no meio acadêmico o principal distintivo do grupo e destino da maior parte dos seus integrantes, o segundo capítulo dá continuidade à biografia coletiva traçada anteriormente, mas direcionando-a para aqueles integrantes da corrente profissionalizados na universidade. Destaca-se, aqui, a posição ocupada por estes agentes em meio ao espaço universitário, o modo como os próprios encararam a atuação neste espaço e o caráter geral de suas obras, comparando-os com as elites que se afirmaram neste mesmo período.

O terceiro capítulo centra-se em um dos meios de inserção política e intelectual dos “renovadores” no período posterior à volta do exílio - a revista *Presença* – e, em especial, na trajetória de Luiz Werneck Vianna, que foi o principal articulador da revista e, ao lado de Coutinho, um dos mais destacados integrantes da “corrente”. O quarto capítulo volta-se para a obra que ficou consagrada como a principal referência destes intelectuais no período – o ensaio de Carlos Nelson Coutinho intitulado *A Democracia como Valor Universal*, publicado originalmente em 1979 – e na trajetória de seu autor. Destaca-se, neste capítulo, as condições sociais que possibilitaram a produção da obra e o modo como a circulação do texto esteve diretamente relacionada à trajetória da corrente e, principalmente, de seu autor. A última parte, por fim, tece as considerações finais.

CAPÍTULO 1 - GÊNESE E PERFIL DA “CORRENTE RENOVADORA” DO PCB

Este capítulo tem como objetivo traçar uma biografia coletiva (prosopografia) da chamada “corrente renovadora” do PCB, buscando elementos para pensarmos as condições sociais que possibilitaram a sua gênese e para situarmos os agentes que a compuseram em relação às elites dos espaços em que atuaram prioritariamente – os espaços político, jornalístico e acadêmico, notadamente.

Esta análise nos permite compreender como um determinado conjunto de agentes conjugou atuações nos espaços político, universitário e jornalístico, borrando as fronteiras entre estes espaços e diferenciando-se das respectivas elites da época, que buscavam se afirmar por meio da reivindicação da profissionalização e da especialização em suas respectivas áreas. Esta característica de suas trajetórias possibilitou que a atuação em cada um destes espaços impulsionasse e favorecesse a atuação no outro espaço, em uma espécie de retroalimentação. Este *modus operandi* foi o principal elemento que possibilitou que eles mantivessem um certo prestígio, tendo suas ideias e posições sendo repercutidas até hoje, mas não foi suficiente para que eles deixassem de ocupar posições dominadas. Cabe frisar, portanto, que mesmo na estrutura partidária, os “renovadores” aqui estudados não ocuparam posições de destaque.

Esta análise nos permite, também, matizar uma série de explicações para a “crise” vivenciada no PCB em fins da década de 1970 e início de 1980, em que o partido sofreu com a saída de dois importantes segmentos internos – primeiramente, o grupo ligado a Luiz Carlos Prestes e, em seguida, aquele identificado como “renovador”. Ao invés de focarmos exclusivamente nas divergências programáticas, nas disputas por cargos ou na crise internacional do comunismo, visamos aliar estes três elementos ao fato de ter se constituído no interior do PCB um conjunto de agentes com trajetórias relativamente próximas. Ao mesmo tempo em que os “renovadores” se mantiveram afastados dos postos de direção partidária, mantinham-se atuando por meio da publicação de textos em livros, revistas e jornais (partidários e não partidários), que possibilitaram que eles obtivessem reconhecimento intelectual dentro e fora das hostes partidárias, o que possibilitou a saída do partido e o relativo êxito em adentrar em outros espaços.

Além desta introdução e das considerações parciais, o presente capítulo está dividido em cinco partes. A primeira, intitulada *O método prosopográfico e a delimitação do locus empírico*, tem como objetivo refletir sobre a aplicabilidade da prosopografia para a problemática assinalada e, em especial, explicitar os critérios que fundamentam a seleção do conjunto de agentes englobados nesta tese. A segunda, intitulada *O PCB, os intelectuais e os*

impulsos da “renovação”, visa investigar a relação que o partido manteve com os intelectuais no período anterior à década de 1960, buscando elementos para pensarmos esta relação de modo processual. Já a terceira parte, trata mais especificamente da gênese e perfil da “corrente renovadora”. Contém a exposição e análise de elementos identificados como significativos para a compreensão da gênese do “grupo” e para diferenciá-los frente aos demais. A quarta parte busca trazer alguns elementos para compreendermos os meios de diálogo entre os “renovadores” exilados na Europa e os que permaneceram no Brasil. A quinta parte, por fim, traz esta caracterização para fundamentar novos elementos para explicar a saída dos renovadores do partido ao qual eram filiados – o PCB.

1.1. O método prosopográfico e a delimitação do *locus* empírico

A prosopografia desponta como um recurso privilegiado para esta análise pois, conforme destacado por Stone, ela pode ser considerada como uma estratégia “idealmente adequada para revelar as redes de vínculos sociopsicológicos que mantêm um grupo unido” (STONE, 2011, p. 128). Isto é válido, ademais, mesmo que o conjunto aqui estudado não possa ser caracterizado por vínculos orgânicos que possibilitem dizer que todos eles formaram um mesmo *grupo*. Deste modo, os pontos de convergência e divergência entre os agentes estudados constituem-se uma questão - e não um ponto de partida.

O próprio recorte dos agentes analisados, portanto, é uma etapa central em todos os estudos prosopográficos (STONE, 2011). No caso da presente pesquisa, a delimitação do *locus* empírico foi realizada a partir do reconhecimento dos pares, apreendido pelo cruzamento dos nomes citados como integrantes do “grupo” que ficou fortemente reconhecido pela identificação ao chamado “eurocomunismo” e pelo pertencimento ou proximidade à chamada “corrente renovadora” do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com o decorrer da pesquisa, percebeu-se que as menções relativas à participação na corrente por vezes confundiam-se com outras denominações: “base de Paris”, “núcleo de Paris”, “grupo de Armênio”. Decorreu daí a opção metodológica de incorporar na análise não só as referências diretas à participação na chamada “corrente renovadora”, excluindo aqueles que foram mencionados, pelos próprios pares, apenas uma vez.

Desta forma, priorizou-se a identificação pelos pares, na qual a listagem feita por Santos (1994, p. 38) ganha destaque, mas sem ignorar a identificação em trabalhos acadêmicos. Isto é o que justifica a exclusão, do escopo principal, de agentes como Marco Aurélio Nogueira, Luiz Hildebrando e Zuleika Alambert. Isto, contudo, não significa ignorar o peso destas trajetórias

na conformação do espaço social no qual atuaram. A análise aqui operada, portanto, traz considerações que extrapolam os agentes selecionados, sendo útil para a compreensão das relações entre a política e a intelectualidade – em especial, em se tratando de intelectuais comunistas que atuaram nas décadas de 1970 e 1980.

Chegou-se, assim, a um conjunto de nove agentes que lograram afirmar-se como “portavozes”/representantes de uma corrente de pensamento e atuação política que ficou reconhecida por defender um determinado modelo de democracia, pela identificação com o “eurocomunismo” e por sua participação em disputas internas ao PCB na condição de integrantes da “corrente renovadora”. São eles: Armênio Guedes, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Milton Temer, Ivan de Otero Ribeiro, Antônio Carlos Peixoto, Aloysio Nunes Ferreira e Mauro Malin²⁹.

Tal recorte não pretende abarcar uma seleção exaustiva de todos aqueles que estiveram de algum modo identificados (por si próprios e/ou por terceiros) com o eurocomunismo ou com a “corrente renovadora”. Na medida em que a própria definição de quem está/esteve no grupo é algo em permanente disputa, tal empreitada tornar-se-ia inviável. Preferiu-se, aqui, incorporar na construção do objeto a análise desta disputa.

Assim, quanto ao recorte do conjunto de agentes analisados, um primeiro elemento que podemos destacar refere-se à existência reiterada de menções que veem estes agentes como detentores de certas características em comum, o que inclui a defesa de determinadas posições e ideias. Isto, vale frisar, se dá a despeito da diversidade interna, que tais relatos – muitas vezes de teor memorialístico – contribuem para ofuscar.

O depoimento de Marco Aurélio Nogueira - reconhecido e autoidentificado como “eurocomunista” - concedido a Sandro Vaia (2013) pode ser ilustrativo. Diz Nogueira:

o grupo que estava na Europa e de certo modo girava em torno de Armênio era grande (...). Não o víamos como alguém que fizesse parte de um grupo de intelectuais ou de uma ala do partido, que estivesse interessado na luta interna de forma ativa. Acho que o grupo de Armênio nunca existiu (VAIA, 2013, p. 165).

O trecho acima reflete uma contradição, na medida em que demonstra que a existência de um grupo em torno de Armênio Guedes é tanto negada quanto afirmada. Esta contradição, porém, não pode aqui ser vista como um erro. Ela reflete a percepção de certas pessoas quanto à existência de um grupo, que é contraposta às lembranças de Nogueira, que vivenciou e participou das experiências dos “renovadores”. Podemos, assim, afirmar que, por mais que a chamada “corrente renovadora” não tenha se constituído como um grupo minimamente coeso,

29 Conferir Anexo 2.

havia uma espécie de “mundo exterior” (WILLIAMS, 1999, p. 141) que nomeia um determinado conjunto de agentes a partir de um ou mais termos, sendo que a caracterização enquanto ‘intelectuais’ é das mais recorrentes – ou, mais especificamente, enquanto “jovens intelectuais” (SANTOS, 1994, p. 38).

A tentativa de objetivar quem seriam os renovadores eurocomunistas no Brasil esbarra ainda em outra dificuldade. Se, em certos momentos, há depoimentos que fazem parecer existir um grupo constituído pela grande maioria dos comunistas exilados na Europa ocidental e por um amplo contingente de militantes no Brasil, em outros tem-se a impressão de que os responsáveis pela defesa das posições “eurocomunistas” seriam um conjunto restrito de amigos. Percebe-se, assim, que aceitar uma definição partindo exclusivamente de uma listagem feita em um relato autobiográfico ou pelos participantes de uma determinada revista seria eximir-se de tentar compreender as disputas, os processos e interesses em torno da definição de quem são os agentes autorizados a falar em nome da “renovação” dos comunistas brasileiros, da “democracia como valor universal”, etc.

Este “esfumaçamento” de fronteiras é visível tanto em documentos produzidos pelos agentes que protagonizaram tais disputas, quanto em estudos de viés acadêmico (como se pode ver no Anexo 2). A historiadora Dulce Pandolfi, por exemplo, afirma que, em fins da década de 1970, “sem uma articulação orgânica mas compartilhando ideias comuns, crescia no interior do partido o grupo de militantes da chamada ‘corrente renovadora’” (PANDOLFI, 1995, p. 212); e, logo após, afirma que, “em março de 1980 o grupo renovador aglutinou-se em torno do semanário *Voz da Unidade*” (PANDOLFI, 1995, p. 216), sendo afastados da direção do jornal um ano depois.

Não à toa, as listagens feitas pelos agentes envolvidos nestas disputas são geralmente seguidas por uma incógnita referência a “muitos outros jovens intelectuais” (SANTOS, 1994, p. 38), entre outras menções análogas. Esta indefinição não é casual: contribui para legitimar os citados como representantes de um grupo mais amplo. Mas, para além desta abstrata referência a um conjunto não nominado, há um grupo restrito de nomes que aparecem reiteradamente identificados com o conjunto aqui mencionado.

Armênio Guedes é recorrentemente apontado como a principal liderança e como representante da postura assumida pelo “grupo”, o que geralmente vem com referências à sua “longa trajetória”. Além da idade, pesa o fato de Armênio ter ocupado cargos de direção no

Comitê Central do partido, enquanto os demais costumavam ficar afastados dos cargos de comando³⁰.

Na leitura da realidade e da história do PCB feita pelos integrantes da “corrente renovadora”, a vida de Armênio seria exemplar do que haveria de melhor na tradição pecebista. Deste modo, na gestão e construção da identidade do grupo, ganha destaque uma série de homenagens a Armênio e depoimentos sobre ele, que costuma ser apresentado como um dos protagonistas dos eventos que os eurocomunistas brasileiros reivindicam como mais importantes para a definição da linha política que o partido *deveria* adotar³¹ e como alguém que defendeu sempre, nas palavras de Mauro Malin (2018, p. 17), o “caminho pacífico para as conquistas sociais” e a “ampliação constante da democracia”.

Paralelamente à percepção de Armênio como principal liderança, a identificação e autoidentificação destes agentes dá-se com referência à defesa da “*democracia como valor universal*”. Esta é uma referência a um discurso de Enrico Berlinguer³², um dos principais políticos do “eurocomunismo”, e é também o título de um ensaio de Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, 1979). Como se pode ver na afirmação de José Paulo Netto:

Muito grosseiramente, no regresso, em 1979, havia três pedaços no PCB: *o pedaço dos intelectuais a que eu era diretamente ligado (por isto, mencionei o Leandro e o Carlos Nelson) e que reunia mais gente, que ficou conhecido como “grupo renovador”*; havia um segundo eixo em torno de Prestes (...); e havia, ainda, o segmento majoritário da direção do Partido, de que Prestes divergia (NETTO, 2017, s/p, grifos meus).

Ou, como menciona o professor José Augusto Rodrigues em homenagem que fez a Antônio Carlos Peixoto:

Do ponto de vista político e intelectual, Antônio Carlos esteve sempre alinhado a determinados intelectuais comunistas como Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho, que colocavam dentro do PCB a questão da democracia e da necessidade de repensar caminhos novos seja para a organização interna dos Partidos Comunistas, seja para o próprio projeto socialista de sociedade (BRITO *et all*, 2013, p. 206).

³⁰ Para um conjunto de informações biográficas que contribuem para explicar a sua posição de liderança, ver Nota de Rodapé Número 7, na Introdução da tese.

³¹ Um exemplo é a Resolução do Comitê Estadual da Guanabara, de 1970. Nas palavras de Vianna (1989, p. 155), “O documento preconiza a luta pelo fortalecimento das instituições liberal-democráticas”. Diz o historiador Marcos Napolitano: “A definição do regime militar brasileiro como uma ‘ditadura fascista’, sugerida pelo Comitê Estadual da Guanabara em 1970 e ratificada pelo Comitê Central em 1973 e 1977, reforçou ainda mais as posições que assumiam a ‘questão democrática’ como eixo da resistência frentista” (NAPOLITANO, 2014, p. 45). O mais relevante a destacar aqui, porém, é que para os agentes que compunham o grupo, tal documento foi lido como um marco no processo de valorização da democracia política. O capítulo 9 (p.187-208) da biografia de Armênio Guedes escrita por Mauro Malin (2018) traz uma exposição (bastante elogiosa) deste documento. Ver também Ramos (2013, p. 116).

³² Enrico Berlinguer nasceu em 1922, na Itália. Foi secretário-geral do do Partido Comunista Italiano (PCI) entre 1972 e 1984, sendo um dos principais articuladores do “compromisso histórico” e uma das principais expressões do que ficou conhecido como “eurocomunismo”. Ver: Berlinguer (2009).

O texto de Carlos Nelson Coutinho foi publicado primeiramente pela revista *Encontros com a Civilização Brasileira* logo após o retorno dos mesmos ao Brasil, e trazia fortes marcas de Gramsci, Lukács e do movimento internacional eurocomunista (RAMOS, 2013). Foi, primeiramente, discutido dentro dos espaços pecebistas no exílio, mas também teve amplo impacto fora do partido (NAPOLITANO, 2014). O texto passa, a partir de então, a representar uma posição (marcada pela defesa de uma “renovação” teórica, da democracia sem adjetivações, pela negação do viés insurrecional etc.) a partir da qual os demais agentes atuantes no espaço irão se posicionar³³.

1.2. O PCB, os intelectuais e os impulsos da “renovação”

1.2.1. Leituras endógenas

As leituras que os próprios integrantes da “corrente renovadora” fazem da história do PCB são insistentes em afirmar que os primeiros “impulsos de renovação” não surgiram deles próprios, mas tinham raízes na história mais longínqua do partido. Nesta reconstrução, ganha destaque os embates travados nas imediações do XX Congresso do PCUS, em 1956, naquilo que Raimundo Santos chamou de “primeira renovação pecebista” (SANTOS, 1994). Este “processo de revisão e renovação” (TAFARELLO, 2009, p. 17) de meados da década de 1950 é visto como uma resposta ao suicídio de Vargas (em 1954) e, principalmente, ao relatório apresentado por Nikita Krushev³⁴ denunciando os crimes cometidos por Stálin – seria, além de tudo, uma espécie de “embrião” da crise que veio a assolar o PCB em fins da década de 1970 e início da seguinte. A década de 1950, portanto, é vista como um ponto de inflexão na trajetória política do PCB, um momento em que este teria passado a “valorizar a política” (SANTOS, 2012, p. 21) – ou seja: afastar-se das propostas do “Manifesto de Agosto de 1950” e de seu “sectarismo” e “golpismo”, o que teria culminado na “Declaração de Março de 1958”³⁵.

³³ O capítulo 4 é dedicado à análise pormenorizada das condições de produção e circulação deste texto.

³⁴ Este relatório foi publicado no XX Congresso do PCUS, em 1956, logo após a morte de Stálin, que ocorrera em 1953. O relatório trazia críticas ao “culto à personalidade”, além de denúncias contra os chamados “crimes de Stálin”. Ele teve um significativo impacto em todo o movimento comunista internacional. No caso do Brasil, ele motivou a emergência de diversas posições em relação à figura de Stálin e ao modo como suas posições reverberaram na política do PCB – ocasionando, inclusive, a cisão de alguns grupos partidários. As divergências gestadas em meio a este debate foram centrais na cisão do PCB que ocorrera em 1962, dando início do PCdoB (SALES, 2007, 2008). Sobre o impacto deste relatório no PCB, pode-se ver Rodrigues (1978, págs.422-425). Leandro Konder (1980), em capítulo intitulado como “A ‘destalinização’”, também comenta o impacto da recepção do documento no PCB.

³⁵ O “Manifesto de Agosto de 1950” defendia a necessidade de uma transformação revolucionária do país, que possibilitasse o rompimento do seu caráter feudal e dependência do imperialismo, e caracterizava o regime iniciado

Em última instância, este “impulso renovador” vinha desde a própria fundação do Partido, em 1922, com Astrojildo Pereira³⁶ – agraciado por seu “relevo intelectual”³⁷, repúdio ao “sectarismo” e por ter tido um “papel significativo no esforço para a renovação do debate marxista no país [década de 1950]” (NETTO, 2004, p. 166). Tal qual os intelectuais da “corrente renovadora”, Astrojildo teve autoridade intelectual reconhecida, mas não ocupou altos cargos na estrutura partidária e manteve-se sempre como um “publicista”, atuando no que José Paulo Netto chamou de “trabalho cultural”.

Astrojildo Pereira era ainda um dos dirigentes da revista Estudos Sociais³⁸, em que Armênio Guedes começa a trabalhar, a partir de 1959, como secretário de redação. Paralelamente, Armênio começa a trabalhar na revista Novos Rumos, também ligada ao partido, mas que, segundo Armênio, era um “órgão oficioso, não oficial”, e “uma revista ligada ao que se poderia chamar de ciência social socialista” (MALIN, 2018, p. 136). Armênio registra ainda que, em disputas internas para definir o caráter da revista Novos Rumos, formou-se um grupo com ele, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e outros, para defendê-la como um órgão um tanto mais autônomo à política partidária (MALIN, 2018, p. 136)³⁹.

em 1946 como uma “ditadura feudal burguesa serviçal do imperialismo” (VIANNA, 1989, p. 137). Ele trazia orientações que foram reiteradas no IV Congresso do PCB, realizado em 1954. Já a chamada “Declaração de Março de 1958”, de autoria do Comitê Central, fora publicada no jornal Voz Operária e tinha, entre seus autores, Armênio Guedes (a listagem de Pandolfi traz ainda, como autores: Mário Alves, Giocondo Dias, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba). De acordo com a memória oficial do partido que foram construída na década de 1980, este documento é considerado como um marco na “refundação”, em que o partido teria passado a compreender e valorizar a democracia, bem como conquistado autonomia frente ao PC da URSS. Esta guinada teria sido a responsável por fazer o PCB se afastar do viés golpista anterior e levado o partido a adotar a política mais correta durante a ditadura militar – ou seja, de condenação da luta armada (PANDOLFI, 1995, p. 183-186). A história do PCB que passou a ser contada pelos “renovadores” também vê este documento como um importante ponto de inflexão na história do partido, valorizando a participação de Armênio Guedes em sua confecção, a importância que o documento teve para a valorização da democracia e para a atuação política do PCB durante o período ditatorial mas, diferentemente da memória oficial, eles não deixa de apontar ambiguidades no documento em relação à defesa da democracia (ver VIANNA, 1989).

³⁶ Pereira nasceu no Rio de Janeiro (município Rio Bonito), em 1890. Foi escritor e jornalista, além de político. Foi um dos fundadores do Partido Comunista no Brasil, em 1922. Apesar de ter sido eleito secretário-geral do partido em 1922, sua relação com a direção do PCB teve momentos bastante conflituosos, ocorrendo inclusive um momento em que ele foi obrigado a se afastar do partido (década de 1930), seguido de uma reaproximação em 1945. Faleceu em novembro de 1965. Para mais informações sobre sua vida, consultar o verbete histórico-biográfico disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/astrojildo-pereira-duarte-silva>

³⁷ Termo utilizado por José Paulo Netto (2004, p. 163).

³⁸ Caracterizada por Netto (2004) como “renovadora”, a Estudos Sociais foi apresentada em seu primeiro número, de 1958, como: “uma revista de tendência marxista, e como tal pretende intervir, democraticamente, ao lado de outras correntes do pensamento”. Acrescenta-se ainda que o marxismo desenvolvido no Brasil era “fechado e dogmático”, sendo objetivo da revista contribuir para sanar tais deficiências (p. 3 e 4). Rubim aponta como responsáveis pela revista: “Astrojildo Pereira, Armênio Guedes e, mais tarde, Jorge Miglioli” (RUBIM, 2007, p. 393).

³⁹ Leandro Konder (2008, p. 53-54) também comenta este episódio na Revista Estudos Sociais como marcante na sua aproximação com Armênio, adicionando que houve polêmica semelhante na Revista Novos Rumos, em que Carlos Nelson Coutinho, por meio de cartas enviadas da Bahia, somou-se aos dois.

A importância da figura de Astrojildo Pereira para a história dos “renovadores” pode ser vista, também, pela republicação de um de seus textos na *Temas de Ciências Humanas*, revista que contou com a participação ativa de muitos dos intelectuais englobados neste estudo⁴⁰. O referido texto fora publicado inicialmente em abril de 1944, no livro intitulado *Interpretações*. Milton Lahuerta analisa com detalhes a importância do ensaio para o período em que foi publicado, destacando o mérito de Astrojildo Pereira de trazer, diferentemente do que era comum na esquerda da época, uma “proposição de política cultural que se pretende ampla e democrática” (LAHUERTA, 2014, p. 161). Além do mais, neste mesmo artigo “Astrojildo procura demonstrar que, mantendo-se o pluralismo de posições, seria possível e necessária a constituição de uma ampla frente de intelectuais” (LAHUERTA, 2014, p. 168). Esta defesa pela construção de uma frente ampla e democrática, reivindicada no artigo de Astrojildo escrito em meio à transição da ditadura do Estado Novo, era também reivindicada pelos “comunistas democráticos”⁴¹ que atuavam durante a transição da ditadura militar brasileira.

Um dos elementos que caracterizaram o impacto do Relatório Krushev no PCB – e em outros PCs – refere-se à necessidade de construção de uma “via nacional” (TAFARELLO, 2009). E assim, paralelamente a uma crítica ao “stalinismo”, surgia também, em certos setores do partido, uma tentativa de fazer com que o “caminho” para o socialismo fosse pensado com certa autonomia, clamando por uma maior autonomia frente ao PCUS. Cabe frisar, porém, que estas novas orientações não foram acatadas de modo hegemônico. O Comitê Central chegou a efetuar tentativas de impedir que seus militantes debatessem publicamente e levassem adiante tais pautas. Mas, apesar de tais tentativas, os intelectuais ligados ao partido e a imprensa partidária foram mobilizados para divulgar e debater o “discurso renovador” e as “teses renovadoras” (TAFARELLO, 2009, p. 26)⁴².

Uma análise mais detalhada sobre os intelectuais do período, e que destaca a contribuição de Astrojildo, pode ser vista em *Elitismo, autonomia, populismo* (LAHUERTA, 2014).

⁴⁰ Destaca-se, como os realizadores da Revista: Marco Aurélio Nogueira, Gildo Marçal Brandão, Raul Castell, José Chasin e Nelson Werneck Sodré (VAIA, p. 157). Marco Aurélio Nogueira destaca como pessoas que participaram ativamente da revista, além destes: Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e José Paulo Netto (NOGUEIRA, 2017). Esta mesma revista também publicara, em 1981, outro importante documento para a história dos embates pela democracia no PCB, conforme a leitura destes intelectuais: a *Resolução Política do CE da Guanabara*, cujo principal autor fora Armênio Guedes (VAIA, 2013, p. 157).

⁴¹ O termo “comunismo democrático” é utilizado por Maria Alice Rezende de Carvalho, em artigo em que ela busca demonstrar a existência de uma “perspectiva política” calcada pela valorização da democracia. Esta perspectiva, em sua argumentação, teria início desde a década de 1920, atingindo seu auge com os “renovadores” das décadas de 1970-1980 (CARVALHO, 2007).

⁴² Em reação ao debate instaurado, o próprio Prestes lançou um documento que ficou conhecido como “Carta Rolha”, em que ele afirmava ser inadmissível quaisquer ataques à URSS ou ao PCUS. A publicação do relatório também ocasionou mudanças significativas nas trajetórias e projetos de diversos intelectuais, como, por exemplo, Jorge Amado (ALMEIDA, 1979). Sobre o impacto deste relatório na imprensa comunista, ver Ferreira (2013).

Temos, portanto, dois elementos que podem ajudar a explicar a importância dos intelectuais no período: o clamor por uma interpretação da realidade que não estivesse meramente submetida a reproduzir as linhas traçadas pelo PCUS e a imprensa partidária como um *locus* que foi privilegiado para efetuar tais disputas. Também chama atenção a leitura de que haveria, desde o início da história do PCB, um embate entre os setores adeptos e contrários à democracia.

Quanto a esta relação entre o PCB e os intelectuais ventilada por estes autores/atores, cumpre destacar dois elementos de interesse mais propriamente teórico. Primeiramente, que a maior parte destas leituras foram feitas por atores preponderantemente envolvidos (ELIAS, 1998) em tais disputas e eram, elas mesmas, instrumentos mobilizados nestas lutas. Pautar a história do PCB a partir destes critérios constituía-se, portanto, em um modo de legitimar suas próprias posições no presente, um modo de fazer com que a defesa da “renovação” e da “democracia” feita por estes agentes pudesse ser vista como uma continuidade à “tradição” comunista, reivindicando-se, assim, a autoridade do legado simbólico do partido. Em segundo lugar, cumpre frisar que tais leituras são úteis não só como fonte, mas para a construção de hipóteses, pois remetem a eventos reais, por mais que seu teor envolvido e memorialístico façam com que, por vezes, elas deem colorações furtivas à história (POLLAK, 1989).

1.2.2. Os intelectuais e o PCB

Já na década de 1940 o PCB apresentava a “pretensão de organizar a cultura” (LAHUERTA, 2014, p. 84), o que já é um indicativo da importância que o trabalho intelectual possuía para o partido. Esta importância pode ser ressaltada pelas várias revistas e jornais editadas pelo partido ou que se situavam em sua órbita. Exemplos importantes deste período foram a Editora Vitória e a Edição Horizonte. Tais iniciativas garantiam também um público-alvo cativo e uma certa visibilidade dos intelectuais comunistas para fora do universo estritamente partidário, posto que suas publicações eram vendidas também para não-militantes. Mas traziam como contrapartida a necessidade de submissão às orientações partidárias, o que gerou diversos conflitos entre os intelectuais e as suas direções. Referindo-se em especial ao período entre 1945 e 1947, diz Lahuerta:

A preocupação abrangente com a organização da cultura faz com que o PC (...) apareça a intelectuais e artistas como o detentor de um mandato social. Nesse sentido, seu poder de atração não se limita à literatura e ao jornalismo, atingindo intelectuais de áreas as mais diversas (...). A intensidade dessa relação é de tal monta que não seria exagerado considerar que há uma verdadeira absorção de artistas e escritores pelo

sistema de editoras e pela rede de imprensa do PC (...). Essa estrutura vai se articular de tal modo que o intelectual passa a ser bastante valorizado, porém, não como formulador de políticas ou organizador da cultura, mas como propagandista dos símbolos e dirigentes do partido. Em busca de um mandato social que lhe garantisse o acesso ao povo, o intelectual encontra no PC o caminho para obter um público, mesmo que tendencialmente isso signifique também a sua esterilização na propaganda e na ornamentalidade (LAHUERTA, 2014, p. 114-115).

Percebe-se logo que este trabalho político mais propriamente focado nas intervenções escritas e editoração de periódicos era relativamente desvalorizado em meio às instâncias partidárias, por vezes pejorativamente identificado como “coisa de Astrojildo” (RUBIM, 2007, p. 390). Portanto, não é casual que os militantes com atuação intelectual reconhecida fiquem à margem dos postos mais altos de direção partidária. Este é um elemento destacado tanto em estudos sobre a composição social da direção partidária (RODRIGUES, 1978) quanto sobre os intelectuais comunistas (RUBIM, 2007) e nas leituras endógenas (MALIN, 2018)⁴³.

Logo, os militantes classificados como intelectuais – como Astrojildo Pereira e Armênio Guedes - podiam até não ser a maior parte da direção do PCB ou ocupar posições subordinadas, mas a presença deles estava longe de ser insignificante. Havia mesmo – o que não é exclusividade do PC brasileiro -um certo *ethos* relativo à necessidade de apropriação de bens simbólicos, tanto no que tange a produções literárias quanto científicas (RUBIM, 2007).

O êxito eleitoral que o partido obteve em 1945 foi acompanhado pelo crescimento do partido entre os intelectuais, que por vezes vinculavam-se ao partido, fosse na condição de simpatizantes ou de filiados – e, ocasionalmente, disputando eleições e ascendendo à direção (RODRIGUES, 1978). Mas, apesar da expressiva participação dos intelectuais, este mesmo autor aponta que a dedicação e profissionalização necessárias para ascender na hierarquia partidária eram improváveis de acontecer no caso de intelectuais e artistas. Menos afeitos à disciplina partidária, estes necessitavam de “intercambio constante com a sociedade inclusiva, assim como liberdade de expressão e de criação” (RODRIGUES, 1978, p. 412).

⁴³ O depoimento de Marco Aurélio Nogueira segue neste mesmo sentido. Em suas palavras: “essa é uma fase em que os intelectuais existiam basicamente com duas funções. Uma era a função de representar ou dar visibilidade ao Partido Comunista (...). Havia dezenas de intelectuais, no sentido amplo – arquitetos, engenheiros, médicos, professores, pesquisadores, artistas, montes de artistas – que tinham essa função, eram uma espécie de emblema para os demais. Eles mostravam: “olha, o partido comunista não pode aparecer, portanto, acreditem no que estou falando”. Eu estou ironizando um pouco, mas era essa uma das grandes funções dos intelectuais. Tanto que, mais tarde, quando eu me aproximei do partido, sempre houve uma crítica ao que nós chamávamos de “o uso instrumental dos intelectuais”, ou seja, os intelectuais serviam – não só para isso, mas também para isso – para dar face pública ao partido. O partido não estava muito interessado no que eles pensavam, no que eles faziam. Queria usar o prestígio que vários intelectuais tinham para se manter vivo como partido, ainda que clandestino” (SILVA, 2021, p. 351-352).

A crise instaurada com a divulgação do Relatório Kruchev parece ser de fato um ponto de inflexão no afastamento de intelectuais em relação ao partido, com destaque para os que atuavam na imprensa. Nas palavras de Rubim:

A morte de Stálin, a lenta distensão acontecida, as pequenas e paradoxais mudanças na ‘linha justa’ do partido e, principalmente, o XX Congresso de PCUS abrem uma profunda crise no partido nos anos 1956-1958. A repercussão da crise entre a intelectualidade é avassaladora. Os intelectuais e a juventude são os setores do partido mais atingidos pela crise. Muitos intelectuais abandonam, ruidosamente ou não, o partido, tornando-se, em alguns casos, raivosos anticomunistas. Outros simplesmente renunciam à militância (RUBIM, 2007, p. 424).

Não só no Brasil, mas em vários partidos comunistas ao redor do mundo os desdobramentos do XX Congresso foram vistos como uma possibilidade de “renovação”, por mais que uns fossem mais céticos que outros e que não haja, até hoje, consenso quanto a isto estar mais próximo à realidade ou ao desejo dos militantes/analistas (MAGRI, 2014).

1.2.3. O espaço intelectual no período

O peso do partido no meio intelectual pode ser explicado, também, por conta da característica do espaço intelectual de então. Sendo um espaço em vias de formação, as condições materiais para o exercício intelectual passavam, em sua maior parte, pela política⁴⁴. Não foi à toa, portanto, que na década de 1930 o tema do “proletariado” se impôs como um assunto geral, mesmo para intelectuais identificados com a direita e em meio aos desacordos em torno do seu significado. O reconhecimento das obras passava, neste contexto, pela vinculação a um movimento político (ALMEIDA, 1979).

Distantes das universidades, os intelectuais de então orbitavam o Estado, ou mesmo integravam-no (MICELI, 2001). Sentiam-se imbuídos do dever de contribuir com a construção do Estado nacional por meio de um “ensaísmo ilustrado” direcionado para os próprios agentes do Estado – e não para os pares, alunos ou pesquisadores –, que deveriam ser os responsáveis por civilizar a sociedade brasileira, vista como atrasada (VIANNA, 1997, p. 181)⁴⁵.

Subsequentemente, percebe-se o relevo, por um lado, da chamada “escola de sociologia da USP”, encabeçada por Florestan Fernandes. A construção da identidade deste grupo passava fortemente pelo espaço universitário e pela busca do rigor científico, sem que isto significasse

⁴⁴ Sobre o período compreendido entre 1920 e 1945, Miceli analisa os três principais setores em que atuavam os intelectuais do período – “1) as organizações partidárias e as instituições culturais dependentes dos grupos dirigentes de São Paulo (...); 2) o mercado do livro; 3) por fim, o serviço público” (MICELI, 2001, p. 76).

⁴⁵ Exemplos possíveis: “Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna” (VIANNA, 1997, p. 181)

a impossibilidade de intervenção política (ARRUDA, 1995). Na leitura destes intelectuais, a modernização deixa de ser uma incumbência exclusiva do Estado, passando para o âmbito societário (VIANNA, 1997, p. 190)

Em condições distintas, mas coexistindo com os citados anteriormente, há os intelectuais cariocas, mais próximos ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A condição de capital federal aliada à ausência de um amparo institucional universitário contribuíram para uma maior valorização do papel do Estado e para que os cientistas sociais prescindissem da mediação da universidade para intervir no espaço público (VIANNA, 1997). Apesar das divergências, havia como tônica dos intelectuais de então o apreço por construir interpretações do Brasil, alimentadas pelo sentimento de estarem contribuindo com a “missão civilizatória” e com a modernização da nação (KEINERT, 2011).

Podemos apreender, a partir de tais considerações, que muitos dos intelectuais comunistas que atuaram nas décadas de 1940 e 1950 estavam em uma posição relativamente dúbia, posto que o reconhecimento enquanto intelectual – advindo não só dos militantes comunistas, mas de um público mais amplo – não era acompanhado pela ocupação de posições de destaque na hierarquia partidária. E, ao mesmo tempo, a própria condição de existência dos intelectuais exigia sua politização, em um exercício que era ao mesmo tempo político, jornalístico e intelectual. Fica claro, portanto, que em um espaço intelectual pouco profissionalizado, o aval de um movimento político era central na conformação das condições de atuação dos mesmos, que construíam obras cujos temas e critérios de avaliação eram eminentemente políticos (ALMEIDA, 1979). Como veremos a seguir, tais condições transformaram-se substantivamente nas décadas seguintes.

1.3. Gênese e perfil da “corrente renovadora”

1.3.1. Recorte geracional:

Para além da dificuldade de recorte do *locus* empírico, conforme mencionado, pode-se perceber alguns traços constitutivos do “grupo” – a partir dos quais e contra os quais ele se afirma. Werneck Vianna, um dos “eurocomunistas” à época, menciona:

nós tínhamos um grupo com uma identidade muito próxima no partido comunista, nós nos encontrávamos quase que como uma facção e acabamos adotando uma identidade particular nisso, especialmente na época do exílio, em torno do que hoje se convencionou chamar o grupo da democracia como caminho universal (VIANNA, 2013, p. 31).

Quanto a estes traços constitutivos destaca-se, primeiramente, a percepção de alguns dos protagonistas e dos “intérpretes” do grupo quanto à existência de um recorte geracional. Sandro Vaia, por exemplo, jornalista e “biógrafo” de Armênio Guedes, refere-se a eles como “militantes mais jovens, que não conviveram com os velhos vícios do partido” (VAIA, 2013, p. 156); Raimundo Santos refere-se a eles como sendo “jovens intelectuais” (SANTOS, 1994, p. 38).

Esta percepção endógena pode ser explicada a partir de alguns dados. A começar pela faixa etária, relativamente próxima. Com exceção de Armênio Guedes - nascido em 1918 - os demais nasceram entre 1935 e 1947, com uma maior concentração entre o final da década de 1930 e início da década seguinte.

Também podem ser elucidativos os dados referentes ao período de filiação destes agentes ao partido. Com exceção de Armênio Guedes e de Leandro Konder, que se filiaram ao partido em 1951, as demais filiações espalharam-se pela década de 1960 (para dois deles não foi possível obter a informação⁴⁶). Desta forma, os dados apresentados reiteram parcialmente o que já foi destacado pela historiadora Dulce Pandolfi (1995) quanto ao fato de a maioria dos “renovadores” terem ingressado no partido nas décadas de 1950 e 1960.

Conforme já destacado, os próprios integrantes veem o final da década de 1950 como um marco, reivindicando certas posições assumidas na Declaração de Março de 1958, que teriam incorporado os impactos do chamado Relatório Krushev e a formulação de uma proposta de “renovação” e defesa da democracia.

Neste sentido, a filiação neste período pode ajudar a explicar certas disposições do grupo a possuir práticas distintas dos “antigos” e a fazer distintas leituras da realidade, posto que o momento em que eles passam a integrar o partido foi marcado pela contestação ao principal dirigente do movimento comunista internacional (Joseph Stálin), então recentemente falecido. Até então, contestações com este viés eram pouco comuns no movimento comunista internacional, marcado por uma hierarquia rígida e pela rejeição a críticas dirigidas ao “querido guia e educador, o Grande Stálin”⁴⁷.

Não é casual, portanto, que a “corrente renovadora” fosse identificada pela crítica às práticas do então principal dirigente do Partido, Luiz Carlos Prestes. Na perspectiva por eles sustentada, Prestes seria representante das posturas “antiquadas”, ligadas a Stálin ou ao PCUS

46 É o caso de Ivan de Otero Ribeiro e Antônio Carlos Peixoto.

47 Trecho retirado do Discurso no Comício de Pesar pelo Falecimento do Camarada Stálin. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/45/beria.htm

– enfim, posturas que deveriam ser “renovadas”. Ao mesmo tempo, a filiação neste período ajuda a formar uma leitura de suas próprias vidas que reforça a identificação com posturas “renovadas”, distinguindo-os dos inimigos do momento em que a “corrente” ganha sua fisionomia mais clara – ou seja, fins da década de 1970 e o período de preparação do VII Congresso do PCB, realizado entre 1982-1983.

1.3.2. Estado de nascimento e atuação prioritária:

Outro elemento importante refere-se ao local de nascimento e, em especial, de formação/atuação prioritária dos agentes. Do total, 6 nasceram no Rio de Janeiro, 2 na Bahia e 1 em São Paulo.

A concentração do vínculo com o Rio de Janeiro, portanto, é destacada. E pode ser reiterada pelo fato de que 7 dos 9 agentes atuaram prioritariamente no Rio de Janeiro e 2 em São Paulo. Majoritariamente carioca, os agentes aqui estudados mantinham um importante vínculo com São Paulo.

Armênio Guedes, por exemplo, considerado como o “líder” do grupo pelos próprios integrantes, manteve um vínculo intenso com os dois estados. Em 1948 passa a ser responsável pelo “trabalho de propaganda” da direção estadual do PCB de São Paulo, momento no qual conhece Zuleika Alambert, que se tornou sua companheira até meados da década de 1970. Já em 1967, ele passa a integrar a direção estadual da Guanabara.

Dos “renovadores” mais jovens, pode-se destacar a trajetória de Luiz Werneck Vianna. Napolitano chama atenção para este ponto:

Carioca ligado ao PCB, Vianna passou uma temporada importante em São Paulo, entre 1971 e 1975, cursando o doutorado na USP, sob orientação de Francisco Weffort. Também circulou pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e pela Unicamp, onde lecionava quando foi preso, em 1975. Depois de um interrogatório policial, fugiu para o Rio de Janeiro, onde se abrigou, “meio clandestino”, na casa de Paulo Pontes e Bibi Ferreira, para concluir sua tese de doutorado, defendida na USP em 1976 (...). Vianna foi também uma espécie de articulador das oposições intelectuais de São Paulo – mais centrada no profissionalismo acadêmico-institucional – e do Rio de Janeiro – cuja tradição remete à sociabilidade cultural mais difusa, oscilando entre a boemia literária, o jornalismo, a burocracia oficial, as artes e as Universidades (NAPOLITANO, 2014, p. 52).

Destaca-se, portanto, a configuração de um grupo que transitava entre os dois estados brasileiros que ocupam, tanto no quesito econômico quanto cultural e político, uma posição central no espaço nacional. Não só as principais instituições acadêmicas estavam nestes estados, mas também as iniciativas políticas de oposição que adquiriram um maior relevo nacional –

como atesta, por exemplo, os veículos da chamada “imprensa nanica”, a vitalidade do movimento sindical de São Paulo e iniciativas como o festival musical realizado no Rio de Janeiro em homenagem ao dia do trabalhador, em 1981, em que ocorreu o “atentado do Riocentro”. Também é significativo que, em termos eleitorais, o conjunto englobado neste estudo tenha uma experiência bem-sucedida em cada um dos dois estados⁴⁸.

1.3.3. Escolarização e produção intelectual prévia

Em especial por conta de sua forte caracterização enquanto “intelectuais”, também é significativa a análise do grau de instrução formal adquirido por eles, bem como a existência de uma possível recorrência das áreas estudadas. Dos 09 englobados nesta prosopografia, 8 obtiveram graduação em cursos da área de ciências humanas e sociais (1 em filosofia⁴⁹; 2 em ciências sociais⁵⁰; 1 em economia política⁵¹; 2 em história⁵²; 4 em direito⁵³). Três fizeram mais de um curso⁵⁴. O único que não realizou um curso dentro da área das ciências humanas e sociais foi Milton Temer, formado pela Escola Naval do Rio de Janeiro em 1959.

Também é digno de nota que apenas três tenham se restringido à graduação (um deles – Mauro Malin - com um doutorado incompleto em história, pela USP), com os demais cursando o mestrado (1) e o doutorado (4), além do caso atípico de Carlos Nelson Coutinho, que da graduação em filosofia, em 1965, tornou-se livre-docente em política social pela UFRJ (1988); destaca-se também o fato de que muitos destes agentes fizeram uma graduação ou pós-graduação no exterior – o que indica um alto grau de capital cultural institucionalizado⁵⁵, em um momento em que ele é relativamente raro na sociedade brasileira.

48 A eleição de Milton Temer, para deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Rio de Janeiro, em 1986 e para deputado federal, eleito pelo PT do Rio de Janeiro, em 1994 e reeleito em 1998; e as eleições de Aloysio Nunes, pelo PMDB de São Paulo, para deputado estadual em 1982 e 1986. Foi também eleito vice-governador em 1990 e deputado federal entre 1995-1999 e 2002-2005.

49 Carlos Nelson Coutinho, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), concluído em 1965.

50 Luiz Werneck Vianna, pela UFRJ, concluído em 1967; Ivan de Otero Ribeiro, pela Universidade de Minas Gerais, formou-se em Sociologia, Política e Administração pública, em data não informada (RIBEIRO, 1988).

51 Aloysio Nunes, pela Sorbonne, concluído em 1972.

52 Mauro Malin, pela Université de Paris I, Sorbonne, concluído em 1979; Antônio Carlos Peixoto, pela Universidade do Brasil, concluído em 1964.

53 Armênio Guedes, pela Faculdade de Direito da Bahia, concluído em 1935; Leandro Konder, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluído em 1959; Luiz Werneck Vianna, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), concluído em 1962; Aloysio Nunes, pela Universidade de São Paulo (USP), concluído em 1965.

⁵⁴ Luiz Werneck Vianna, Aloysio Nunes e Mauro Malin.

⁵⁵ Bourdieu diferencia três tipos de capital cultural: o incorporado, referente às disposições dos agentes, cujo acúmulo demanda tempo e costuma ser feito de forma inconsciente, principalmente por meio da socialização familiar; o objetivado, que tem relação direta com o capital econômico, é referente aos objetos e materiais possuídos, como os livros; e o institucionalizado, referente às garantias jurídicas que atestam a posse de um determinado conhecimento (como os títulos universitários). Tal qual todo tipo de capital, seu valor só pode ser

Pode-se destacar ainda outro indicador de prestígio intelectual que alguns membros do grupo já desfrutavam ao chegar no exílio: a publicação de obras e o exercício da docência no ensino superior no período anterior à partida dos mesmos para a Europa. Dois deles já haviam publicado livros: Leandro Konder (3) e Carlso Nelson Coutinho (3)⁵⁶. Soma-se a isto o vínculo com instituições de ensino superior: Antônio Carlos Peixoto, desde 1968 era professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), enquanto Aloysio Nunes tornou-se professor universitário poucos anos após sua chegada na França, na Universidade de Besançon entre 1972-1973.

Outra forma de atuação deles na “batalha das ideias” foi o jornalismo. Como vimos, nenhum deles realizou curso superior em jornalismo. A aproximação da maioria do grupo com o jornalismo foi por meio da militância partidária. É fato conhecido que o PCB animou, ao longo de sua trajetória, uma série de iniciativas editoriais, com o êxito e a autonomia de cada uma delas em relação ao partido sendo variável.

O próprio Armênio registra que, após formado em direito, passou a dedicar-se integralmente ao jornalismo e à política partidária, ainda no período do Estado Novo⁵⁷. Mauro Malin também profissionalizou-se no jornalismo, mas apenas após o período no exílio. Agentes próximos, como Marco Aurélio Nogueira, também registram ter conjugado sua atividade profissional enquanto professor universitário com a atuação no jornalismo de oposição à ditadura militar (NOGUEIRA, s/d). Cabe registrar, porém, que o único a ganhar destaque no jornalismo profissional – tanto antes quanto após o exílio - foi Milton Temer⁵⁸.

Os dados analisados, portanto, não indicam que algum outro agente englobado neste estudo tenha se dedicado profissionalmente ao jornalismo por um tempo significativo, mas apenas como extensão das suas atividades político-intelectuais. Desta forma, a atuação em jornais constituiu-se como um dos elementos definidores do grupo, tanto antes quanto após a

apreendido de modo relacional. Destaca-se, assim, que estes agentes adquiriram seus títulos universitários em um momento em que o capital institucionalizado era raro, mas em que as ofertas de curso de graduação e pós-graduação estava em expansão – o crescimento das universidades durante a ditadura militar brasileira é destacado em diversos estudos, como em Pécaut (1990). Sobre o conceito de capital cultural, ver Bourdieu (2015).

⁵⁶ Zuleika Alambert, então esposa de Armênio Guedes, também já havia publicado dois livros.

⁵⁷ Armênio indica que trabalhou na revista Seiva, criada pelo partido em 1938 (MALIN, 2018, p. 46); trabalhou na United Press, na International News Service e na Editora Cultura, no Rio de Janeiro, no início da década de 1940 (MALIN, 2018, p. 52); ao lado dos comunistas Leôncio Basbaum e Maurício Grabois, também foi fundador da Editora Horizonte e Editora Vitória (MALIN, 2018, p. 59) e, juntamente com Agildo Barata, fundou a Revista Novos Tempos. Em fins da década de 1950, Armênio começa a trabalhar como secretário de redação da revista Novos Rumos, também ligada ao PCB (MALIN, 2018, p. 136).

⁵⁸ Chefe da Sucursal do Rio de Janeiro e Diretor em São Paulo, da Editora Abril (1966-1971); Jornal do Brasil (1971-1972); Editora Bloch; O Globo (1972-1973; 1979-1985); Editor-chefe do jornal Voz Operária editado em Paris (1975-); Conselho Diretor da ABI (1984); Programa Em Busca do Tempo Perdido, na TV Educativa do Rio de Janeiro (1985-1987; 1993-1994).

ida da maioria deles para a Europa. Percebe-se, assim, que o amplo reconhecimento do grupo como sendo formado por “intelectuais” tem relação não apenas com a atuação dos mesmos durante e após o exílio, mas com a inserção prévia nos espaços político, acadêmico e jornalístico – bem como o capital cultural acumulado. Destaca-se, com isto, que a ocupação de posições em espaços distintos potencializa os ganhos do usufruto de cada posição⁵⁹, por mais que as posições ocupadas no jornalismo, na academia e na política fossem relativamente dominadas.

1.3.4. A ida para o exílio

Dos agentes englobados no conjunto estudado, todos estiveram exilados, durante algum período, ao longo da ditadura militar brasileira. Entre os comunistas que permaneceram no Brasil, a orientação geral de atuação foi definida pelo *VI Congresso* do partido, realizado em 1967. Preconizava-se a formação de uma ampla “frente democrática”, criticando fortemente àqueles que optaram pela luta armada⁶⁰ e incentivando a atuação em apoio ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - que era o único partido a fazer oposição legal ao regime, englobando setores de orientações políticas bastante diversa⁶¹.

É provável, portanto, que um dos fatores mais importantes para a gênese e definição da “corrente” seja referente às condições em que a grande maioria deles foi para o exílio. Destes, há registros da passagem de quatro deles pelo Chile, durante o governo de Salvador Allende. Com exceção de Werneck Vianna, que esteve no Chile entre 1970 e 1971 e em Moscou em 1974, todos estiveram na Europa, com destaque para a capital da França.

Dos que estiveram no Chile, destaca-se, por conta da condição de dirigente partidário, Armênio Guedes. Quando Armênio chega no Chile, entre 1970 e 1971, encontra com sua então esposa, Zuleika Alambert (VAIA, 2013, p. 105). Permanecem no Chile com o intuito de “organizar a colônia brasileira local, algo como mil pessoas” (MALIN, 2018, p. 231), dirigindo-se para a Europa após o golpe dado em setembro de 1973 no presidente Salvador Allende, e a subsequente repressão aos seus apoiadores. Isto levou não só Armênio e Zuleika, mas muitos

59 Como já demonstrado por Boltanski (1973) para setores da classe dominante francesa.

60 Parte significativa dos militantes que optaram pela luta armada advieram, justamente, de cisões ocorridas no PCB, como o “racha” de 1962, que ocasionou no surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se reivindicava como o detentor legítimo do ‘legado’ do partido criado em 1922. Sobre a criação do PCdoB, ver Sales (2007, 2008). Sobre os grupos da luta armada durante a ditadura militar, ver Ridenti (2010).

61 A importância do PCB na articulação do MDB é um dos fatores destacados por Segatto e Santos (2007, p. 36-37): “Desde finais dos anos 60, passando por toda a década de 70 e início dos anos 80, o PCB exerceu papel-chave na articulação do MDB/PMDB em diversos estados (sobretudo São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) e nacionalmente. Desempenhou papel ativo na montagem de candidaturas, até de majoritárias, nas eleições de 1974, 1976, 1978, 1982”.

da significativa comunidade de exilados brasileiros que viviam no Chile para a Europa, reconfigurando toda a condição de trabalho e existência dos exilados. Em especial para os comunistas, também foi significativo o fato de que em novembro de 1973 acontece a última reunião do Comitê Central do partido em solo nacional, e nela é determinada a ida de mais sete dirigentes para o exterior (MALIN, 2018, p. 262-263).

Ambos chegam na Europa dispendo de uma condição bastante privilegiada, se compararmos com a maior parte dos demais militantes do partido e de outros grupos menores, como os partidários da luta armada. Além da longa militância prévia dos dois, Zuleika chegou a exercer um mandato eletivo⁶². Eles foram os únicos a integrar o órgão máximo de direção do partido, o Comitê Central – Zuleika em 1954, 1960, 1967; Armênio em 1943, como suplente em 1946, 1960 e 1967, ano em que ele foi também dirigente do partido na Guanabara. Os dois também compuseram o Comitê Central do partido durante o período do exílio⁶³.

Também cabe destacar que, ainda na primeira metade da década de 1950, Armênio passou três anos na União Soviética, período no qual fez um curso na *Escola de Quadros da União Soviética*⁶⁴. Em seu retorno, foi chefiar a Seção Internacional do PCB, entrando em contato com vários dirigentes estrangeiros e realizando viagens para vários países – o que, inclusive em sua própria avaliação, foi uma experiência útil décadas depois (MALIN, 2018, p. 115). Com isto, tanto Armênio quanto Zuleika chegam ao exílio europeu contando com um capital político que distinguiam-nos dos demais militantes.

Vale lembrar que neste período a direção do partido estava toda funcionando fora do Brasil, com reuniões em países europeus ou em Moscou, e que a maior parte das iniciativas políticas de denúncia à ditadura brasileira concentrava-se na França, que possuía uma ampla comunidade de exilados brasileiros.

Mas, o que importa destacar é que a posição de ambos possibilitava a afirmação deles como um ponto aglutinador de muitos dos demais militantes exilados – principalmente dos comunistas, mas não só. Esta afirmação dava-se, também, por conta da possibilidade dos mesmos em contribuir com a sobrevivência material dos demais militantes e para favorecer meios de inserção e atuação política, o que só foi possível por conta do volume de capital

62 Eleita deputada estadual por São Paulo, em 1947, para um brevíssimo mandato, visto que o partido foi cassado neste mesmo ano.

63 “Compuseram o CC no exterior os seguintes dirigentes: Luiz Carlos Prestes, Giocondo Dias, Armênio Guedes, Zuleika Alambert, José Salles, Severino Teodoro Mello, Dinarco Reis, Salomão Malina, Orestes Timbaúba, Luís Tenório de Lima, Agliberto Azevedo, Armando Ziller, Roberto Morena, Hércules Correa, Givaldo Siqueira, Almir Neves. Foram cooptados para o CC em sua primeira reunião: Gregório Bezerra, Marly Vianna e Anita Leocadia Prestes; posteriormente, Lindolfo Silva e Regis Frates” (PRESTES, 2012, p. 198).

64 Ver Malin (2018, p. 97-113).

político e extensas redes de sociabilidade constituídas no período anterior e durante o exílio. A fala do próprio Armênio corrobora este argumento:

Organizamos por nossa conta esses comunistas, que eram cento e tantos já no final⁶⁵, antes da anistia, que viviam na Europa, estavam mais ou menos organizados e coordenados por meio de reuniões que a cada ano nós fazíamos, ao lado de constante correspondência. A Zuleika se correspondia com todo esse pessoal, e eu viajava também, de vez em quando ia à Itália, ia a Portugal, fui a Cuba (MALIN, 2018, p. 280).

Além destes dois já politicamente “estabelecidos”, cabe destacar a posição dos demais integrantes do grupo - afirmada, principalmente, pelo capital cultural. Nos registros consultados não há informações de que os mesmos tenham ocupado posições de grande destaque na hierarquia partidária nacional. Há registros, porém, de três integrantes⁶⁶ do grupo que estiveram, neste período, em Moscou, para a realização de cursos da *Escola de Quadros da União Soviética*. Tais cursos constituíam-se como uma oportunidade de aprimorar o conhecimento do léxico e do universo prático do comunismo, afirmando-se como espaços “onde se formaram numerosos militantes comunistas, destinados em seguida a exercer funções dirigentes no seu partido (GROPPO, 2012, p. 233). Mas, acima de tudo, constituíam-se como um meio de distinção e hierarquização dos comunistas entre si, com os cursos mais longos sendo aqueles mais prestigiosos⁶⁷.

Do conjunto dos nove agentes, pelo menos três – Armênio Guedes, Leandro Konder e Ivan de Otero Ribeiro - possuíam algum tipo de experiência internacional prévia ao exílio, com a estadia em outros países. E, apesar da dificuldade em encontrar informações para efetuar a caracterização familiar dos demais agentes, pode-se destacar que pelo menos três deles vinham de família relativamente abastada e com alguma inserção política. Luiz Werneck Vianna estudou em colégios tradicionais do Rio de Janeiro. Seu pai, formado em direito, exercia uma profissão liberal e foi, durante um certo período, filiado ao PCB (VIANNA, 2006). Leandro Konder advinha de uma família com destaque na vida política de Santa Catarina, com vários ascendentes ocupando cargos políticos de relevo. Seu pai, Valério Konder, integrou a Aliança

65 O número do conjunto dos exilados, porém, extrapolava os três dígitos: “No caso de Paris, a cidade foi o destino de maior parte da esquerda armada no exílio, sobretudo depois do golpe militar que acabou com o governo da Unidade Popular chilena em setembro de 1973. Conforme Maud Chirio (2006, p. 78), o número de exilados políticos brasileiros em Paris oscilou entre 1.000 e 2.000 pessoas, entre 1964 e 1979, apesar da população brasileira em Paris ser de cerca de 7000, em meados dos anos 1980” (NAPOLITANO, 2014, p. 46).

66 Milton Temer, Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho. Sobre Milton Temer, ver Arioza, Sousa e Cechine (2001). A participação de Vianna e Coutinho consta nas memórias de Anita Prestes (PRESTES, 2019).

67 Para o impacto de um destes cursos na trajetória de uma dirigente comunista regional, ver Silva (2017). Uma análise detalhada destes cursos pode ser vista em Almeida (1983) e Secco (2017, p. 112-115).

Nacional Libertadora (ANL), foi médico e conhecido dirigente comunista⁶⁸. Carlos Nelson Coutinho, por fim, também teve no ambiente familiar os primeiros incentivos para adentrar no mundo da política e das letras. Seu pai, além de poeta, integrou a União Democrática Nacional (UDN), tendo sido eleito deputado e tornado-se Conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia. Tais elementos, aliados à inserção em espaços acadêmicos e intelectuais de muitos dos integrantes do grupo, sugerem que os mesmos chegaram ao exílio europeu em uma condição relativamente favorável, principalmente por possuírem um elevado capital cultural.

Os exilados brasileiros na Europa dividiam-se em vários países. Armênio cita a existência de “bases” de comunistas brasileiros “na Suécia, na Itália, na Suíça, na Bélgica, na França e em Portugal” (MALIN, 2018, p. 296), mas é certo que havia comunistas brasileiros em outros países, como Leandro Konder, na Alemanha – além, é claro, dos dirigentes em Moscou. A mais ativa destas “bases”, porém, e para onde convergiam os demais militantes, era a chamada “base de Paris”.

As condições do exílio obrigaram que diversas correntes da esquerda convivessem, buscassem dialogar entre si e construíssem espaços comuns de atuação política. Se, neste contexto, as “peladas de futebol na Cidade Universitária, em Paris” (HILDEBRANDO, 2012, p. 406) não são nada irrelevantes, também “o Eurocomunismo que agitava o debate nos PCs europeus entre 1970 e 1976, bem como o tema do ‘Programa Comum’ das esquerdas francesas tiveram forte impacto no debate e nas formulações do grupo pecebista de Paris” (NAPOLITANO, 2014, p. 50). A ocasião do exílio, como aponta Rollemberg (2007, p. 294) “colocava os revolucionários em contato com discussões que ampliavam a visão de mundo, tais como sobre a democracia, o eurocomunismo, o socialismo realmente existente, o feminismo, os direitos humanos etc”.

Os diversos grupos de exilados brasileiros, porém, acabaram sendo – segundo Luiz Hildebrando (2012) – reagrupados em uma vertente autointitulada “grupão” e uma “revolucionária”. A segunda, majoritariamente constituída por adeptos da luta armada, unificava-se em torno do acordo quanto à “tática militar como instrumento de ação contra a ditadura” (HILDEBRANDO, 2012, p. 403) e tinha o apoio local de Jean-Paul Sartre e da revista *Temps Modernes*. Já o “grupão”, unificava-se em torno da defesa da atuação institucional, tanto

68 Leandro registra ainda sua primeira ida para a Europa em 1967, quando foi para a Romênia por conta do convite do embaixador romeno no Brasil, que era amigo de seu pai. Visitou Berlim Oriental, em 1969, para participar de uma homenagem póstuma ao seu pai (ver entrevista em SADER e PINASSI, 2005). Sobre o itinerário político de seu pai e os cargos políticos ocupados por seus familiares mais próximos, ver o verbete produzido pelo Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas (2001).

no Brasil quanto na França, priorizando o apoio à oposição parlamentar no Brasil. Diz Hildebrando sobre a composição do grupo:

No grupão se reuniam essencialmente nós do PCB, alguns antigos militantes da ALN, que haviam abandonado a luta armada, ex-parlamentares cassados, alguns dominicanos e ex-dominicanos de São Paulo, independentes do chamado grupo Debate e independentes propriamente ditos (HILDEBRANDO, 2012, p. 404).

Ainda segundo o mesmo memorialista, o grupão constituíra-se a partir de 1970, em Paris, mas teve sua influência na “colônia” dos exilados brasileiros abalada com a chegada dos militantes antes exilados no Chile, em 1973, já que boa parte era constituída pelos núcleos que passaram a compor a citada ala dos “revolucionários”. Esta hegemonia dos “revolucionários” vai sendo perdida após 1974, com a unificação dos diversos grupos em torno do movimento pró-anistia e a reorganização da base pecebista em Paris.

A inserção dos comunistas brasileiros no exílio contava com apoio dos partidos comunistas, em especial dos PCs francês e italiano. O vínculo com o PCI, porém, era mais acentuado, dada as maiores afinidades programáticas entre os militantes mais próximos de Armênio Guedes, que fora “designado pelo Comitê Central representante do partido em Paris” (VAIA, 2013, p. 122). O próprio Vaia comenta a persistência de um “ranço leninista” no PCF, distanciando-os do “eurocomunismo” e levando os integrantes da futura “corrente renovadora” a uma maior aproximação com o PCI. Este vínculo se dava inclusive com a presença dos mesmos em festivais organizados pelos dois partidos, em que os integrantes do PCB montavam tendas⁶⁹. E, também, pela viabilização das condições materiais de publicação de jornais do PCB no exílio (o jornal *Voz Operária*), que era bancada pelo PCI (VAIA, 2013, p. 126).

O eurocomunismo pode ser entendido como um fenômeno datado, iniciado em meados da década de 1970, e que teve nos Partidos Comunistas espanhol, italiano e francês suas principais expressões, servindo de fonte de inspiração para os demais partidos. Mas isto não se constituía em um “triângulo harmônico” (MONDAINI, 2006), sendo que o PCF era caracterizado por uma maior ambiguidade quando comparado aos outros dois. Nas palavras de Mondaini:

Não é necessário um grande esforço para que sejam percebidas as idas e vindas em relação à tradição no discurso do líder comunista francês [Georges Marchais]. Assim,

69 Vaia (2013, p. 121) comenta “a generosa ajuda do PCF, que acolhia os foragidos [refere-se aos comunistas que saíram das ditaduras latino-americanas na década de 1970] fornecendo-lhes alojamento, salário e alguma espécie de conforto ideológico”. O depoimento de Armênio Guedes nos oferece um contraponto: “os italianos, ao contrários dos franceses, facilitavam todas as coisas. Os franceses, quando a gente participava da festa de *L'Humanité*, tínhamos que comprar a barraca (...). Os italianos davam tudo de graça e ajudavam. A *Voz Operária*, eles imprimiam, postavam no correio” (MALIN, 2018, p. 320). Guedes também comenta a aversão de Prestes em relação ao PCI e a sua afinidade com o PCF e seu dirigente, Marchais.

ao mesmo tempo em que se declara o rompimento com o conceito de ditadura do proletariado e se afirma que a luta pelo socialismo na França seguirá uma via autônoma, diversa tanto daquela seguida pelos russos em 1917 como daquela outra seguida pelas chamadas democracias populares no pós-1945, reitera-se a fidelidade para com os princípios do marxismo-leninismo e do socialismo científico, além da afirmação de que a classe operária continua a ser a classe dirigente da revolução socialista, sendo o partido comunista a vanguarda a guiá-la durante o processo revolucionário (MONDAINI, 2006, p. 6).

Compreende-se, assim, a maior afinidade com o PCI e o porquê de Armênio Guedes afirmar que Prestes – explicitamente o principal defensor da ortodoxia soviética no PCB - tinha aversão a Berlinger, do PCI, e afeição por George Marchais, do PCF (MALIN, 2018, p. 321). Mas também os comunistas brasileiros conviviam com disputas e tensões internas que ficaram acentuadas com o fim do exílio. Diz Mauro Malin que, “na reunião do Comitê Central [de março de 1977] três grupos travam a luta interna – encabeçados por Prestes, Armênio e [Giocondo] Dias -, mas as linhas demarcatórias entre eles não são tão claras como percebidas nos anos seguintes, após o desenlace” (MALIN, 2018, p. 334).

1.3.5. Meios de inserção política e intelectual: os periódicos comunistas

Em meio a tais disputas, por meio da chamada “assessoria de Paris”, “foram promovidos seminários, realizadas pesquisas, travadas discussões com diversas correntes de esquerda” (KONDER, 2008, p. 95). Destaca-se, também, que muito dos esforços dos militantes do PCB em Paris, e também de vários outros grupos exilados, foram direcionados para a construção da campanha pela Anistia, com iniciativas institucionais como o *Comitê Brésil Amnistie*, criado em 1970 (HILDEBRANDO, 2012).

Tudo indica, porém, que um dos principais meios de distinção destes militantes referia-se ao modo pelo qual eles atuavam predominantemente: a partir da palavra escrita, escrevendo para periódicos partidários e contribuindo com a editoração dos mesmos⁷⁰. Destaca-se, assim, a revista *Études Bresiliennes*, que teve cinco números, sendo que o primeiro número foi publicado em setembro de 1974 e último em 1978⁷¹. A revista, escrita em francês e dirigida por Dominique Lahalle (sociólogo francês ligado ao PCF), serviu como uma espécie de “síntese” das propostas dos eurocomunistas brasileiros (NAPOLITANO, 2014, p. 52-53). Segundo Sandro Vaia (2013, p. 130), tal revista surgiu com o objetivo de ser “um pouco mais distanciada

⁷⁰ Alguns destes periódicos podem ser vistos no Anexo 5.

⁷¹ Guedes menciona que a revista teve cinco números e Mauro Malin adiciona que ela circulou entre setembro de 1974 e agosto de 1977 (MALIN, 2018, p. 296). Há, no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP, cinco números disponíveis, números de zero a quatro.

dos eventos do dia a dia, que dominavam a pauta do *Voz Operária*, e que abrisse o leque de discussões em torno dos conceitos de democracia e socialismo, que era o que movia o grupo próximo a Armênio”. A revista conjugava a apresentação de artigos de maior fôlego, comentários sobre eventos históricos importantes para a autoimagem do PCB, documentos oficiais do partido, notícias sobre a conjuntura política brasileira e resenhas de livros⁷².

O jornal *Voz Operária* foi, durante certo momento, um importante veículo de divulgação das posições dos renovadores. Órgão oficial do PCB, após a interrupção da sua produção no Brasil, por conta da repressão contra os comunistas brasileiros, volta a ser publicado em 1976, em Paris, sob edição de Milton Temer e direção de Armênio Guedes (KONDER, 2008, p. 96). Segundo Santos (1994, p. 39), a “origem” das ideias dos renovadores pode ser vista em textos publicados neste jornal, desde sua fundação até 1979. De fato, dos agentes englobados neste estudo, todos os que estiveram no exílio europeu fizeram parte do Comitê de Redação deste jornal no período mencionado.

Apesar de não anular a existência de divergências, a maior parte da redação do jornal era integrante ou próxima aos renovadores⁷³ (VAIA, 2013, p. 126-127). Isto gerou conflitos envolvendo a direção do partido – com Prestes, em especial -, o que foi explicitado em novembro de 1978, com a publicação da “Resolução sobre *Voz Operária*”, onde foi apontado que estaria havendo uma divergência entre muitas das matérias publicadas no jornal e as posições da direção partidária, além de críticas como a “omissão ou má colocação dos princípios do internacionalismo proletário” (PRESTES, 2012, p. 223).

Logo após o retorno dos militantes exilados uma outra iniciativa protagonizada pelos renovadores merece ser destacada: o jornal *Voz da Unidade*. Segundo Napolitano, “Entre março de 1980 [data de sua criação] e julho de 1981, essa corrente hegemonizou o novo semanário oficial do Partido, *Voz da Unidade*, dispersando-se a partir de 1983” (NAPOLITANO, 2014, p. 45). Neste mesmo período, o *Voz Operária* passa a veicular preponderantemente as posições de Prestes e dos militantes ligados a ele, opondo-se diretamente às posições defendidas no *Voz da Unidade* (PANDOLFI, 1995, p. 216-27).

A tentativa de realização do VII Congresso do partido, entre 1982 e 1983, marcou a saída/afastamento do partido por parte dos renovadores aqui englobados. Neste momento, dá-

⁷² No anexo 3 pode-se ver uma lista com as datas de publicação de cada edição, os títulos dos textos e seus principais articuladores.

⁷³ Diz Aloysio Nunes Ferreira em entrevista a Sandro Vaia: “Nessa redação conviviam membros do PCB que estavam na URSS, de outros partidos da Europa socialista e pessoas que estavam exiladas no Europa ocidental, especialmente em Paris. Tínhamos um núcleo de redação. Nesse grupo estavam o Armênio, A Zuleika Alambert, Carlos Nelson Coutinho, Lenadro Konder, Milton Temer, Mauro Malin, Antônio Carlos Peixoto, Ivan Ribeiro – que estava em Roma – e eu” (VAIA, 2013, p. 126).

se uma nova iniciativa por parte destes políticos intelectuais: a *Revista Presença*. Foi caracterizada por Werneck Vianna (2013, p. 34) como “um instrumento de tentativa de organizar um movimento democrático no interior do partido comunista”. Seu primeiro número saiu em novembro de 1983, com um conselho de redação formado por quinze pessoas – entre elas, Armênio Guedes, Ivan Ribeiro e Luiz Werneck Vianna. Neste primeiro número, consta uma apresentação escrita por Armênio Guedes, em que a revista é apresentada como sendo um instrumento para combater o autoritarismo, defender a democracia, refletir sobre o caminho para o socialismo, o culto aos valores do pluralismo e diversidade e por não possuir vínculo orgânico com nenhum partido⁷⁴.

1.3.6. Atividade profissional

Tendo os contornos do grupo se delineado gradativamente durante o exílio europeu, importa também investigar seus “destinos” profissionais após o retorno ao Brasil, possibilitado em um momento de intensa reconfiguração dos espaços político e intelectual, e também o momento no qual o grupo adquire contornos mais precisos, o que aconteceu muito em decorrência das disputas envolvendo a preparação do VII Congresso, entre 1982 e 1983, quando os renovadores são “marginalizados” do partido. Ainda na década de 1980, três deles profissionalizam-se no jornalismo: Armênio Guedes, Mauro Malin e Milton Temer. Sendo que Temer exerce um mandato de deputado estadual no Rio de Janeiro, pelo Partido Socialista Brasileiro, entre 1986 e 1988. Temer é também o único a ganhar um relativo destaque no espaço jornalístico, trabalhando na Editora Globo entre 1979 e 1985 e no programa *Em Busca do Tempo Perdido*, da TV Educativa, entre 1985 e 1987 (conjugando com o exercício do mandato de deputado estadual).

Cabe destacar, porém, que o exercício do jornalismo por estes agentes distancia-se do padrão de excelência que vinha se afirmando nos setores dominantes, a partir da segunda metade do século XX. Este padrão era fortemente calcado na figura do repórter e no modelo anglo-saxão, além de incorrer em uma maior autonomização do ofício (SOUZA, 2010) – características, portanto, opostas àqueles que viam o jornalismo como um meio de inserção na “batalha das ideias”.

Um profissionalizou-se na política eleitoral, ocupando sucessivos cargos eletivos. É o caso de Aloysio Nunes, eleito deputado estadual pelo MDB de São Paulo, em 1982 e reeleito

⁷⁴ O capítulo 3 traz uma análise mais detalhada desta revista, com ênfase para a participação de seu principal articulador, Luiz Werneck Vianna.

em 1986. Nunes já havia sido professor da Universidade de Besançon, na França (1972-1973), e professor da USP (1980-83). E cinco deles profissionalizaram-se na universidade⁷⁵.

No que tange ao jornalismo, o predomínio global do modelo anglo-saxão de jornalismo – mais distante da política e da literatura, mais afeito à busca por “objetividade” e calcado na figura do repórter – contribuiu para uma maior profissionalização de toda a área (NEVEU, 2006). Apesar das vicissitudes que marcam a chegada desta tendência no Brasil⁷⁶, aqui também a década de 1950 marca um ponto de inflexão em que os jornais “tornaram-se de fato empresas comerciais detentoras de poder econômico e introduziram inovações técnicas, gráficas e editoriais” (ABREU, 1996, p. 10).

Cabe destacar, com isto, que a atuação em jornais destes renovadores diferia-se bastante da atuação profissional da maior parte dos jornalistas comunistas no período ditatorial. A quantidade de jornalistas filiados ao PCB que trabalhavam na imprensa comercial era bastante significativa, mas estes eram reconhecidos justamente por um “pacto de convivência” com os grandes jornais, em que eles exerciam um jornalismo ascético, sem a politização de suas atividades e, em troca, ocupavam postos médios e construíam redes de proteção contra a repressão (ROXO, 2012)⁷⁷.

Nas ciências sociais, também acontecia um processo de institucionalização e profissionalização crescente (VIANNA, 1997)⁷⁸. A política também não passou incólume a este processo. Cada vez mais, a dedicação a este ofício vinha paralelamente ao distanciamento da profissão anterior, acentuando a tendência de que os políticos que ascenderam na hierarquia passassem a ocupar cargos políticos sucessivamente (sejam eles de confiança ou eletivos). Isto não quer dizer, necessariamente, uma maior autonomização dos professores/pesquisadores universitários e dos jornalistas em relação à política, mas que a intervenção política deles passou a ser feita, cada vez mais, a partir da reivindicação das especificidades de suas próprias áreas.

Esta análise preliminar dos dados referentes ao exercício profissional destes agentes aponta para uma forte retroalimentação entre os espaços político, jornalístico e acadêmico/universitário. Ou seja, a atuação em um espaço favorece e impulsiona a atuação nos outros, com tais atividades por vezes chegando a se confundir. Deste modo, tais agentes não só

⁷⁵ O próximo capítulo será destinado a uma análise pormenorizada destes agentes.

⁷⁶ Uma análise detalhada do campo jornalístico no Brasil pode ser vista em Petrarca (PETRARCA, 2007).

⁷⁷ Para uma apreciação mais completa da relação entre os comunistas e o jornalismo, consultar os demais textos da coletânea (ROXO e SACRAMENTO, 2012).

⁷⁸ Pode-se ver, também, o trabalho de Pécaut (1990). O capítulo seguinte tratará mais especificamente da inserção dos renovadores no espaço acadêmico.

retiravam seus lucros do trânsito entre estes espaços, mas atuavam de modo a borrar as fronteiras que os separavam.

Mas, apesar da ocupação em distintos espaços, os dados indicam que a maior parte deles permaneceu à margem das elites política, jornalística e acadêmica – sendo este último o espaço para o qual se dirigiu a maior parte destes agentes. Isto só pode ser compreendido tendo em vista que, desde meados do século, estas áreas estavam cada vez mais especializadas e exigindo de seus protagonistas uma maior dedicação de tempo, dificultando que uma mesma pessoa pudesse atuar, com destaque, em distintas áreas.

1.4. Diálogos entre a Europa, Rio de Janeiro e São Paulo

Vimos que, em relação ao estado de nascimento e de atuação prioritária, há uma maior concentração destes agentes no Rio de Janeiro. Este fato, porém, não deve obnubilar a importância do trânsito e diálogo deste conjunto de agentes com os intelectuais que permaneceram no Brasil e, tampouco, deve dar a entender que não houve, no Brasil, diversos intelectuais comunistas empenhados nesta tarefa que os próprios chamavam de “renovação’ do marxismo”. Neste sentido, cabe destacar a existência de importantes iniciativas no território paulista.

Ganha destaque, assim, a *Revista Temas de Ciências Humanas*, que teve 10 números e foi publicada em São Paulo, entre 1977 e 1981. A *Temas* foi criada com uma perspectiva “científico-política”, como afirma um de seus editores, Gildo Brandão Marçal (COELHO, 2010, p. 202). Por um lado, buscava agregar intelectuais comunistas e, por outro, combater aquilo que eles consideravam como o “ecletismo”, como “socialismo de cátedra” ou “marxismo legal” (COELHO, 2010, p. 203).

Como aponta Milton Lahuerta em entrevista (SILVA, 2021), a revista permitiu a articulação entre os comunistas que estavam em São Paulo, empenhados na “renovação”, e aqueles que estavam no exílio, vinculados à “assessoria”, e atuando por meio de outras publicações – notadamente, a revista *Études Bresilliennes* (que teve 5 números e foi publicada em Paris entre 1974 e 1977) e o jornal *Voz Operária* (que, durante o exílio em Paris, foi editado sob a coordenação de Armênio Guedes). Esta articulação materializava-se na publicação de textos de intelectuais comunistas que estavam no exílio, como podemos ver no fato de que a *Revista Temas* publicou dois textos de Carlos Nelson Coutinho, três de Leandro Konder e um de Ivan de Otero Ribeiro. Este contato acontecia, também, por meio de correspondências.

Em nenhuma destas três revistas, porém, os “ventos do eurocomunismo” sopravam livremente, sem nenhum tipo de conflito e resistência. Boa parte destes conflitos refletem-se na disputa de perspectivas teóricas. Inicialmente, a *Temas* era lukácsiana, passando, posteriormente, a incorporar o referencial gramsciano. Lahuerta sintetiza bem este conflitivo processo:

A princípio, o lukacsianismo e a preocupação de elaborar um marxismo metodologicamente bem fundado uniram um vasto espectro intelectual. Afinal, o Chasin, o Carlos Nelson, o Leandro, o Marco Aurélio, o Gildo, eram todos lukacsianos, mas com o passar do tempo foi ficando claro que havia diferenças entre eles, especialmente com o Chasin, que em nome da ortodoxia, alia-se mais adiante com Prestes. O ponto de inflexão vai ser a incorporação de Gramsci de modo cada vez mais explícito, por praticamente todos, que passam a ser vistos pelos “ortodoxos” como reformistas. No grupo de *Temas*, Chasin radicaliza nessa posição e, a despeito da diversidade do grupo que compunha o Conselho de Redação, vai ficando cada vez mais isolado, até romper com o Conselho e passar a fazer uma nova revista (SILVA, 2021, p. 374).

Havia uma “controvérsia entre o grupo de Chasin e o de Brandão” (COUTINHO, 2018, p. 67). Chasin combatia abertamente a posição que ficou conhecida como “democracia como valor universal” e via, na orientação dada por Brandão e Nogueira à *Revista Temas*, aquilo que ele pejorativamente caracterizava como “italianismo” (COUTINHO, 2018).

O contato entre estes dois núcleos de intelectuais comunistas – aqueles que estavam exilados e os que se aglutinaram, num primeiro momento, em torno da *Revista Temas* – acontecia também por meio de correspondências. Os principais interlocutores, neste caso, eram Gildo Marçal Brandão e Marco Aurélio Nogueira (SILVA, 2021a; SILVA, 2021b). Os dois trabalharam na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), período em que ficaram amigos. Durante o período ditatorial, a ELSP exerceu um papel de aglutinar intelectuais da esquerda, muitos deles comunistas, o que justifica que Marco Aurélio Nogueira, na citada entrevista, caracterize-a como um “território livre” (SILVA, 2021, p. 342).

Também devemos destacar o jornal *Voz da Unidade*, que mantinha uma oposição direta ao jornal *Voz Operária*, hegemonizado por Prestes e seu grupos (PANDOLFI, 1995). Durante um período o *Voz da Unidade* teve a participação de parte destes intelectuais e foi também um importante instrumento e objeto destas disputas que eram a um só tempo teóricas e partidárias. Como descreve Pandolfi:

Em março de 1980 o grupo renovador aglutinou-se em torno do semanário *Voz da Unidade*, uma publicação legal, criada como órgão de divulgação das ideias do PCB, que visava atingir um público mais amplo (...). Um ano após o lançamento da *Voz da Unidade*, seus principais articuladores foram afastados da direção do jornal (...). Esse afastamento ocorreu no momento em que a direção nacional do PCB retornava do exílio, debilitada devido ao rompimento de Prestes, ocorrido em março de 1980 (PANDOLFI, 1995, p. 216-217).

O jornal era editado em São Paulo e tinha uma sucursal no Rio de Janeiro. Nele houve a participação de muitos dos intelectuais aqui mencionados, identificados com o movimento comunista de “renovação” do marxismo e que não estiveram exilados na Europa: Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira⁷⁹, Gildo Brandão Marçal, entre vários outros. Destaca-se, também, a participação de David Capistrano Filho⁸⁰, peça chave na articulação dos intelectuais paulistas em torno do jornal.

1.5. O retorno dos exilados, a reconfiguração das possibilidades de atuação política e intelectual e a saída dos “renovadores”

O retorno dos militantes exilados aconteceu paralelamente à reconfiguração das possibilidades de atuação política e intelectual, o que acentuou as divergências entre os três núcleos citados anteriormente, dando contornos mais claros a cada um dos mesmos. A chamada *Lei da Anistia*, promulgada em agosto de 1979, é o marco institucional que possibilita o retorno dos mesmos⁸¹. Logo após, em novembro do mesmo ano, o governo aprova a Reforma Partidária, possibilitando a criação de novos partidos. Abria-se, apesar da manutenção da ilegalidade do PCB, um leque de possibilidades institucionais para atuação de toda a esquerda.

Desde 1974, a oposição ao regime vinha ganhando força, tanto em termos eleitorais quanto no que tange aos movimentos sociais. A despeito desta “efervescência” dos movimentos sociais de oposição ao regime, é possível que os comunistas tenham ficado em uma situação relativamente afastada dos mesmos. É isto o que nos indica Armênio Guedes, quando questiona: “Por que realmente esse partido [PCB], que teve (...), nos anos de resistência, uma posição relativamente lúcida (...), não capitalizou isso quando se deu a liquidação do regime militar?” (MALIN, 2018, p. 481). E também a avaliação de Luiz Werneck Vianna, que afirma ter ocorrido, na segunda metade da década de 1970, uma “renovada influência política do PCB” (VIANNA, 1989, p. 160), mas que foi sucedida pelo seu declínio, após o VII Congresso: “Posto em situação de gueto político, sem forças no movimento sindical e na intelectualidade, o partido de esquerda que mais lucidamente travou combate contra a ditadura vê-se ultrapassado em termos de voto e de influência social pelo PCdoB (...)” (VIANNA, 1989, p. 161).

⁷⁹ Editor do jornal entre 1980 e 1981.

⁸⁰ Apesar da posição de liderança em relação a este conjunto de militantes, posteriormente David Capistrano Filho distancia-se da posição sustentada por eles, indo para um caminho mais “radical”. Isto pode ser visto pelo fato de que, enquanto os renovadores passam a atuar por meio da Revista Presença, David vai construir o jornal A Esquerda – ver a entrevista com Milton Lahuerta (SILVA, 2021).

⁸¹ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

Até então, os “renovadores” estavam, segundo Guedes e outros memorialistas, em constante atrito com o “núcleo prestista”, com base em Moscou. Prestes passara a residir em Moscou desde 1971 quando, na prática, o cargo de secretário geral, formalmente ocupado por Prestes, passou a ser exercido por Giocondo Dias (PANDOLFI, 2007). Mas, até o retorno dos mesmos, muitas vezes os “renovadores” eram confundidos com a vertente majoritária no Comitê Central (MALIN, 2018, p. 396).

Os “pragmáticos”, que foram os vitoriosos nas disputas internas ao partido, optaram por permanecer apostando em grandes alianças (frentismo), mas agora na figura do sucessor do partido de oposição à ditadura, o Partido Democrático Brasileiro (PMDB). Os integrantes da chamada “corrente renovadora”, também apostavam nas grandes alianças e no apoio ao PMDB, mas passaram a ser constantemente desqualificados pelos dirigentes partidários, que lhes atribuíam o depreciativo de “eurocomunistas”. Já os “prestistas”, criticando a posição “reformista”⁸² dos demais, optaram em sua maioria pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) (COSTA, 2013).

Por mais que não tenha ocorrido um rompimento em bloco – afinal, como já mencionado, a corrente não existia enquanto um grupo formalizado -, é consensual entre os depoimentos e análises consultados a ocorrência da “marginalização”⁸³ dos mesmos durante a preparação do VII Congresso, no início da década de 1980. Armênio Guedes, que já estava fora da Comissão Executiva do partido desde 1980, corrobora este argumento com seu depoimento: “a partir do *congresso-farsa* eu sabia que estavam cortadas as nossas ligações (...), porque éramos pessoas que discordavam” (MALIN, 2018, p. 477, grifos meus).

Neste momento em que os “renovadores” saíam do PCB (ou seja, nas imediações do VII Congresso, entre 1982 e 1983), o Partido dos Trabalhadores (PT) afirmava-se como uma possibilidade de atuação para diversos setores da oposição ao regime anterior, mas a recíproca hostilidade entre os comunistas e o partido emergente provavelmente contribuiu bastante para afastá-los - e, no caso de alguns dos “eurocomunistas” (Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Milton Temer), atrasar a adesão formal ao partido. A própria concepção de partido sob a qual o PT foi sendo construído talvez fosse demasiadamente distante do modelo marxista-leninista para os renovadores da primeira metade da década de 1980⁸⁴. Havia, também,

82 Uma síntese das críticas de Prestes pode ser vista em sua famosa *Carta aos Comunistas*, lançada em 1980 (PRESTES, 1980).

83 O termo é empregado por Santos (1994, p. 47).

84 O ensaio de Carlos Nelson Coutinho intitulado *A Democracia como Valor Universal* (1979), amplamente reconhecido como condensando a posição dos renovadores, não deixa de reivindicar diversas vezes os acertos de um certo Lênin. O próprio Coutinho, porém, faz autocrítica quanto ao uso que fez de Lênin, na republicação deste

divergências de ordem tática: os renovadores do PCB clamavam por grandes alianças políticas e acusavam o PT de “sectário”⁸⁵.

Alguns dos agentes englobados neste estudo filiaram-se formalmente ao PMDB, mas não é possível afirmar que foi uma adesão generalizada. Pode-se destacar, como exemplos, o caso de Aloysio Nunes, que foi eleito deputado estadual, pelo PMDB de São Paulo, em 1983 e 1987. Já Milton Temer, foi eleito deputado estadual constituinte no Rio de Janeiro em 1986, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas em 1989 ingressa no Partido dos Trabalhadores. Armênio Guedes, enquanto isto, mantinha-se, apesar da não filiação formal ao partido, apoiando o PMDB – e inclusive participa da campanha de Aloysio Nunes em 1982.

O artigo de Raimundo Santos (2012) intitulado *Comunismo e cultura política* traz uma exposição sobre o que ele vê como sendo a divergência a justificar a saída dos “renovadores”. Os dirigentes do Comitê Central divergiriam dos “renovadores” pelo fato destes recaírem em uma demasiada “heterodoxia” frente ao marxismo-leninismo, afastando-se do viés revolucionário, e subestimarem a importância da questão nacional em detrimento da sobrevalorização da democracia política. Nas palavras de Santos (2012, p. 41), “em lugar de interpelar o próprio legado do PCB e recorrer a um marxismo de ponta, como faziam os ‘eurocomunistas’, o espírito impresso naquele informe do Comitê Central⁸⁶ voltava-se para o tradicionalismo ideológico”.

Em livro escrito durante o desenrolar de tais disputas, Leandro Konder (1980) comenta a divergência entre os três grupos, sendo que o imbróglio com integrantes do Comitê Central seria apenas por conta de eles estarem desrespeitando os estatutos partidários. Uma outra perspectiva vem de Luiz Werneck Vianna (1989), que também participou destas disputas. Diz Vianna:

Designando-se como centro, a maioria do Comitê Central, após estimular a ‘direita’ - os adeptos da estratégia democrática – contra o prestígio – adeptos da frente de esquerda, com o isolamento desse último, investe contra aquela, provocando o seu afastamento do partido. No confronto com a ‘direita’, invocou-se, recurso de sempre, a retomada da primazia da ‘questão nacional’ (VIANNA, 1989, p. 160).

ensaio em 1984. Como demonstrado no capítulo 4, as reedições do ensaio demonstram um maior distanciamento do seu autor em relação ao marxismo leninismo.

85 Coutinho comenta, em entrevista, que seu “espírito aliancista” ia de encontro ao “sectarismo” do PT. Em suas palavras: “Votei em Gabeira, em 1986. Foi a primeira vez que votei no PT. E, desde então, comecei a namorar o PT, mesmo achando-o ainda sectário. Meu espírito ‘aliancista’, que vinha do PCB, de certo modo se manteve, mas eu achei que era importante entrar no PT para travar uma luta interna, o que fiz em 1989” (COUTINHO, 2006, p. 137).

86 Santos refere-se ao “informe de balanço do Comitê Central sobre os debates do VII Congresso, elaborado em novembro de 1982 para servir de base à resolução política de encerramento do evento” (SANTOS, 2012, p. 40).

Não há em Vianna, porém, a crença de que a explicação para as tomadas de posição do Comitê Central poderia estar apenas nas divergências relativas à compreensão da “questão nacional”. Mais à frente, ele complementa: “muito mais um dique a preservar posições na direção partidária, vedando passagem à corrente da renovação democrática, o nacional se instala em grossa ambiguidade, antes um pretexto do que fundamento real de uma política” (VIANNA, 1989, p. 162).

A leitura de Anita Prestes⁸⁷ (2012) destoa da feita por Santos, Konder e Vianna. Enquanto ela, na qualidade de filha, ex-integrante do “grupo prestista” e principal gestora do legado de Prestes, reverbera a defesa das posições encabeçadas por Prestes, os demais o fazem frente ao grupo que se identificam prioritariamente - os chamados “renovadores”.

Anita Prestes designa como “pântano” o grupo majoritário no Comitê Central, aludindo-se, com isto, à sua falta de definição clara em relação aos embates envolvendo os “renovadores” e o grupo capitaneado por Prestes:

A correção de forças dentro do CC havia se definido no transcorrer dos debates efetuados e das resoluções tomadas a partir do início do seu funcionamento no exterior do país. Num extremo, estava Prestes, o secretário-geral, apoiado por um pequeno número de dirigentes (...); no outro extremo, estava Armênio Guedes, contando com o apoio de Zuleika Alambert, simpáticos ao eurocomunismo e isolados no âmbito do CC, mas dispendo do controle da redação de Voz Operária e do respaldo da Assessoria. No centro, havia o pântano – a maioria do CC – composta por elementos conservadores, acomodados, sem posições definidas (...). Seu objetivo era a manutenção (...) dos seus cargos na direção do PCB (PRESTES, 2012, p. 213)

Em meio à oscilação do “pântano”, pode-se destacar a “Resolução sobre Voz Operária”, divulgada em novembro de 1978, em que a direção do partido intervinha no jornal, acusando-o de não seguir as diretrizes do partido. Logo mais, na Resolução Política do Comitê Central, de maio de 1979, o “pântano” dá uma nova guinada, apoiando as posições defendidas pela “assessoria”. Segundo a autora, o “pântano” divergia dos “eurocomunistas” por ser demasiado conservador, mas também não encampava “uma luta baseada nos princípios revolucionários de

⁸⁷ Anita Prestes nasceu em 1936, em uma prisão nazista em Berlim. Filha de Luíz Carlos Prestes com a também militante comunista Olga Benário (que era judia e foi deportada para a Alemanha nazista pelo governo brasileiro). Graduada em Química pela UFRJ (1960-1964) e com mestrado em Química pela mesma instituição (1964-1966). Em decorrência da ditadura militar, parte para Moscou, onde cursa doutorado em Economia Política no Instituto de Ciências Sociais (1973-1975), com uma tese intitulada “O Capital Monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades”. Após o retorno ao Brasil, cursa o doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1985-1989), com uma tese intitulada “A Coluna Prestes”. A partir de então, passa a trabalhar como historiadora, tendo como principais temas de pesquisa a história do comunismo e a vida de Luíz Carlos Prestes, buscando administrar o “legado” e a “memória” do pai. Informações sobre a sua vida e a leitura que ela fez/faz destes eventos podem ser vistas em sua autobiografia (PRESTES, 2019). Informações acadêmicas foram retiradas de seu currículo Lattes, consultado em 15/04/2022.

um partido comunista, defendidos por Prestes, contra as concepções reformistas, que vinham sendo divulgadas nas páginas de Voz Operária” (PRESTES, 2012, p. 224).

Anita Prestes identifica a “deflagração” da crise em fevereiro de 1979, na reunião do Comitê Central ocorrida em Praga. Nesta reunião, em apoio às posições de Prestes, demitem-se duas dirigentes ligadas a Prestes: Marly Vianna e a própria Anita Prestes (PRESTES, 2012, p. 226-234). Segundo a historiadora e memorialista, o agravamento da crise ocorrida nesta reunião levou o “pântano” a apoiar os “renovadores” para, logo após, romper com os mesmos, o que ocasionou no afastamento de Armênio Guedes da direção, em 1980 (PRESTES, 2012, p. 231).

Ao que tudo indica, o fato de os “renovadores” por vezes serem confundidos com o grupo majoritário no Comitê Central pode também ter como causa uma “aliança tácita” entre estes dois, que teria ocorrido com o intuito de fortalecer a oposição ao grupo ligado a Prestes (SILVA, 2005). Não à toa, portanto, o conflito entre as duas vertentes foi acentuado quando da saída oficial do “Cavaleiro da Esperança”. Após a reunião, em maio de 1980, em que Armênio Guedes foi retirado da direção e Luiz Carlos Prestes foi retirado do cargo de Secretário Geral, tal conflito teve seu auge em 1982 e 1983, com a intervenção do Comitê Central para a dissolução de bases do partido ligadas ao grupo ‘renovador’ - com destaque para a intervenção na direção do PCB de São Paulo, em 1983 (SILVA, 2005, p. 80).

Há duas possibilidades distintas que podem ser mobilizadas para explicar a saída destes “eurocomunistas” das fileiras do PCB. A primeira, foca-se no viés ideológico e programático, refere-se às divergências entre as visões de mundo mobilizadas por cada um dos grupos – nesta vertente, os dirigentes do Comitê Central acusariam os renovadores de serem demasiadamente “heterodoxos” frente ao marxismo leninismo e estarem subvalorizando a questão nacional em proveito da supervalorização da democrática política. A segunda, refere-se à mera disputa pelos cargos, ou seja, pela ocupação de posições que mobilizem recursos⁸⁸. Distanciando-se das leituras endógenas, a explicação aqui proposta visa unir estes dois vieses e adicionar, além de características da conjuntura política internacional, a comparação entre elementos das trajetórias destes agentes que compunham estas três vertentes.

Desta forma, pode-se destacar como significativo para a explicação da saída conjunta de quase todos os agentes englobados neste estudo a constituição de um conjunto de atores com um perfil semelhante e forte prestígio intelectual dentro do partido, mas que também começava

⁸⁸ É contra a possibilidade de recair em um destes dois polos que Weber afirma que “as lutas partidárias não são (...) apenas lutas para consecução de metas objetivas, mas são, a par disso, e sobretudo, rivalidades para controlar a distribuição de empregos” (WEBER, 2011, p. 82).

a angariar reconhecimento fora e certa autonomia frente à estrutura partidária. Como nos diz Napolitano:

Dentre os vários aspectos da experiência dos comunistas no exílio, o importante neste texto é destacar que houve a afirmação de um grupo partidário que tentou atuar como intelectuais ‘autônomos’, ainda que fiéis às estruturas partidárias e seus princípios ético-político centrais. Podemos dizer que a autonomia se manifestava de forma crescente, em formulações que nem sempre reverberava as decisões da cúpula partidária e as posições dos líderes históricos como Prestes (NAPOLITANO, 2014, p. 50).

Alia-se a isto os “ventos do eurocomunismo”, que incentivavam e legitimavam uma postura “herética” em relação à estrutura partidária e ao tradicional vínculo dos partidos comunistas com a União Soviética. Cabe o registro, portanto, que os conflitos entre grupos de intelectuais e direções partidárias não ocorreram apenas no PCB. Também o PC Francês, em fins da década de 1970, vivia intensos conflitos envolvendo a união das esquerdas, o “Programa Comum” e sua relação com a URSS. Com a direção obstruindo as dissidências, a partir de métodos considerados por elas como autoritários, milhares de militantes afastaram-se do PCF, incluindo-se aí a quase completude da *intelligentsia* comunista (ROSS e JENSON, 1996).

Assim, a tomada de posição relativa ao afastamento do PCB não pode ser explicada apenas pelo perfil do grupo, mas, do mesmo modo, também não pode ser explicada apenas pelas leituras que cada um deles faziam da realidade. Vejamos, rapidamente, um esboço do perfil das outras duas vertentes.

Em sua autobiografia, Anita Prestes cita como integrando o grupo mais próximo de Prestes, além dela própria, José Salles e Marly Vianna, que era esposa de Salles. Isto foi válido até a reunião do Comitê Central ocorrida em Praga, no início de 1979, em que José Salles foi acusado de tráfico de drogas, justificando o rompimento com os demais integrantes do quarteto⁸⁹ (PRESTES, 2019). Anita relata a existência de crescentes divergências entre o grupo de apoio de Prestes e os demais, já desde antes 1975. Mas, segundo seu relato, foi no início de 1976, na primeira reunião do Comitê Central ocorrida em Moscou, que tais divergências “afloraram” (PRESTES, 2019, posição 4237). Sendo definitivamente “deflagrada” (termos dela) no início de 1979, na citada reunião do Comitê Central ocorrida em Praga.

⁸⁹ Nada foi provado contra Salles, mas Prestes sugeriu ao Comitê Central que ele fosse excluído. Aceitou-se a sua destituição temporária da direção. Para uma outra perspectiva sobre a centralidade de José Salles no “grupo de Prestes” e o rompimento entre Salles e Prestes – que culminou com a ascensão de Giocondo Dias -, pode-se ver a reconstrução feita por João Falcão, com base no depoimento de Severino Teodoro de Mello (FALCÃO, 1993, p. 345-347)

Nas palavras de Anita, a partir de então, “as esperanças de Prestes em reorganizar o Partido apoiado em Salles e num pequeno número de dirigentes, que constituíam sua base de sustentação no CC, haviam fracassado” (PRESTES, 2012, p. 229). Mas houve ainda mais uma tentativa de Prestes de reverter a situação a seu favor, com a publicação da “Carta aos comunistas”, em março de 1980, dirigida a pautar os debates para a realização do VII Congresso. Neste documento, Prestes fazia autocrítica e cobrava dos demais dirigentes que fizessem o mesmo, ao mesmo tempo em que conclamava os comunistas a tomar as rédeas do partido. Logo após a publicação deste documento, Prestes fora destituído do Comitê Central. Em maio de 1980, em substituição ao CC, formou-se o Coletivo de Dirigentes Comunistas, com Giocondo Dias no posto máximo (o de coordenador) e com o cargo de secretário geral, até então ocupado por Prestes, decretado vago. Nesta mesma ocasião, Armênio Guedes perde o cargo de direção, mas os renovadores permanecem como maioria no Voz da Unidade.

Há, portanto, aqueles que participaram ativamente das disputas na direção durante o exílio (Anita, Marly Vianna e José Salles, além do próprio Prestes), unidos por um forte vínculo pessoal e afetivo – residentes, na maior parte do tempo, em Moscou. Eram bem mais jovens que Prestes, com José Salles tendo nascido em 1940 e Anita Prestes em 1936⁹⁰. Em matéria da revista *Veja* de 26 de setembro de 1979 (p. 27), José Salles é apresentado como possuindo 39 anos de idade e sendo “o mais jovem membro do Comitê Central do PCB, considerado durante algum tempo o provável sucessor de Luiz Carlos Prestes”. Salles advinha de uma família abastada – seu pai fora eleito deputado, na Bahia, além de ter sido médico e professor universitário⁹¹.

Não foi possível encontrar a data de nascimento de Marly Vianna, mas sabemos que iniciou a graduação em 1961, mesmo ano em que se filiou ao PCB. Marly Vianna, após separar-se de Salles, mantivera um relacionamento afetivo com Ramón Peña, militante espanhol que fora professor do Instituto de Marxismo-Leninismo⁹², em Moscou. Sobre os quatro, destaca Aarão Reis Filho: “Em comparação com os ‘velhos militantes’, eram ainda muito novos, mas formavam convicções, regiam-se por elas, e influenciavam o Velho⁹³, agrupando-se ao redor de sua figura, e extraindo daí legitimidade, força e prestígio” (REIS FILHO, 2014, p. 426-7)

⁹⁰ Informações disponíveis no seu currículo da plataforma Lattes e na apresentação virtual do livro *Revolucionários de 1935* - <https://www.expressaopopular.com.br/loja/produto/revolucionarios-de-1935/>.

⁹¹ Matéria disponível no Arquivo Ana Lagoa (UFSCar): <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R05965.pdf>

⁹² Assim o instituto é denominado por Aarão Reis (REIS FILHO, 2014). Em suas memórias, Anita Prestes designa-o como Instituto de Ciências Sociais, referindo ter realizado, neste instituto, um curso de marxismo-leninismo e, posteriormente, defendido sua tese de doutorado (1975). A troca não é casual: o relato memorialístico tende a aproximar a experiência passada da identidade vivida no presente.

⁹³ Referência a Luiz Carlos Prestes.

Por outro lado, Prestes podia também contar com o apoio de militantes mais velhos, cujo vínculo pessoal também é latente. Em sua maioria provenientes do meio militar, menos ativos que os outros três, mas cujo apoio contribuiu para dar forma à autoridade reivindicada pelo “Cavaleiro da Esperança”, ainda lembrado por muitos como o herói da Coluna Prestes. É o caso de Agliberto Vieira de Azevedo e Gregório Bezerra – ambos nascidos na primeira década do século, militares e ex-participantes da Intentona Comunista de 1935⁹⁴. Outro comunista que manifestou apoio a Prestes foi Oscar Niemeyer que, apesar de estar fora das disputas mais diretas ocorridas no Comitê Central, sua fama e visibilidade conferem a este apoio um peso importante. Com o rompimento com o partido tornado público, vários outros militantes - comunistas e não comunistas - também manifestaram apoio a Prestes, muitos dos quais, assim como Prestes, passaram a apoiar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) na eleição seguinte⁹⁵.

Em se tratando do núcleo mais próximo de Prestes – Anita, Marly e Salles -, pode-se dizer que, juntos, formavam uma outra “assessoria”, fornecendo articulação teórica e diálogo acadêmico a Prestes. Mas a “assessoria” de Prestes diferia daquela vinculada aos renovadores por, pelo menos, três elementos. Primeiramente, pela distância/proximidade de cada um em relação ao mundo acadêmico dos países capitalistas. No caso dos renovadores, a passagem pelo Instituto em Moscou era somada à passagem por universidades e o contato com intelectuais do mundo capitalista⁹⁶. Já o núcleo ligado a Prestes, mantinha-se muito mais próximos do referido instituto em Moscou. Isto, porém, deve ser visto como uma questão de ênfase, na medida em que não seria possível afirmarmos que Anita Prestes e Marly Vianna estiveram, até então, apartadas do mundo acadêmico não-soviético - Anita realizara pós-graduação no Brasil e em Moscou, e Marly iniciara o curso de história, ainda antes de ir para o exterior⁹⁷.

Não é possível traçar um recorte geracional que os diferencie dos renovadores. Mas, se ambos eram mais jovens, cabe destacar que o prestígio de um era extraído da proximidade à figura mitológica de Prestes, enquanto os renovadores angariavam autoridade para intervir politicamente a partir do reconhecimento intelectual adquirido por meio da atuação em periódicos, traduções, passagem por universidades, entre outros.

⁹⁴ Um outro que se soma ao grupo é Régis Fratti, que também participara do CC no exílio (PRESTES, 2019). Não encontrei mais informações biográficas sobre Fratti.

⁹⁵ Como Costa (2013) demonstra, muitos militantes permaneceram buscando orientação política em Prestes, que se aproximou do PDT. Vários núcleos de militantes romperam com o PCB e passaram a guiar suas ações a partir de pronunciamentos de Prestes e das formulações presentes na Carta aos Comunistas. A título de exemplo, o modo como as tomadas de posição de Prestes foram recebidas por uma dirigente comunista estadual e o núcleo em seu entorno pode ser visto em Silva (SILVA, 2017).

⁹⁶ Aloysio Nunes, por exemplo, fora professor da Universidade de Besançon, na França, entre 1972 e 1973.

⁹⁷ Esforços reconvertidos para a ocupação de postos no mercado de trabalho universitário brasileiro, quando do retorno do exílio. Tanto Anita quanto Marly profissionalizaram-se na universidade, ambas vinculadas à Programas de Pós-Graduação em História e estabelecendo o PCB como seu principal tema/objeto de pesquisa.

O que parece central na definição dos mesmos, portanto, é o modo como se relacionavam com o PCB na segunda metade da década de 1970: menos dotados de capital cultural, mediados pela autoridade de Prestes e, estando na maior parte do tempo situados em Moscou, tornaram-se também defensores do vínculo e subordinação do PCB à União Soviética⁹⁸. Com isto, dispunham de maiores acessos às instâncias de decisão do partido, enquanto os renovadores precisavam fazê-lo por meio de Armênio Guedes, da “assessoria” e dos vários escritos em periódicos.

O acirramento deste conflito deu-se em 1980, entre fevereiro, quando Prestes é publicamente desautorizado a falar em nome do PCB, e maio, quando o CC é substituído pelo Coletivo de Dirigentes Comunistas. Nesta nova formação, Giocondo Dias assume o posto máximo, de “coordenador provisório”, sendo o cargo de secretário geral declarado vago - e assim Prestes, oficialmente, fica fora das instâncias de direção⁹⁹. Além de Prestes, outros dois dirigentes perdem seus postos de direção: Armênio Guedes e Hércules Corrêa. Somando-se a Dias, os demais integrantes da coordenação eram: Givaldo Siqueira, Luís Tenório de Lima (ascenderam no lugar de Guedes e Corrêa), Salomão Malina e Teodoro de Mello (REIS FILHO, 2014, p. 497)

Na avaliação do historiador Daniel Aarão Reis Filho,

A queda de Hércules e de Armênio poderia ser interpretada como um derradeiro gesto na direção de Prestes, uma vez que ambos, o primeiro, com suas desabusadas declarações, e o segundo, pela consistência de suas críticas, eram considerados, com justa razão, os principais adversários do Velho na mais alta direção do Partido. De outro ângulo, porém, o afastamento dos dois representava uma “limpeza de terreno”, o triunfo completo de uma proposta “centrista”, alérgica à presença de “homens de convicções”, a reafirmação de uma tradição que, em momentos anteriores, Prestes encarnara com grande habilidade mas que seria agora assumida sem o seu concurso (REIS FILHO, 2014, p. 497).

O referido evento, portanto, pode ser utilizado para identificarmos quem seriam os mais significativos integrantes do chamado “centro pragmático”. Cabe frisar, porém, que as mesmas dificuldades de recorte assinaladas para os renovadores são válidas para os “pragmáticos”, adicionando-se, ainda, o fato de tal segmento ter incorporado outros setores da esquerda – em especial, o MR-8 e MEP, como destacado por Silva (2005) – incluindo militantes próximos aos

⁹⁸ Isto não impediu que, quando dos conflitos com a direção majoritária, Prestes viesse a perder o apoio da União Soviética. O livro de Daniel Aarão Reis Filho (2014) narra detalhadamente esta corrida por legitimação do movimento comunista internacional, enfim vencida por Giocondo Dias.

⁹⁹ Isto acontecia pela primeira vez, desde 1943, quando Prestes fora eleito estando na prisão. Este rompimento assume contornos ainda mais dramáticos quando temos em vista que a própria identidade do Partido era, por vezes, confundida com a mitológica figura do “Cavaleiro da Esperança”. Sobre a identidade do PCB e o relevo de Prestes em sua formação, ver, em especial, Pandolfi (1995). Há vários depoimentos de antigos militantes que demonstram reverência à sua figura. Para um exemplo, ver a análise das memórias de Maria Aragão (SILVA, 2017).

comunistas que militavam no único partido da oposição legal, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹⁰⁰.

Quadro 1 - Principais integrantes do “centro pragmático”

Nome	Data e local nascimento	Militar?	Integrou o CC?¹⁰¹	Participou ANL?
Giocondo Dias¹⁰²	Salvador (BA), 1913;	Sim	1946; 1954; 1960; 1967; 1976	Sim;
Salomão Malina¹⁰³	Rio de Janeiro (RJ), 1922	Sim	1967; 1976	Não
Severino Teodoro Mello¹⁰⁴	1917		1960 (suplente); 1967; 1976 (suplente)	Sim
Luiz Tenório de Lima¹⁰⁵	Palmares (PE), 1923;		1954 (suplente); 1960; 1967;	Não
Givaldo Siqueira¹⁰⁶	Serra Talhada (PE), 1934		1967 (suplente); 1980 (Com Executiva Nacional)	Não

Construção própria a partir de Prestes (2019) e das fontes citadas em nota de rodapé;

¹⁰⁰ O caso mais notável é, muito provavelmente, o de Roberto Freire, que fora eleito deputado estadual em Pernambuco, em 1974; federal em 1978 e em 1982, todos pelo MDB. Em 1986, foi eleito Deputado Federal Constituinte, pelo PCB. Com a criação do Partido Popular Socialista (PPS), Freire fora eleito presidente do partido (informações retiradas do verbete do DHBB, da FGV). Além dele próprio, o PCB contou com uma bancada com outros cinco deputados (Alberto Goldman, Modesto da Silveira, Marcelo Cerqueira, Jackson Barreto e Eloar Guazzelli) - segundo o próprio Freire (FALCÃO, 1993, p. 20). Cabe frisar, porém, que é fato conhecido que os comunistas mantiveram-se durante todo o período ditatorial apoiando o MDB e incentivando seus militantes a contribuir com a eleição de candidatos da oposição. Mas, apesar deste vínculo ser muito propalado, o relevo e o modo desta participação é um tema que ainda carece de estudos. Afinal, há uma grande dificuldade em dimensionar este apoio, visto que a relação que os parlamentares e militantes mantinham com o PCB e demais grupos de esquerda, à época, era intencionalmente escondida para, assim, afastar a repressão. Soma-se a isto os casos em que os parlamentares eram apoiados pelo PCB, mas sem filiação formal ao partido. É bastante sintomático, portanto, que a expectativa dos dirigentes comunistas de que certos militantes do MDB viessem a se filiar ao PCB, quando este foi legalizado (1985), tenha sido pelo menos parcialmente frustrada (MOTTA, 2007).

¹⁰¹ Para averiguação, utilizei a lista com os integrantes do CC disponível em Ramos (2013), que vai desde sua fundação ao ano de 1967. Para a formação do CC no exílio, parti da listagem feita por Anita Prestes, na posição 4315 de sua autobiografia, com a formação de 1976 (PRESTES, 2019, eBook). A informação de Givaldo Siqueira foi complementada com a disponível no sítio informado em nota de rodapé.

¹⁰² Ver Alves Filho (2013).

¹⁰³ http://www.camara.rj.gov.br/spldocs/pl/2006/pl0745_2006_006013.pdf

¹⁰⁴ <https://gilvanmelo.blogspot.com/2012/09/severino-teodoro-de-mello-95-anos-da.html>

¹⁰⁵ https://memoria.dieese.org.br/navegacao/nossas_historias/luiz-tenorio-de-lima

¹⁰⁶ <http://tv.pps.org.br/portal/showData/256057>

Uma rápida apreciação do conjunto das trajetórias destes agentes, conforme informações do quadro 1, já aponta para uma diferença geracional marcante: enquanto o mais novo nasceu em 1934, os demais nasceram entre 1913 e 1923 – destoando, portanto, dos renovadores estudados, que nasceram entre 1935 e 1947. A quantidade de militares¹⁰⁷ e a participação na Aliança Nacional Libertadora e na Intentona Comunista, de 1935, também são distintivos que merecem ser considerados. Um terceiro elemento que deve ser destacado é a relação com a instância máxima de decisão do partido – todos os “pragmáticos” aqui listados tiveram a experiência de participar por anos do Comitê Central.

Esta sucinta exposição sobre as outras duas vertentes concorrentes contribui para moldar o argumento que explica a saída dos renovadores das hostes comunistas, na medida em que possibilita a apreensão das diferenças dos perfis entre as três vertentes. No caso dos renovadores aqui estudados, o recorte geracional e a formação escolar dos mesmos, aliados a uma experiência de militância partidária que conjugava, por um lado, poucos espaços na direção do partido e, por outro, extensas possibilidades de exposição em veículos oficiais do partido, geraram uma situação em que o abandono das fileiras comunistas era não apenas possível, mas até mesmo incentivado. Na medida em que eles não eram militantes dedicados exclusivamente à burocracia partidária e nem os “seguidores” de Prestes, que viviam da vanglória de feitos passados, o reconhecimento intelectual adquirido por estes agentes gerava possibilidades de atuação para além das fronteiras partidárias. E, a partir deste momento, estas possibilidades se mostravam mais frutíferas e dotadas de maiores possibilidades de retribuição material e simbólica¹⁰⁸.

1.6. Considerações parciais

Este capítulo teve como objetivo principal apresentar um perfil dos principais agentes que possibilitaram a gênese da chamada “corrente renovadora” do PCB, subsidiando assim a compreensão dos contornos do grupo e a posição que ocuparam nos espaços em que atuaram.

¹⁰⁷ A importância dos militares em meio aos dirigentes comunistas foi demonstrada por Leôncio Martins Rodrigues (1978).

¹⁰⁸ Frederic Matonti demonstra, em estudo sobre intelectuais comunistas ligados à revista francesa *La Nouvelle Critique* (1967-1980), que a chance de saída das hostes partidárias é maior quanto maiores forem os recursos universitários (MATONTI, 1999). Esta hipótese será melhor trabalhada no capítulo seguinte, em relação aos renovadores que se profissionalizaram em universidades. Cabe frisar, desde já, que a análise empreendida neste capítulo nos permite sustentar o argumento de que a notoriedade intelectual adquirida pelos renovadores está diretamente relacionada ao rompimento dos mesmos com o PCB. Na medida em que tal reconhecimento é ligado ao nome próprio, ele possibilita a reconversão para o espaço jornalístico, acadêmico, ou mesmo a continuação da atuação política por meio de outros partidos.

Destacou-se, assim: a percepção endógena de muitos dos agentes englobados quanto à existência de um recorte geracional, confirmada pela concentração da maior parte dos nascimentos no final da década de 1930 e início de 1940, além da maior concentração das filiações na década de 1960; a intensa circulação dos agentes entre os dois principais estados brasileiros em termos econômicos e culturais: Rio de Janeiro e São Paulo; o prestígio intelectual e o alto grau de escolarização, com a predominância em cursos de graduação e pós-graduação na área das ciências humanas; as condições de chegada ao exílio, com a experiência internacional prévia de muitos dos renovadores e as condições relativamente privilegiadas que os mesmos possuíam para atuar politicamente no exílio, bem como os meios priorizados (periódicos do partido); destacou-se, por fim, as inserções profissionais dos mesmos, que priorizaram o vínculo com instituições de ensino superior.

Em termos gerais, pode-se dizer que todos eles ocuparam posições próximas no espaço social e percebiam-se a si e a seus pares de forma relativamente semelhante: o pertencimento a uma mesma “geração”, a identificação com um determinado tipo de atuação político-intelectual, a defesa de uma determinada democracia e o combate a certos inimigos em comum.

O principal ponto de inflexão do período, no que tange à trajetória destes, foi a realização do VII Congresso do PCB, realizado entre 1982 e 1983, que marcou o distanciamento em relação ao partido. As explicações para a “marginalização” dos mesmos variam entre as divergências sobre o legado do marxismo-leninismo, da abordagem da “questão democrática” e da “questão nacional”, além das disputas por cargos. Pudemos, no último tópico, matizar as explicações existentes sobre as tomadas de posição dos renovadores – em especial, a saída do PCB –, destacando a importância da compreensão da posição ocupada e do perfil dos agentes para a compreensão das posições defendidas.

Em termos de atuação profissional, o grupo foi dividido entre a política, o jornalismo e a academia. Além da constante articulação entre estes três espaços, constatou-se que a maior parte dos agentes englobados neste estudo (com exceções que merecem um estudo pormenorizado) ocuparam posições à margem das suas respectivas elites. O capítulo seguinte será dedicado à relação entre os renovadores e o espaço para o qual eles se dirigiram prioritariamente: o meio acadêmico/universitário.

CAPÍTULO 2 – EUROCOMUNISTAS BRASILEIROS NA UNIVERSIDADE

Sendo o vínculo do grupo majoritariamente decorrente de um determinado modo de atuação política no PCB, o desenrolar da redemocratização no Brasil, a partir do final da década de 1970, levou que tais agentes se deparassem com uma nova conjuntura, convertendo os trunfos e recursos acumulados para a atuação profissional na universidade, no jornalismo ou na política, mas agora em cargos eletivos - casos de Milton Temer e de Aloysio Nunes. Mas, como demonstrado no capítulo anterior, o destino da maior parte dos agentes mais fortemente reconhecidos como integrantes da chamada “corrente renovadora” foi o ambiente universitário.

Em vista deste fator, o presente capítulo tem como objetivo aprofundar a análise da relação destes agentes com o ambiente universitário, o que nos possibilita compreender as condições que possibilitaram que eles mantivessem uma reconhecida atuação intelectual ao longo da década de 1980, período de intensas transformações nos espaços acadêmico e intelectual. Busca-se, portanto, destacar alguns elementos para contribuir com a compreensão de tais transformações, cujas consequências perduram até os dias atuais.

O período aqui estudado - fins da década de 1970 e início da década de 1980 - é amplamente aceito como de “recessão do marxismo” (HOBSBAWM, 2011) e também pode ser caracterizado como um momento em que as mudanças no espaço intelectual e acadêmico brasileiro levaram a valorização da especialização, profissionalização e do modelo norte-americano de fazer ciência (KEINERT, 2011; VIANNA, 1997). Também é necessário frisar que a saída destes intelectuais das hostes comunistas não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro, envolvendo também intelectuais comunistas de outros países, como podemos ver nos casos italiano (MAGRI, 2014) e francês (ROSS e JENSON, 1996). Cabe questionar, portanto, o porquê destes agentes permanecerem, apesar da conjuntura aparentemente hostil a tais posições, reivindicando esta identidade e este modo de exercer o ofício intelectual¹⁰⁹.

A partir de tais questionamentos, a análise empreendida neste capítulo demonstra que o *modus operandi* destes intelectuais – que preconiza o vínculo entre política,

¹⁰⁹ Questão semelhante foi posta por Christophe Charle ao resenhar a autobiografia de Eric Hobsbawm (CHARLE, 2018).

jornalismo e universidade e nega a especialização - não foi completamente inviabilizado, mas obrigou que tais agentes adaptassem a militância intelectual – antes feita, em especial, a partir do lastro institucional do partido comunista - às novas injunções do meio, em que a profissionalização na universidade passa a desempenhar um papel central. Desta forma, as intervenções dos mesmos vão progressivamente passando a ser feitas a partir da universidade e da condição de professor universitário – e não mais de militante comunista. Demonstra-se, assim, como foi feita a passagem de intelectuais partidários para intelectuais universitários.

Este processo foi acompanhado por estratégias compensatórias de valorização. Estas, porém, não impediram que a maior parte deles passassem a ocupar posições dominadas na hierarquia acadêmica¹¹⁰. Um elemento que corrobora este argumento refere-se ao caráter das fontes disponíveis para análise de suas trajetórias. Sabe-se que estudos prosopográficos têm grande dificuldade de operacionalização quando focados em agentes em posições dominadas, pois estes não costumam ser agraciados com o registro de suas vidas. O contrário vale para as elites, costumeiramente laureadas com memoriais, entrevistas, biografias, autobiografias e diversos outros tipos de homenagens¹¹¹. A quase completa ausência de informações para um dos agentes (Antônio Carlos Peixoto), portanto, não é um problema metodológico, mas um dado analítico. O mesmo vale para o fato de haver mais informações, progressivamente, quando analisamos a trajetória de Ivan de Otero Ribeiro, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna (5).

A presente análise também demonstra que quaisquer apropriações que vejam estes intelectuais como meros instrumentos partidários não fazem jus às realidades dos mesmos¹¹². A questão da autonomia é analisada, portanto, a partir de considerações sobre suas trajetórias, seus capitais, as mudanças nos espaços em que atuaram e a conjuntura envolvendo o movimento comunista nacional e internacional¹¹³.

¹¹⁰ Destes, o único a ocupar posições acadêmicas de maior prestígio foi Luiz Werneck Vianna, como demonstrado pormenorizadamente no capítulo 3.

¹¹¹ Stone (2011) já destacara a dificuldade em encontrar fontes adequadas para o estudo prosopográfico dos setores dominados, enquanto acontece o inverso com as elites. Miceli (2001) confirma a validade de tal afirmação para o caso brasileiro.

¹¹² Como demonstrado por Matonti para intelectuais comunistas franceses (MATONTI, 1999).

¹¹³ Tais pistas teórico-metodológicas foram traçadas por Gisèle Sapiro: “Se é esperado dos intelectuais de instituição, como um todo, que renunciem a sua liberdade de consciência pela defesa da causa, eles não formam, no entanto, uma categoria homogênea do ponto de vista das modalidades ou das formas de engajamento. Na verdade, sua aptidão em afirmar sua autonomia no interior da instituição varia em função de suas propriedades sociais e de seu capital simbólico específico, levando-lhes a adotar posturas que se aproximam das outras figuras ideal-típicas” (SAPIRO, 2012, p. 40).

Este capítulo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações parciais. A primeira delas intitula-se *O espaço universitário e a “corrente renovadora”*, e tem como foco analisar a configuração familiar dos agentes e os primeiros contatos com o mundo universitário, ainda na condição de estudante de graduação e pós-graduação. A segunda parte intitula-se *As produções intelectuais*, e tem como foco resgatar algumas considerações que contribuam para situar tais produções no espaço intelectual e universitário. A terceira parte, por fim, intitula-se *Política, universidade e circulação internacional – o capital militante e as possibilidades de reconversão*, em que o foco está em analisar o que possibilitou a entrada destes agentes no espaço universitário e situar a posição ocupada por eles em relação às elites deste espaço em pleno processo de transição de regime.

2.1. O espaço universitário¹¹⁴ e a “corrente renovadora”

Dentro do conjunto de agentes mais fortemente identificados pelo pertencimento à “corrente renovadora”, vários deles tiveram uma forte relação com a universidade, sendo que alguns deles chegaram a se profissionalizar na academia, adquirindo mais ou menos destaque, a depender do caso. A relação com a universidade, porém, vai para além dos agentes que se profissionalizaram nela. Aloysio Nunes Ferreira, por exemplo, concluiu o mestrado em Ciência Política em 1974, na França; foi professor da Universidade de Besançon (França) entre 1972 e 1973 e, entre 1980 e 1983, foi professor da Universidade de São Paulo, profissionalizando-se na política eletiva após 1983, quando assume o cargo de deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro de São Paulo¹¹⁵.

¹¹⁴ Para evitar repetição, utilizo acadêmico e universitário como termos intercambiáveis. Não faço referência a “campo científico” pois – concordando com Hey (2008) - acredito que a existência de um espaço cujas normas e princípios sejam majoritariamente guiados pelos parâmetros da ciência ainda é muito incipiente, no caso do Brasil - o que acontecia de forma ainda mais acentuada no período aqui estudado. Ao falar em acadêmico/universitário, o objetivo central é chamar atenção para o principal meio a partir do qual tais agentes foram progressivamente passando a reivindicar autoridade e que passou a possibilitar o sustento material dos mesmos: a universidade. Com esta denominação, também busco me afastar da prática – por vezes corriqueira entre grupos marxistas – de condenar o vínculo à universidade, alegando-se que esta seria uma deturpação da correta/verdadeira teoria marxista, na medida em que implicaria a dissociação entre teoria e prática. Afinal, condenar certos usos ou determinar quais seriam os usos corretos do pensamento marxista não está entre os objetivos desta pesquisa – buscamos, antes, fornecer subsídios para a compreensão destas disputas, explicitando quem são estes agentes, seus meios de atuação e o modo como eles se relacionavam com as intensas transformações em curso.

¹¹⁵ Informações retiradas de Sousa, Costa e Joffily (FGV, 2001).

Há ainda agentes identificados como próximos à corrente e profissionalizados na universidade. O exemplo mais explícito talvez seja Marco Aurélio Nogueira¹¹⁶, formado em Ciência Política e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1969-1972) e com doutorado em Ciência Política, na USP, sob orientação de Oliveiros Ferreira, com tese defendida em 1983, dentro da área temática do pensamento político brasileiro. Desde sua graduação, sua trajetória acadêmica esteve vinculada à militância política, o que incluía a atuação em editoras e periódicos próximos ao partido¹¹⁷. Seu primeiro livro publicado intitula-se *PCB: Vinte anos de Política. Documentos (1958-1979)*, e foi publicado pela Livraria Editora Ciências Humanas, em 1981 – editora esta que, segundo Maués (2013, p. 67) “desde o primeiro momento (...) se vinculava politicamente ao Partido Comunista Brasileiro”. Destaca-se, ainda, que o próprio Marco Aurélio Nogueira era um dos acionistas da editora¹¹⁸.

Um outro exemplo da proximidade dos comunistas “renovadores” com o espaço universitário pode ser visto, também, no caso de Raimundo Santos, autoidentificado enquanto integrante da corrente¹¹⁹ (SANTOS, 1994, p. 43). Santos fez sua graduação em direito, pela Universidade de Brasília (1964-1967), mestrado em Ciência Política, pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (1976-1978) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Nacional Autónoma do México (1978-1984). É, desde a década de 1980, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seu principal tema de pesquisa é também o pensamento político brasileiro, sendo o PCB o objeto de significativa parte dos seus escritos.

Estes exemplos poderiam ser ampliados. Cumprem aqui a função de demonstrar que os agentes englobados neste estudo sabidamente não correspondem à completude dos intelectuais universitários empenhados na chamada “renovação” do marxismo ou identificados com o chamado “eurocomunismo”. As considerações aqui estabelecidas sobre a relação entre os espaços político e intelectual, porém, extrapolam as

¹¹⁶ Identificado por Santos (1994, p. 38) como integrante da corrente, foi excluído do *locus* de investigação prioritário desta pesquisa por conta da falta de outras referências que reiterassem a identificação ao grupo nominado.

¹¹⁷ O próprio Nogueira descreve essa proximidade entre militância política e vida acadêmica no período inicial da carreira, em depoimento autobiográfico disponível em seu sítio pessoal. <https://marcoanogueira.pro/revista-temas-e-editora-ciencias-humanas/> (consultado em 12 de março de 2020).

¹¹⁸ Maués aponta a seguinte divisão societária: Raul Mateos Castell, com 77% do capital, Marco Aurélio Nogueira, com 6,5%, e Martín César Feijó, Helladio Pastana e Fábio Correa Sampaio, com 5,5% cada (MAUÉS, 2013, p. 94).

¹¹⁹ Tal qual Marco Aurélio Nogueira, não está incluso no *locus* de investigação prioritário da pesquisa por conta da ausência de outras referências que reforcem a identificação do mesmo.

idiossincrasias dos casos individuais, pois não estudamos indivíduos empíricos, mas indivíduos analiticamente construídos para possibilitar uma determinada reflexão (BOURDIEU, 2017). Para a presente análise, focaremos naqueles agentes mais fortemente identificados – a partir dos critérios mencionados na introdução da tese e no capítulo anterior - pelo pertencimento à “corrente renovadora” e que migraram para a atuação profissional na universidade, adquirindo mais ou menos destaque no espaço universitário, a depender do caso. São eles: Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Ivan de Otero Ribeiro e Antônio Carlos Peixoto (05).

Quadro 2 – “Renovadores” universitários – caracterização familiar e acadêmica

Nome, local e data de nascimento	Caracterização familiar	Formação acadêmica	Mestrado e doutorado	Orientador
Carlos Nelson Coutinho, Bahia, 1943-2012.	Pai: Advogado, poeta (com livros publicados); Deputado pela UDN;	Direito (não conclui); Filosofia pela UFBA (1965).	Não fez mestrado ou doutorado; Livre-docente em política social pela UFRJ (1988)	Defendeu tese de livre-docência;
Leandro Konder, Rio de Janeiro, 1935-2014.	Família tradicional em Santa Catarina, com destaque na vida política; Pai: Valério Konder dirigente do PCB e médico; integrou a ANL (ABREU et al, 2001)	Direito, UFRJ (1954-1959);	Não fez mestrado; Doutorado em filosofia, UFRJ (1983-1987);	Gerd Antonio Bornheim;
Luiz Werneck Vianna, Rio de Janeiro, 1938 - .	Pai: profissão liberal, filiado ao PCB durante certo período; família abastada (Vianna estudou em colégios particulares no RJ - Santo Inácio, Andrews, Anglo-Americano; Pedro II) ¹²⁰ ;	Direito, UERJ (1958-1962); Ciências Sociais, UFRJ (1964-1967);	Mestrado incompleto em Ciência Política, IUPERJ (1969-1970); doutorado em Sociologia, USP (1973-1976, bolsa FAPESP); pós-doc na Itália (1984);	Francisco Weffort

¹²⁰ Keinert (2011, p. 131-132) aponta que o colégio Santo Inácio era um dos colégios preferidos pelas elites cariocas tradicionais do período, que normalmente eram imbuídas dos valores cristãos. Já o Andrews e o Pedro II, costumavam ser escolha das famílias da “classe média alta de zona sul” (p. 132) e proferiam um ensino mais apartado da religião.

Ivan de Otero Ribeiro, Rio de Janeiro - ?, 1936-1987.	Filho de Ivan Ramos Ribeiro (Tenente do Exército e "comunista histórico" ¹²¹); avô paterno foi deputado federal pelo Amazonas (1935-1937) ¹²² ;	Sociologia, UFMG ¹²³ .	Doutorado em Economia, Escola de Planificação e Estatística, Varsóvia (Polônia) - sem informações de instituição, orientação e tema. Mas sabe-se que a ida para a Polônia foi antes do golpe de 64 (AJH Franco);	-
Antônio Carlos Peixoto, Rio de Janeiro (RJ), 1940-2012	-	Graduado em História pela Universidade do Brasil (1964);	mestrado em Ciência Política, pela University of Essex (1974); doutorado em Ciência Política pela UFRGS (2005)	Christian Anglade (mestrado)

Fonte: Plataforma Lattes e entrevistas em periódicos

Destes cinco agentes, podemos afirmar que três deles vieram de famílias abastadas, detentoras de um capital político e cultural relativamente altos. Suas configurações familiares conjugam um poder aquisitivo razoável com inserção política. O pai de Carlos Nelson Coutinho foi deputado pela União Democrática Nacional (UDN), conselheiro do Tribunal de Contas, além de ter publicado livros de poesia. Já Leandro Konder, é filho de um médico e conhecido dirigente comunista (Valério Konder), cuja família tinha forte inserção política em Santa Catarina. Luiz Werneck Vianna, por fim, é filho de um profissional liberal que, por um certo momento, foi também filiado ao PCB. Sua ascendência alta pode ser vista, também, pelo fato de ter estudado em escolas de elite¹²⁴.

O quarto deles – Ivan de Otero Ribeiro – é filho de Ivan Ramos Ribeiro, que militou no PCB desde a década de 1930, tendo participado do levante da Aliança Nacional

¹²¹ Informações disponíveis na entrevista concedida pelo seu irmão, Sérgio de Otero Ribeiro: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/depoimentos/constituente-87-88/entrevistas/E023.pdf> acessado em 16/03/2010;

¹²² Informações sobre Ivan Ramos Ribeiro disponíveis no verbete do Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas (2001);

¹²³ Simon Schwartzman comenta ter militado com ele na UFMG, em 1961. Ver depoimento: <https://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=3752>

¹²⁴ Conferir entrevista concedida a Celso Castro e Lucia Oliveira (2005);

Libertadora e ocupado cargos na direção nacional do partido. Profissionalmente, seu pai ocupou postos médios do exército, mas a repressão ao PCB o obrigou a passar períodos na clandestinidade, tornando-se por vezes um militante profissional do partido. Seu pai cultivou amizades com intelectuais como Jorge Amado, que lhe dedicou um de seus livros (Seara Vermelha) e publicou diversos textos no jornal comunista *Novos Rumos*, além de ter traduzido obras do universo comunista, tanto do russo quanto do francês, para o português. Também é significativo que seu avô tenha ocupado o posto de deputado federal, entre 1935 e 1937. Para apenas um dos agentes (Antônio Carlos Peixoto) não foi possível encontrar informações para esboçarmos uma caracterização familiar, o que nos permite sustentar o argumento de que o agente em questão tenha ocupado posições relativamente mais dominadas, desfrutando de prestígio e reconhecimento mais escasso que os demais.

A forma mais acentuada do modo como a configuração familiar e militância no PCB possibilitou uma inserção precoce no espaço intelectual é o caso de Leandro Konder. Filho do médico e “comunista histórico” Valério Konder, Leandro estreia na revista *Estudos Sociais* em outubro de 1960, quando ele tinha 25 anos, com um artigo intitulado *Sartre, suas contradições formais e seus méritos*. Nesta mesma edição foi também publicado, entre outros, um artigo de Jacob Gorender e uma tradução de Paul A. Baran. Além deste, Leandro publica mais artigos e diversas resenhas. A *Estudos Sociais* foi uma revista teórica do PCB, que circulou entre 1958 e 1964 e publicou textos de vários intelectuais ligados ao partido – entre eles, alguns que adquiriram um reconhecimento considerável, como Josué de Castro. Pode-se destacar ainda um outro evento na trajetória de Leandro Konder que denota a importância da sua condição de “herdeiro”: o seu contato com G. Lukács. Em decorrência dos contatos internacionais de seu pai, Leandro tem acesso ao endereço de Lukács e inicia – juntamente com Carlos Nelson Coutinho – uma troca de correspondência com ele, entre 1963 e 1970 - posteriormente publicada (2002). O contato direto com o marxista húngaro contribuiu para que ele pudesse organizar uma coletânea com seus textos. Desta forma, Leandro angaria prestígio e autoridade decorrente do reconhecimento como um dos principais intérpretes de Lukács no Brasil.

A partir destes dados podemos afirmar que, na maior parte dos casos englobados, pode-se perceber de forma bastante acentuada a importância da configuração familiar - pela socialização política e intelectual precoce, concessão dos meios de atuação intelectual e/ou por possibilitar as condições materiais de exercício intelectual e político - em especial, tempo livre.

Quanto à formação acadêmica dos mesmos na graduação, percebe-se que 3 deles passaram pelo curso de direito (um deles, Carlos Nelson Coutinho, não se formou), sendo que, destes, dois fizeram outra graduação (filosofia, no caso de Coutinho, e ciências sociais, no caso de Luiz Werneck Vianna). Dois deles chegaram a atuar como advogados: Luiz Werneck Vianna e Leandro Konder. Ambos entram na advocacia profissional por intermédio de familiares e logo passam a exercer o ofício de forma bastante politizada: Vianna, advogando para presos políticos no início do regime militar (VIANNA, 2013, p. 10-15); Konder, como advogado sindical (KONDER, 2008, p. 41). Quanto aos outros dois, um formou-se em sociologia, pela Universidade de Minas Gerais, e o outro em história, pela Universidade do Brasil (no Rio de Janeiro). Todos os cinco formaram-se entre fins da década de 1950 e início da década de 1960.

Não é fortuito que os três primeiros (justamente os que vem de famílias mais abastadas e que angariaram maior prestígio no espaço acadêmico) tenham se dirigido, primeiramente, para o curso de direito, enquanto Ivan Ribeiro cursa o bacharelado em Sociologia e Política da Universidade de Minas Gerais (UFMG) e Antônio Carlos Peixoto gradua-se em História pela então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. É sabido que o direito, ao lado da medicina e engenharia, formam no Brasil as chamadas “profissões imperiais” – que, a despeito do advento da república, permaneceram como o destino mais provável das famílias de elite¹²⁵.

O curso da UFMG, porém, existia em condições atípicas, exercendo uma maior atração e com um maior prestígio que os demais cursos não pertencentes à tríade das “profissões imperiais”. Disponha de bolsas para os melhores alunos do curso, sendo que Ivan Ribeiro era um dos alunos contemplados (KLUGER, 2017, p. 226). A concessão de bolsas gerava uma hierarquia entre os alunos, em que os contemplados formavam a “elite” destinada a integrar o quadro de professores da instituição (KEINERT e SILVA, 2010, p. 48). Mas, na impossibilidade de todos estes profissionais serem incorporado no mercado de Minas Gerais, muitos migraram para outros locais, com destaque para o Rio de Janeiro (KEINER e SILVA, 2010, p. 85). Ivan Ribeiro foi um destes. Cabe destacar, também, que o recrutamento destes estudantes era diverso, abarcando alunos de classes distintas – inclusive das mais abastadas. Era um espaço de convívio intenso, em que os alunos bolsistas eram obrigados a cumprir metas diárias de estudo na universidade. Deste grupo saíram pessoas que obtiveram significativo reconhecimento na militância política – como

¹²⁵ Em Vargas pode-se ver uma análise que demonstra empiricamente que tais cursos mantem-se com um prestígio elevado (VARGAS, 2010).

Vinicius Caldeira Brant e Herbert José de Souza (Betinho) – e, também, intelectuais que vieram a integrar a elite das ciências sociais brasileiras – como Fábio Wanderley Reis e José Murilo de Carvalho, entre outros. Estes estudantes viveram uma conjuntura de intensa politização, em que suas militâncias dividiam-se, basicamente, entre a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e a Juventude Universitária Católica (JUC)/Ação Popular (AP) (KLUGER, 2017)¹²⁶. Ivan Ribeiro, como militante do PCB, constituía-se como uma exceção.

A prevalência da escolha pela graduação em direito, portanto, pode ser explicada, pelo menos parcialmente, pela configuração familiar de elite e significativamente politizada.

Como todos os agentes inclusos no corpus analisados tornaram-se acadêmicos profissionais, os “destinos” na pós-graduação ganham destaque. Três deles não fizeram mestrado, para um deles não temos informação sobre a realização do mestrado¹²⁷, e há ainda um agente que concluiu o mestrado em Ciência Política pela University of Essex, em 1974 – momento de intensa repressão do regime militar e justamente no ano que marcou a brutal intensificação da repressão contra os comunistas no Brasil.

A análise conjunta destas trajetórias nos mostra que não há uma ligação óbvia entre graduação e pós-graduação, seja em termos institucionais ou disciplinares. Ou seja: no caso destes agentes, a área do curso de formação não é um fator de restrição para o leque de possibilidades referente à área da pós-graduação.

Também é digno de destaque o fato de pelo menos três deles (visto que, como mencionado, não temos informação para um dos agentes) terem tido a possibilidade de dispensar o mestrado para seguir carreira acadêmica. E que não há um “destino” universitário comum: Carlos Nelson Coutinho não fez mestrado ou doutorado, sendo

¹²⁶ Além do tópico da tese de Elisa Kluger (2017) e do trabalho de Keinert e Silva (2010), informações sobre o curso de Sociologia e Política da FACE-UFMG podem ser vistas em Reis (2016), entre outros.

¹²⁷ É o caso de Ivan de Otero Ribeiro. Temos, ademais, informações sobre a realização do doutorado em economia, na Polônia – mas não sabemos o período, o tema ou o orientador. Como é amplamente discutido em estudos prosopográficos, a ausência de informação é também um dado possível de análise pelo pesquisador. Podemos concluir, a partir deste dado, que a displicência daqueles que registraram informações sobre sua vida decorre justamente de um maior distanciamento seu em relação ao universo acadêmico, que resulta em um entendimento, por seus pares, de que tais informações seriam dispensáveis para traçar a sua biografia. Não parece casual, portanto, que a despeito da ausência destas informações, saibamos que Ribeiro trabalhou como economista da Organização das Nações Unidas (ONU) no período em que esteve exilado em Roma (MALIN, 2018, p. 295) e que ele tenha trabalhado como assessor do ministro Marcos Freire no Ministério de Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário. Sobre Ivan de Otero Ribeiro, foram consultados: um capítulo dedicado a ele, escrito por Raimundo Santos (2007); o sítio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em que há um Centro de Documentação que leva seu nome e a apresentação do livro *Agricultura, Democracia e Socialismo* (RIBEIRO, 1988).

aprovado em concurso para o Departamento de Política Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, em 1986; Leandro Konder doutorou-se em Filosofia, pela UFRJ, em 1987; Luiz Werneck Vianna concluiu o doutorado em Sociologia, na USP, em 1976; enquanto Ivan de Otero Ribeiro doutorou-se em Economia, na Polônia, e Antônio Carlos Peixoto fez o doutorado apenas nos anos 2000, em Ciência Política. O mesmo vale para o vínculo institucional prioritário: enquanto Coutinho afirma-se na UFRJ, Konder o faz na UFF, Vianna no IUPERJ; Ribeiro na UFRRJ e Peixoto na UERJ.

É sabido que a posição do orientador tem uma influência direta no desenrolar da carreira acadêmica de seus orientandos, e o próprio reconhecimento dos orientadores também não está deslocado do perfil e das trajetórias dos seus orientandos – como demonstrado por Bourdieu para o campo acadêmico francês (BOURDIEU, 2017). Entre estes cinco agentes, porém, a postura mais recorrente foi de distanciamento em relação à figura do orientador. De um lado, há Carlos Nelson Coutinho, que nem mesmo teve orientador, visto que não passou pelas etapas convencionais da vida acadêmica (o que reforça a sua identificação com o autodidatismo); já Leandro Konder, cita em suas memórias que iniciou o doutorado sendo orientado por Olinto Pegoraro, mudando posteriormente para a orientação de Gerd Bornheim - cujas áreas de especialidade centram-se na estética e teatro¹²⁸, temas que, por mais que sejam caros a Leandro Konder, distanciam-se da investigação de sua tese, que tem foco na história das ideias marxistas no Brasil dos anos 1930; para Ivan de Otero Ribeiro, não temos informação sobre a orientação de doutorado (o que, frisa-se, já é um dado relevante, que demonstra a pouca relevância do nome do orientador para os que registraram sua biografia). E, no caso de Antônio Carlos Peixoto, sabe-se que seu orientador do mestrado¹²⁹ foi Christian Anglade, que é um pesquisador britânico com estudos publicados sobre a economia latino-americana.

Apenas um deles - Luiz Werneck Vianna - manteve uma relação mais próxima com seu orientador, Francisco Weffort. Apesar de não reproduzir as posições do seu orientador e até mesmo distanciar-se das suas conclusões, a importância de Francisco Weffort e dos espaços institucionais criados por ele é bastante acentuada – e, inclusive, ressaltada pelo próprio Vianna em várias de suas entrevistas. Tal proximidade pode ser vista pela afinidade temática entre a sua tese de doutorado e um dos temas que seu

¹²⁸ <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3542/gerd-bornheim>

¹²⁹ Contamos, neste caso, apenas o mestrado pelo fato de o doutorado ter sido feito muito posteriormente, em momento que extrapola o escopo temporal do presente trabalho.

orientador se dedicou (o sindicalismo). Mas também pode ser vista pela participação em instituições de pesquisa que seu orientador também participava/coordenava - casos do Centro Brasileiro de Estudos e Planejamento (CEBRAP) e do Centro de Estudos de Cultura e Política (CEDEC)¹³⁰.

Analisados em conjunto, estes fatores podem ser vistos como indicativos de que a formação intelectual dos mesmos tem uma significativa autonomia em relação à instituição universitária, diferenciando-os do conjunto das elites que se afirmavam à época, cuja formação e reconhecimento intelectual decorriam principalmente (mas não exclusivamente) do percurso percorrido na universidade (em especial, o doutorado em instituição de prestígio internacional).

2.1.1 As produções intelectuais

O quadro abaixo nos permite uma primeira apreensão dos temas prioritários, do principal vínculo disciplinar, e de dois eventos importantes em suas trajetórias acadêmicas (defesa da tese e publicação do primeiro livro).

Quadro 3 – “Renovadores” universitários – produções intelectuais

Nome, local e data de nascimento	Título e ano de defesa da Tese	Principais temas de atuação	1º Livro publicado	Vínculo disciplinar prioritário
Carlos Nelson Coutinho , Bahia, 1943-2012.	Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político (tese de livre-docência, 1988).	Pensamento de A. Gramsci; marxismo.	Literatura e Humanismo (Paz e Terra, 1967);	Filosofia
Leandro Konder , Rio de Janeiro, 1935-2014.	A derrota da dialética, (1987).	Marxismo; marxismo no Brasil; dialética.	Marxismo e alienação (Civilização Brasileira, 1965);	Filosofia
Luiz Werneck Vianna , Rio de Janeiro, 1938 - .	Liberalismo e Sindicato no Brasil, (1976).	Sindicalismo; modernização; intelectuais.	Liberalismo e Sindicato no Brasil (Paz e Terra, 1976).	Ciência Política / Sociologia

¹³⁰ Voltaremos a este no quarto capítulo da tese.

Ivan de Otero Ribeiro , Rio de Janeiro, 1936-1987.	Sem informação	Questões Agrárias	Agricultura, democracia e socialismo (Paz e Terra, 1988) ¹³¹ .	Economia
Antônio Carlos Peixoto , Rio de Janeiro, 1940-2012	Revolução de 1930 e a Modernização do Brasil, (1974, mestrado).	Relações Internacionais; modernização; pensamento político.	- ¹³²	Ciência Política

Fonte: Construída pelo autor a partir da Plataforma Lattes e entrevistas disponíveis em periódicos;

A prática intelectual dos marxistas brasileiros é fortemente marcada pelo exercício da exegese dos textos inseridos nos cânones do marxismo (RODRIGUES, 2019). Apenas uma das teses, porém, centra-se mais diretamente nesta prática (a de Coutinho). Mas nem por isso a exegese deixa de ser comum ao conjunto dos agentes: Leandro Konder comentou diversos autores e trabalhos vinculados à tradição marxista; Luiz Werneck Vianna também produziu trabalhos na área de “pensamento político e social”; Antônio Carlos Peixoto tem o “pensamento político” como uma das suas principais áreas de atuação; já Ivan de Otero Ribeiro, parece se distanciar mais de tal prática – o que possivelmente tem relação com sua maior identificação como economista.

Percebe-se, logo, que há uma afinidade entre estes agentes e a área conhecida como “pensamento político e social brasileiro”, tal qual acontece com os marxistas brasileiros (RODRIGUES, 2016)¹³³. Isto por conta da existência de características valorizadas tanto entre os autoidentificados como marxistas quanto àqueles identificados como pesquisadores da área, como a já citada prática da exegese de textos – exigida tanto na militância intelectual deles quanto nas pesquisas sobre o tema. A organização dos mesmos a partir da identificação com um determinado autor ou com determinados autores, também pode ser considerado como um outro elemento de afinidade entre ambos (RODRIGUES, 2016). Mas, como demonstra a coluna sobre os principais temas de

¹³¹ Publicação póstuma. Coletânea organizada por Carlos Nelson Coutinho e Maria Beatriz de Albuquerque.

¹³² Apesar de constar na descrição de seu currículo lattes que ele “Possui artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior”, não consta a especificação de nenhum livro. Uma consulta ao sítio da Estante Virtual possibilitou assegurar que ele de fato tem livros publicados, mas não dentro do período englobado nesta pesquisa.

¹³³ Corroborar este argumento a trajetória de Gildo Marçal Brandão. Após intensa militância no PCB, Brandão também entrou tardiamente na universidade, despontando como um dos principais pesquisadores na área do pensamento político brasileiro. Uma apreciação de suas contribuições para o pensamento político brasileiro pode ser vista na tese de George Coutinho (2018).

atuação, a maior parte dos agentes englobados neste estudo não se limitou ao “pensamento político”, atuando em mais de uma vertente.

De todo modo, uma primeira apreciação dos temas das produções destes agentes reitera o que já era esperado: a continuidade à prática da exegese de textos e a proximidade ao “pensamento político e social brasileiro”. A identificação com o marxismo também é explícita, mas, cabe frisar, ela é feita mediante a incorporação de outros autores da tradição marxista (Gramsci, em especial), a reivindicação do caráter científico das produções e a busca por distanciamento, por meio da “renovação”, daquilo que seria um marxismo “dogmático”, “engessado”¹³⁴.

Também já era esperada (dada a mencionada afinidade com a área do “pensamento político e social brasileiro”) a dificuldade de traçar claramente o vínculo disciplinar dos mesmos – o que destoava do padrão dos agentes que passaram a ocupar posições dominantes nas ciências sociais do período, mas é um traço comum em relação aos marxistas universitários (RODRIGUES, 2019). Tanto Carlos Nelson Coutinho quanto Leandro Konder são fortemente identificados com a filosofia, mas, em ambos, esta identificação torna-se mais nebulosa quando levamos em conta seus vínculos institucionais na universidade – Serviço Social, no caso de Coutinho e História, no caso de Konder. Luiz Werneck Vianna, por mais que gradativamente tenha se aproximado da sociologia, também teve passagens pela ciência política. Ivan de Otero Ribeiro, economista com bacharelado em ciências sociais, vinculava-se a um programa de pós-graduação em “desenvolvimento agrário”. Antônio Carlos Peixoto, por fim, tinha um vínculo mais próximo à ciência política/relações internacionais, mas com atuação prioritária na área do “pensamento político”. Este fato reitera a percepção já assinalada de que a produção intelectual dos mesmos, apesar do inegável vínculo acadêmico/universitário, não estava completamente subordinada aos ditamos deste espaço¹³⁵.

Apesar dos diferentes matizes, todos eles operam uma revisão da história do Brasil e da história do PCB. Isto não deixa de ser um modo de tomar posição frente às disputas

¹³⁴ Esta oposição entre um marxismo dogmático e um marxismo renovado é bastante visível na entrevista concedida por Marco Aurélio Nogueira – agente que, apesar de não estar inserido no escopo desta pesquisa, também era identificado como um intelectual comunista “renovador”. Diz Nogueira: “Minha militância sempre foi muito intelectual, em torno da ideia de um marxismo flexível, um marxismo que não fosse dogmático, que não fosse fechado em si. Que dialogasse com outras correntes teóricas e as incorporasse. Um marxismo renovado, não dogmático, sempre foi o eixo em torno do qual eu me situei, mesmo quando passei a ter funções e atividades partidárias” (SILVA, 2021, p. 343).

¹³⁵ Essa característica também já foi destacada por Rodrigues em suas análises envolvendo marxistas brasileiros, resultando no que a autora chamou de “agente cindido” (RODRIGUES, 2019, p. 152).

políticas mas é, também, uma forma de angariar prestígio intelectual. Isto se dá, pois, até a década de 1970, pelo menos, as “interpretações do Brasil” e o ensaísmo eram gêneros de trabalho intelectual ainda valorizados no meio acadêmico (KEINERT, 2011, p. 179; VIANNA, 1997).

A valorização desta revisão da história do Brasil fica explícita na apresentação do livro de Ivan de Otero Ribeiro (1988), assinada por Carlos Nelson Coutinho, Maria Beatriz de Albuquerque David¹³⁶ e Leandro Konder, em que destacam que Ribeiro havia construído uma “nova visão do Brasil”, baseada na “compreensão do Brasil como um país moderno, plenamente capitalista, que carecia de democracia justamente por ser moderno e capitalista, e não por ser arcaico e ‘semifeudal’” (RIBEIRO, 1988, p. 11). Os autores da apresentação do livro também destacam o valor científico dos textos selecionados e o pioneirismo de Ivan Ribeiro no uso da categoria de “via prussiana”. Os três ainda destacam a “particular estima” (p. 10) do autor por Gramsci.

Já Carlos Nelson Coutinho, em uma de suas intervenções, é explícito quanto ao objetivo de “abandonar essa visão da realidade brasileira como a de um país atrasado, semicolonial, ainda carente de uma revolução de libertação nacional” (COUTINHO, 1986, p. 61). Em seu polêmico ensaio publicado em março de 1979 (*A Democracia como Valor Universal*), Coutinho caracteriza o processo de modernização política brasileira como acontecendo por meio da “via prussiana”, ou seja, como transformações “pelo alto” (COUTINHO, 1979, p. 41). Este fenômeno, afirma Coutinho, deveria ser combatido pelas “forças populares” a partir de métodos que não reproduzissem os seus princípios, como o “golpismo” – e, inclusive, o “golpismo de esquerda” que caracterizou parte das “forças populares” (COUTINHO, 1979, p. 45). A crítica ao PCB, que aparece de forma relativamente sutil neste texto de 1979, foi ficando mais direta e explícita nos anos posteriores¹³⁷.

Amparando-se fortemente na categoria de “via prussiana”, Werneck Vianna também critica esta visão quando analisa o processo de modernização do Brasil demonstrando, entre outros elementos, que mesmo a parte rural do país não estava alheia ao capitalismo, pois a modernização brasileira aconteceu atrelada à grande propriedade rural (VIANNA, 1976). Com esta tese, Vianna afirmava-se como precursor no uso dos

¹³⁶ Os dois são também os organizadores da obra publicada postumamente.

¹³⁷ Como demonstrado no capítulo quatro, a circulação deste ensaio foi acompanhada de mudanças/incrementos em seu significado, em boa parte por conta de esforços do seu autor, que buscou pautá-lo e reeditá-lo.

conceitos de Gramsci para construir interpretações sobre a realidade brasileira (BIANCHI, 2016). Mas, segundo Bianchi (2016), tanto no caso de Werneck Vianna quanto no de Coutinho, o conceito de via prussiana era mobilizado de forma frouxa, com significado semelhante ao de revolução passiva, significando, resumidamente, que as elites agrárias e o Estado foram os atores centrais na modernização brasileira. Com o passar do tempo, os dois autores passaram a usar estes conceitos de forma mais rebuscada, distinguindo-os – o que não impediu que eles discordassem em relação ao uso dos mesmos (BIANCHI, 2016).

Na esteira de Coutinho, outro autor que mobiliza fartamente o conceito de *via prussiana* é Leandro Konder. Entendendo-a como sinônimo de “modernização conservadora”, caracteriza-a como um processo em que há a proeminência do Estado, acontece de cima à baixo e tem como função evitar que venha a acontecer uma revolução (KONDER, 1980, p. 17-19)¹³⁸. A releitura da história do PCB também é explícita em sua tese de doutorado, em que ele vai apontar uma série de falhas na recepção/apropriação do marxismo, denunciando o stalinismo e positivismo subjacente (KONDER, 1988).

Em livro intitulado *A Democracia e os Comunistas no Brasil*, Konder (1980) busca demonstrar quais os momentos de maior aproximação e de maior distanciamento dos comunistas brasileiros em relação à “democracia como valor universal”, ecoando diretamente a problemática posta por Coutinho em seu famoso e polêmico ensaio, publicado um ano antes (COUTINHO, 1979). Werneck Vianna, em ensaio sobre o PCB, também retoma aspectos da argumentação dos outros dois autores (VIANNA, 1989). Os três posicionavam-se, em suas análises, contrários à luta armada. Cumpre frisar que estas leituras sobre o Brasil/PCB situam-se no meio do caminho entre o universo acadêmico e o político, o que pode ser visto pelo fato de o ensaio de Vianna ter sido primeiramente publicado em uma revista vinculada ao IUPERJ, pelo fato de um dos estudos de Konder ter sido sua tese de doutorado e pelo modo como aconteceu a circulação do ensaio de Coutinho.

Além do mais, elas mesclam elementos factuais com elementos memorialísticos, o que é acentuado pelo fato de terem sido feitas por pessoas engajadas em disputas envolvendo o próprio “objeto” de apreciação das análises e que, como tal, vivenciavam e eram parte deste “objeto”. Em constante disputa, a definição desta história tem um papel

¹³⁸ Konder dedica ainda uma nota de rodapé para citar autores que vinham, à época, estudando os modos que a “via prussiana” assumiu no Brasil. Ele cita: Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Ivan de Otero Ribeiro e José Chasin.

de legitimizar certas posições, ao mesmo tempo em que deslegitima outras e traça linhas de identificação entre determinados atores políticos. Tomando como exemplo o Partido Comunista Francês, diz Pollak:

Cada vez que ocorre uma reorganização interna, a cada reorientação ideológica importante, reescrevera-se a história do partido e a história geral. Tais momentos não ocorrem à toa, são objeto de investimentos extremamente custosos em termos políticos e em termos de coerência, de unidade, e portanto de identidade da organização. Como sabemos, é nesses momentos que ocorrem as cisões e a criação, sobre um fundo heterogêneo de memória, ou de fidelidade à memória antiga, de novos agrupamentos (POLLAK, 1992, p. 7).

Isto é feito por um processo que Pollak (POLLAK, 1992) chamou de “enquadramento da memória” em que, geralmente, elege-se certos eventos como alvos privilegiados para as disputas pelo enquadramento. A vida de Armênio Guedes é, claramente, um destes eventos, sendo contada de modo a justificar e valorizar as posições defendidas pela “corrente renovadora”¹³⁹. A *Declaração de Março de 1958* é, também, um destes eventos¹⁴⁰. Enquanto os “renovadores” passaram a ler este documento como um marco na “desestalinização” do partido e da sua abertura para a questão democrática, Anita Prestes¹⁴¹ passou a vê-lo como dotado de posições “reformistas”, justificando o apoio de Prestes ao documento como “concessões” necessárias a “preservar a unidade partidária” (PRESTES, 2019). Vianna, por exemplo, afirma que a declaração consagra uma visão linear, mecanicista e dualista da realidade brasileira, mas traz o elemento positivo de “valorização, não sem ambiguidade, das instituições democráticas formais (...), conquista política que permitiu, mais tarde, enfrentar os anos ditatoriais isento de devaneios militaristas” (VIANNA, 1989, p. 147).

Cabe destacar, porém, que a releitura operada por estes agentes traz grandes semelhanças em relação à memória oficial do PCB que foi construída no período da publicação das obras aqui analisadas. Segundo Pandolfi:

Considerado como o documento de refundação do partido, a Declaração de Março de 1958 é a principal referência na memória oficial do PCB na década

¹³⁹ Não à toa, militantes identificados com estes intelectuais puseram-se a escrever sobre a sua vida, como é o caso de Mauro Malin (MALIN, 2018) e Raimundo Santos (2012).

¹⁴⁰ A criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1961, teve relação direta com os desdobramentos envolvendo este documento. Até hoje é possível encontrar posições de atores políticos defendendo que este documento iniciou a “capitulação” do PCB frente à democracia burguesa.

¹⁴¹ Historiadora e filha de Luís Carlos Prestes, Anita pode ser considerada como a herdeira simbólica do “prestismo” e a responsável por organizar e valorizar o seu “legado”. Além dos textos de intervenção diretamente política, ela possui vários livros em que narra a história do comunismo no Brasil (um deles, autobiográfico), em um claro exercício de dar continuidade, por meio de uma “batalha da memória”, às disputas internas ao PCB travadas pela “corrente prestista”. Ver, entre outros: Prestes (2019, 2012).

de 80 e início dos 90 (...). O seu maior mérito teria sido o de fazer da questão democrática o centro da reflexão dos pecebistas (...). Adotando uma nova concepção de revolução, (...) o PCB, segundo a memória dos anos 80 e 90, teria rompido com o seu passado 'golpista'. O PCB era outro, pois encontrara finalmente 'a democracia' (PANDOLFI, 1995, p. 184).

Além da vida de Armênio e da *Declaração de Março de 1958*, outros eventos podem ser destacados, como a postura do PCB no período imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964, em que é destacada – e denunciada – uma certa “raiz golpista” (VIANNA, 1989, p. 150) como uma das causas do golpe de 1964. A *Resolução do VI Congresso* de 1967, que é vista como reiterando a linha da *Declaração de Março* de 1958, negando a “pressão do ‘esquerdismo’” (KONDER, 1980, p. 117) e explicitando a necessidade de construir a “coalizem anti-regime” mais ampla possível. Na mesma linha é apreendida a *Declaração da Guanabara*, de 1970 (em que, mais uma vez, a presença de Armênio Guedes é destacada), vista como “um verdadeiro renascimento da questão democrática na prática dos militantes do PCB” (VIANNA, 1989, p. 155).

Apesar das distintas ênfases dadas por cada autor, pode-se destacar, como pontos comuns, 1) a crítica a uma determinada leitura da história do Brasil, com o argumento de que a implantação do capitalismo, apesar da manutenção de certos “atrasos”, não significava a conformação de um país “semifeudal”. 2) A releitura da história do PCB, valorizando os momentos em que este esteve mais próximo à defesa da “democracia” – entendendo-se por isso a distância ao viés golpista e insurrecional. E 3) a identificação a certas referências comuns - em especial, Gramsci e a categoria de “via prussiana”.

Fica explícito, nestas análises, que a crítica que estes intelectuais faziam ao modo como o PCB interpretava o Brasil era também uma crítica à subordinação das análises às realizadas pelo PCUS. Esta apropriação do marxismo é decorrente de, pelo menos, dois fenômenos correlatos. Primeiramente, a tentativa de existir no meio intelectual a partir da diferenciação daquilo que seria um marxismo vulgar, engessado, sem valor científico – muito presente no universo intelectual das décadas de 1950 e 1960 (PÉCAUT, 1990) e contra o qual os marxistas universitários vão se afirmar¹⁴².

Em segundo lugar, a incorporação do chamado “eurocomunismo”, que pode ser caracterizado, entre outros elementos, pela valorização e defesa da “democracia como

¹⁴² A famosa experiência do “Seminário Marx”, surgida na década de 1950, é um marco da entrada do marxismo na universidade brasileira e também traz, como característica, esta busca de diferenciação do “marxismo vulgar” aliada a tentativas de construir uma nova interpretação do Brasil. Ver, entre outros: Marcelino (2017) e Rodrigues (2011).

valor universal” e das instituições democráticas formais¹⁴³. Vivenciando o ocaso da ditadura militar brasileira, entre fins da década de 1970 e meados da década seguinte, esta posição era, ao mesmo tempo, uma tomada de posição nas disputas sobre os rumos do movimento comunista internacional e sobre as transformações na política brasileira. O “eurocomunismo” também levava à maior valorização de outros autores (Gramsci, como já mencionado), a partir dos quais se fundamentava a crítica às práticas consideradas como antidemocráticas (fossem elas do Estado, do partido comunista soviético ou brasileiro) e os esforços de “renovação” do marxismo.

Destaco, por fim, que o eurocomunismo pressupunha uma não generalização da experiência soviética, que advinha paralelamente à valorização das experiências e especificidades regionais. Esta última característica acabava por implicar na valorização dos intelectuais, pois eram estes os atores considerados aptos a interpretar estas especificidades e a traçar novas táticas de ação política, restringindo a validade das formulações produzidas na União Soviética para os demais países.

Apesar destes intelectuais terem em comum a crítica à leitura que o PCB fazia do Brasil, bem como a incorporação de Gramsci e o uso da categoria de “via prussiana”, isto não quer dizer que eles concordem integralmente quanto ao teor da crítica, quanto ao modo de interpretar as contribuições do marxista italiano ou de utilização dos conceitos importados. Menos do que demonstrar em quais pontos eles discordam, o objetivo, neste momento, é demonstrar o que possibilitou que eles entrassem em desacordo. Frisa-se, assim, que esta possibilidade de acordo/desacordo só existe por conta de aproximações em suas trajetórias, o que inclui a participação em espaços institucionais comuns¹⁴⁴.

¹⁴³ A definição de eurocomunismo é bem mais complexa e envolve debates e disputas que não são possíveis de sumarizar sem incorrer em excessivas simplificações. Ver, entre outros, Mondaini (2006).

¹⁴⁴ Como forma de ilustração, cito a participação na “Assessoria do Comitê Central”, no exílio, de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Ivan de Otero Ribeiro e Antônio Carlos Peixoto. Vianna, que não esteve no exílio europeu durante a ditadura militar, não participara da assessoria, mas participou de um curso para formação de quadros, na URSS, em 1974, juntamente com integrantes da Assessoria (Anita Prestes, 2019, posição 3967), além de ter participado da banca de doutorado de Leandro Konder (em 1987) e da banca de livre docência de Carlos Nelson Coutinho (1988).

2.2. Política, universidade e circulação internacional – o capital militante e as possibilidades de reconversão

2.2.1. O capital militante e as possibilidades de reconversão

Cabe retomar que a militância partidária destes agentes teve como principal distintivo, conforme identificado pelos próprios agentes e por seus pares, o exercício do embate intelectual – o que incluía intervenções orais e escritas, participação em grupos de estudo sobre Karl Marx, participação em comitês editoriais de periódicos etc. Não é casual, portanto, que quatro dos cinco militantes aqui analisados tenham participado do Comitê de Redação do Jornal *Voz Operária* durante o exílio. A exceção cabe a Luiz Werneck Vianna que, diferentemente dos demais, não esteve na “base de Paris” - mas o PCB não deixou de ser, para ele, uma importante instância de atuação e provocação intelectual, tendo o próprio participado ativamente de outras iniciativas editoriais ligadas ao partido, em que podemos destacar o jornal *Voz da Unidade*. O quadro abaixo nos traz algumas informações importantes para analisarmos a imbricação entre suas trajetórias política e universitária.

Quadro 4 – “Renovadores” universitários – política e universidade

Nome, local e data de nascimento	Filiação partidária (períodos)	Circulação Internacional	Cargos políticos ou administrativos	Vínculo Institucional
Carlos Nelson Coutinho , Bahia, 1943-2012.	PCB (1961-início da déc. de 1980 - diz não saber exatamente quando saiu); PT (1989); PSOL (2004);	1974 (curso na URSS) ¹⁴⁵ ; 1975-1978 (Itália, Portugal e França);	-	Instituto Metodista Bennet (1984-1986); Escola de Serviço Social da UFRJ (1988 ¹⁴⁶);
Leandro Konder , Rio de Janeiro, 1935-2014	PCB (1951-1983); MDB ¹⁴⁷ , PSB (1986-1989), PSOL;	1967 (Romênia); 1968 (Festival Mundial da Juventude, em Sófia, Bulgária); 1969 (homenagem póstuma	Assessor do mandato de Deputado Estadual de Milton Temer (PSB), 1987-1990	Instituto Metodista Bennet (1982-1986); Departamento de História da UFF (1985-1997 ¹⁴⁸);

¹⁴⁵ Informação disponível na autobiografia de Anita Prestes (PRESTES, 2019, p. posição 3968).

¹⁴⁶ Apesar de haver fontes que indicam seu vínculo com a UFRJ sendo iniciado em 1986, optei por utilizar a informação que consta na “Nota preliminar” do livro que foi publicado contendo o trabalho apresentado para a banca examinadora do concurso para a referida universidade (ver COUTINHO, 1989). Sobre o vínculo com o Instituto Bennet, ver Neves (2016).

¹⁴⁷ Informação retirada da entrevista concedida ao Blog Algo a Dizer, publicada em outubro de 2007. Não consta o período.

¹⁴⁸ <http://www.noticias.uff.br/noticias/2015/01/semana-historia-homenagem-leandro-konder.php>

		a seu pai, em Berlim Oriental); 1971 (estadia na Europa para estudar alemão); 1972-1978 (Bonn, Alemanha, de 1972 a 1977; Paris, França, de 1977 a 1978);		Departamento de Ciências Sociais e de Educação da PUC-RJ (início em 1984 e 1985, respectiv.);
Luiz Werneck Vianna , Rio de Janeiro, 1938 - .	PCB (1960-início da década de 1980);	1974 (curso na URSS); 1984 (pós-doutorado na Itália);	Candidato a deputado pelo Rio de Janeiro, em 1986 (MDB);	Instituto de Sociologia, UNICAMP (1975); IUPERJ (1980-2010) ¹⁴⁹ ;
Ivan de Otero Ribeiro , Rio de Janeiro, 1936-1987.	-	Antes do golpe de 1964, esteve na Polônia; de lá, foi para o Chile (fica até o golpe de estado em 1973); segue para Roma (onde trabalha como economista na ONU ¹⁵⁰)	Assessor do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, equipe do Ministro Marcos Freire (1985-1987); Candidato derrotado à reitoria da UFRRJ ¹⁵¹ ;	Prog. De pós-grad em Desenvolvimento Rural (primeiro FGV, depois UFRRJ) ¹⁵² ;
Antônio Carlos Peixoto , Rio de Janeiro (RJ), 1940-2012	-	1972-1974 (Inglaterra - mestrado); 1975-1985 (França – Professor no IHE, entre outros vínculos); Militante do PC Francês na década de 1970 ¹⁵³ ;	-	PUC-RJ (1968/70); UERJ (1968-); Foundation Nationale Des Sciences Politiques, na função de Chargé de Recherche (1976-1985); Institute de Hautes Études de l’Amerique Latine, IHE, França (78-83); Diretor do Instituto de Rel. Int. da PUC-RJ (1983-1985); UFRJ (1986-1988 - prof. celetista); IUPERJ (prof. Visitante - 88-95);

Fonte: Plataforma Lattes e entrevistas disponíveis em livros e periódicos

¹⁴⁹ Diretor do IUPERJ entre 1987 e 1989.

¹⁵⁰ Ver Malin (2018, p. 295).

¹⁵¹ Santos (2007).

¹⁵² Como já mencionado, as informações sobre a vida universitária deste agente são escassas. Mas há um trecho do livro de Santos (2007, p. 82) que pode ser ilustrativo: "[Ribeiro] se juntou ao grupo de pesquisadores que se havia reunido, em meados dos anos 1970, em torno do tema agrário no centro acadêmico da FGV conhecido como a pós-graduação do Horto Florestal ou CPDA (Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Agricultura). Ele também esteve na transferência do mesmo CPDA para a Universidade Rural, em 1984".

¹⁵³ Informação constante em Brito, Tádzio e Coelho (2013).

Percebe-se, com esses dados, a importância do capital militante ao longo destas trajetórias, que é um tipo de capital cuja conversão para outros espaços é relativamente fácil. Enquanto o capital político está ligado à capacidade de um agente de se afirmar legitimamente como representante de um grupo (BOURDIEU, 2011), o capital militante vincula-se a um conjunto de conhecimentos e trunfos adquiridos no campo político, mas que também são valorizados fora dele. Nas palavras de Matonti e Poupeau:

incorporado sob a forma de técnicas, de disposições a agir, a intervir, ou simplesmente obedecer, ele abrange um conjunto de saberes e de savoir-faires mobilizáveis nos momentos das ações coletivas, das lutas inter ou intra partidárias, mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos, e, assim, suscetíveis de facilitar certas 'reconversões' (MATONTI e POUPEAU, 2006, p. 130).

Nas trajetórias destes agentes, o capital militante é visível no conhecimento e reconhecimento quanto ao domínio de certos autores, capacidade de exposição escrita e oral, disposição para o embate intelectual etc. É, portanto, bastante significativo que a militância no PCB tenha precedido a entrada na carreira universitária - posto que foi isto o que garantiu que eles já adentrassem no espaço universitário contando com significativo prestígio intelectual. Também é significativo que a entrada no mundo universitário não tenha interrompido a militância dos mesmos, mas, tenha mudado o caráter das suas intervenções político-intelectuais, que passavam a usufruir de um maior distanciamento em relação às injunções das instâncias partidárias.

Ganha destaque, assim, o modo como estes agentes efetuaram uma reconversão entre uma atuação mais propriamente política para uma mais acadêmica e intelectual. Segundo Saint-Martin,

As reconversões são o conjunto das ações e reações permanentes através das quais cada grupo social se esforça em manter ou mudar sua posição na estrutura social, e se traduzem em deslocamentos no espaço social de atores ou de grupos de atores, provocados por grandes transformações políticas (...) ou mais estruturais (...), com o abandono de posições estabelecidas e o ingresso em novos setores. Estas estratégias dependem, em larga medida, do estado das leis de sucessão, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc. e do estado dos diferentes recursos econômicos, culturais, sociais e simbólicos que os diferentes grupos procuram reproduzir. Elas dependem também da avaliação das chances de lucro e de manutenção da posição ocupada e envolvem fortemente as disposições com relação ao futuro (SAINT MARTIN, 2008, p. 64).

Há dois fatores importantes para compreender o que possibilitou a reconversão e como caracterizá-la: primeiramente, as características próprias do espaço

acadêmico/universitário, que é dotado de uma baixa autonomia¹⁵⁴. Em segundo lugar, os recursos e disposições destes agentes, que atuam de forma a borrar as fronteiras entre a academia e a política e cujas práticas (como a fala e a escrita) costumam ser valorizadas nos dois espaços. Pode-se dizer, com isto, que as reconversões operadas aconteceram em seu sentido mais fraco. Ainda de acordo com Saint Martin, “em seu sentido mais forte, as reconversões supõem uma forma de ruptura com a herança, uma dissolução dos antigos recursos e uma recomposição destes recursos em bases diferentes, bem como uma reconstrução identitária” (SAINT MARTIN, 2008, p. 66) – o que não é válido para nenhum dos casos englobados neste estudo. Porém, cabe frisar que a passagem para a atuação prioritária no espaço universitário foi diferente para cada agente, sendo mais ou menos intensa a depender do caso.

Com tais reconversões, há uma certa busca de manutenção do prestígio intelectual que, mesmo antes da entrada na universidade, já era o que lhes autorizava a intervir no espaço político. Antes, eles eram lidos a partir de uma visada heroicizante direcionada àqueles que resistiam à ditadura – seja no exílio ou no Brasil - e aos intelectuais comunistas que estavam, *in loco*, vivenciando a chamada onda “eurocomunista”, em constante contato com as experiências europeias e “traduzindo-as” para os brasileiros. Esta “áurea” fica desgastada após o retorno dos exilados. Outros fatores corroboram para este desgaste, como a divisão da esquerda decorrente do ocaso da ditadura militar, que põe fim à existência de um inimigo comum (PÉCAUT, 1990), e o próprio desgaste da experiência “eurocomunista”, que precedeu a “recessão do marxismo” das duas últimas décadas do século XX.

O próprio volume de recursos intelectuais, ademais, nos ajuda a compreender a saída destes agentes das hostes pecebistas, no início da década de 1980. Como sinalizado por Matonti, “a quantidade de recursos universitários permite, por outro lado, prejudicar a duração do engajamento, pois ele existe em função da reconversão possível em caso de saída” (MATONTI, 1999, p. 43).

A conjuntura marcada pelo retorno dos militantes exilados trouxe uma dose de incerteza para estes intelectuais – decorrente não só das transformações políticas e da possibilidade de novas ondas repressivas, mas por conta da instabilidade profissional dos mesmos - visto que, neste momento, apenas Antônio Carlos Peixoto possuía um vínculo profissional estável no ensino superior público (em 1968 tornou-se professor associado

¹⁵⁴ Ana Paula Hey (2008) argumenta que o espaço acadêmico brasileiro do período é caracterizado por uma baixa autonomia, ocupando uma posição dominada em relação à política.

da UERJ). Assim, entre 1980 e 1988 os demais estabeleceram um contrato fixo com instituição de ensino superior pública: Luiz Werneck Vianna vincula-se ao IUPERJ em 1980, Ivan de Otero Ribeiro vincula-se à UFRRJ em meados da mesma década, Leandro Konder vincula-se à UFF em 1985 e Carlos Nelson Coutinho à UFRJ em 1988.

Chama atenção, primeiramente, o fato de cada um deles, apesar da identificação com um mesmo grupo político e corrente de pensamento, estabelecerem vínculos com instituições distintas e, ainda mais, com disciplinas distintas – nem sempre as mesmas disciplinas com as quais o autor é identificado, como atesta o caso do filósofo Leandro Konder ser aprovado para concurso do Departamento de História da UFF. Mas todos eles firmaram-se no Rio de Janeiro. Cabe ressaltar, portanto, que o espaço intelectual carioca tinha uma porosidade bem maior em relação à política, o que pode inclusive ser constatado pelo peso que o PCB tinha no âmbito cultural deste estado¹⁵⁵. Exemplo ilustrativo deste peso pode ser visto no “Comitê Cultural” criado pelo PCB nos primeiros anos da ditadura¹⁵⁶ que, conforme descrito por Leandro Konder em suas memórias, foi composto por várias pessoas que vieram a ocupar posições importantes em meio à cultura brasileira. Em suas palavras:

O Partido Comunista Brasileiro tinha na época, inegável influência, no Rio, sobre intelectuais e artistas. O PCB criou uma organização chamada Comitê Cultural, da qual eu fazia parte e que envolvia cineastas como Alex Viany, Leon Hirschman, Joaquim Pedro de Andrade; gente do teatro como Dias Gomes, Oduvaldo Viana Filho, João das Neves, Carlos Vereza, José Wilker, Cecel Thiré; artistas de televisão, como o comico Rafael de Carvalho (...) e intelectuais como Ferreira Gullar, Luiz Werneck Vianna, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Antônio Carlos Peixoto e Carlos Nelson Coutinho (KONDER, 2008, p. 69).

Também é digno de destaque que eles tenham entrado tardiamente na universidade pública – com exceção, novamente, de Antônio Carlos Peixoto, que se vincula à UERJ com 28 anos. Os outros quatro vincularam-se ao serviço público com idades entre 40 e 50 anos, todos os quatro na década de 1980.

Desta forma, a reconversão do capital militante adquirido na vivência interna ao PCB apresentou-se como uma alternativa viável para a manutenção das suas existências simbólicas no espaço intelectual. Com isto, a capacidade de ler e interpretar textos e de

¹⁵⁵ A comparação entre as condições de exercício das ciências sociais em São Paulo e no Rio de Janeiro foi um dos principais motes do projeto História das Ciências Sociais, coordenado por Sérgio Miceli. Dentro deste projeto, uma análise que privilegia a autonomia dos cientistas sociais paulistas é a de Arruda (ARRUDA, 1995). Fora deste projeto, uma análise que em alguns pontos se contrapõe à anterior é a de Sorj (2001). Voltaremos a este ponto ao tratar mais especificamente das trajetórias de Coutinho e Vianna.

¹⁵⁶ Sobre a atuação cultural dos comunistas no período, ver capítulo 2 do livro *Em Busca do Povo Brasileiro*, de Marcelo Ridenti (2014).

construir análises de conjuntura – enfim, a capacidade de intervir naquilo que os próprios chamaram de “batalha das ideias” – foi progressivamente passando a ser feita *no* espaço acadêmico e *a partir* dele. Ou seja: por mais que eles não estivessem completamente submetidos às injunções deste espaço, a intervenção intelectual passava a depender, cada vez mais, do aval institucional advindo do vínculo com o ambiente universitário.

2.2.2. Circulação internacional

Um dos principais elementos a distinguir estes agentes dos demais políticos e intelectuais com os quais eles se relacionavam diz respeito à intensa circulação internacional dos mesmos, que contribuiu para (1) o domínio de idiomas estrangeiros, (2) estabelecimento de redes com outros políticos e intelectuais e para (3) o reconhecimento de terem conhecido *in loco* outras experiências da militância comunista – seja em relação a partidos como o Partido Comunista Francês (PCF) e o Partido Comunista Italiano (PCI) ou pela própria vivência no chamado “socialismo real”.

Neste sentido, um primeiro elemento que merece ser destacado refere-se ao fato de parte destes agentes já terem estado em outros países mesmo antes do golpe ocorrido em 1964. É o caso de Leandro Konder e Ivan de Otero Ribeiro. Em ambos, a experiência internacional esteve atrelada às suas inserções políticas no universo comunista. Um segundo elemento refere-se ao fato de estes intelectuais terem se dirigido para a Europa (França, em especial) – o que pode ser explicado, pelo menos em parte, por conta dos contatos prévios estabelecidos com militantes europeus a partir do contato entre os partidos comunistas¹⁵⁷.

O período do exílio foi também uma oportunidade para conhecer e dialogar com um amplo leque de políticos e intelectuais, possibilitando o contato entre diversos militantes brasileiros e estrangeiros, envolvendo tanto comunistas quanto defensores da luta armada¹⁵⁸. Pôde-se, assim, estabelecer redes de relações pessoais passíveis de mobilização posteriormente, quando do retorno ao Brasil. A autobiografia de Leandro Konder nos traz vários exemplos ilustrativos – como os encontros que teve com Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Mas, como esperado, o exílio foi também uma oportunidade para estabelecimento (ou fortalecimento) de redes com

¹⁵⁷ A exceção, mais uma vez, refere-se a Luiz Werneck Vianna, cujo caso será pormenorizadamente analisado no terceiro capítulo da tese.

¹⁵⁸ Ver os registros autobiográficos de Hildebrando (2012) e a discussão realizada no capítulo anterior.

intelectuais europeus. Mais uma vez, a autobiografia de Konder nos traz exemplos ilustrativos, como a realização do doutorado (não concluído), a ajuda dos “discípulos” de Lukács para que ele viesse a conseguir trabalho (o que possibilitou que ele viesse a dar aulas de português na Universidade de Bonn), ou o jantar que realizou, juntamente com Carlos Nelson, com o famoso historiador Perry Anderson.

Em especial, cabe destacar que o exílio na Europa teve impacto significativo no modo como eles se relacionaram com a elite acadêmica das ciências sociais, posto que a maior parte dos futuros integrantes desta elite, neste mesmo período, foram para os Estados Unidos da América (EUA) realizar doutorado (KEINERT, 2011). Este foi um momento em que o modelo norte-americano de produção de conhecimento nas ciências sociais se impunha em todo o mundo – como pode ser visto na trajetória de Paul Lazarsfeld, analisada por Michael Pollak (2018). A difusão desta orientação nas ciências sociais contava com instituições como a Fundação Ford, que concedia bolsas para pesquisadores realizarem o doutorado nos EUA e financiavam instituições de pesquisas em países como o Brasil, favorecendo uma orientação alegadamente mais técnica e empiricista. Tais esforços, obviamente, não eram gratuitos. Obedeciam a orientações de combate ao comunismo vigentes na Guerra Fria, selecionando os intelectuais e projetos de pesquisa com maior potencial para contribuir com a valorização e difusão do modelo de democracia que supostamente era praticado nos EUA (GUILHOT, 2005)¹⁵⁹.

Em contrapartida, aqueles que realizaram o doutorado nos EUA retornavam com títulos e conhecimentos valorizados no espaço acadêmico, que serviam como distintivo para angariar recursos para a realização de pesquisas (com agências de fomento nacionais e/ou norte-americanas), e também contribuía para autorizá-los para o exercício de postos na burocracia, da formulação de políticas públicas e para a intervenção política (inclusive na orientação de como deveria ocorrer a “descompressão”¹⁶⁰). Diferente dos “renovadores” aqui estudados, estes cientistas sociais intervinham na política a partir da reivindicação da profissionalização na universidade e da condição de “especialista” que

¹⁵⁹ No que tange às produções acadêmicas norte-americanas, o intuito de exportar o modelo de democracia para os países que poderiam vir a ser “vítimas” do comunismo e do fascismo nem sempre ficava nas entrelinhas, como podemos ver em *The Civic Culture*, trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba (1989 [1963]), primeiramente publicado em 1963 e que até hoje é um clássico da ciência política, apesar das críticas que recebeu por conta do seu teor normativo.

¹⁶⁰ Referência ao termo utilizado pelo cientista político S. Huntington e mobilizado por Wanderley Guilherme dos Santos em intervenções no congresso, no período da redemocratização (LEMOS, 2014). Apesar da perspectiva teórica distinta da aqui adotada, Renato Lemos traz uma interessante discussão sobre os vínculos de Huntington com a política e academia brasileira do período, destacando o modo como Wanderley Guilherme dos Santos deu eco às suas intervenções e propostas.

maneja vastas quantidades de material empírico a partir de técnicas tidas como sofisticadas (KEINERT, 2011; PECÁUT, 1990).

Cabe frisar, assim, que por mais que parte dos integrantes da “corrente renovadora” tenha articulado críticas ao chamado “socialismo real”, na medida em que a crítica à URSS se impôs como um importante mote de suas intervenções, esta posição não era algo dado no começo da década de 1970. Cristalizou-se, em especial, após a “marginalização” dos mesmos no começo da década de 1980¹⁶¹, acompanhando a tendência de saída de intelectuais das hostes comunistas que aconteceu também em outras partes do mundo¹⁶².

A circulação internacional destes agentes tem ainda outras duas consequências importantes. Primeiramente, ela serve como um trunfo para dar credibilidade à crítica ao “socialismo real”. Enquanto os cientistas políticos formados em instituições norte-americanas operavam tal crítica a partir da alegação de uma produção técnica, empiricamente embasada e supostamente não ideológica, os “renovadores” possuíam um outro trunfo: não conheciam apenas as obras clássicas e contemporâneas da tradição marxista, mas viveram na prática o chamado “socialismo real” e as experiências mais “avançadas” do comunismo internacional – os partidos comunistas Francês e Italiano. Cabe destacar, portanto, a importância do fato de que uma parte significativa destes intelectuais participou de um curso para formação de quadros na URSS¹⁶³.

Destaca-se, ainda, que a circulação destes agentes funciona como um atestado prático quanto ao domínio de idiomas estrangeiros - em certos momentos reiterando um

¹⁶¹ A trajetória de Aloysio Nunes Teixeira é um exemplo de integrante da “corrente renovadora” que se notabilizou pela defesa dos ideais liberais, em oposição ao seu passado comunista. As críticas de Armênio Guedes à URSS, amparadas no período em que esteve lá, são também ilustrativas de como alguns destes políticos-intelectuais contribuíram para descreditar a experiência do chamado “socialismo real”. Estes parâmetros de defesa da “democracia”, porém, não foram consensuais entre os que compuseram a corrente. Neste sentido, é bastante ilustrativa a fala de Cristina Konder – então esposa de Leandro Konder, que também militara no PCB durante o exílio – em entrevista realizada por Victor Neves em 2013: “Paris, nessa época, foi a melhor época da esquerda (...). A gente viveu ali todos aqueles debates, por exemplo sobre o eurocomunismo (...). Só tinha fera pra conversar, mesmo que a gente possa dizer que boa parte foi para a direita” (NEVES, 2013, s/p).

¹⁶² Fenômeno não exclusivo dos comunistas brasileiros e que guarda relação direta com o movimento dos demais intelectuais comunistas. Estudando o Partido Comunista Francês, Gerorge Ross e Jane Jenson mencionam que, em fins da década de 1970 (antes, portanto, da saída dos “renovadores”) houve um “afastamento de praticamente toda a *intelligentsia* comunista” (ROSS e JENSON, 1996, p. 44).

¹⁶³ Conforme o depoimento de Anita Prestes: “No final de 1974 chegaram ao nosso instituto para participar de um curso de três meses sobre O capital, oferecido por Anastácio Mansilla, uns quinze membros da Assessoria do Comitê Central do PCB criada no Brasil sob a direção de José Salles, membro suplente do CC. Faziam parte do grupo Marly Vianna, esposa de Salles, Carlos Nelson Coutinho e a esposa Amélia, Luiz Werneck Vianna e a esposa Maria Lúcia, José Braz de Araújo, Ana Malin, além de outros militantes da área da intelectualidade do Partido” (PRESTES, 2019, Posição 3967).

conhecimento já atestado (como no caso de Carlos Nelson Coutinho, que havia traduzido obras mesmo antes de ir para o exílio europeu). A importância do domínio de idiomas adquire colorações próprias quando pensamos mais especificamente no universo dos marxistas, como demonstrado por Rodrigues (2019). Entre os marxistas, a leitura do autor (seja o próprio Marx ou aquele em que o marxista é especializado, como Gramsci ou Lukács) no idioma original é um elemento distintivo, posto que é relativamente raro entre os mesmos, conferindo autoridade àqueles que o fazem (RODRIGUES, 2019).

2.2.3. Posições políticas ocupadas

Os aspectos mencionados garantiam a estes agentes um certo prestígio e destaque no meio intelectual e político. Mas, na falta de um lastro acadêmico mais sólido, pode-se dizer que este prestígio não decorria exclusivamente do público dos pesquisadores universitários, mas, também, do reconhecimento por parte de militantes vinculados ao PCB e leitores politizados. É o que podemos inferir a partir da referência de Ricardo Antunes sobre os “jovens marxistas que estavam no exterior”:

Estou falando de uma geração que nos inspirou como o Carlos Nelson Coutinho, o Leandro Konder, e que hoje são meus amigos de tantas empreitadas. Eu lembro que no partido comunista, quando estávamos na clandestinidade, falávamos de um grupo de jovens marxistas que estavam no exterior. Quem eram eles? Carlos Nelson, o Leandro Konder que saíam daquela dogmática stalinista, do positivismo soviético. Eles eram marxistas, estavam no partido comunista, portanto tinha um pouco do engessamento que o partido comunista, mas eram mais flexíveis (ANTUNES, 2008, p. 384).

No que concerne aos cargos eletivos e administrativos, não há a ocupação de posições de relevo: Ivan de Otero Ribeiro foi assessor do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, equipe do Ministro Marcos Freire (1985-1987); Leandro Konder foi assessor do mandato do então deputado Milton Temer, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Rio de Janeiro (1987-1990); e Luiz Werneck Vianna, concorreu em 1986 ao mandato de deputado, pelo MDB do Rio de Janeiro, conseguindo uma votação pouco expressiva.

Pode-se dizer, portanto, que eles ocupavam posições politicamente dominadas, mas propícias ao embate intelectual, contraposição de ideias, formulação oral e escrita, que eram atributos válidos tanto na atuação universitária quanto no meio político. Tais disposições são valorizadas no embate político pois este é um espaço em que, além da busca por votos e, de modo geral, pela ocupação de postos no Estado, há também uma

disputa pelos modos de apreciação da realidade – ou, nas palavras de Bourdieu, “uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os ‘poderes públicos’” (BOURDIEU, 2011, p. 174). Na medida em que tais disposições são também valorizadas no espaço acadêmico – que, a despeito de suas especificidades, também é um espaço de disputa sobre as visões de mundo -, a reconversão para este espaço torna-se facilitada.

Não consta, nos documentos consultados, informações que indiquem a ocupação, por parte dos “renovadores” analisados neste capítulo, de cargos nas instâncias de direção nacional do partido (o Comitê Central, notadamente). Pode-se dizer, de modo geral, que eles não ocuparam posições de destaque na estrutura partidária, o que está de acordo com o que foi destacado por Marco Aurélio Nogueira, em entrevista, quando afirma que a relação entre o partido e os intelectuais foi muito marcada por um “uso instrumental dos intelectuais”, em que o partido valia-se do prestígio destes atores e, ao mesmo tempo, mantinha-os escanteados¹⁶⁴. Isto nos remete àquilo que Gildo Brandão chamou de “influência sem poder”, referindo-se ao PCB no período pré-64 (BRANDÃO, 1997). Ou seja, a despeito de não ocuparem posições altas na hierarquia da política partidária, os intelectuais aqui englobados mantinham-se sendo lidos, ouvidos e debatidos – influenciando, de alguma forma, os rumos do debate político e intelectual.

2.2.4. Intelectuais ou universitários profissionais?

No âmbito do comunismo e do marxismo, a década de 1980 foi marcada pela acentuação da crise dos países ligados à URSS e, paralelamente, por uma certa aversão contra os marxistas nos meios intelectuais. Sobre este período de “recessão do marxismo”, Hobsbawm traça um comentário que parece descrever bem a situação destes nossos intelectuais que, já maduros, conseguiram da universidade um relativo reconhecimento simbólico e o amparo material para continuar na “batalha das ideias”: “não pode haver dúvidas de que durante um quarto de século [1983-2000] Marx deixou de ser visto como um pensador relevante para a época e de que na maior parte do mundo

¹⁶⁴ Entrevista concedida ao autor (SILVA, 2021). A análise de Antônio Rubim também destaca este “uso ornamental” dos intelectuais ao longo da história do PCB (RUBIM, 2007, p. 435).

o marxismo reduziu-se a pouco mais que um conjunto de ideias de um grupo de sobreviventes de meia-idade ou idosos” (HOBSBAWM, 2011, p. 346)¹⁶⁵.

Esta relação particular com o ambiente universitário só pode ser compreendida mediante a apreensão do contato precoce com o exercício intelectual e do caráter da atuação política dos mesmos, como já destacado. Mas há, ainda, um outro elemento determinante: a baixa, porém crescente, institucionalização do ambiente universitário do período, que configurava um momento de transição – a passagem para a “maioridade” das ciências sociais, que tem seu ponto de inflexão entre as décadas de 1960 e 1970, quando passa a haver uma maior delimitação da identidade do cientista social e aumenta bastante o nível de profissionalização (FORJAZ, 1989)¹⁶⁶.

Todos estes fatores possibilitaram e contribuíram para que o reconhecimento dos mesmos não dependesse exclusivamente da produção vinculada à universidade, mas da atuação política e da editoração e publicação em jornais e revistas que não dissociavam ciência e política. Mas, como era um período em que a profissionalização e institucionalização era cada vez mais presente, impunha-se também uma série de novas injunções para a atuação política e intelectual dos mesmos.

É bastante elucidativo o relato de Milton Lahuerta¹⁶⁷ sobre o modo como ele percebeu e vivenciou estas mudanças. Diz Lahuerta:

Nesse momento de elaboração de uma nova ordem constitucional, não havia tanta clareza quanto a esse imperativo profissional que, para a geração de vocês, é muito forte. Permanecia uma crença meio inercial de que era possível permanecer atuando como um híbrido de professor, intelectual, militante, quadro partidário. E a vida foi mostrando, a partir dos anos 1980, que isso seria impossível. Cada vez mais, só haveria lugar para profissionais, fosse no âmbito da universidade – colonizada pela lógica *lattes* –, fosse no da própria política partidária – permeada por uma lógica maximizadora de benefícios. Ou seja, estava se reduzindo o espaço tanto para políticos com densidade cultural quanto para os intelectuais. E foi ficando evidente que estava se fechando a possibilidade tanto para uma vida acadêmica quanto para uma militância que não fossem profissionais. *A expectativa que mantivêramos, de que era possível fazer política como intelectual, foi se desfazendo ali*, no início dos anos 1990.

¹⁶⁵ Lucio Magri, ex-dirigente do PCI, reitera esta leitura: “é incontestável que nos anos 1980 a história do comunismo como movimento mundial, inspirado na Revolução de Outubro, esgotou-se. Também é incontestável que isso se refletiu gravemente sobre todas as formas que participaram dessa história (...). A década de 1980 conduziu para onde era fatal que conduzisse: uma crise geral do comunismo do século XX” (MAGRI, 2014, p. 316).

¹⁶⁶ Cabe frisar que o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil é bem mais complexo do que o expresso nesta passagem. Correndo o risco de simplificação, o objetivo é destacar, aqui, que este é um período de transição e intensa mudança. Os dois volumes de *História das Ciências Sociais no Brasil*, organizados por Sérgio Miceli, dão um apanhado mais amplo e completo deste processo. Ver, em especial, Miceli (1995).

¹⁶⁷ Hoje cientista político e professor universitário vinculado à UNESP, Lahuerta também fora um intelectual identificado com a “renovação” do marxismo e próximo aos intelectuais englobados neste estudo.

Não havia mais espaço para isso, ainda que entre os intelectuais do PT ela prosseguisse por mais algum tempo (SILVA, 2021, p. 386, grifos meus).

E complementa, deixando claro que esta adaptação, para as vivências individuais, trouxera dificuldades e incômodos:

No final dos anos 1980 coincidem os efeitos provocados pelas mudanças no padrão produtivo e tecnológico, a grande transformação institucional expressa pela Carta de 1988 e a de uma radical metamorfose nas condições de realização do trabalho intelectual. Foi muito duro viver tudo isso, essas mudanças, assim como aceitar que não seria nada simples tentar realizar o ideal de articular ciência e política numa síntese inovadora. Num certo sentido, recolocava-se o vaticínio weberiano: ciência e política, duas vocações. Não haveria mais espaço para a ambiguidade. Os anos 1990 exigiriam muita readequação por parte de quem, socialmente, buscava algo mais na atividade intelectual (SILVA, 2021, p. 387-388).

Esta relação com o ambiente universitário também é retratada pelos próprios atores, que a representam como uma espécie de “rebeldia”. Isto fica bastante visível nos depoimentos destes agentes¹⁶⁸ ou em textos-homenagem direcionados a eles. Um exemplo bastante ilustrativo é a entrevista concedida pelo professor José Augusto Borges em homenagem a Antônio Carlos Peixoto:

Foi preso político, torturado, exilado, quer dizer era uma figura que aliava uma erudição absolutamente privilegiada; *estou falando de erudição e não de qualificação acadêmica*, apesar de ele ter uma qualificação acadêmica como poucos, talvez ele tenha sido um dos mais importantes conhecedores, em determinado momento até formulador, do pensamento político latino-americano; ele não era apenas o que se chama de *scholar*, não era exatamente um acadêmico, um professor universitário limitado ao conhecimento de sua área de especialização, ele tinha um domínio colossal de sua área, mas ele era antes de tudo um erudito, um homem interessado em literatura, na história da arte, no pensamento social em geral, nas questões de cultura como um todo (2013, p. 204, grifos meus).

Estes “incômodos” demonstram um certo distanciamento entre as disposições destes agentes e as exigências que vinham progressivamente se impondo ao ofício político e intelectual. Desta forma, justifica-se e valoriza-se, por um outro viés, uma produção que, segundo veem os próprios agentes, não possuiria a devida valorização na universidade. É, portanto, uma estratégia de valorização compensatória, que parte da percepção de situarem-se à margem do modelo dominante de produção neste espaço.

2.3. Considerações parciais

¹⁶⁸ Uma análise pormenorizada do modo como Luiz Werneck Vianna vivenciou e representou a sua relação com o ambiente universitário pode ser vista no quarto capítulo desta tese.

Não é possível entender o relacionamento com os orientadores, a não realização do mestrado e demais “pulos” do que se afirmou como uma carreira acadêmica tradicional – enfim, o modo como estes agentes se relacionaram com o ambiente universitário - se não tivermos em vista a militância concomitantemente política e intelectual. Além da configuração familiar - que, como destacado, favoreceu uma iniciação intelectual precoce – os agentes englobados neste estudo tiveram suas trajetórias marcadas por uma intensa militância, que não só precedeu a entrada na carreira acadêmica, mas se manteve – de modo distinto a depender do agente e do momento – articulada à experiência universitária. Desta forma, estes agentes conseguiram uma maior liberdade em relação às injunções do espaço universitário, o que foi feito mediante a subordinação às injunções do espaço político. Transitando entre os dois mundos, conseguiram um relativo reconhecimento intelectual (bastante significativo, em alguns dos casos), a despeito das oscilações em relação ao reconhecimento científico.

Como frisado no capítulo anterior, não há, por parte destes agentes, um grupo intencional ou organicamente formado. Há um conjunto de agentes ocupando posições próximas no espaço social e que compartilham o uso de um léxico semelhante, interesses intelectuais e alguns problemas comuns. É justamente isto o que possibilita que eles venham a discordar entre si e que esta discordância não anule certa solidariedade entre eles. Possibilita, portanto, a existência de convergências e divergência, mais visíveis na medida em que as tomadas de posição (com destaque para as publicações em livros e revistas) são pormenorizadamente analisadas – como fica explícito, por exemplo, na contestação à leitura oficial que o PCB fazia em relação à implantação do capitalismo no país.

Deste modo, a inexistência de um grupo articulado não anula a existência de vínculos entre eles. Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Ivan de Otero Ribeiro estabeleceram fortes laços de amizade mesmo após o período do exílio, vínculo constantemente reiterado em diversos documentos em que se destacava a importância da parceria intelectual entre os mesmos. A convivência no exílio uniu Antônio Carlos Peixoto a estes três (todos integravam a “Assessoria” do Comitê Central). Já Luiz Werneck Vianna, aparenta destoar dos demais na medida em que o vínculo com estes parece ser mais pelos embates e colaborações intelectuais do que pelo convívio em instâncias partidárias, como a mencionada “Assessoria”. Cabe destacar, porém, a participação de Vianna em diversos espaços que o ligam aos demais: a banca de avaliação

da livre-docência de Carlos Nelson Coutinho, em 1988; a banca de avaliação da tese de doutorado de Leandro Konder, em 1987; a contribuição em revistas que os outros três também atuaram, entre outros.

Por conta dos motivos apresentados, seria despropositado alçarmos algumas destas trajetórias a tipos ideais que representassem as modalidades possíveis de reconversão ou de exercício do métier acadêmico por parte destes agentes. Optou-se, portanto, por operar uma análise pormenorizada das duas trajetórias que lograram alçar a posições de maior visibilidade e acumular um maior prestígio: Carlos Nelson Coutinho, mais próxima do conjunto aqui analisado, e a de Luiz Werneck Vianna, o único entre este conjunto de agentes que ocupou posições dominantes nas Ciências Sociais. As duas trajetórias serão analisadas, respectivamente, em conjunto com dois empreendimentos intelectuais: a produção e circulação do ensaio *A Democracia como Valor Universal* e a *Revista Presença*.

CAPÍTULO 3 - LUIZ WERNECK VIANNA, A *REVISTA PRESENÇA* E AS TENSÕES DA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA POLÍTICA E INTELECTUAL¹⁶⁹

Dado o reconhecimento de Luiz Werneck Vianna enquanto cientista social, alguns estudos já foram dedicados a estudar sua vida e obra. João Ehlert Maia destaca que Werneck Vianna “talvez seja um dos últimos representantes da grande linhagem dos intelectuais públicos brasileiros, com a vantagem de ter logrado fazer uma transição bem-sucedida para a vida especializada das Ciências Sociais característica das últimas décadas” (MAIA, 2012, p. 115). Marcelo Burgos o vê como “expoente” de “uma geração de cientistas sociais que de certo modo refundam as ciências sociais” (BURGOS, 2012, p. 331). Keinert menciona que “o caso de Luiz Werneck Vianna é emblemático da tomada de posição que reivindica a continuidade entre sua atuação como sociólogo e a politização dos anos 1960” (KEINERT, 2011, p. 163), apesar de diferenciar-se dos demais cientistas sociais por conta do seu maior distanciamento em relação ao “discurso do profissionalismo”.

Seja como representante de uma linhagem anterior, que carrega o diferencial de ter se adaptado bem à vida especializada que passou a vigorar nas Ciências Sociais brasileiras, seja como um “expoente” de uma geração que permanece atuando ou pelo seu distanciamento ao profissionalismo reivindicado pelos demais, há um consenso em relação à existência de divergências e convergências entre a trajetória de Luiz Werneck Vianna e de seus contemporâneos, cuja análise pode trazer importantes elementos para compreendermos as especificidades do exercício intelectual no Brasil¹⁷⁰. Igual potencial heurístico podemos verificar na análise da *Revista Presença*, empreendimento político e intelectual ocorrido entre os anos de 1983 e 1992, em que Vianna teve papel destacado.

O presente capítulo busca investigar as condições sociais que possibilitaram que Werneck Vianna fosse alçado à posições de destaque nas Ciências Sociais – investigando, por

¹⁶⁹ Uma versão preliminar deste capítulo foi apresentado no *Encontro Internacional de Sociologia, Direito, Política e História Intelectual*, realizado em novembro de 2020. Uma segunda versão foi publicada na Revista Leviathan (SILVA, 2020). Agradeço aos pareceristas anônimos da Revista Leviathan, bem como ao professor Dr. Rafael Tauil, pelas críticas e comentários. Além de mudanças formais, a versão apresentada aqui como capítulo sofreu vários acréscimos (em especial a parte final, relativa à *Revista Presença*).

¹⁷⁰ Cabe destacar, desde já, que parte significativa das intervenções que destacam a excepcionalidade ou exemplaridade de Werneck Vianna o fazem sem especificar, objetivamente, em relação a quem. É o caso de Burgos (2012) e Maia (2012), citados no parágrafo anterior. A exceção se dá em relação ao trabalho de Keinert (2011), que busca objetivar as trajetórias daqueles que chegaram à condição de elite das ciências sociais entre 1968 e 1985. Ao final de sua tese, Keinert nos traz um quadro com o perfil social dos 17 agentes que compõem o citado grupo. Entre outros, estão, além do próprio Werneck Vianna: Moacir Palmeira, Lydia Sigaud, Otávio Velho, José Sérgio Leite Lopes, Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, Elisa Reis e Sérgio Miceli (ver KEINERT, 2011, p. 216-219).

um lado, a sua relação com as elites do espaço acadêmico brasileiro das décadas de 1970 e 1980 e, paralelamente, as tensões próprias à constituição de uma agenda política e intelectual tal qual proposta por Vianna.

As décadas de 1970 e 1980 ganham especial relevo por dois motivos conectados. Primeiramente por este ser um período de transição, em que as condições de possibilidade de exercício do ofício intelectual mudaram de forma significativa, visto que o fim da década de 1960 marca um ponto de inflexão a partir do qual o intelectual vinculado às Ciências Sociais passa, cada vez mais, a intervir a partir de um conhecimento especializado, de uma atuação profissionalizada e com base no lastro universitário, o que muda significativamente a relação entre os intelectuais e a política¹⁷¹. Em segundo lugar, por este ser o período de consolidação da trajetória intelectual de Werneck Vianna, durante o qual ele defende sua tese de doutorado (1976), passa a atuar profissionalmente na universidade e a publicar com certa regularidade (seus quatro primeiros livros datam de 1976, 1983, 1986 e 1989), além de englobar a maior parte da existência da *Revista Presença* (1983-1992), cuja história está imbricada com a trajetória de Vianna.

A análise aqui empreendida demonstra que há elementos que aproximam e que distanciam Werneck Vianna em relação ao *modus operandi* dos intelectuais paulistas e cariocas, e o mesmo acontece com os cientistas sociais que atuaram até a década de 1960, quando esta área era menos institucionalizada, e aqueles que atuaram posteriormente. Ademais, sua trajetória demonstra – assim como a de outros acadêmicos que efetuaram uma reconversão da política para a universidade – a constituição de uma série de tensões inerentes à convivência entre disposições que levam à busca de um exercício intelectual que é, a um só tempo, científico e político, em um contexto de intensas transformações, em que a política e a vida intelectual passam a ser cada vez mais profissionalizadas e dotadas de especificidades¹⁷².

Além dos prêmios recebidos¹⁷³, o reconhecimento de Werneck Vianna no espaço acadêmico pode ser visto, também, pela quantidade de entrevistas concedidas por ele a instituições acadêmicas e culturais. Tais entrevistas são fontes privilegiadas para análise das disputas pelos princípios de hierarquização de um determinado espaço, do modo legítimo de

¹⁷¹ Como demonstra a análise do próprio Werneck Vianna (1997), entre outros estudos trabalhados no primeiro tópico deste capítulo.

¹⁷² Estas tensões também estão presentes em outros intelectuais identificados com a “corrente renovadora” do PCB (como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Ivan de Otero Ribeiro). A tensão entre a vida política e intelectual, bem como as transformações que ocorreram entre esta relação no período, também são bastante visíveis nas trajetórias de Milton Lahuerta e Marco Aurélio Nogueira, conforme explicitado em entrevistas por eles concedidas para o autor da tese (SILVA, 2021a; SILVA, 2021b).

¹⁷³ Em seu currículo lattes ele menciona ter recebido 13 prêmios. Ver: <http://lattes.cnpq.br/1944208293448093> Último acesso em 24/07/2022.

exercer um determinado ofício. Para isto, porém, deve-se levar em conta o potencial heurístico da fonte oral (POLLAK, 1989) e, em especial, as condições de produção destes documentos (MICELI, 2001) – que, no caso em pauta, são também homenagens e tomadas de posição no espaço analisado.

O presente capítulo é dividido em cinco partes, além desta introdução e das considerações parciais. A primeira parte intitula-se “Caminhos das Ciências Sociais no Brasil”, e tem como objetivo apresentar uma síntese esquemática sobre as principais transformações no espaço intelectual brasileiro – com destaque para o período compreendido entre as décadas de 1950 e 1980. A segunda intitula-se “Configuração familiar, amparo institucional e rede de relações pessoais”, e visa analisar o peso destes três elementos para que Werneck Vianna viesse, posteriormente, a ocupar posições de elite em meio às Ciências Sociais. A terceira intitula-se “A afirmação no espaço universitário”, e tem como foco a caracterização da experiência do seu doutorado e do início da sua afirmação neste espaço. A quarta intitula-se “Tensões da construção de uma agenda política e intelectual”, e busca explorar a relação entre a trajetória do agente e seu exercício político e intelectual. A quinta parte, por fim, busca dar continuidade a esta discussão, mas com ênfase para a experiência da *Revista Presença*.

3.1. Caminhos das Ciências Sociais no Brasil

Em se tratando dos intelectuais e cientistas sociais brasileiros, as análises existentes já demonstraram a prevalência de modos distintos de exercer o ofício intelectual nos dois principais estados da federação – Rio de Janeiro e São Paulo. Enquanto o primeiro seria marcado pela falta de autonomia e de lastro universitário, no segundo haveria um maior peso da instituição universitária e maior rigor científico¹⁷⁴. Com isto, os cariocas estariam abertos a produções de teor mais generalizante e mais distantes da especialização (MICELI, 2001, p. 23).

Em São Paulo, com o grupo encabeçado por Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo (USP), o peso da universidade criou condições favoráveis para um ensino e pesquisa rotinizados, baseados em uma cultura universitária própria e marcados pela busca do rigor científico, o que contribuía para conferir autonomia frente às oscilações da política (ARRUDA, 1995). Em meio a tais condições, Florestan Fernandes desponta como uma trajetória exemplar, encarnando tanto a busca por rigor científico quanto o próprio exercício da cientificidade. A ênfase na discussão teórica e metodológica, a linguagem utilizada, assim como o

¹⁷⁴ A comparação entre as duas configurações regionais é a tônica de boa parte dos trabalhos reunidos nos dois livros organizados por Sérgio Miceli (MICELI, 1995; 2001).

distanciamento do modelo ensaístico e literário, também são apontados como elementos da busca por rigor científico (ARRUDA, 1995).

O oposto ocorria no Rio de Janeiro, onde a produção de ensaios era muito mais valorizada. A condição de capital federal impunha uma maior proximidade à política, como se pode ver no caso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que fora criado em 1955 como um órgão estatal vinculado ao ministério da Educação e Cultura e atingiu uma enorme projeção e reconhecimento nos meios políticos e intelectuais do período. Seus protagonistas se viam incumbidos da missão de guiar a nação nos rumos de sua emancipação. Este reconhecimento, segundo Daniel Pécaut, “se deve ao fato de que, intervindo em nome do poder ou do povo, manifestava o sentimento de onipotência de uma intelectualidade que sentia vocação para conduzir a transição para um Brasil senhor de seus destinos” (PÉCAUT, 1990, p. 114).

Apesar das distintas fases, pode-se afirmar que o ISEB constituiu um núcleo de intelectuais destinado a refletir sobre a realidade nacional e, autorizado como instituição estatal, intervir na mesma. A aproximação do ISEB à esquerda acompanhou o movimento do governo João Goulart e o aumento da efervescência dos movimentos sociais no período, e não por acaso a instituição foi fechada pelos militares imediatamente após o golpe civil-militar de 1964.

Já no eixo diacrônico, tem-se a existência de algumas transformações que alteram o modo de exercer o ofício intelectual a partir de fins da década de 1960¹⁷⁵. Há uma tendência de afastamento da perspectiva da “missão civilizatória” que os intelectuais carregavam na década de 1950. Há, também, uma maior valorização do modelo norte-americano de fazer ciência, o privilégio a métodos quantitativos e o maior peso da titulação no exterior.

A partir desse momento, os intelectuais continuam a intervir politicamente, mas o fazem a partir da reivindicação de um conhecimento especializado, da profissionalização e do vínculo às universidades - em especial, aos programas de pós-graduação¹⁷⁶. É, enfim, um contexto de intensas transformações não só no espaço político (marcado pela redemocratização), mas também no espaço intelectual e universitário – com este período podendo ser caracterizado

¹⁷⁵ Um importante evento que marca tais transformações é a implementação da Reforma Universitária, em 1968 (KEINERT, 2011). Interessante frisar que estas transformações não foram exclusivas das ciências sociais, atingindo também outros domínios de exercício da intelectualidade, como o jornalismo, que a partir da década de 1950 passa a se guiar por padrões de excelência cada vez mais próximos ao modelo anglo-saxão, calcado na figura do repórter e reivindicando uma maior autonomia (SOUZA, 2010). Um outro ponto de inflexão pode ser situado entre as décadas de 1940 e 1950, segundo as análises de Pécaut (1990) e Werneck Vianna (1997).

¹⁷⁶ Além dos trabalhos publicados na coletânea organizada por Miceli (MICELI, 1995, 2001), Pécaut (1990), Vianna (1997) e Keinert (2011) também trabalham este viés processual.

como de transição para a “maioridade” das Ciências Sociais, vivida a partir dos anos 1970 (FORJAZ, 1989).

Tais transformações, vale frisar, não ocorrem de forma abrupta nem excluem a existência de semelhanças entre os dois estados ou de continuidades no tempo, seja no que tange aos temas abordados (modernização, construção do Estado), seja na tendência à ocupação de posições concomitantemente nos espaços acadêmico e político (KEINERT, 2011) ou no intento de intervir na “vida pública” (CARVALHO, 2007).

Analisando o grupo geracional que foi alçado à condição de elite das Ciências Sociais após 1968, Keinert afirma:

A análise das trajetórias do grupo em questão sinaliza a importância da atuação política em seu processo de afirmação, o que sugere o anseio de vincular seu conceito de profissionalismo à possibilidade de conquistar uma influência pública. Em relação à *intelligentsia* dos anos de 1950, a vocação intervencionista se modifica, segundo os procedimentos envolvidos nas novas maneiras de praticar a ciência social, preferindo-se uma modalidade de inserção mais pontual, típica da figura do especialista, em detrimento da abrangência do ideal presente na geração anterior, ligado às tarefas iluministas do sociólogo como guia da modernização (KEINERT, 2011, p. 94).

Ainda segundo o autor, estes agentes podem ser divididos em três perfis com algumas características distintas. O primeiro refere-se àqueles que realizaram doutorado nos Estados Unidos, que reivindicavam um caráter útil para a ciência social e mobilizavam novas técnicas – em especial as de caráter quantitativo. O segundo refere-se àqueles mais apartados da política e ligados à atividade editorial. Por fim, há aqueles ligados à “crítica social”, cuja trajetória de Vianna é exemplar:

O caso de Luiz Werneck Vianna é emblemático da tomada de posição que reivindica a continuidade entre sua atuação como sociólogo e a politização dos anos 1960. Sua trajetória reitera perfis da intelectualidade progressista das décadas de 1950 e de 1960, casos de Florestan Fernandes e de Darcy Ribeiro, cujas estratégias de legitimação se ligam à ideia do dever ético com os dilemas do país, ao mesmo tempo em que se lançaram à interpretação do Brasil em suas características mais fundamentais (KEINERT, 2011, p. 163).

Enquanto muitos passaram a negar explicitamente o marxismo (como os cientistas políticos), estes cientistas sociais reivindicavam certa continuidade a esta tradição intelectual, embora recusando o “marxismo vulgar” e incorporando outros autores (KEINERT, 2011). Há uma compreensão da atividade intelectual como politicamente engajada, em continuidade aos anos da militância no período da graduação. Desse grupo, formado principalmente por antropólogos e sociólogos, a internacionalização ligada à França era preponderante.

A militância no movimento estudantil é um traço comum a praticamente todo o grupo geracional analisado por Keinert (2011), mas a intensidade desta militância e a reivindicação de uma continuidade entre este “momento inaugural” e o desenrolar posterior acontece com intensidades distintas. O caso de Werneck Vianna é um exemplo em que esta reivindicação de continuidade ocorre de forma bastante acentuada. Da mesma forma, o contato com o marxismo também marcou a todos, mas o modo como eles passaram a se relacionar com o marxismo foi distinto.

Toda essa geração encara mudanças no viés organizacional e institucional das Ciências Sociais, mas há uma certa continuidade entre as questões enfrentadas (KEINERT, 2011). Impulsionados pelo desafio de compreender o que possibilitou a existência da ditadura militar que os assolava, esta geração dá um ponto final no velho dilema sobre a formação do Estado e do capitalismo no Brasil (VIANNA, 1997).

Este esboço esquemático esconde complexidades próprias à realidade social e, também, uma série de divergências entre os diagnósticos sobre a história das Ciências Sociais no Brasil. A despeito disto, ele possui um papel heurístico: possibilita situar a trajetória de Werneck Vianna (e dos demais “renovadores”) em relação a tipos ideais de existência intelectual separados geográfica e temporalmente.

3.2. Configuração familiar, amparo institucional e rede de relações pessoais

Nascido em 1938, no Rio de Janeiro, Werneck Vianna descende de famílias de elite (tanto do lado paterno quanto materno), em que não só o pai, mas também avô e bisavô haviam se formado em Direito (VIANNA, 2006). Apesar disto existe, por parte de nosso autor, a percepção de viver um “desequilíbrio”, pois Werneck Vianna e sua família viveram uma experiência de perda de status econômico e social (ARAÚJO *et all*, 2010, p. 346)¹⁷⁷. Isto, porém, não impediu que ele viesse a estudar nos colégios da elite carioca de então. Essa condição de integrante de família da elite em descenso é um traço que aproxima Werneck Vianna tanto dos dirigentes comunistas (RODRIGUES, 1978) quanto de outros intelectuais brasileiros (MICELI, 2001).

Em decorrência de sua configuração familiar, Werneck Vianna pôde usufruir de uma iniciação política e intelectual precoce, visto que seu pai fora próximo ao Partido Comunista

¹⁷⁷ Esta percepção é registrada pelo próprio Werneck Vianna, em entrevista ao CPDOC: “Eu sou resultado de um desequilíbrio de status (...). De avô pra cima, minhas raízes estão nas raízes das elites brasileiras (...). E as gerações seguintes não fizeram alguma coisa senão ‘descer a ladeira’, não é? [Risos] E eu nasci já em uma família de classe média, de recursos não muito abundantes, também não muito escassos” (2013, p. 2).

Brasileiro (PCB) durante um período e presenteava-o com vários livros, possibilitando seus primeiros contatos com o mundo das letras (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 179). Em entrevistas, Vianna comenta que já se identificava com o PCB desde, mais ou menos, os 15 anos de idade (VIANNA, 2006; CASTRO; OLIVEIRA, 2005).

Socializado em meio a escolas de elite, seu primeiro matrimônio foi também com uma descendente dos altos estratos da sociedade carioca. Casou-se com Maria Lúcia, cujo pai era um militar de alta patente e com inserções políticas à esquerda¹⁷⁸, de modo que ele próprio reconhece estar em um “lugar privilegiado”: “Meu sogro era o brigadeiro Francisco Teixeira, que fazia parte do núcleo do dispositivo militar do Jango. As reuniões com Brizola, por exemplo, eram na casa dele (...). A algumas delas, eu assisti; outras, eu apenas ouvi (...)” (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 181).

Dando sequência àquilo que era comum às famílias de elite, Werneck Vianna entra no curso de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 1958, formando-se em 1962. À entrada no curso de Direito, segue-se a intensificação de sua militância. Este foi o período em que ele se filia ao PCB¹⁷⁹. Também neste período ele participa do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), instituição que possibilitou que ele entrasse em contato com diversos intelectuais que adquiriram relevo nacional – alguns deles fundamentais no desenrolar posterior de sua trajetória, como Carlos Estevam Martins¹⁸⁰. Ainda durante a graduação, em 1960, Werneck Vianna passa um ano realizando um curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 181).

O CPC propunha uma arte engajada, marcada por um ideal romântico, pela valorização e idealização do “povo” (RIDENTI, 2014). Fora criado em 1962, no Rio de Janeiro, sob a proposta de “atingir as massas e fazer da cultura um instrumento revolucionário” (PÉCAUT, 1990, p. 153), enquanto que o ISEB, conforme já mencionado, era um órgão estatal cujos intelectuais se viam imbuídos da missão de construir a nação e falar em nome do “povo”.

Na leitura que Vianna faz de sua vida, foi o CPC que possibilitou que ele se aproximasse dos “subalternos” – e não o PCB, o curso de Direito ou de Ciências Sociais. Em suas palavras: “a grande revelação que eu tive não foi nem na Faculdade de Direito nem no curso de ciências sociais, foi na UNE, com o grupo de artistas e jovens intelectuais que formavam o Centro

¹⁷⁸ Seu primeiro livro – *Liberalismo e sindicato no Brasil* –, publicado em 1976, foi dedicado a Maria Lúcia. Além da dedicatória, outro exemplo que assevera a importância de sua esposa em sua formação e atuação intelectual são as publicações da mesma na *Revista Presença* – iniciativa que, como veremos, foi fundamental em sua trajetória.

¹⁷⁹ Como é comum em documentos memorialísticos, Vianna não nos oferece uma data exata de sua filiação ao partido, mas nos traz indícios quando afirma ter se filiado ao PCB “já nos anos 60, quando eu tinha uns 20 e poucos anos” (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 180).

¹⁸⁰ Martins foi o primeiro diretor do CPC, sucedido por Cacá Diegues e Ferreira Gullar.

Popular de Cultura” (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 182). Ou – conforme ele aponta em outra entrevista: “Eu só vou estabelecer relações vivas, de entusiasmo com o partido comunista a partir do CPC, quando então a gente estabelece a comunicação direta com a rua, com os setores subalternos” (VIANNA, 2013 p. 15).

Fruto deste intenso trânsito com o mundo artístico, Werneck Vianna ficou responsável por escrever a introdução do livro *Ópera do Malandro*, de Chico Buarque, publicado em 1978. O título do texto é ilustrativo das preocupações intelectuais de Vianna: *O americanismo: da pirataria à modernização autoritária (e o que se pode seguir)* (HERMETO, 2012).

Como se pôde perceber, a trajetória de Werneck Vianna é elucidativa da relação entre PCB, ISEB e CPC e do objetivo comum de contribuir para a emancipação do “povo”. Apesar da não articulação formal, tais instituições possuíam pontos de aproximação, com os integrantes do CPC recorrentemente buscando orientação política/intelectual nos integrantes do ISEB (ARAÚJO *et all*, 2010, p. 348-349). Do mesmo modo, havia pontos de aproximação entre o CPC e o PCB (em especial, em relação ao Comitê Cultural do partido), mas não havia uma relação de subordinação e os integrantes de um não compunham, necessariamente, o outro (RIDENTI, 2014, p. 57). Formavam, em conjunto, aquilo que Daniel Pécaut caracterizou como “populismo intelectual” (PÉCAUT, 1990, p. 188).

Werneck Vianna trabalhava em escritório de advocacia desde o período em que cursava Direito – o que foi possibilitado pela intervenção de um amigo de seu pai (VIANNA, 2013, p. 10). Assim, quando entra no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (em 1964), permanece advogando. A advocacia para presos políticos emerge, então, como uma forma de atrelar o ofício à militância.

Vianna alega ter entrado neste curso por “pressão da vida pública” (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p.182), como uma forma de dar continuidade aos estudos e à militância. Possuía então 26 anos - bem mais velho que os demais ingressantes. Como o próprio comenta, boa parte dos seus companheiros de curso aderiram à luta armada – posição frontalmente contrária à defendida por ele e pelos demais militantes do PCB¹⁸¹. Vianna experiencia, neste ponto, a primeira sensação de “deslocamento” em relação ao ambiente universitário. Em suas palavras: “fiz o vestibular no fim de 1963 e entrei em 1964 (...). Eu tinha de 25 para 26 anos, e

¹⁸¹ Marcelo Ridenti nos apresenta um estudo sobre a composição social do militantes de esquerda que atuaram durante a ditadura militar em que destaca o maior peso dos estudantes universitários entre os adeptos da luta armada: “foi notável a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (906; 24,5% do total de 3.698 processados, com ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda), e particularmente naqueles que pegaram em armas (583; 30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas típicas)” (RIDENTI, 2010, p. 114).

os meus colegas tinham 18, 19. Eu era um senhor. Andava de terno, era casado. Era de uma outra geração. O golpe tinha separado as gerações” (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 180-181).

Werneck Vianna inicia o mestrado em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1969, ano em que o Instituto inicia suas atividades. Concomitante ao mestrado, Vianna ministra aulas na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. A condição de estudante do IUPERJ faz Vianna se sentir novamente “deslocado”: segundo ele próprio alega, havia ali uma difícil relação entre ele e os professores, que eram “liberais doutrinários” (VIANNA, 2013, p. 19) – este mesmo termo ele utiliza para qualificar aquele que iria ser seu orientador no mestrado, Simon Schwartzman.

Vianna retorna ao IUPERJ em 1980, como professor universitário vinculado ao programa de pós-graduação – ocasião em que, mais uma vez, tem a sensação de estar “deslocado”. Segundo o seu depoimento, um dos elementos que pesaram para a sua contratação foi o interesse do Instituto em demonstrar que era uma instituição diversificada (VIANNA, 2013, p. 30). Este “deslocamento” pode ser explicado, pelo menos em parte, por haver no IUPERJ – assim como no Museu Nacional e em outras instituições de pesquisa de então – uma recusa ao modo não-universitário de exercer a intelectualidade (KEINERT, 2011), o que implicava em um distanciamento em relação aos intelectuais comunistas.

O ano de 1969 é também caracterizado pela vigência do Ato Institucional Nº5, decretado em fins do ano anterior, que intensifica brutalmente a repressão perpetrada pelo regime ditatorial. Com isto, Werneck Vianna é impossibilitado de concluir o mestrado e se vê obrigado a se exilar no Chile. Antes do exílio, contudo, Vianna passa um período clandestino no Brasil, escondido na casa de diversas pessoas – em especial no estado de São Paulo. Permanece no Chile entre 1970 e 1971 (ARAÚJO *et all*, 2010, p. 353). Quando retorna ao Rio de Janeiro, acaba preso por seis meses. Após sair da prisão, Vianna viaja novamente para São Paulo, onde é acolhido por Carlos Estevam Martins. Martins participara do ISEB, do CPC e da formação do Centro Brasileiro de Análise de Planejamento (CEBRAP), em 1969¹⁸². Por meio dele, Vianna conhece e integra o CEBRAP, que dá a ele uma oportunidade de trabalho na Editora Abril (ARAÚJO *et all*, 2010, p. 354).

Todas essas vivências possibilitaram que ele estabelecesse redes de contato nos dois principais estados da federação e, além de tudo, que ele mesclasse uma formação e atuação em constante contato com dois modos distintos de exercício do ofício intelectual: Rio de Janeiro e São Paulo. Os depoimentos de Vianna expressam esta divergência, indicando uma maior

¹⁸² Ver: <http://www.bresserpereira.org.br/documento/3608>

autonomia dos intelectuais paulistas em relação ao Estado (ARAÚJO *et all*, 2010, p. 355). Expressam, ainda, uma identificação maior com o modo de exercício intelectual preponderante em São Paulo. Em tom cômico, diz Vianna:

Em São Paulo se respirava, se pensava e se respirava. E o Rio respirava por canudinho e não pensava nada! [Risos] (...) Em São Paulo, se pensava, havia uma vida intelectual ativa e foi a primeira vez em São Paulo que eu estabeleci relações com as elites locais. Porque no Rio de Janeiro, esses mundos... Esse – ainda é assim! – Esses mundos não são devassáveis. São ilhas fechadas (...). Em São Paulo, isso tudo estava esparramado, estava aberto em comunicação (VIANNA, 2013, p. 20).

O maior lastro universitário do marxismo em São Paulo remete à relevante experiência do Seminário Marx entre o final da década de 1950 e início de 1960 – do qual participava aquele que veio a ser o orientador de Vianna no doutorado, Francisco Weffort, além de José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Schwarz, entre outros. Paralelamente ao maior vínculo à universidade, tais intelectuais buscavam uma apropriação da obra de Marx que fosse mais distante dos partidos políticos e que possibilitasse uma leitura criativa e original da realidade brasileira – distanciando-se, portanto, da apropriação operada pelo PCB¹⁸³.

Além do trânsito entre as duas configurações intelectuais e seus respectivos modos de exercer a intelectualidade, Werneck Vianna se distingue pela sua circulação internacional bastante distinta daqueles que, como ele, vieram a ocupar posições na elite das Ciências Sociais. Vianna realiza sua pesquisa de doutorado com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no Brasil, contrariando a centralidade dada à titulação no exterior (nos Estados Unidos, em primeiro lugar, e na França, em segundo), que caracteriza a geração de cientistas sociais alçada às posições dominantes na época (KEINERT, 2011).

Nem por isso Vianna deixou de estabelecer contatos no exterior. Passou um pequeno período exilado no Chile, em que não investiu em cursos de pós-graduação, embora tenha tido uma rápida experiência de coleta de dados. Adiciona-se ainda que, em 1974, Vianna viaja para Moscou para fazer um curso sobre “O Capital” na Escola de Formação de Quadros da URSS¹⁸⁴. Vianna menciona a participação de um conjunto de intelectuais comunistas paulistas e cariocas que se reuniam no Rio de Janeiro e em São Paulo para estudar a obra de Karl Marx (VIANNA,

¹⁸³ Sobre o Seminário Marx pode-se ver: Marcelino (2017), Lahuerta (2001), Rodrigues (2011).

¹⁸⁴ Anita Prestes menciona que as seguintes pessoas participaram do curso: “No final de 1974 chegaram ao nosso instituto para participar de um curso de três meses sobre *O capital*, oferecido por Anastácio Mansilla, uns quinze membros da Assessoria do Comitê Central do PCB criada no Brasil sob a direção de José Salles, membro suplente do CC. Faziam parte do grupo Marly Vianna, esposa de Salles, Carlos Nelson Coutinho e a esposa Amélia, Luiz Werneck Vianna e a esposa Maria Lúcia, José Braz de Araújo, Ana Malin, além de outros militantes da área da intelectualidade do Partido” (PRESTES, 2019, posição 3967).

2013, p. 36). Longe do que era cada vez mais valorizado no espaço universitário brasileiro – com a tendência de valorização de pesquisas empíricas e do modelo norte-americano de fazer ciência social –, a realização deste curso por este conjunto de militantes era parte das disputas políticas internas ao PCB¹⁸⁵ e, ao mesmo tempo, pelos rumos do debate intelectual.

Registra-se ainda que mesmo o seu pós-doutorado, realizado fora do Brasil, não foi em uma instituição universitária que ocupava uma posição central no espaço acadêmico transnacional – tendo sido realizado, em 1984, na Università degli Studi di Milano, na Itália, país do marxista que se constituiu como sua principal referência intelectual: Antonio Gramsci. Desta forma, a circulação internacional de Vianna nos leva a pensar sobre os conflitos, tensões e complementariedades inerentes à vivência entre dois universos distintos, que guardam entre si tanto semelhanças quanto diferenças: o do marxismo e o da disciplina universitária a qual ele estava vinculado¹⁸⁶. Um outro elemento que distancia Werneck Vianna da elite das Ciências Sociais se refere ao fato dele não ter ocupado cargos em instituições de fomento à pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹⁸⁷.

3.3. A afirmação no espaço universitário

O primeiro livro de Werneck Vianna foi publicado em 1976, como produto de sua tese de doutorado, intitulado *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Antes disso, em 1974, Vianna publicara um artigo intitulado *Sistema Liberal e Direito do Trabalho*, na revista Estudos CEBRAP.

É certo, contudo, que sua participação em periódicos data de muito antes – em especial, periódicos vinculados ao PCB, como o *Voz Operária*. Esses escritos não constam, porém, em seu Currículo Lattes, plataforma destinada a registrar aquilo considerado como importante no espaço acadêmico. Esta ausência não é fortuita: é parte dos seus esforços de gestão da identidade e indica, sobretudo, que atualmente Vianna considera estas duas obras como suas primeiras produções de relevo no espaço acadêmico. As condições de produção destas duas obras, porém, estiveram desde o início submetidas às injunções da conjuntura política.

¹⁸⁵ A importância destes cursos para as disputas políticas internas e hierarquização dos comunistas brasileiros já foi destacada em estudos anteriores. Ver: Almeida (1989), Pandolfi (1995), Groppo (2012) e Secco (2017).

¹⁸⁶ Sobre estas tensões, conferir a análise de Rodrigues (2019).

¹⁸⁷ Ver: <http://lattes.cnpq.br/1944208293448093> acessado em 21/09/2020

É significativo que Vianna não tenha publicado na *Revista Civilização Brasileira*¹⁸⁸, ao contrário de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, intelectuais comunistas que, além da idade próxima, foram identificados como sendo da mesma vertente que Vianna nas disputas que ocorreram no interior do PCB em fins da década de 1970 e início da década seguinte (a chamada “corrente renovadora”). A precocidade da inserção destes dois intelectuais, no entanto, contrasta com o maior distanciamento dos mesmos em relação à universidade, diferenciando-os da trajetória de Vianna.

A entrada de Vianna no doutorado em sociologia acontece no ano de 1973, sob orientação de Francisco Weffort, o que só foi possível por conta do vínculo de Vianna a intelectuais ligados ao CEBRAP. Não é casual, portanto, que o próprio Vianna registre, em mais de uma ocasião, sua “gratidão” e “lealdade” a Weffort. Este vínculo é explicativo, também, da saída de Vianna do CEBRAP e ida para o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), criado por Weffort em 1976. Sobre esta “lealdade”, diz Vianna:

Havia uma fissura em São Paulo, nesse grupo [CEBRAP]. Eram o Fernando¹⁸⁹ e o Weffort. E que acaba fragmentando com a criação do CEDEC, o Weffort chama os seus estudantes para o CEDEC e tal, faz uma reunião na casa dele, eles resistiram, eles queriam continuar no CEBRAP. A Madalena, mulher do Weffort dizia para ele, lembro-me bem: “Deixa, eles não querem, deixa eles livres”. Weffort insistia. E eu disse: “Eu vou”. Eu me senti na obrigação da gratidão ao Weffort de ter me recebido no doutoramento. Aí fui comunicar ao Fernando: “Olha, Fernando, vou sair”. Fernando estava doido para que todos saíssem menos eu (VIANNA, 2013).

É na qualidade de doutorando em sociologia pela USP e membro do CEBRAP que ele participa da construção do programa do partido de oposição ao regime militar (o Movimento Democrático Brasileiro) para as eleições de 1974. Além dele, participaram Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paul Singer e Francisco de Oliveira¹⁹⁰. A iniciativa partira de Ulisses Guimarães, presidente do partido e então candidato à presidência¹⁹¹ (VIANNA, 2013, p. 24). Também no CEBRAP ele passa a integrar o grupo de pesquisa liderado por Weffort, do qual participaram vários outros intelectuais de relevo, cujos debates seriam fundamentais para o desenrolar de sua tese de doutorado¹⁹².

¹⁸⁸ A *Revista Civilização Brasileira*, vinculada ao também comunista Ênio Silveira, circulou entre março de 1965 e julho de 1968, abarcando um conjunto de intelectuais que faziam oposição ao regime militar recém instaurado (CZAJKA, 2010).

¹⁸⁹ Refere-se a Fernando Henrique Cardoso.

¹⁹⁰ Lista retirada de Napolitano (2014, p. 56). Em entrevista ao CPDOC, Vianna adiciona a participação de Maria Hermínia Tavares de Almeida (VIANNA, 2013).

¹⁹¹ Na ocasião, lançou-se como “anticandidato”. O objetivo era denunciar o caráter farsesco da eleição. Apesar da vitória do candidato da situação, o MDB obteve expressiva vitória em relação aos candidatos a deputado e senador.

¹⁹² Vianna menciona a participação de Maria Hermínia Tavares de Almeida, Régis de Andrade e Fábio Munhoz (ARAÚJO *et all*, 2010, p. 355).

O mencionado curso que Vianna realizou em Moscou, em 1974, com outros militantes comunistas, não se restringiu a um movimento político interno ao PCB, tendo tido consequências em sua formação intelectual e para o desenrolar de sua tese. Segundo o próprio Vianna, foi durante este curso que ele foi orientado a ler os textos de Lênin em que o dirigente comunista tratava da questão agrária. Posteriormente, incorporou outros dois autores importantes para a construção do seu argumento: Barrington Moore e Gramsci (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, 184).

Durante o doutorado, como o próprio afirma: “fiz o curso e fui ser professor em uma porção de lugares: na Faculdade de Arquitetura de São José dos Campos, na Escola de Sociologia e Política. Mas me estabilizei mesmo na UNICAMP, onde fiz um concurso” (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 183). Após o doutorado, Vianna vincula-se ainda à Universidade Federal Fluminense e à Universidade de Minas Gerais, chegando a trabalhar concomitantemente no IUPERJ e na UNICAMP (1980-1983)¹⁹³.

Ainda em relação ao doutorado, além de seminários ministrados por Weffort, Vianna registra as “acesas polêmicas” e a existência de divergências mantidas com Maria Hermínia de Almeida e com Fábio Munhoz (VIANNA, 1976, p. 4). Divergências, aliás, que afirma ter mantido mesmo com o orientador, mas que extrapolavam para o conjunto das leituras majoritariamente vigentes entre os intelectuais uspianos. Diz Vianna:

Entrei em confronto com eles [intelectuais paulistas], inclusive com meu orientador, o Weffort, que, mais uma vez, foi de enorme generosidade comigo (...). Eu contestava os textos do Weffort dentro do grupo. Ele, num registro sempre muito democrático, generoso... Isso tudo trabalhou para mim como uma muleta: eu não precisava inventar o meu argumento. O meu argumento vinha deles, bastava inverter (ARAÚJO *et all*, 2010, p. 356).

Vianna comenta ainda que a banca de defesa foi montada por Weffort de modo a “defender a universidade de qualquer complicação” (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 183), mas que o desafiava a partir de um argumento muito liberal. Vianna também afirma que o desafio proposto na sua tese – de entender a “modernização autoritária” – também foi enfrentado por vários outros contemporâneos seus, como Elisa Reis e Simon Schwartzman (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 183). O suporte da sociologia histórica, bem como o recurso às obras de Lênin, Marx, Weber e Barrington Moore, também estiveram presentes neste conjunto mais amplo de intelectuais que buscavam compreender a modernização brasileira e o seu caráter autoritário (VIANNA, 1997; PERLATTO, 2014). Tais estudos davam continuidade ao “estilo

¹⁹³ Informação disponível no Currículo Lattes e reiterada na entrevista concedida ao CPDOC (VIANNA, 2013).

historiográfico” e de “interpretações do Brasil” advindo de gerações anteriores e, a partir do destaque do peso do Estado e da necessidade de contraposição a ele, buscavam impulsionar a “sociedade civil” (KEINERT, 2011). Como forma de demonstrar as continuidades entre os dois períodos autoritários, estes trabalhos se voltavam com especial cuidado para a década de 1930 (PERLATTO, 2014). O trabalho que resultou do doutorado de Werneck Vianna, portanto, “pode ser interpretado como *exemplar* de preocupações que perpassavam a agenda sociológica dos anos 1970” (PERLATTO, 2014, p. 472, grifo meu).

A partir de uma perspectiva de longo prazo – que vai da análise das leis trabalhistas de fins do século XIX à década de 1960 – sua tese busca compreender a formação do Estado e do capitalismo no Brasil. Argumenta que o capitalismo brasileiro se constituiu de forma não hegemônica, gerando uma série de dificuldades para a implementação de uma organização social calcada nas instituições de um regime liberal e criando as condições para a formação de um Estado que conjuga modernização e autoritarismo. Com isto, combatia a ideia de que o Brasil seria um país feudal e, ao mesmo tempo, combatia aqueles que viam a necessidade de ruptura revolucionária para a implementação de uma ordem burguesa e competitiva (CARVALHO, 2012, p. 22).

Diferenciava-se, também, de outros trabalhos – muito debatidos durante o período – que centravam seus esforços em compreender o desenvolvimento brasileiro à luz das suas relações de dependência e subordinação¹⁹⁴, uma vez que seu foco estava “em olhar internamente para o país, de modo a inquirir de que maneira foram conformadas historicamente as relações entre as elites tradicionais e modernas” (PERLATTO, 2014, p. 470). Da mesma forma, afastava-se – por exemplo - da consagrada análise de Roberto Schwarz sobre o liberalismo no Brasil. Nas palavras de Fernando Perlatto:

Ao contrário da percepção consagrada na obra de Roberto Schwarz, *Ao Vencedor as Batatas*, na qual o liberalismo é percebido como “uma ideia fora do lugar” (...), Werneck segue a perspectiva já apontada por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, demonstrando que o liberalismo que vicejou entre nós não foi postigo (PERLATTO, 2014, p. 471).

Em 1974, um ano após o ingresso de Vianna no doutorado, o MDB tem uma importante vitória eleitoral, que foi lida pelos comunistas como a confirmação de que a tática defendida por eles estava correta: a política de combate à ditadura militar por meio do voto estaria mostrando seus bons resultados. Durante toda a ditadura militar, além da defesa das instituições

¹⁹⁴ Esta vertente do pensamento sociológico esteve presente nos intelectuais ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); no Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o próprio PCB são importantes representantes (PERLATTO, 2014).

democráticas formais, os comunistas defendiam a formação de amplas alianças, com destaque para a aliança com os liberais. Esta defesa das instituições democráticas formais e da aliança com os liberais aparece igualmente no trabalho de Werneck Vianna (ARAÚJO *et all*, 2010, p. 360).

Como já destacado nos capítulos anteriores, este era um período em que o “eurocomunismo” estava em voga, com sua maior aproximação à democracia liberal, crítica ao modelo soviético e contrária ao viés insurrecional, influenciando diretamente o setor que Vianna mais se identificava dentro das disputas internas ao PCB. Não é à toa, portanto, que o tema do liberalismo apareça também em obras de outros intelectuais comunistas, como o polêmico ensaio de Carlos Nelson Coutinho intitulado *A Democracia como Valor Universal* (COUTINHO, 1979). Existe em Coutinho e em Werneck Vianna – apesar dos modos distintos – um convite para a aliança com os liberais.

3.4. Tensões da construção de uma agenda política e intelectual

Como já trabalhado no primeiro capítulo, em meados da década de 1970 inicia-se uma disputa interna ao PCB envolvendo três vertentes, que ficaram posteriormente conhecidas como “centro pragmático”, “corrente renovadora” e “corrente prestistas”. Vianna se ligou à vertente dos “renovadores”, que era composta, majoritariamente, por militantes mais jovens e mais intelectualizados que as outras duas vertentes. As principais referências do grupo – como Armênio Guedes, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder – estiveram no exílio europeu na segunda metade da década de 1970, em intenso contato com os debates do “eurocomunismo” e acompanhando de perto a experiência dos partidos comunistas italiano e francês. Alguns deles se profissionalizaram enquanto professores universitários, mas Vianna foi o que alcançou posições de maior destaque no meio intelectual, sendo parte da elite das Ciências Sociais.

A identidade política e intelectual de Vianna está diretamente relacionada à sua participação neste “grupo”. Em suas próprias palavras:

A história da minha geração no partido comunista é uma história de luta, procurando alternativas, novidades de crítica (...). Nós tínhamos um grupo com uma identidade muito próxima no partido comunista, nós nos encontrávamos quase que como uma facção e acabamos adotando uma identidade particular nisso, especialmente na época do exílio, em torno do que hoje se convencionou chamar o grupo da democracia como caminho universal, para o socialismo. Isso passou pela Itália, passou pela França, passou por nós, aqui, passou pela fundação da Voz da Unidade (...). Talvez a herança maior que essa herança deixou, que foi o pensamento gramsciano no Brasil (VIANNA, 2013 p. 31).

O segundo livro publicado por Werneck Vianna data de 1983 e é parte destas disputas mencionadas. Intitulado *A Classe Operária e a Abertura*, foi lançado pela Editora Cerifa. O livro é majoritariamente composto por análises de conjuntura, a maior parte anteriormente publicada no jornal *Voz da Unidade*, vinculado ao partido¹⁹⁵. Há, também, entrevistas e um artigo que fora anteriormente publicado na *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Os textos do livro visavam um público formado pelos setores da esquerda e, em especial, pelos comunistas, visto que o objetivo explícito era justamente o de “intervir, numa hora determinada, na discussão travada pelos comunistas no já espantosamente distante primeiro semestre de 1982” (VIANNA, 1983, p. 10).

Tal intervenção focava-se na defesa da aliança entre operários e liberais e na defesa e valorização da democracia política, opondo-se àqueles que davam proeminência à questão nacional. Partia de uma releitura da história do PCB, assumindo-se como parte de uma “tendência” que reivindicava sua origem na “Declaração de Março”, lançada pelo PCB em 1958 – ou seja, logo após a realização do XX Congresso do PCUS, de 1956, em que ocorreu as denúncias dos chamados “crimes de Stálin”, e que tem um outro ponto alto na resolução do Comitê Estadual do Rio de Janeiro, lançada em 1970¹⁹⁶.

Há ainda dois elementos que podemos destacar para a caracterização do livro. Primeiramente, o fato de Vianna ser apresentado na orelha do livro como doutor em ciência política pela USP¹⁹⁷, com destaque para as perseguições que sofreu durante a ditadura militar e para a condição de “especialista no estudo do movimento operário e sindical brasileiro”. Em segundo lugar, cabe destacar que o livro é dedicado a quatro pessoas: Aloísio Teixeira, David Capistrano, Milton Freitas e Nemésio Salles – todos declaradamente comunistas.

Em 1986, Vianna publica outro livro, intitulado *Travessia – da abertura à constituinte* (VIANNA, 1986). O livro é apresentado como uma continuidade do anterior, posto que trabalha os mesmos problemas, embora em uma conjuntura menos incerta, em que a Constituinte já era uma realidade visível. Percebe-se, porém, algumas mudanças. A maior parte dos textos são mais longos e foram anteriormente publicados na *Revista Presença*, como capítulo de livro, em

¹⁹⁵ Dos 27 textos publicados no livro, 14 foram anteriormente publicados no *Voz da Unidade*, todos entre 1980 e 1981.

¹⁹⁶ Esta releitura da história do PCB, em que se destaca a defesa da democracia e crítica ao “stalinismo”, está presente também nas obras de outros militantes que integraram a chamada “corrente renovadora”. Dois exemplos claros podem ser vistos na leitura que Leandro Konder faz sobre a relação entre os comunistas e a democracia no Brasil (KONDER, 1980) e nos depoimentos de Armênio Guedes (MALIN, 2018). Uma análise mais detalhada desta “sociodicéia” pode ser vista na introdução desta tese.

¹⁹⁷ Informação que contrasta com a disponível em seu currículo Lattes, que afirma que seu doutorado foi feito em sociologia.

encontro científico-acadêmico¹⁹⁸ ou em revista científica¹⁹⁹. Textos mais curtos, de análise de conjuntura e intervenção política direta, ainda permanecem, mas agora ocupam um espaço menor – sendo predominantes apenas na quarta parte do livro, intitulada *Análise de conjuntura sobre a transição à democracia*²⁰⁰.

O livro é publicado pela Editora Tauros e é dedicado “aos companheiros da *Revista Presença*” e “aos companheiros do IUPERJ”. A orelha foi escrita por Wanderley Guilherme dos Santos, importante cientista político do IUPERJ, que caracteriza o autor por sua clareza, coerência e por ser “solidário da liberdade e da democracia”. Percebe-se, tanto pelo caráter dos textos quanto pela dedicatória e pelo nome que assina a orelha, uma maior proximidade à universidade, dando amparo à sua intervenção a um só tempo política e científica.

Neste mesmo ano (1986), Werneck Vianna disputa a eleição para o cargo de deputado federal constituinte pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Conforme argumenta na apresentação do seu livro, a Constituinte era “a oportunidade histórica em que estamos sendo testados na nossa capacidade de ajustar as instituições políticas à modernidade do capitalismo brasileiro, cancelando sua marca autoritária” (VIANNA, 1986, p. 10). Sua candidatura era, ademais, uma iniciativa coletiva, envolvendo os intelectuais reunidos ao redor de *Presença* (BURGOS, 2012) – que, como veremos no tópico seguinte, neste ano é transferida de São Paulo para o Rio de Janeiro.

A candidatura de Vianna indica que a profissionalização política no legislativo era uma possibilidade cogitada por ele. O mesmo aconteceu com outros cientistas sociais: Bolívar Lamounier, Francisco Weffort e Theotônio dos Santos também disputaram uma vaga neste mesmo pleito. Nenhum destes, porém, conseguiu ter acesso aos cargos pleiteados²⁰¹. Ao que tudo indica, tais cientistas sociais continuavam vendo a si próprios como incumbidos do dever de intervir na política (PÉCAUT, 1990), mas a reconfiguração dos espaços político e intelectual privilegiava os profissionais da política ou da universidade.

Esta “identidade” reivindicada por ele com a sua candidatura está relacionada a uma determinada percepção de ciência social que o acompanhou durante as décadas posteriores. Em mais de uma entrevista recente, Vianna critica um traço que ele vê como característico da

¹⁹⁸ VI Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), de 1982.

¹⁹⁹ Revista Dados, do IUPERJ; Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB).

²⁰⁰ Dos textos presentes no livro, 9 foram publicados em *Presença*, todos entre 1984 e 1986; a seção explicitamente destinada a análises de conjuntura contém 10 textos, mas perfazem, juntos, apenas 82 das 293 páginas.

²⁰¹ Estudando o grupo geracional alçado à elite das ciências sociais após a década de 1960, Keinert (2011) aponta que a ascensão a postos mais altos na burocracia estatal foi um fenômeno raro. O fracasso eleitoral dos intelectuais, porém, não é uma regra – como prova a eleição de Florestan Fernandes em 1986, pelo Partido dos Trabalhadores, para o cargo de Deputado Federal por São Paulo.

postura dos setores dominantes da universidade: o isolamento em relação ao mundo exterior. Diz Vianna: “temos um academicismo meio tonto que quer separar a reflexão do seu laboratório (...). Tenho muito orgulho de fazer parte da tradição que mistura essas duas coisas, mesmo contra uma cultura universitária que é muito crítica em relação a isso, especialmente nos seus setores dominantes” (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 188).

Destaca-se, assim, que o envolvimento do cientista social com o seu “laboratório” é um traço que Vianna percebe como distinguindo-o positivamente dos setores dominantes da universidade, negando explicitamente sua identificação enquanto um “intelectual acadêmico” (VIANNA, 2006, p. 135), embora reivindicando o caráter científico do seu ofício. Com isto ele busca se diferenciar, também, do “marxismo vulgar”. Não é casual, portanto, que ele cite Max Weber como um exemplo de cientista social que não desvincula política e ciência (VIANNA, 2013, p. 41).

Um último elemento que podemos destacar sobre a sua relação com as Ciências Sociais se refere à não identificação plena com a ciência política ou com a sociologia, justamente em um contexto em que a diferenciação entre estas duas áreas vinha ganhando contornos cada vez mais claros – inclusive nas páginas da *Revista Dados* e no IUPERJ (LYNCH, 2017). Isto pode ser visto tanto em seus depoimentos retrospectivos quanto no modo como ele era apresentado nos textos que publicava²⁰². O quadro a seguir destaca como Vianna era apresentado em edições da *Revista Presença*, possibilitando a apreensão da mudança no modo como ele via a si próprio e era visto pelos demais:

Quadro 5 – Apresentação de Werneck Vianna na *Revista Presença*

Nº1 – Novembro de 1983	Cientista Político e professor do IUPERJ
Nº2 – Fevereiro de 1984	Cientista Político e professor do IUPERJ
Nº3 – Maio de 1984	Cientista Político e professor do IUPERJ
Nº4 – Agosto/outubro de 1984	Cientista Político e professor do IUPERJ
Nº5 – Janeiro de 1985	Cientista Político e professor do IUPERJ
Nº6 – Outubro de 1985	Cientista Político e professor do IUPERJ
Nº7 – Março de 1986	<i>Professor e pesquisador em Ciência Política</i>
Nº9 – Fevereiro de 1987	Professor universitário
Nº10 – Julho de 1987	Cientista Político, professor do IUPERJ e do CPDA da UFRRJ
Nº12 – Julho de 1988	<i>Professor do IUPERJ e do CPDA da UFRRJ</i>
Nº13 – Maio de 1989	Professor do IUPERJ e do CPDA da UFRRJ
Nº14 – Novembro de 1989	Professor do IUPERJ e do CPDA da UFRRJ
Nº15 – Abril 1990	<i>Professor-pesquisador do IUPERJ e professor do CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro</i>

²⁰² Pode-se adicionar, ainda, o fato de Vianna ter orientado trabalhos nas duas disciplinas. No que tange às teses de doutorado no IUPERJ, Vianna orientou 4 teses na ciência política e 8 na sociologia (BOTELHO, 2012, p. 382).

Nº16 – Abril 1991	Professor e pesquisador do IUPERJ e professor CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Nº17 – Novembro de 1991	Professor do IUPERJ e do CPDA da UFRRJ

Fonte: produzido pelo autor

Como já destacado, a especialização era um elemento cada vez mais valorizado entre os acadêmicos das Ciências Sociais. No entanto, o fato de este ser um período de transição possibilitava a existência de cientistas sociais oscilando entre as duas áreas, não sendo esta característica exclusiva da trajetória de Vianna²⁰³. Além do mais, a indefinição disciplinar é bastante presente entre os intelectuais que se reivindicam marxistas (RODRIGUES, 2019). As entrevistas de Vianna, posteriores a esse momento, demonstram uma maior identificação com a sociologia, o que é confirmado pelo título do livro-homenagem que foi publicado em 2012 - *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*.

O quadro anterior também nos permite visualizar que a identidade de “cientista político e professor” foi sendo deixada de lado em prol da caracterização enquanto “professor e pesquisador”. Esta mudança acompanha o processo de maior valorização da pesquisa em detrimento do ensino, mas, acima de tudo, demonstra a capacidade de Vianna de atuar nas duas frentes. Compreende-se, assim, que o próprio Werneck Vianna entenda a sua prática docente como um momento de criação/produção: “eu nunca fui professor. Pode-se até encontrar testemunhos de pessoas que digam que eu fui professor, mas eu nunca me senti assim. Minhas aulas são o quê? Momentos de criação, não é isso?” (CARVALHO, 2008, p. 9).

3.5. A Revista *Presença*

Como parte das ações do conjunto de intelectuais “renovadores”, é fundada a *Presença – Revista de Política e Cultura*, com o primeiro número sendo lançado em novembro de 1983 e o último em junho de 1992. Além de integrar o corpo editorial, Werneck Vianna foi o principal “dínamo” do grupo e o autor que mais publicou na revista – com um total de 17 textos publicados. O segundo autor a mais publicar na revista foi Leandro Konder, com 13 textos, seguido de Maria Alice Rezende de Carvalho, com 12 textos. Carlos Nelson Coutinho aparece com 6 textos publicados, enquanto Ivan Ribeiro aparece com 4 textos²⁰⁴.

²⁰³ Um outro exemplo de cientista social que transita entre as duas áreas é Elisa Reis (REIS, 2008).

²⁰⁴ Levantamento realizado por Lucca-Silveira (2012).

Conforme caracterização feita pelo professor Milton Lahuerta, que também participava ativamente da Revista:

O grande dínamo político da revista é o Werneck, fazendo a articulação entre São Paulo e Rio de Janeiro, e outras partes do país, militando incansavelmente na promoção da publicação. Entre todos nós, o Werneck é quem vai conceber de modo mais político, mais maquiavélico, a importância e o sentido de uma revista como aquela (SILVA, 2021a, p. 383).

A revista reunia pessoas de vertentes políticas distintas, com destaque para comunistas e liberais (BURGOS, 2012). Pode ser considerada um veículo de encontro entre intelectuais engajados e acadêmicos (BURGOS, 2012).

A principal fonte de recursos eram vendas e assinaturas, mas houve também publicidades pontuais e auxílio do CNPq durante um certo período (LUCCA-SILVEIRA, 2012). A revista buscava dar amparo a análises alternativas às do “marxismo acadêmico” da época e se opunha, em geral, aos intelectuais que orbitavam ou integravam o Partido dos Trabalhadores (LUCCA-SILVEIRA, 2012, p. 121). Cabe destacar, também, a forte presença de Gramsci nos textos da revista – o número 17, por exemplo, é inteiramente dedicado ao marxista italiano.

Há, na Revista, um peso muito grande do tema dos intelectuais, que aparece em diversos números (GÓES, 2020). Como veremos mais à frente, a partir do texto escrito por Werneck Vianna no primeiro número da revista, os textos com esta temática vão para além de um esforço analítico e auto reflexivo, visto que tais reflexões também podem ser lidas como uma forma de pautar as intensas mudanças que ocorriam no período e, conseqüentemente, uma forma de tentar influenciar o modo como os intelectuais deveriam se portar no mundo social.

A *Revista Presença*, portanto, afirma-se como uma tomada de posição no meio intelectual: construída em um momento de transição para uma configuração de maior autonomia do espaço acadêmico, em que há uma maior especialização das áreas e mudanças no modo de relacionamento entre os intelectuais e a política, *Presença* buscava justamente possibilitar o encontro entre intelectuais engajados e pesquisadores universitários, ofuscando as fronteiras que separam estes dois tipos de produtores intelectuais. Isto produziu o que Burgos chamou de “protagonismo dos intelectuais”, em que a identidade profissional de cientista social era bem menos importante do que as inscrições políticas prévias (BURGOS, 2012). Tais considerações nos permitem aventar que *Presença* estava na contramão de uma tendência no espaço intelectual de então: a valorização da identidade profissional, do caráter técnico das

Ciências Sociais e do seu vínculo com o ambiente universitário (PÉCAUT, 1990; VIANNA, 1996; KEINERT, 2011).

3.5.1. O surgimento da *Revista Presença*

O primeiro número da revista foi lançado em novembro de 1983, em São Paulo. Além da apresentação escrita por Armênio Guedes, a revista traz 17 textos, uma significativa parte deles provenientes de autores ligados ou próximos aos “renovadores”. Mas, apesar do peso destes autores, há de fato – como asseverado por Guedes na apresentação da revista – autores de diversas orientações políticas, como Marilena Chauí, Fernando Henrique Cardoso e João Quartim de Moraes.

O vínculo institucional dos autores (conforme podemos apreender pela apresentação dos próprios na revista) também é diverso, mas traz uma preponderância de professores universitários. Se contarmos apenas aqueles que são explicitamente apresentados como professores universitários, temos que 5 dos 19 autores reivindicavam esta posição institucional nas notas em que são apresentados. Este número pode ser ampliado se somarmos os outros intelectuais para os quais sabemos das inscrições universitárias, mas que não são apresentados explicitando tal vínculo – como é o caso do francês François Blanchard, de Marilena Chauí e de Fernando Henrique Cardoso. Os demais dividem-se em diversos segmentos (como podemos ver na tabela a seguir). A apresentação dos autores nos traz indícios sobre a importância do meio universitário como avalizador de significativa parte dos autores da revista, mas também deixa explícito que esta não poderia – e nem pretendia – ser uma revista estritamente acadêmica/universitária.

Quadro 6 – Revista Presença, N°1

Título do texto	Nome do autor	Como o autor é apresentado
Um esforço pluralista	Armênio Guedes	“Armênio Guedes é jornalista e assessor parlamentar em São Paulo” ²⁰⁵
Doze teses sobre a conjuntura política	David Capistrano Filho	“É médico e vice-presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde”

²⁰⁵ Era Assessor de Aloysio Nunes Ferreira, eleito deputado pelo PMDB. Aloysio também estivera no exílio europeu e fora ligado aos “renovadores”. Sobre a atuação política e profissional de Armênio Guedes após sua saída do PCB, ver Vaia (2015, p. 170-177).

Na crise, o futuro da industrialização brasileira	Luiz Gonzaga Mello Belluzzo (entrevistado)	“Professor da Universidade Estadual de Campinas membro do Conselho Consultivo da Fiesp e diretor do Conselho Editorial da revista Senhor”
A questão agrária e a democracia	Ivan Ribeiro	“Economista e professor da UFRRJ”
Nordeste: crescimento e seca	Leonardo Guimarães Neto e Abelardo Bartar da Rocha	“economista e vice-presidente do Instituto de Economia da Universidade Federal de Pernambuco”; “economista e membro do Conselho Consultivo do Instituto dos Economistas de Pernambuco”
Seis constatações sobre a atual estrutura do capitalismo	Renato Pompeu	“Jornalista e escritor”
Doutrinas e realidades ‘reaganismo’	François Blanchard	No lugar da apresentação do autor consta a seguinte nota: “Artigo publicado em La Pensée, número 234, julho/83. Tradução de Alberto Castiel”
Punhos fechados e mãos dadas: unidade no movimento sindical	João Guilherme Vargas Netto	“Assessor sindical em São Paulo”
PMDB, ou o teste da oposição ao governo	Fernando Henrique Cardoso	“sociólogo e senador pelo PMDB-SP”
A questão do imobilismo	Carlos Alberto de Almeida	“é sociólogo e Chefe do Gabinete da Secretaria de Finanças do Município de São Paulo”
Comunistas, comunismo: o desafio da renovação	Marco Aurélio Nogueira	“é professor na UNESP e vice-presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo”
Três perguntas a Marilena Chauí	Marilena Chauí (entrevistada) Renato Pompeu (entrevistador)	- -
A República Socialista Soviética no Brasil	João Quartim Moraes	“Filósofo e professor na UNICAMP”
Ê Cubão! 1º Capítulo	Laerte Coutinho	- -
O ‘currículo mortis’ e a reabilitação da autocrítica	Leandro Konder	“Escritor”
‘O Capital’ e a filosofia	Carlos Nelson Coutinho	“Tradutor e escritor”
Problemas de política e organização dos intelectuais	Luiz Werneck Vianna	“Cientista político e professor do IUPERJ”

Fonte: Revista Presença, N° 1.

A apresentação da revista é assinada por Armênio Guedes (que, como já demonstrado no Capítulo 1, é considerado pelo conjunto dos “renovadores” como a principal referência política dos mesmos) e intitulada “Um esforço pluralista”. Já no primeiro parágrafo, Guedes registra o objetivo da revista de “impedir a reprodução do autoritarismo e de trabalhar pela reorganização democrática da sociedade brasileira”, além de refletir sobre o “nosso caminho para o socialismo” (GUEDES, 1983, p. 7). Com isto, o autor destaca duas questões centrais para a revista: primeiramente, o combate à ditadura militar brasileira que estava em vias de

desaparecer, buscando evitar retrocessos e contribuir com o processo de reorganização da sociedade; em segundo lugar, ecoando princípios do “eurocomunismo”, pensar um caminho para o socialismo que seja adequado à realidade brasileira, e não apenas reproduzindo diretrizes do PCUS, tal qual o PCB fizera na década de 1950, por exemplo.

Guedes afirma ainda que a Revista procura sustentar como princípio a “tolerância e generosidade democráticas”, deixando claro que estes são princípios contrários à maioria das demais publicações socialistas. Como se sabe, antes dos “renovadores” serem “marginalizados” do PCB, eles alimentaram ativamente um dos periódicos oficiais do partido, o *Voz da Unidade*, que foi fundado em março de 1980. A participação dos mesmos no jornal aconteceu justamente entre a fundação do jornal e 1983, quando os mesmos deixam o periódico e deixam também o partido. Com demonstra a lembrança de Lahuerta, este era um jornal que trazia pluralidade de posições partidárias, mas a luta interna, acentuada com a chegada do Comitê Central, vitimou tal característica (SILVA, 2021a, p. 377).

Além das (implícitas) críticas ao PCB, a apresentação também traz a afirmação de que a Revista não possui vínculo com nenhum partido, mas que buscavam, ao abrir suas páginas para um debate amplo, contribuir com o processo de organização política. Com isto, negavam a atribuição, assumida por periódicos ligados a organizações partidárias, de servir como meio de divulgação de posições aprovadas em suas instâncias e, ao mesmo tempo, acentuavam a necessidade de construir organizações políticas alternativas ao PCB.

O artigo de Luiz Werneck Vianna, intitulado *Problemas de política e a organização dos intelectuais*, como o próprio título já indica, versa sobre a relação entre os intelectuais e o partido comunista. O texto pode ser lido como uma tomada de posição sobre como os intelectuais (comunistas) deveriam se portar e, em especial, sobre como deveria ser a relação entre os intelectuais e o partido. O texto é, por esses motivos, extremamente significativo para apreender como Vianna via, naquele momento, a sua própria *missão* enquanto intelectual.

Neste texto, entre vários outros aspectos, Vianna conclama pela autonomia dos intelectuais em relação ao partido e afirma que, no período em que escrevia, os intelectuais não mais poderiam se confundir com o movimento operário. Cada um possuiria suas próprias armas e características, e seria justamente a partir do reconhecimento destas diferenças que os intelectuais poderiam contribuir para buscar a hegemonia e derrotar o Estado burguês. Diz Vianna:

O problema de organização dos intelectuais deve ser visualizado tendo como eixo sua articulação, enquanto estrato, com o movimento operário e suas lutas, e não para o

objetivo de anulação das diferenças entre ambos, que podia fazer sentido em condições radicalmente diversas” (VIANNA, 1983, p. 144).

Em continuidade ao seu argumento, e em uma crítica ao PCB, Vianna afirma que o partido deve evitar que a sua relação com os intelectuais seja de “natureza instrumental” (VIANNA, 1983, p. 144). A política implementada pelo PCB para os intelectuais, nas décadas de 1940 e 1950 (antes da *Declaração de Março de 1958*), tinha como uma das marcas justamente a busca pela anulação das especificidades dos intelectuais enquanto um “estrato” (VIANNA, 1983, p. 147). Outro elemento importante para apreendermos como Vianna via a sua posição e missão enquanto intelectual refere-se à sua percepção de que o marxismo não era mais monopólio dos partidos comunistas, tal qual já fora em tempos anteriores.

Um outro texto que vale à pena destacar, para os propósitos da presente pesquisa, é o de autoria de Marco Aurélio Nogueira. Este texto busca sintetizar o que seria o “desafio da renovação” dos comunistas brasileiros. Nogueira começa por atestar a existência de uma grave crise assolando o universo comunista no Brasil e, ao mesmo tempo, a importância de garantir espaço para os comunistas na nova conjuntura que se abria com o processo de redemocratização.

Mas, argumenta Nogueira, apesar desta importância, o PCB não conseguiu se inserir adequadamente nesta conjuntura nova, posto que estava enfraquecido por suas divisões, suas “fórmulas enrijecidas”, etc. O partido precisaria reconhecer que eles passavam a viver em “uma sociedade efetivamente pluralista, em que a riqueza do corpo social exclui qualquer monopólio de representação e em que apenas partidos de massas (...) têm chances como sujeitos políticos” (NOGUEIRA, 1983, p. 93).

Na avaliação de Nogueira, esforços de algumas lideranças comunistas haveriam conseguido construir uma “sociedade civil comunista” em torno de sua “matriz orgânica” (ou seja, em torno da estrutura partidária estrita). Esta “sociedade civil” teria se constituído com certa autonomia em relação à “matriz”, e seria menos enrijecida, menos engessada – ou seja, mais propícia à renovação. Aliados dos espaços de direção, Nogueira e outros integrantes de *Presença* viam-se como parte desta “sociedade civil” e imbuídos da *missão* de dirigir esse processo de renovação comunista.

Ou seja, a “matriz orgânica” estava perdendo força e importância por conta de diversos erros e desvios políticos e organizativos da direção partidária, mas o movimento comunista se mantinha vivo e atuando por meio de sua “sociedade civil”. A partir daí se podia vislumbrar a almejada “renovação”, que deveria se basear em cinco preceitos: “valor intrínseco da democracia”, “repúdio a fórmulas pretensamente universais”, “política como via de resolução

dos problemas sociais”, “conquista de uma nova hegemonia” e “autonomia em relação a partidos, movimentos e orientações internacionais” (NOGUEIRA, 1983, p. 95-96).

Ainda no primeiro número de *Presença*, Leandro Konder assina um artigo intitulado *O ‘currículum mortis’ e a reabilitação da autocrítica*, em que ele vai argumentar que a ideologia expressa no *currículum vitae* também está presente nos demais espaços da vida social, inclusive na militância política, inviabilizando a realização de uma real autocrítica e, conseqüentemente, a realização da renovação. Afirma Leandro Konder:

A autocrítica se desmoraliza, deixa de ser um ajuste de contas do indivíduo consigo mesmo e é delegada à mecânica das agremiações: o militante faz a autocrítica que a direção do partido lhe impõe. Agora, com os impasses com que se defronta o movimento comunista, com a ampla exigência de uma renovação do marxismo (no espírito de Marx), estão sendo criadas *condições para que também os comunistas reaprendam* o sentido da genuína autocrítica” (KONDER, 1983, p. 128, grifos meus).

A leitura de Konder pressupunha que a capacidade de autocrítica seria algo outrora presente entre os comunistas, mas foi sendo progressivamente perdida em função da “ideologia triunfalista”. A reabilitação da autocrítica necessitaria de indivíduos dotados de “sensibilidade, de madura lucidez e de coragem intelectual” (KONDER, 1983, p. 129). Desta forma, Leandro Konder escreve um texto que é, ao mesmo tempo, uma tentativa de pautar a necessidade de renovação dos marxistas e comunistas e uma forma de pautar qual a postura que deveria ser assumida pelos intelectuais de então.

No primeiro número da *Presença* há também um texto escrito por David Capistrano Filho cujo título é *Doze teses sobre a conjuntura política*. Capistrano Filho²⁰⁶ fora uma peça importante na rearticulação dos comunistas em São Paulo em fins da década de 1970, com uma forte atuação no jornal *Voz da Unidade*, em 1980²⁰⁷. Também participou do Conselho Editorial da revista por alguns números (do número 1 ao número 5, de janeiro de 1985), mas se afastou do grupo de *Presença* e ajudou a fundar o jornal *A Esquerda*, cujo manifesto de lançamento é de dezembro de 1983 (CAPISTRANO FILHO, SANTOS e ALTMAN, 1986). Paralelamente, Capistrano se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT). Milton Lahuerta, sobre o jornal *A Esquerda*, afirma que este “era expressão do grupo do David, que radicaliza numa postura maximizadora, com menos veleidades intelectuais, mais inserção no movimento sindical e com uma pegada de combate” (SILVA, 2011a, p. 381).

3.5.2. De São Paulo ao Rio de Janeiro

²⁰⁶ Filho de David Capistrano da Costa, que foi um dos integrantes do Comitê Central do PCB que fora assassinado pela ditadura militar.

²⁰⁷ Conferir as já citadas entrevistas, com Milton Lahuerta e Marco Aurélio Nogueira (SILVA, 2021a; SILVA, 2021b).

O ano de 1986 tem pelo menos três eventos marcantes na trajetória de Luiz Werneck Vianna e da *Revista Presença*. O primeiro deles, já comentado, foi a publicação do livro *Travessia – da abertura à constituinte*, que continha, entre outros, diversos textos anteriormente publicados em *Presença*. Outro evento importante foi a disputa, por Werneck Vianna, por uma vaga na Câmara de Deputados, pelo PMDB do Rio de Janeiro. Temos, neste mesmo ano, a mudança do local em que a revista *Presença* era editada. Do número um ao número seis, *Presença* foi uma revista editada em São Paulo. A partir do número sete, a revista vai para o Rio de Janeiro. Até o número oito, a revista fora editada pela Editora Caetés, passando para o Centro de Difusão Cultural a partir do número nove.

Ao ser perguntado sobre a relação entre a sua candidatura e a *Revista Presença*, Vianna responde:

Minha candidatura foi uma tentativa de *fazer com que essa identidade tivesse projeção no mundo da política*. Parecia que ia ser fácil *encontrar esse caminho de afirmação pública dos intelectuais da renovação da esquerda*. Os primeiros atos da minha candidatura reuniram centenas de pessoas. Mas logo em seguida houve uma animação entre os intelectuais para se tornarem candidatos também. (...) Fez-se uma campanha, mas disso não ficou fruto (...). Acho que esse foi um dos últimos momentos em que essa combinação entre política, universidade e ciência social andaram tão juntas. A partir daí veio uma diferenciação e eu também fui me encaminhando mais e mais para as Ciências Sociais (CARVALHO, 2008, p. 8, grifos meus).

Há o engajamento de integrantes de *Presença* na candidatura de Werneck Vianna²⁰⁸. Tudo indica que a mudança para o Rio de Janeiro seja parte das tentativas de seus integrantes de manter essa união entre política, ciência social e universidade, visto que no Rio de Janeiro havia uma maior “porosidade”²⁰⁹ entre os meios intelectual e político.

Lahuerta (SILVA, 2021a, p. 385-386) também destaca que a partir desse momento vai acontecendo uma “pulverização do grupo”, com alguns integrantes indo para o PT, outros ficando no PMDB, e alguns mantendo uma atuação política sem filiação partidária. Há, paralelamente, uma maior profissionalização da revista. Estes dois elementos apontam também para um maior distanciamento destes intelectuais em relação ao PCB. Em suas palavras:

Neste momento, 1986-1987, esse grupo que está na revista já não tem mais vínculo com o partido. Uma parte do pessoal que inicialmente estava na revista fica vinculada

²⁰⁸ Ver a entrevista com Milton Lahuerta (Silva, 2021a).

²⁰⁹ Mattei Dogan já destacara que há configurações em que o recrutamento das elites políticas não é feito diretamente pelos partidos políticos, e que nestes ambientes há uma tendência ao recrutamento ser feito por “osmose” envolvendo o espaço político e os espaços em que a atuação profissional exige algumas práticas que também são valorizadas para o exercício da representação política, como o uso da palavra (falada e escrita). Essa “osmose” envolvendo a política costuma ocorrer entre algumas profissões, como professores e jornalistas (DOGAN, 1999). O que vemos aqui é justamente uma mudança nas condições de realização desta “osmose”.

ao partido, mas a grande maioria sai e se afasta. No partido acabam, em um primeiro momento, ficando o José Paulo, que não fez parte da Presença; o Celso Frederico, o próprio Wanderley... Mas a maioria do grupo que faz a Presença se afasta do PCB e não vai manter vínculos com o “Centro Pragmático” vitorioso, nem participar do PPS²¹⁰ (SILVA, 2021a, p. 384).

Este momento também é marcado por uma reconfiguração do Conselho Editorial que, entre outras mudanças, contou com a saída de David Capistrano Filho e entrada de Maria Alice Rezende, que era professora da PUC-Rio e da Universidade Federal Fluminense²¹¹.

A partir do início de 1988 a revista passa a contar com o apoio financeiro do CNPq, do FINEP e do MCT – apoio que dura até o número 15, lançado em 1990. A edição número 16, de abril de 1991, já não conta mais com tais apoios. Destaca-se que a informação do apoio das três instituições vem já na primeira página, logo abaixo à frase “Programa de Apoio a Publicações Científicas”. As agências públicas de fomento – como CNPq, CAPES e FINEP - tiveram um peso decisivo no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e na hierarquização do meio, sendo que aqueles que mais recebiam recursos constituíam-se como elite (MICELI, 1995). A oscilação do apoio por parte das agências de fomento já aponta para a dificuldade de manutenção de projetos intelectuais como este trazido pela *Revista Presença*.

3.5.3. O esgotamento do projeto da *Revista Presença*

Ao ser questionado sobre o que justifica o fim da revista *Presença*, o professor Milton Lahuerta comenta que a revista se encerra em um momento em que as “revistas de opinião” estavam perdendo espaço em prol dos “periódicos científicos” (SILVA, 2021a, p. 386). Esta tensão pode ser vista nas páginas de *Presença*, em especial nos números 16 e 18, lançados, respectivamente, em abril de 1991 e junho de 1992.

O número 16 é aberto com uma seção intitulada “Aos leitores”, assinada pela editora, Maria Alice Rezende de Carvalho, em que é abordado o “tema da sua inadiável reestruturação” (CARVALHO, 1991, p. 5). Como fica explícito nas linhas seguintes, discutir este tema era uma imposição decorrente do término do auxílio do CNPq, que havia apoiado a revista nos três anos anteriores. A importância deste auxílio fica ainda mais explícita quando a editora o aponta como “única estratégia permanente de *sobrevivência*” (CARVALHO, 1991, p. 6, grifos meus). Não

²¹⁰ Refere-se ao Partido Popular Socialista, que fora criado em 1992, durante o X Congresso do PCB.

²¹¹ Integrara os quadros da PUC de 1976 a 1988, quando passa a integrar o IUPERJ. A partir de 2008, Carvalho retorna à PUC-Rio. Informações retiradas do Currículo Lattes. Último acesso em 18 de julho de 2022.

parece, aliás, que a escolha da palavra “sobrevivência” seja casual, indicando que a revista já vinha há um tempo respirando com dificuldades. Nas palavras da própria editora:

Tal fato [o término do auxílio do CNPq], além de exigir uma modificação na rotina de elaboração da revista, tem também uma implicação política: impõe, com urgência, a consecução de um novo acordo sobre a relevância e o ‘lugar’ a ser ocupado por PRESENÇA no cenário cultural e político brasileiro. Teremos, portanto, que conceber e encaminhar um processo de refundação da revista PRESENÇA. Ou não. Em qualquer dos casos, porém, esta é uma questão a que teremos que responder (CARVALHO, 1991, p. 5).

Maria Alice Rezende de Carvalho segue argumentando que a democracia brasileira vivia a afirmação da institucionalidade democrática e de seu sistema pluripartidário, o que implicava na diminuição do espaço destinado a revistas como *Presença*:

O caminho da institucionalidade democrática brasileira tem-se erguido em torno do pleno funcionamento de um sistema pluripartidário que secciona o campo de vigência do pensamento pluralista e, num certo sentido, especializa também a intervenção política, deslocando a primazia desfrutada por revistas como PRESENÇA na organização e vocalização daquele tipo de pensamento. Teremos, então, esbarrado nos limites do nosso projeto original? (CARVALHO, 1991, p. 5).

Desta forma, a dúvida sobre a existência de um “lugar” para a revista é posto explicitamente e, ao mesmo tempo, é explicitada a dificuldade que a revista passava para se sustentar materialmente. A saída ventilada foi a extinção dos Conselhos Editorial e de Redação e a formação de “comitês regionais”:

Impõe-se, agora, a concepção de um esquema estável de sustentação da revista, baseado na constituição de comitês regionais permanentes para a elaboração de PRESENÇA. Tais comitês não estariam apenas encarregados da produção e divulgação local da revista, mas também se instituiriam como núcleos responsáveis pela pesquisa e atualização constante de determinados temas, em relação aos quais pudessem consolidar uma certa tradição de pensamento e massa crítica. A vantagem desse novo modelo residiria, cremos, na especialização regional de temáticas e na configuração de editoras efetivamente responsáveis pela elaboração de PRESENÇA (CARVALHO, 1991, p. 5).

No número seguinte ainda constam os nomes do Conselho de Redação e do Conselho Editorial, a despeito da sua extinção ter sido anunciada no número anterior²¹². Também é digno de nota que a edição de número 17, na apresentação que abre a revista, não tenha nenhum comentário referindo-se aos questionamentos sobre a manutenção da revista que foram postos na edição passada. Lançado no ano do centenário de Gramsci, a apresentação da edição destaca

²¹² Mantem-se praticamente todos os nomes do Conselho de Redação, mas há a entrada de dois nomes: João Quartim de Moraes e Ricardo Carneiro.

a importância que o pensador sardo adquiriu no Brasil e o fato de que a revista não só “nasceu gramsciana”, como mantinha o apreço por seu legado.

A despeito da inexistência de uma referência direta à “crise” da revista na apresentação da mesma, o primeiro artigo, de autoria de Marco Aurélio Nogueira, tem um título sugestivo: *Fim de uma Época*. O artigo centra-se nas consequências da queda do Muro de Berlin e, por mais que não faça referência direta à “crise” vivenciada pela revista, é bastante útil para destacar que a questão quanto ao “lugar” de *Presença* não dizia respeito unicamente à relação entre a revista e às mudanças na institucionalidade política e intelectual que o Brasil vinha sofrendo, mas envolvia o conjunto das esquerdas ao redor do mundo. Diz Nogueira:

Não são apenas os velhos PCs que perderam o eixo hoje em dia, mas todo um imaginário, toda uma cultura política, agravando ainda mais a crise de perspectivas em que estamos imersos. Tanto no país dos soviets como no mundo inteiro, as esquerdas e os democratas precisam reinventar a si mesmos, requisito para que novas formações políticas surjam, conquistem as massas e mantenham vivo algum tipo de utopia (NOGUEIRA, 1983, p. 12).

O número 18 traz os nomes do “Conselho Provisório de Redação”, dividido por regiões, e retoma com a seção intitulada “Aos leitores”, igualmente assinada pela editora, Maria Alice Rezende de Carvalho. Nela, anuncia-se o início da reestruturação editorial e a suspensão do projeto inicial da revista. O “lugar” de *Presença* é novamente questionado quando a editora levanta dúvidas sobre haver ou não o dever de continuidade da revista e, ao mesmo tempo, assevera que o papel da revista foi cumprido. Em suas palavras:

Uma publicação como PRESENÇA talvez deva continuar. Talvez não. Sobre isto, estamos abertos ao debate, convencidos de que cumprimos, afinal, da melhor forma possível, o duplo papel de alargar o campo intelectual da esquerda brasileira e intervir no processo de transição à democracia no país (CARVALHO, 1992, p. 6).

Estas tensões não podem ser compreendidas levando-se em conta unicamente os possíveis acertos ou desacertos entre as análises e projeções que os presencistas faziam dos rumos da política e da cultura brasileira e mundial. Estão mais ligadas à relação entre o projeto da revista e as transformações envolvendo a política e as possibilidades de exercício intelectual.

Isto fica muito claro quando temos em vista a alegada dependência do apoio do CNPq para a “sobrevivência” da revista, como assinalado anteriormente. As instituições públicas de fomento – CAPES, CNPq, FINEP - ajudaram a criar o que Miceli chamou de “clivagem estrutural no sistema de produção acadêmica e científica no país” (MICELI, 1995, p. 22). Ou seja, a divisão entre os cientistas sociais que estavam integrados na pós-graduação e instituições de pesquisa, que ocupavam as posições mais cobiçadas e acabavam por definir os modelos de

excelência profissional; e os cientistas sociais com menor qualificação acadêmica, maiores vínculos às associações docentes sindicais e geralmente vinculados ao ensino secundário, ONGs, etc. Estas tensões expressas nas edições 16 e 18 de *Presença* resultam justamente de sua dificuldade em se adaptar às novas injunções do meio, em que era cada vez mais marcado pela especialização e profissionalização acadêmica.

Cabe frisar, porém, que estas notas sobre a revista *Presença* têm como objetivo trazer algumas hipóteses sobre as condições que possibilitaram o surgimento e circulação da revista e, em especial, ilustrar um conjunto de tensões vividas por intelectuais como Luiz Werneck Vianna, desnudando as possibilidades de exercício político e intelectual, com destaque para as transformações a que estiveram submetidos. Tal estudo poderia ser ampliado, por exemplo, a partir de uma análise prosopográfica dos autores e editores, de modo a destacar os nexos entre os integrantes da revista as demais instituições políticas e culturais, como os partidos políticos – sem ignorar a análise do conjunto dos demais textos publicados.

Nesta linha de pesquisa, caberia também ampliar a comparação entre a *Presença* e outros períodos que atuaram contemporaneamente ou em período próximo, como é o caso da revista *Temas de Ciências Humanas* e dos periódicos patrocinados pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) – dois casos bastante distintos de *Presença*. Muitos dos intelectuais que escreveram em *Presença* atuaram, antes, na *Revista Temas de Ciências Humanas*, que teve 10 números e foi publicada em São Paulo, entre 1977 e 1981. A revista surge com uma proposta fortemente “lukacsiana”, buscava agregar intelectuais comunistas e, por outro lado, combater aquilo que eles consideravam como o “ecletismo”, como “socialismo de cátedra” ou “marxismo legal” (COELHO, 2010, p. 203)²¹³.

Por outro lado, o CEDEC manteve, desde o ano de 1978, a publicação de periódicos, divulgando pesquisas e textos de seus integrantes, de outros intelectuais brasileiros e também de estrangeiros. As duas primeiras edições intitularam-se *Revista de Cultura Contemporânea* (1978); posteriormente alterando-se o nome para *Revista de Cultura e Política*, com seis números, entre 1979 e 1982; até a consolidação da revista *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. Diferente de *Presença*, *Lua Nova* se adaptou, com bastante êxito, às novas exigências do meio intelectual, contando com financiamentos diversos – do CNPq à Fundação Ford.

²¹³ Sobre a Revista *Temas*, relata Marco Aurélio Nogueira: “A revista procurava funcionar como uma espécie de veículo de aglutinação de intelectuais marxistas simpáticos ao partido comunista, ou diretamente vinculados, até onde era possível ser diretamente vinculado. O Conselho Editorial da revista era formado por Raul Mateos Castells (dono da Editora Ciências Humanas), Gildo Marçal Brandão, José Chasin, Nelson Werneck Sodré e eu. Atuei como coordenador editorial da revista e fiz contato com esse núcleo de intelectuais que assessoravam o Comitê Central do partido na Europa – Carlos Nelson, Leandro Konder, Ivan Ribeiro, Mauro Malin” (SILVA, 2021b, p. 345).

Principalmente a partir do final da década de 1980, é possível perceber uma mudança drástica na concepção gráfica da revista e nos temas priorizados, evidenciando um maior distanciamento do universo político e jornalístico²¹⁴. Isto possibilitou a existência da revista até os dias atuais, em que ela desponta como um dos mais importantes periódicos de ciências sociais no Brasil.

3.6. Considerações parciais

Neste capítulo, buscou-se situar o agente analisado em relação ao modo predominante de exercício intelectual no Rio de Janeiro e em São Paulo no período de institucionalização das Ciências Sociais brasileira, demonstrando como o trânsito entre os dois estados foi fundamental no desenrolar de sua trajetória – por um lado, por conta do estabelecimento de redes de relações sociais e, por outro, por conta do contato e aprendizado de distintos modos de exercer seu ofício. Paralelamente, objetivou situar o agente analisado em relação ao modo de exercício intelectual predominante em momentos de maior ou menor institucionalização das Ciências Sociais, demonstrando rupturas e continuidades visíveis na sua trajetória.

Percebeu-se, com isto, como características muitas vezes vistas como antagônicas puderam conviver em uma mesma pessoa, que pôde passar tanto por escritos de teor mais ensaístico e pela busca por desvendar a “realidade nacional” quanto por pesquisas mais especializadas, em vista de uma afirmação científica. Mas, acima de tudo, a análise da trajetória de Vianna nos permite apreender uma série de tensões próprias àqueles que buscavam não desvincular a ciência do seu laboratório (para retomar uma expressão do próprio autor) em um contexto em que esta relação estava em intensa transformação. Ou seja, em que a intervenção política dos intelectuais passou a ser feita mais distante dos partidos políticos e mais próxima à universidade, mais distante das interpretações gerais do mundo e mais próxima a análises típicas dos especialistas, guiadas pelos critérios norte-americanos de cientificidade.

²¹⁴ A capacidade de adaptação do CEDEC e da revista Lua Nova podem ser vistos, por exemplo, na leitura feita por Amélia Cohn e Tullo Vigevani, que dividem a história da revista em três fases. Primeiramente, a fase que vai até o fim da ditadura militar, em que a revista é direcionada aos “multiplicadores de opinião” e combate à ditadura militar vigente (COHN e VIGEVANI, 2002, p. 46); na segunda fase, a revista passa a ter um caráter mais propriamente científico, mas permanece muito próxima do tema da “consolidação democrática” em curso, buscando entendê-la e pautá-la; na terceira fase, por fim, a revista adquire um viés mais estritamente acadêmico, tornando-se uma referência nacional (COHN e VIGEVANI, 2002, p. 46). Cícero Araújo, por sua vez, aponta que a revista Lua Nova é fundada em 1984, “projetada para uma intervenção ágil, em sintonia com a conjuntura volátil, combinando uma abordagem jornalística com análises mais densas, mas sem o formato acadêmico” (ARAÚJO, 2017, p. 19). A partir de 1987, passou a ser perceptível que a revista passava a ganhar um viés mais acadêmico, buscando chegar a um público mais restrito de leitores iniciados – por mais que isto não implicasse na total ausência da discussão de temas conjunturais, como a Assembleia Nacional Constituinte. Essa transformação se completa com o número 16, em que deixam de aparecer ‘manchetes’ nas capas .

Além do intenso trânsito entre os dois estados citados, Vianna também teve uma circulação internacional atípica, privilegiando viagens ligadas à sua formação política em detrimento da obtenção de títulos no exterior, como era comum entre as elites intelectuais do período - em especial, as cariocas. Além do mais, os seus próprios depoimentos demonstram, em diversas ocasiões, um sentimento de “deslocamento”: na graduação em Ciências Sociais, por conta da diferença geracional; durante o mestrado incompleto no IUPERJ, por conta de diferenças ideológicas com os professores; durante a experiência em São Paulo, por conta do outro modelo de viver o ofício intelectual e de interpretar o mundo; quando retorna ao IUPERJ como professor, pelos mesmos motivos antes experimentados.

Werneck Vianna, um intelectual carioca descendente de famílias de elite, fez seu doutorado, em São Paulo, entre 1973 e 1976, sob orientação de Francisco Weffort, em um período em que mantinha intensa militância no PCB. A sua entrada no meio acadêmico, assim, se fez de forma acentuadamente politizada, mas com um aval universitário - a sua própria tese de doutorado, como vimos, continha uma proposta de atuação política para combate à ditadura militar então vigente. A partir de então, Vianna mantém uma intensa atuação política, mas com um amparo universitário cada vez maior.

No início da década de 1980 ele se torna professor titular do IUPERJ, sai do PCB e dá início - em conjunto com outros “renovadores” - à empreitada da *Revista Presença*, que nasce com o objetivo de intervir nos debates da esquerda e influenciar os rumos da redemocratização do país. Em meados da década de 1980 parece haver um novo ponto de inflexão nesta trajetória, com a ida de *Presença* para o Rio de Janeiro e a frustrada disputa por uma vaga na Câmara Federal, o que marca o encaminhamento de Vianna para uma atuação mais centrada na condição de professor universitário e pesquisador das ciências sociais.

A partir de então, uma série de eventos vieram destacar o reconhecimento de Werneck Vianna. Já em 1997 ele recebe o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda, dado pela Biblioteca Nacional e, em seguida, recebe o Colar do Mérito Judiciário, dado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 1998. Em 2000, vira Presidente de Honra da Fundação Astrojildo Pereira, instituição vinculada ao Partido Popular Socialista (PPS), e em 2011 recebe o Prêmio Florestan Fernandes, dado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Estas são apenas algumas das homenagens que Vianna destaca em seu currículo acadêmico disponibilizado na Plataforma Lattes.

Muitas das tensões vividas por *Presença* foram vividas por Vianna, mas a revista não foi capaz de, como ele, se adaptar às novas injunções do meio intelectual. Esta adaptação foi necessária para que ele viesse a angariar reconhecimento científico e permanesse autorizado

a intervir no mundo social, mas – como uma rápida passagem pelas homenagens recebidas já demonstra – o exercício das ciências sociais permaneceu intrinsecamente atrelado à política.

CAPÍTULO 4 – CARLOS NELSON COUTINHO E AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE UM “CLÁSSICO DA ESQUERDA” - UMA ANÁLISE DE *A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL*, DE CARLOS NELSON COUTINHO²¹⁵

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma análise do texto de Carlos Nelson Coutinho intitulado *A Democracia como Valor Universal*, publicado pela primeira vez em março de 1979. Este texto pode ser interpretado, nas palavras de Pécaut (PECÁUT, 1990, p. 193) como um dos “‘manifestos’ democráticos que orientaram o processo de ‘abertura’”. A centralidade do mesmo nos debates políticos e intelectuais de fins da década de 1970 e década de 1980 tem sido destacada tanto por integrantes do meio acadêmico quanto do espaço político. Como podemos ver, por exemplo, na tese de Ramos (2013, p. 156), que aponta-o como um “texto-síntese” das “influências teórico-políticas de Lukács, Gramsci e do eurocomunistas” no Brasil. Na dissertação de Lucca-Silveira (2012), que destaca a sua publicação como um “momento decisivo” que marca um ponto de inflexão em que a discussão sobre a democracia ganha centralidade entre os comunistas brasileiros. Napolitano (2014), por sua vez, registra o alto impacto deste texto, tanto na esquerda quanto em outros setores, enquanto Braz (2012, p. 251, grifos no original), qualifica-o como “responsável por abrir um *novo ciclo no debate da esquerda brasileira*”.

Os registros dos próprios protagonistas destes embates caracterizam este texto como um eixo a partir do qual diversos intelectuais e políticos se posicionaram e como um marco na identificação de um conjunto de políticos-intelectuais vinculados ao partido comunista que ganharam destaque por pautar e defender a “democracia” – ou seja, a “corrente renovadora”. De acordo com estes próprios agentes, esta defesa da democracia era vista como herdeira da “perspectiva política” do “comunismo democrático” (CARVALHO, 2007) ou, nas palavras de Santos (1994), da “primeira renovação pecebista”.

O mais importante para o presente estudo, porém, é a centralidade que o texto ganhou no debate sobre a “questão democrática”, que animava a vida política e intelectual de então, tornando-o profícuo para uma análise dos acordos e desacordos que

215 Uma versão preliminar deste capítulo foi apresentada no Simpósio de Pesquisas Pós-Graduadas (SPG) intitulado *Abordagens transnacionais do pensamento político*, coordenado pelos professores Dra. Natália Nóbrega de Mello (Unicamp) e Dr. Gustavo Rodrigues Mesquita (CPDOC/FGV), em 2019. Uma versão um pouco mais sintética que a que é aqui apresentada foi publicada na Revista de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará (SILVA, 2022). Agradeço aos coordenadores do SPG e aos pareceristas da RCS-UFC pelos comentários, sugestões e críticas.

possibilitaram as disputas nestes dois espaços. Ressalta-se que, ao invés de focarmos nas questões teóricas e conceituais relativas ao citado ensaio de Carlos Nelson Coutinho²¹⁶, pretendemos investigar as condições sociais de produção e de circulação da mesma, formulando hipóteses para explicar seu *relativo* êxito em pautar o debate sobre a democracia no período.

Partimos do pressuposto de que não é possível compreender a produção e circulação do texto sem ter em vista a trajetória do seu autor e, em especial, a posição ocupada por ele em meio aos espaços político e intelectual no momento de sua publicação. Cabe ressaltar, portanto, que a escolha do modo de exposição do capítulo não se confunde com o método de análise. Ou seja: apesar de termos dividido a apresentação do texto nas três partes mencionadas a seguir, a análise do “texto” e do “contexto” estão intrinsecamente vinculadas²¹⁷.

A análise a seguir demonstra que os embates propostos no ensaio, os autores e o léxico mobilizado decorrem da relação que Coutinho manteve com autores da tradição marxistas desde o início de sua militância no PCB e das disputas políticas nas quais ele estava envolvido. Tais disputas aconteciam em pelo menos três níveis interligados: no nível partidário, Coutinho situava-se com a chamada “corrente renovadora”, que opunha-se ao grupo ligado a Luís Carlos Prestes e ao grupo majoritário no comitê central; em nível da política nacional, Coutinho situava-se nos embates quanto ao modo como os setores à esquerda deveriam orientar suas ações frente ao processo de redemocratização; e, por fim, em nível internacional, todo o movimento comunista passava por uma crise, em que Coutinho situava-se ao lado daqueles que propunham uma “renovação” do movimento comunista, o que incluía mudanças na apreensão do “legado” da URSS e um maior distanciamento frente à autoridade do Partido Comunista da União Soviética.

O texto de Coutinho circulou bastante, o que foi acompanhado pela produção de interpretações diversas, mas a proximidade do autor ao seu texto favoreceu que ele se mantivesse em uma posição privilegiada para pautar como ele deveria ser lido, ofuscando assim as interpretações concorrentes. Cabe frisar, portanto, que a compreensão das disputas acima mencionadas é também essencial para compreendermos as leituras e releituras feitas no período posterior à publicação do ensaio. Quer isto dizer que as novas indexações feitas por Coutinho (por meio de mudanças no próprio texto, prefácios,

216 Esforços neste sentido foram feitos, por perspectivas distintas, por alguns pesquisadores (LUCCA-SILVEIRA, 2012; RAMOS, 2013; BRAZ, 2012; NEVES, 2016).

217 Tal qual proposto por Bastos e Botelho (2010).

intervenções em mesas de debate, etc.) são incompreensíveis sem termos em mente, por exemplo, a crise internacional que o comunismo vivera na década de 1980²¹⁸ e as disputas envolvendo a preparação do VII Congresso do PCB, entre 1982 e 1983, que culminou com o afastamento dos integrantes da “corrente renovadora”.

Com o decorrer do tempo, a capacidade de Coutinho de pautar seu próprio texto – e, indiretamente, o modo como a esquerda deveria entender a “democracia” – deveu-se não só à sua trajetória pregressa, com sua militância no PCB e vivência em países europeus na década de 1970, mas à sua afirmação no espaço universitário²¹⁹. Deste modo, a circulação do texto foi condicionada por um processo envolvendo a capacidade do texto de englobar interpretações distintas e, paralelamente, a capacidade de Coutinho de pautar qual a leitura legítima, ofuscando as outras leituras possíveis.

O capítulo está dividido em três partes. A primeira tem como objetivo trazer considerações para pensarmos em que condições o texto de Coutinho foi produzido e divulgado, buscando elementos externos ao texto para pensarmos o que suscitou o autor a discutir a “questão democrática” e o fez sentir-se autorizado a pautá-la a partir da assunção de uma determinada posição. A segunda parte centra-se mais propriamente no conteúdo do texto, buscando apreender como ele reivindica para si o acerto de determinadas posições e segmentos da esquerda e do marxismo e se posiciona contra outras. A terceira parte, por fim, tem como objetivo analisar as disputas relativas às interpretações possíveis, destacando o papel do próprio Coutinho em pautar o texto. O objetivo aqui não está apontar qual seria a interpretação correta frente às demais, mas em trazer à tona os mecanismos em torno das tentativas de imposição de uma determinada interpretação²²⁰.

²¹⁸ Como parte desta crise pode-se citar, por exemplo, os embates que ocorreram entre o Partido Comunista Italiano e a União Soviética (1979-81) (MAGRI, 2014, p. 326-330) e a “catástrofe moral e organizacional” (ROSS e JENSON, 1996, p. 44) que assolou o Partido Comunista Francês após 1978.

²¹⁹ A capacidade de um autor de pautar como o seu próprio texto deve ser lido está longe de ser uma obviedade. Baseando-se em Bourdieu (1996), Mário Grynszpan (2012) demonstra, com base no livro *Sociologia dos Partidos Políticos*, de Michels, que os textos que se tornam “clássicos” costumam ganhar certa autonomia frente aos objetivos e intenções do autor – o que decorre, em especial, da diversidade dos meios de recepção do texto. As distintas interpretações e o próprio reconhecimento do autor e do texto, assim, decorrem de um processo que envolve diversos agentes – além do próprio autor, os tradutores, editores, prefaciadores, resenhistas, etc. – e que o autor, por mais que consiga interferir neste processo, não detém o controle completo.

²²⁰ Tal qual sugerido por Lygia Sigaud (2007) em seu estudo relativo ao *Ensaio sobre o Dom*, de Marcel Mauss; e por Mario Grynszpan (2012) em seu estudo relativo ao livro *Sociologia dos Partidos Políticos*, de Robert Michels.

4.1. Apresentação e trajetória do “autor”²²¹

Logo no início do texto, o autor da obra é apresentado como: “Ensaísta e tradutor. Autor de *Literatura e Humanismo* (1967), *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* (1972) e, em colaboração, *Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira* (1974)”. Reivindica-se, assim, a autoridade de já ter publicado obras anteriores e a condição de “tradutor” - Coutinho havia traduzido um livro de Antônio Gramsci e outro de György Lukács, ambos publicados pela editora Civilização Brasileira em 1968.

Mas não só o perfil do autor, conforme apresentado no início do texto, deve ser levado em conta. O conjunto de sua trajetória intelectual e política interfere nas condições que possibilitaram que o mesmo pudesse ser apresentado e reconhecido como tal. Destaca-se, assim, o contato precoce de Coutinho com a política e o exercício intelectual, por conta da sua formação familiar. O próprio declara como um “ato inaugural” da sua formação intelectual o encontro, quando ele tinha por volta de 13 ou 14 anos de idade, com o *Manifesto Comunista* na biblioteca de seu pai, que havia sido deputado pela União Democrática Nacional (COUTINHO, 2000, p. 373).

Coutinho nasceu em Salvador, na Bahia, em 1943. Iniciou o curso de direito (tal qual a maior parte dos filhos das famílias abastadas de então), mas abandonou-o, formando-se em filosofia pela Universidade Federal da Bahia, em 1965. É na qualidade de estudante do curso de direito que ele se filia ao PCB, em 1961. Por volta deste período, Coutinho já mantinha um trânsito significativo com a cidade do Rio de Janeiro. É lá que ele conhece Leandro Konder, com quem estabelece um forte vínculo de amizade e uma série de parcerias intelectuais. Diz o próprio Coutinho: “a partir daí nós ficamos muito amigos e esta amizade foi seguramente outra coisa muito importante em minha formação intelectual” (COUTINHO, 2006, p. 167).

Em decorrência da repressão exercida pelo regime instaurado com o golpe civil-militar de 1964, porém, Coutinho passa a morar no Rio de Janeiro, estreitando os laços com Leandro Konder e com outros intelectuais residentes no Rio de Janeiro, como Ferreira Gullar. Este vínculo com o Rio de Janeiro é importante para compreendermos certas especificidades de sua atuação intelectual.

221 As aspas na palavra autor visam chamar atenção para o esforço do presente tópico de, tal qual feito por Luiz de Castro Faria em sua análise sobre Oliveira Vianna, “abandonar a premissa de um sujeito criador que elabore seu pensamento liberto de qualquer restrição imposta pela existência de mecanismos sociais e culturais” (FARIA, 2002, p. 7).

Comparando a experiência dos cientistas sociais de São Paulo e do Rio de Janeiro, Arruda (1995) menciona que, no segundo, “a condição de centro administrativo não só era insuficiente para respaldar iniciativas autônomas, quanto, principalmente, impedia que elas se manifestassem à margem do Estado” (ARRUDA, 1995, p. 130). Conseqüentemente, a separação entre os discursos científico e político não teria vez naquele estado tão marcado pela experiência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e suas tentativas de construção de um projeto nacional, em que as polêmicas conjunturais ganhavam maior proeminência²²².

Há, por certo, uma maior politização dos intelectuais cariocas. Nas palavras de Coutinho:

Acho que o pensamento social e a cultura estética do Rio eram na época completamente diferentes dos de São Paulo. Não tínhamos uma inserção acadêmica nessa época: Leandro Konder, Ferreira Gullar, José Guilherme Merquior, eu e muitos outros não éramos da universidade (...). O nosso modo era mais voltado para a ação política. Nós três, Gullar, Leandro e eu, éramos claramente intelectuais políticos. Tentávamos evidentemente não reduzir o trabalho intelectual apenas ao uso político imediato, mas havia uma clara intenção de influenciar, demarcar posição, de abrir debates. O marxismo paulista é bem diferente: tem um viés acadêmico muito forte, no bom e no mau sentido (COUTINHO, 2006, p. 170-171).

Foi na qualidade de comunista e intelectual carioca que Coutinho, mesmo antes de ir para o exílio, em 1975, já despontava como um dos responsáveis pela interpretação e difusão do pensamento de certos autores marxistas - o que aconteceu tanto por meio de seus escritos, em que citava estes e outros autores, quanto pela tradução e organização de livros. Quanto a isto, ganha destaque a editora *Civilização Brasileira*, vinculada ao também comunista Ênio Silveira. Por esta editora foram publicados, em 1968, um volume de Gramsci intitulado *Literatura e vida nacional* e outro intitulado *Os intelectuais e a organização da cultura*; e, no mesmo ano, um volume de G. Lukács intitulado *Marxismo e teoria da literatura* e outro intitulado *Introdução a uma estética marxista*²²³. Em tais publicações Coutinho traduziu os textos e/ou foi responsável pela seleção dos mesmos e

222 Por uma outra perspectiva, Sorj (SORJ, 2001) também afirma a existência de certa oposição entre cientistas sociais de São Paulo, marcados pelo rigor científico exigido pela USP, e cientistas sociais do Rio de Janeiro, marcados pelo peso do ensaísmo e pela busca em falar em nome do “povo”, características presentes no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) - mas critica as análises que veem na USP o paradigma da autonomia frente a política e nos intelectuais cariocas o seu oposto. A comparação entre Rio de Janeiro e São Paulo é uma das tônicas de parte dos estudos englobados no projeto *História das Ciências Sociais no Brasil*, coordenado por Sérgio Miceli (MICELI, 2001) (MICELI, 1995).

223 Como o intuito deste tópico é subsidiar a compreensão das condições nas quais Coutinho produziu e publicou o referido ensaio, cito apenas as publicações que antecederam a primeira publicação do ensaio, em 1979.

por tecer comentários (orelhas e apresentação)²²⁴ – favorecendo assim uma troca simbólica na qual Coutinho adquire notoriedade a partir da afirmação de seu domínio sobre um autor estrangeiro, firmando-se assim como um importante mediador entre o leitor brasileiro e o marxista italiano.

Mas a repressão exercida pelo regime militar não foi responsável apenas por contribuir com a sua mudança definitiva para o Rio de Janeiro. Em 1974 e 1975, a repressão política intensifica seus esforços de perseguição ao PCB, assassinando vários dirigentes e levando outros ao exílio – o que ocasionou, na prática, a transferência do Comitê Central do partido para o exterior (PRESTES, 2012). É neste contexto que Coutinho parte, em 1975, para o exílio na Europa, estando principalmente na Itália e na França. A escolha preferencial pela Itália, porém, é justificada pelo próprio Coutinho por conta do seu melhor domínio do idioma local, pela afinidade com o marxista italiano Antônio Gramsci e com o Partido Comunista Italiano (COUTINHO, 2006, p. 172).

O volume de capital político e cultural com o qual Coutinho chegou ao exílio – que contava com um meio familiar fortemente politizado e intelectualizado, certa “facilidade” com línguas estrangeiras, experiências com traduções de autores importantes no universo da esquerda e a publicação de artigos e livros – fez com que Coutinho ganhasse certa proeminência no exílio. Isto contribuiu para possibilitar que ele se dedicasse integralmente à atividade intelectual e política, chegando a atuar profissionalmente no PCB por um determinado período (COUTINHO, 2006, p. 173). Como menciona Coutinho: “Fiz muita política no exterior. Lá, além de redator da Voz Operária, o jornal clandestino do Partido, tornei-me assessor da Comissão Executiva do PCB” (COUTINHO, 2006, p. 174).

Como já assinalado, assim como Coutinho, muitos intelectuais e militantes estavam exilados, sendo Paris um polo aglutinador que possibilitava, apesar da distância geográfica em relação ao Brasil, a manutenção de outras frentes de atuação política. A situação do exílio pôs em contato distintos grupos adeptos da luta armada, militantes do PCB e outros setores progressistas que faziam oposição à ditadura no Brasil (como ex-parlamentares cassados e alguns dominicanos) (HILDEBRANDO, 2012) – além, é claro, de intelectuais e militantes europeus.

224 Baseio-me aqui na listagem disponibilizada no *Anexo 1* da tese de Neves (NEVES, 2016). Sobre o papel de Coutinho na recepção e difusão de autores como Gramsci e Lukács no Brasil poder-se-ia adicionar, ainda, uma análise dos seus artigos, prefácios e apresentações de outros livros publicados. Isto, porém, fugiria dos objetivos centrais deste capítulo.

Com isto, o contato de Coutinho com o chamado “eurocomunismo” foi quase que uma imposição decorrente da sua condição de militante comunista exilado entre a França e a Itália na segunda metade da década de 1970. Desde 1973, o PCI já despontava naquilo que passou a ser chamado de “eurocomunismo”, com a promulgação do “compromisso histórico”, defendendo alianças mais amplas e reformas democráticas. O PCF segue linha semelhante, questionando o modelo soviético e defendendo o “Programa Comum” (BOTTOMORE, 2001)²²⁵.

Ao que tudo indica, os militantes do PCB possuíam uma condição relativamente melhor que os demais para se inserir política e profissionalmente, pois dispunham de recursos materiais e simbólicos possibilitados pela inserção no movimento comunista internacional. Reuniam-se com certa frequência para a promoção de seminários, editavam revistas e jornais, além de iniciativas institucionais, como o *Comitê Brésil Amnistie*, de 1970 (HILDEBRANDO, 2012). Formou-se, assim, um grupo de intelectuais comunistas fortemente identificados com o “eurocomunismo”, que tinham em Armênio Guedes a principal liderança e formavam um grupo de “assessoria” do Comitê Central do PCB. Em um dos seminários deste grupo, conforme depoimento de Leandro Konder, “Carlos Nelson amadureceu as ideias que depois causaram impacto através da publicação do ensaio *A democracia como valor universal*” (KONDER, 2008, p. 95). De especial importância, para este grupo, foi a revista *Études Bresiliennes*, que circulou entre 1974 e 1978 (ver anexo 3).

Este grupo ao qual Coutinho estava vinculado era por vezes designado como “grupo de Paris”/“Assessoria parisiense” (MALIN, 2018, p. 316), “grupo nucleado por Armênio” (VAIA, 2013, p. 123), “grupo da democracia como caminho universal, para o socialismo” (VAIA, 2013, p. 31), entre outros. A partir de tais denominações já podemos destacar: o vínculo ao trabalho realizado em Paris; a já citada liderança de Armênio Guedes; e a identificação com o chamado “eurocomunismo”, visto que a referência à “democracia como valor universal” é tanto uma referência ao ensaio de Coutinho quanto ao discurso feito pelo dirigente comunista italiano Enrico Berlinguer, em Moscou, na comemoração ao aniversário de 60 anos da Revolução Russa²²⁶. Mas elas também

²²⁵ O Programa Comum foi assinado entre o PCI e o Partido Socialista Italiano em 1972. Além dos dois partidos citados, o Partido Comunista Espanhol também figura entre as três principais referências do eurocomunismo.

²²⁶ Coutinho cita literalmente a seguinte frase de Enrico Berlinguer: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista” (COUTINHO, 1979, p. 34).

indicam a existência de uma disputa interna ao partido, envolvendo o grupo ligado a Luís Carlos Prestes, situado em Moscou; o grupo ligado a Armênio Guedes, em Paris; e o grupo vinculado a Giocondo Dias, composto pela maioria do Comitê Central do Partido (PRESTES, 2012, p. 213)²²⁷.

Foi justamente na condição de integrante deste grupo que Coutinho escreve o ensaio aqui analisado – o que já explicita, de antemão, a inadequação de quaisquer análises que tomem tal texto como produto de um trabalho individual ou que vise compreendê-lo unicamente a partir do destrinchamento de seu conteúdo.

Cabe destacar, também, o momento e o meio pelo qual o texto foi publicado: a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em seu nono volume, publicado em 1979. A revista *Encontros* teve 29 números, sendo o primeiro número lançado em junho de 1978 e o último em janeiro de 1982. Tal revista caracterizava-se pela guarida a intelectuais que faziam oposição ao regime ditatorial vigente no Brasil e foi arquitetada por Ênio Silveira, editor ligado aos setores da esquerda e que já havia protagonizado uma exitosa experiência editorial: a *Revista Civilização Brasileira*, lançada em 1965 como um instrumento de oposição ao regime instaurado com o golpe de 1964.

Seguindo a linha da antecessora, a *Encontros* dava guarida para numerosos e divergentes intelectuais que se situavam na oposição ao regime militar e em um amplo leque de posições progressistas. Apesar das semelhanças, alguns analistas (e o próprio Ênio Silveira) compartilham a impressão que a *Encontros* teria tido um impacto/sucesso menor que a sua antecessora – tendo, nas palavras de Couto, uma “tépida recepção” (COUTO, 2012, p. 362).

Além da baixa repercussão da *Encontros*, é importante destacar o lugar de Ênio Silveira e a sua relação com Coutinho. Ênio Silveira mantinha um amplo leque de relações pessoais com diversos setores da intelectualidade e da esquerda, além de uma atuação de “editor atípico” (VIEIRA, 1996, p. 4), chegando a ser caracterizado por Nelson Werneck Sodré como “escritor transviado em editor” (SODRÉ, 1965, p. 157, *apud* VIEIRA, 1996, p. 4). Foi vinculado ao PCB desde a década de 1940, mas sua atuação política e intelectual – como o próprio por vezes faz questão de frisar - foi caracterizada por uma espécie de “heterodoxia” que o levou a publicar, enquanto editor, tanto autores “clássicos” do marxismo-comunismo quanto autores divergentes, como aqueles identificados com Trotsky (COUTO, 2012, p. 357). Desta forma, sua atuação no PCB foi permeada por

²²⁷ Conferir a análise desenvolvida no primeiro capítulo.

conflitos internos ao partido. Portanto, é bastante significativo que, por meio da editora *Civilização Brasileira*, Ênio Silveira tenha atuado, em parceria com Coutinho, na difusão de escritos do marxista italiano A. Gramsci (COUTO, 2012).

O ensaio foi publicado em 1979, ou seja, no ano seguinte ao retorno de Coutinho ao Brasil, que aconteceu em fins de 1978. O processo de redemocratização do Brasil entra em uma nova fase, com a revogação o Ato Institucional N°5 e a possibilidade de criação de novos partidos. Mas, desde o início da “distensão”, em 1974, os intelectuais já despontavam como um importante ator político na oposição à ditadura militar²²⁸, constituindo-se no que Pécaut chamou de “partido intelectual”, dada a sua relativa coesão e unidade. O aumento da circulação de bens culturais foi fundamental para a constituição e manutenção dos intelectuais como um ator político importante neste processo. Colaborou com isto, entre outros aspectos, o crescimento das universidades, a visibilidade de instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o aumento da produção de livros (PECÁUT, 1990).

4.2. O ensaio *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho

O decorrer do processo de redemocratização, com a criação de novos partidos e instâncias de atuação intelectual, foi acompanhado pelo fim desta coesão e unidade do “partido intelectual”, com suas divergências manifestando-se, por exemplo, pela adesão a distintos partidos políticos (PECÁUT, 1990). O ensaio de Carlos Nelson Coutinho, bem como as polêmicas em torno dele, são produtos e produtoras de tais divergências.

Dada a posição de Coutinho no interior das disputas partidárias, a disputa encampada não se restringia à oposição ao regime ditatorial, mas estava explicitamente direcionada ao combate a certas concepções da esquerda, em especial da esquerda marxista e comunista a qual ele era vinculado. Não à toa, portanto, o ensaio inicia situando a questão trabalhada dentro da “formação do pensamento marxista” (COUTINHO, 1979, p. 33). Reivindica a autoridade de diversas personalidades de dentro do escopo do marxismo/comunismo, além de conceitos próprios a esta tradição de pensamento.

Coutinho inicia registrando a percepção da generalização da “rejeição do ‘modelo soviético’” (COUTINHO, 1979, p. 34), que seria decorrente da nova forma de conceber

228 Lahuerta nos apresenta uma rica análise do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) - duas instituições que abrigaram intelectuais e se destacaram na oposição ao regime militar (LAHUERTA, 2001).

a relação socialismo/democracia trazida pelo chamado “eurocomunismo” - aqui defendida por Coutinho. Enrico Berlinguer, em pronunciamento realizado em Moscou em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro, teria sintetizado essa nova concepção.

É significativo, portanto, que ele justifique a defesa de sua posição como decorrente de uma leitura de autores marxistas – em especial das obras de Marx, Engels e Lênin -, enquanto seus oponentes incorreriam em uma “errada concepção da teoria marxista do Estado” (COUTINHO, 1979, p. 34). Chama atenção as diversas reivindicações do “acerto” de Lênin. Diz Coutinho:

Se quisermos ser fiéis ao *método* de Lênin, temos de chegar à seguinte conclusão: é verdade que o conjunto das liberdades democráticas em sua forma moderna (...) tem sua *gênese histórica* nas revoluções burguesas (...), mas é igualmente verdade que, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade*. Lênin certamente conhecia a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal (...) com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária *gênese histórica* (COUTINHO, 1979, p. 35-36).

E, mais à frente, enfatiza: “Não é preciso recorrer a Gramsci ou aos teóricos atuais do eurocomunismo para afirmar isso: Lênin foi um dos primeiros a reconhecer esse valor quando se opôs à transformação dos sindicatos em ‘correias de transmissão’ do Estado socialista” (COUTINHO, 1979, p. 36).

A defesa do “valor universal da democracia”, portanto, tinha um duplo foco: a esquerda que defendia acriticamente o “modelo soviético” e possuía uma visão meramente instrumental da democracia (que, naquele momento, personificava-se em Prestes); e a ditadura militar brasileira, que havia suprimido as “conquistas democráticas” mais básicas, existentes no período anterior a 1964. Coutinho estava ciente que a defesa destas posições abria a possibilidade de seu texto ser interpretado como uma defesa da democracia liberal, o que o levou a explicitar enfaticamente o que entendia como sendo a diferença desta em relação à sua proposta.

Um elemento que Coutinho aponta como distinguindo “a concepção burguesa e a concepção marxista da democracia” é a questão da *hegemonia* (COUTINHO, 1979, p. 39), que seria um ponto central para não recair na errada pressuposição da teoria liberal de que existiria na sociedade capitalista uma igualdade não só formal, mas também real, dos distintos sujeitos²²⁹. E, na prática, levaria à defesa da *hegemonia* das classes populares

229 Em nota de rodapé, Coutinho cita Fernando Henrique Cardoso como um exemplo de defesa da democracia liberal. Segundo Coutinho, Cardoso entende que a busca do consenso/hegemonia seria algo

– indo, portanto, além dos limites da democracia liberal. Diz Coutinho que “A democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou a mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica” (COUTINHO, 1979, p. 37). E, mais à frente, conclui: “a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (Aufhebung): a primeira *elimina, conserva e eleva* a nível superior as conquistas da segunda” (COUTINHO, 1979, p. 40, grifos no original).

A conjuntura da redemocratização brasileira punha a “questão da democracia” na ordem do dia, devendo ser defendida “inclusive em seus limites puramente formal-liberais”, nas palavras do próprio Coutinho (1979, p. 41). Esta “renovação democrática” seria a alternativa para não recair na “via prussiana”²³⁰ que, segundo Coutinho, regeu as transformações no Brasil e atingiu sua forma mais acabada com o regime militar. Havendo esta tendência à “via prussiana” de resoluções “pelo alto”, a prioridade do “conjunto das forças populares” deveria ser: “a construção e consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal” (COUTINHO, 1979, p. 42).

Mas, para Coutinho, a defesa destas pautas deveria ser feita mediante um modo específico. No caso em pauta, mais importante do que aquilo que deveria ser defendido (na medida em que a defesa do socialismo e do fim da ditadura eram pautas consensuais entre aqueles que Coutinho se dirigia prioritariamente), era o modo como deveria ser defendido. O “golpismo” vem, assim, como um método que deveria ser veementemente combatido, inclusive dentro da esquerda²³¹. Diz Coutinho (1979, p. 45) que “o ‘golpismo de esquerda’ (...) é apenas uma resposta equivocada e igualmente ‘prussiana’ aos processos de direção ‘pelo alto’ de que sempre se valeram as forças conservadoras”.

próprio dos regimes autoritários, enquanto a democracia seria assimilada ao “pluralismo”. Ver Coutinho (1979, p. 47, nota 9).

²³⁰ Bianchi demonstra que o uso feito por Coutinho do conceito de via prussiana confundia-se, por vezes, com o conceito de revolução passiva. Mas, com o decorrer da década de 1980, as especificidades do conceito de revolução passiva foram sendo notadas e, paralelamente, o conceito de via prussiana foi sendo deixado de lado e criticado (BIANCHI, 2016).

²³¹ A crítica ao ‘golpismo de esquerda’, no interior do PCB, não é uma novidade dos anos 1970. Já em 1958 isto era debatido na chamada “primeira renovação pecebista” (SANTOS, 1994), por mais que seja possível afirmar que apenas em fins da década de 1970 foi conferida para a questão da democracia uma maior centralidade (LUCCA-SILVEIRA, 2012). É significativo, também, que nas avaliações realizadas pelos comunistas/pecebistas sobre os motivos que possibilitaram o golpe de 1964, a “culpa” tenha recaído ora a “desvios de esquerda” ou a “desvios de direita” do próprio partido. A visão que passou a ser adotada pelo partido foi justamente a primeira, que considerava que o partido havia se equivocado ao não priorizar a legalidade democrática em suas próprias ações (PANDOLFI, 1995, p. 199).

Paralelamente, dever-se-ia “conceber a unidade como valor estratégico”, o que leva a uma “busca permanente da máxima unidade possível” (COUTINHO, 1979, p. 45). Com isto, o leque de alianças das “forças populares” amplia-se, no primeiro momento, para todos os interessados no fim da ditadura e manutenção das instituições democráticas.

Coutinho conclama a união de todos os “oposicionistas”, mas menciona o programa do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como um exemplo – entre outros possíveis, como ele próprio enfatiza - de definição da “necessidade imperiosa de acentuar (...) aquilo que une a todos os oposicionistas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção que (...) ainda domina em nosso País” (COUTINHO, 1979, p. 34). E, ao mesmo tempo, opõe-se àqueles que “revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática” (COUTINHO, 1979, p. 34).

Coutinho afastava-se, assim, do grupo ligado a Luiz Carlos Prestes, mas também do nascente Partido dos Trabalhadores (PT), formalmente fundado em fevereiro de 1980 e ao qual ele viria a se filiar em 1989, juntamente com Leandro Konder e Milton Temer. Segundo a justificativa apresentada posteriormente por Coutinho, foi justamente por conta deste seu “aliancismo” que ele havia resistido a entrar no PT, um partido “sectário”²³².

Na leitura de agentes que compunham o grupo ao qual Coutinho estava vinculado na época, esta defesa do “aliancismo” inseria-se em uma linha que já vinha, pelo menos, desde a “primeira renovação pecebista” e que fora reafirmada durante a ditadura militar, com o combate à perspectiva adepta da luta armada e a defesa da atuação da oposição por meio do MDB (MALIN, 2018; SANTOS, 1994, 2012). Nesta leitura, a defesa da democracia feita pelos eurocomunistas brasileiros responde a uma “tradição” que remeteria à chamada “Declaração de Março”, lançada em 1958 pelo Comitê Central do PCB. Tal documento é visto como um marco na luta contra o “stalinismo” (com seu “culto à personalidade”) e pela valorização da democracia, apesar da existência de “contrabandos” (termo utilizado por Armênio Guedes) que deixavam a *Declaração* um documento ainda ambíguo (MALIN, 2018, p. 126-130).

Mas, o que é ainda mais importante para os propósitos da presente pesquisa, o texto de Coutinho foi lido como condensando as posições de um grupo que se identificava

232 Cabe frisar que “espírito ‘aliancista’” é um termo utilizado pelo próprio Coutinho para caracterizar sua postura política. Da mesma forma, “sectário” foi um termo utilizado pelo próprio para caracterizar o modo como ele via o PT no período. Ver Coutinho (2006, p. 137).

com o chamado “eurocomunismo” – ou, em outras palavras, como um texto que representava as posições dos “eurocomunistas” brasileiros. Isto pode ser visto em entrevista dada por Armênio Guedes a Mauro Malin, em que destaca tanto a importância do texto quanto o fato de que ele “não era uma ideia absolutamente nova para mim porque os italianos também falavam nisso” (MALIN, 2018, p. 499).

Percebe-se, portanto, que a defesa destas posições era também uma clara tomada de posição dentro das disputas internas ao PCB e em meio ao movimento comunista internacional. Apesar de pôr vezes implícito, na medida em que Prestes não é diretamente citado, um dos principais embates que pode ser visto nas páginas do ensaio era em relação ao “Cavaleiro da Esperança” e à defesa das posições que, para os “renovadores eurocomunistas”, ele representava. Não à toa, do lado oposto, Prestes afirma que negar a possibilidade do uso de armas no processo revolucionário era um erro (MORAES e VIANA, 1982, p. 217). Conforme menciona Prestes em entrevista:

O reformismo, que combato, quer chegar até o socialismo através de reformas pacíficas. É a democracia burguesa levada até o socialismo. Nós temos de conquistar uma democracia nova. A democracia socialista é completamente diferente da democracia burguesa. É preciso uma descontinuidade, é preciso um salto, de qualidade. Se você ler os artigos de Leandro Konder, verá que ele eleva a democracia burguesa até o socialismo. A democracia por que eles estão lutando é a democracia burguesa – jamais a democracia socialista (MORAES e VIANA, 1982, p. 219).

Nesta mesma linha, o relato de Anita Prestes frisa enfática e repetidamente a luta de Prestes “para que a derrota do fascismo²³³ não significasse a volta a um tipo de democracia liberal-burguesa”, enquanto Armênio Guedes, juntamente à “Assessoria” e ao jornal *Voz Operária*, encampavam “a apologia da democracia em geral sem a definição do seu caráter de classe, o que significava na prática a defesa da democracia burguesa” (PRESTES, 2012, p. 212). Para Prestes, os eurocomunistas brasileiros levavam o jornal oficial do Partido, o *Voz Operária*, ao absurdo de defender posições “direitistas e antissoviéticas” (MORAES e VIANA, 1982, p. 210).

Ao condenar toda forma de autoritarismo – e, inclusive, toda forma de “golpismo” - e reivindicar a necessidade de união de todas as “forças progressistas” na luta contra a ditadura, o texto amplia seu leque de alianças, atraindo a atenção de setores liberais, que viam no texto, além de tudo, um instrumento para a crítica à União Soviética e defesa das instituições democráticas. Deste modo, o ensaio de Coutinho acaba por fazer coro com uma tendência mais geral de defesa da democracia, gestada em meio aos embates da

233 Termo utilizado por ela e por Prestes para caracterizar a ditadura militar brasileira.

Guerra Fria, que pode ser caracterizada por aquilo que Nicolas Guilhot chamou de “ambíguas cruzadas democráticas” (GUILHOT, 2005, p. 10). Com isto, Guilhot referia-se aos setores da esquerda anti-stalinista norte-americana que, outrora radicais, acabavam por receber vultosos incentivos da política externa norte-americana para empreender, no âmbito ideológico, o combate ao inimigo que possuíam em comum: a URSS.

4.3. As interpretações possíveis e a interpretação legítima

3.1. O texto como um espaço de disputas

Coutinho mostrou-se surpreso com a reverberação da obra e, da mesma forma, com aquilo que ele via como o “equivoco” de muitas das interpretações, de modo que significativa parte das suas intervenções posteriores sobre o referido ensaio são *respostas* a interpretações que ele julgava mais ou menos corretas. Ele se mostra, assim, empenhado em uma disputa – na qual ele é apenas um dos agentes, apesar de sua posição relativamente privilegiada - por definir qual a interpretação legítima e qual o valor social da referida obra. Nesta disputa está implicada não apenas o sentido da obra, mas quem pode julgá-la e como se pode fazê-lo. Afinal, como nos diz Bourdieu,

A relação que o criador mantém com sua obra é sempre mediatizada pela relação que mantém o sentido público dela, sentido que lhe volta concretamente à memória por ocasião de cada relação que ele estabelece com os outros membros do universo intelectual e que é o produto das interações infinitamente complexas entre atos intelectuais, enquanto julgamentos ao mesmo tempo determinados e determinantes sobre a verdade, e o valor das obras e dos autores (...). A relação com uma obra, seja ela a sua própria, é sempre uma relação com uma obra julgada, cuja verdade e valor últimos não são outra coisa senão o conjunto dos julgamentos potenciais sobre a obra (BOURDIEU, 1968, p. 125-126).

A definição deste “sentido público” implica em “perguntar-se sobre quem julga e quem consagra, sobre como é feita a seleção que, no caos indiferenciado e indefinido das obras produzidas e mesmo publicadas, distingue as que são dignas de serem (...) conservadas e consagradas” (BOURDIEU, 1968, p. 120). As reedições do ensaio de Coutinho e os comentários dirigidos a ele ilustram de modo exemplar esta disputa pela definição do “sentido público” de uma obra. A existência destas divergências, porém, só é possível por conta dos diferentes atores concordarem, pelo menos, quanto à importância de se debater a “questão democrática” e quanto aos meios adequados para fazê-lo (textos

em periódicos científicos ou não, livros e seminários). No quadro a seguir pode-se ver uma listagem não exaustiva de repercussões do ensaio na imprensa:

Quadro 7: Resenhas ou comentários na imprensa:

1	1979/07. LEIA LIVROS. <i>A democracia como valor universal</i> . Resenha do ensaio homônimo de Coutinho, por Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Brasiliense, p. 05.
2	1980/07. LEIA LIVROS. <i>A democracia como problema universal</i> . Resenha dos livros <i>A democracia como valor universal</i> , de Coutinho, e <i>A democracia e os comunistas no Brasil</i> , de Leandro Konder, por Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Brasiliense, p. 18.
3	1980/08/13. ISTOÉ. <i>A democracia como valor universal</i> . Resenha do livro homônimo de Coutinho, por Franklin de Oliveira. São Paulo, p. 04.
4	1980/10/19. O GLOBO. <i>Democracia, um valor acima de suspeitas</i> . Resenha do livro <i>A democracia como valor universal</i> , por Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro, [s.p.].
5	1980/11. DEBATE (nº 36). <i>O valor da democracia</i> . Dois ensaios em torno do livro <i>A democracia como valor universal</i> de Coutinho, assinados por P. Rozemiro e R. Batista. São Paulo: Século XXI, pp. 30-37.
6	1980/12/20. JORNAL DO BRASIL. <i>Democracia e esquerda: questões superpostas</i> . Resenha do livro <i>A democracia como valor universal</i> de Coutinho, por Wilson Figueiredo. Rio de Janeiro, [s.p.].
7	1981/02/15. JORNAL DA BAHIA. <i>Nelson Coutinho e a democracia como valor universal</i> . Resenha do ensaio <i>A democracia como valor universal</i> de Coutinho, por Carlos Cunha. Salvador, p. 18.
8	1984/12/21. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. <i>Democracia sem dono</i> . Resenha do livro <i>A democracia como valor universal</i> de Coutinho, por Fernando Magalhães Melo. Recife, [s.p.].
9	1985/01. LEIA. <i>Coutinho, Gramsci e o Leopardo</i> . Resenha da segunda edição do livro <i>A democracia como valor universal</i> de Coutinho, por Emir Sader. [s.l.], pp. 23-24.
10	1987/03/06. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. <i>As consequências de uma estratégia</i> . Resenha dos livros <i>A democracia como valor universal</i> (citado nas duas edições), <i>A dualidade de poderes</i> e <i>As esquerdas e a democracia</i> , por Michel Zaidan Filho. Recife, caderno B, p. 06.

Adaptado a partir da listagem realizada por Neves (2016, apêndice) com todas as matérias divulgadas sobre Carlos Nelson Coutinho na imprensa.

O próprio Coutinho manifesta esta percepção quanto à repercussão da obra. Conforme sua leitura realizada *a posteriori* sobre a difusão do ensaio feita no *Prefácio* ao livro de 1984, Coutinho afirma que o texto:

Gerou polêmicas, motivou consensos e dissensos. Valeu-me acerbas críticas, tanto de doutrinários ‘marxistas-leninistas’ como de liberais. Mas também foram muitos os que, pública ou privadamente, expressaram o seu acordo com as teses centrais do livro. E, sem falsa modéstia, creio que os ensaios tiveram um certo peso na consolidação, entre muitos comunistas, da consciência de que não é mais possível manter a fidelidade ao *método* de Marx e às exigências do mundo moderno sem superar inúmeros preconceitos ‘marxistas-leninistas’, que continuam a proliferar no seio dos pequenos grupos e seitas que pretendem deter o monopólio da representação política dos comunistas brasileiros (COUTINHO, 1984, p. 12, grifo no original).

Quase uma década e meia depois, Coutinho volta a expressar juízo semelhante:

Sem falsa modéstia, teve uma importância muito grande no debate cultural e político daquele momento. Não tanto pelas suas qualidades intrínsecas – acho que é um ensaio que desenvolve pouco alguns conceitos, é sobretudo um texto de combate, simultaneamente contra a ditadura e contra o chamado ‘marxismo-leninismo’ - mas penso que, com ele, pus o dedo num tema que realmente era um tema ‘quente’, a exigir uma discussão (COUTINHO, 2006 [1999], p. 180).

Há pelo menos três elementos que podemos destacar destes dois trechos. Primeiramente, a já citada percepção da “importância” que teve o texto no debate ocorrido no período. Em segundo lugar, a definição dos dois “alvos” prioritários – a ditadura e o marxismo-leninismo. E, por fim, a definição do ensaio como um texto inacabado, com conceitos ainda a serem melhor desenvolvidos.

Este último aspecto, longe de diminuir a importância do texto, expressa o deslocamento da “responsabilidade” de melhor desenvolver os aspectos inacabados do texto para a posteridade, o que foi feito por muitas das intervenções posteriores do próprio Coutinho. Não é à toa, portanto, que autores como Marcelo Braz entendam este ensaio como um “projeto teórico-político que norteou a trajetória de CNC” (BRAZ, 2012, p. 255).

Cabe frisar, assim, que o texto foi novamente publicado em 1980, pela editora Ciências Humanas, em livro com o título *A Democracia como Valor Universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil*. E, em 1984, pela editora Salamandra, com o título *A Democracia como Valor Universal e outros ensaios*. Além de ter sido um dos pontos debatidos no seminário *As Esquerdas e a Democracia*, transformado em livro (GARCIA, 1986). De tais reedições e debates pode-se apreender o modo como Coutinho pautou as leituras possíveis sobre o texto, com suas mudanças de ênfases e autocríticas.

4.3.2. 2º momento – a republicação em 1980

Contribuíram para a delimitação do leque de leituras possíveis as mudanças que foram realizadas no texto publicado em 1980, pela editora Ciências Humanas²³⁴. Destaco a título de exemplo e sem a intenção de realizar uma comparação exaustiva, algumas alterações. A versão publicada em 1980 traz uma introdução ampliada - que Coutinho passa a chamar de “Premissa”. Nela, há uma referência ao erro da “tentativa stalinista de generalizar acriticamente para o Ocidente o modelo de transição seguido pelos bolcheviques”, enquanto “Antonio Gramsci (...) lança as bases para uma refundação da teoria marxista da transição ao socialismo, colocando a questão democrática no centro dessa transição” (COUTINHO, 1984, p. 18).

Novas notas de rodapé foram adicionadas. Uma delas (nota 8, da página 26) vem justamente para complementar um importante parágrafo que foi reformulado e ampliado, em que Coutinho comenta a diferença entre a “democracia socialista” e a “democracia liberal”. Haveria, entre um e outro, a “criação de novos institutos políticos” e a “mudança de função” de outros (COUTINHO, 1984, p. 26)²³⁵. A nota de rodapé adicionada vem justamente afirmar que Karl Marx havia observado, em sua análise da Comuna de Paris, a “mudança de função” do sufrágio universal na “democracia proletária” (COUTINHO, 1984, p. 26). Mais à frente (nota 22, da página 46), Coutinho afirma que também o *XX Congresso do PCUS* havia notado esta possibilidade.

Uma outra nota reforça o combate ao “golpismo” (nota 20, da página 43), complementando um parágrafo que fora ampliado para trazer dois exemplos “desastrosos” do “golpismo”: “os eventos ligados ao movimento ‘nacional libertador’ de 1935 e os que culminaram na tragédia de 1964” (COUTINHO, 1984, p. 43). A nota faz referência a um estudo de Marcelo Gato em que ele demonstra, segundo Coutinho, a presença de elementos do “golpismo” no movimento sindical pré-1964. O “golpismo” é, portanto, um *modus operandi* que esteve/estava presente em diversos âmbitos da atuação da esquerda - com destaque para o sindicalismo pré-1964, em que o PCB foi tão presente. A nota seguinte trata ainda do mesmo tema: “é interessante observar que, já em 1967,

²³⁴ O texto publicado em 1980 foi republicado, sem alterações, em 1984. Por isto, sem incorrer em prejuízos, utilizo a edição de 1984 para análise do que estou chamando aqui de “2º Momento”, que é referente ao texto publicado em 1980. Este é o motivo que justifica a ausência do livro de 1980 nas referências bibliográficas desta tese e, da mesma forma, justifica que as menções ao texto publicado em 1980 sejam feitas a partir do livro publicado em 1984.

²³⁵ Ver Coutinho (1979, p. 37) para apreciação das demais mudanças relativas ao parágrafo equivalente no original.

uma importante força da esquerda brasileira – o PCB – empreendia uma dura autocrítica quanto à concepção golpista das transformações sociais” (COUTINHO, 1984, p. 44).

Também é sintomático o esclarecimento sobre a concepção de “valor” utilizada no texto²³⁶. Diz Coutinho: “Cabe dissipar, desde já, um possível mal-entendido. Quando falamos em ‘valor’, não temos em vista – à maneira de Kant – uma norma abstrata e intemporal que ‘valeria’ como um dever-ser independente da história e de suas leis (...)” (COUTINHO, 1984, p. 22). E segue explicitando a adoção do “ângulo rigorosamente histórico-materialista” (COUTINHO, 1984, p. 23), apoiando-se em Georg Lukács e Agnes Heller. Ciente da existência de “mal-entendidos” possíveis, Coutinho adianta-se reiterando o seu vínculo com a perspectiva teórico-metodológica reivindicada pelos marxistas, explicitando a sua posição nas polêmicas internas.

Destas alterações, podemos destacar dois pontos interligados: 1) a reivindicação da manutenção da filiação à tradição intelectual vinculada a Marx, mas com uma maior explicitação da tomada de posição interna a esta tradição, vinculando-se a um determinado segmento da mesma (em especial, Antonio Gramsci) e enfatizando a crítica à “generalização” do “modelo bolchevique”; 2) a ênfase e maior explicitação de certos pontos polêmicos do texto, em especial o imbróglio relativo à concepção da democracia liberal e a crítica ao comunismo – com destaque para o “golpismo” presente na esquerda (com destaque para o PCB).

4.3.3. 3º Momento – a edição de 1984

A edição de 1984 traz uma reprodução do texto publicado em 1980, com a adição de novos ensaios e sem alterar os que foram publicados na edição anterior. O livro é dividido em três partes, além do *Prefácio*. A primeira parte consta apenas o ensaio *A Democracia como Valor Universal*, mantendo o texto igual ao que fora publicado em 1980. A segunda parte intitula-se *Temas de história do marxismo*, e traz os seguintes textos: Sobre a ‘questão democrática’ em Marx e em alguns marxistas; Gramsci e nós; Os conselhos de fábrica no jovem Gramsci; Introdução a Togliatti; e Duas notas sobre o eurocomunismo. Já a terceira e última parte, intitula-se *O caso brasileiro*. Traz os

236 João Quartim de Moares (2001), em sua crítica à “canonização da democracia”, chama atenção para esta alteração feita por Coutinho em seu esforço para convencer o leitor do vínculo entre o “ângulo” adotado em seu ensaio e a perspectiva do materialismo-histórico. Este autor, porém, não tergiversa em defender sua posição: “de materialista, este ângulo só nos parece ter o nome” (MORAES, 2001, p. 28).

seguintes textos: Cultura e democracia no Brasil; O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas; e, por fim, Pós-escrito 1984: alternativas da transição. Também é significativo que o livro comece, em epígrafe, citando três marxistas (V. I. Lênin, Rosa Luxemburgo e Enrico Berlinguer) – o que estabelece, de antemão, o “terreno” ao qual ele filia sua discussão.

No prefácio, o livro é apresentado como objetivando refletir sobre a democracia tanto no que tange à sua relação com o socialismo quanto à sua importância para as lutas travadas no Brasil. E, tal qual na entrevista citada anteriormente (COUTINHO, 2006), aqui também é explicitado o seu caráter de “esboço”.

Este prefácio, porém, demarca uma certa leitura sobre a relação entre o ensaio, o Partido Comunista Brasileiro e o chamado “socialismo real”. O “marxismo-leninismo”, com seus “inúmeros preconceitos”, passa a ser explicitamente um dos alvos centrais. E a crítica ao PCB e demais PCs, já presente desde 1979, muda radicalmente de tom. A disputa não é mais pelos rumos que o PCB deveria tomar, mas por afirmar que este não deve “deter o monopólio da representação política dos comunistas brasileiros”, posto que “esse agrupamento político não estava preparado para aceitar, em todas as suas implicações teóricas e políticas, o valor universal da democracia” (COUTINHO, 1984, p. 12). A crítica passa a ser ao “socialismo real”, com a “tradição oriunda da Terceira Internacional”, à qual o PCB ainda estava vinculado em sua forma organizacional (COUTINHO, 1984, p. 12-13).

A referência à experiência italiana permanece, mas agora com ênfase na caracterização do PCI como modelo que foi capaz de operar a “profunda renovação interna” (COUTINHO, 1984, p. 13) que o PCB não realizou. Desta forma, o livro é ainda apresentado como um esforço para contribuir com “a criação de um partido socialista, laico, democrático e de massas, capaz de recolher o que há de válido na herança do comunismo brasileiro, mas, ao mesmo tempo, de incorporar as novas correntes socialistas” (COUTINHO, 1984, p. 13).

Cabe frisar, com isto, que a formulação e exposição desta crítica se deu logo após a “marginalização” do grupo ao qual Coutinho estava vinculado - a “corrente renovadora” – do PCB, o que ocorreu no VII Congresso do Partido, realizado entre 1982 e 1983. A preconização da necessidade de criação de um novo partido, portanto, não só exclui o PCB como uma alternativa possível, mas os demais partidos da esquerda, como o Partido dos Trabalhadores, que reunia diversos setores da esquerda no período e ao qual Coutinho veio a se filiar posteriormente (em 1989).

Foi também significativa a crise vivida pelo PCI com a URSS. Esta crise culminou em um “racha”, ocorrido em 1981, que, conforme caracterização de Lucio Magri “era apenas o ponto de partida de um trabalho de reelaboração cultural refundadora” (MAGRI, 2014, p. 327). Punha-se em questão, assim, o próprio legado da experiência soviética e as bases teóricas nas quais ela estava pretensamente assentada – o que, para um comunista de qualquer parte do mundo, é um evento bastante significativo.

Por mais que alguns possam indicar que esta crítica já estava apontada no ensaio original, sendo apenas melhor desenvolvida posteriormente (BRAZ, 2012), cabe frisar que, quando da primeira publicação do ensaio (1979), havia outras possibilidades em aberto. O texto era também parte de uma disputa interna ao PCB e, de modo mais amplo, quanto aos rumos do comunismo mundial. E o desfecho destas disputas – a não ser em leituras teleológicas - não havia como ser previsto pelos próprios protagonistas destas disputas.

4.3.4. 4º momento - O seminário *As Esquerdas e a Democracia*, de 1986.

Um outro evento que pode ser explicitado para análise das leituras sobre as possíveis interpretações relativas ao ensaio de Coutinho refere-se ao seminário realizado em 1986 conjuntamente pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e pelo Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) intitulado “Partidos e Movimentos de Esquerda”. Este seminário foi transcrito e publicado em livro (GARCIA, 1986).

Para a discussão foram escolhidos Francisco Weffort²³⁷, Daniel Aarão Reis²³⁸ e o próprio Carlos Nelson Coutinho, que cursava o doutorado em Ciência Política no IUPERJ desde o início da década de 1980. Logo após a realização do seminário, Coutinho tornou-se professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ e obteve o título de livre-docente

237 Weffort era professor do curso de ciências sociais da Universidade de São Paulo (USP) desde 1961, já havia sido presidente da ANPOCS (1977-1980) e recebido o título de livre-docente pela USP (1977). Foi também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e, no momento da realização deste seminário, ocupava o cargo de secretário-geral do partido. Sobre Francisco Weffort, pode-se ver Araújo (2012) e Taui (2017).

238 Daniel Aarão Reis é professor do curso de história da Universidade Federal Fluminense desde 1981 e, no momento do seminário, cursava doutorado em história na USP (1982-1987). Durante a ditadura militar, militou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), adepto da luta armada, e foi exilado. Durante o exílio na França, conclui sua graduação e mestrado em história. Aarão Reis também participou da fundação do PT. Há um perfil biográfico do mesmo em: <https://une.org.br/2011/08/daniel-aarao-reis/>

pela UFRJ. Os três são, nas palavras do organizador do livro, “intelectuais universitários competentes e reconhecidos (...), têm em comum o fato de manterem com a política uma relação que extravasa o terreno puramente acadêmico” (GARCIA, 1986, p. 12).

Além do reconhecimento pelos pares desta condição de destacados *intelectuais universitários*, cabe também frisar que o CEDEC despontava, desde sua criação em 1976, como um dos principais institutos de pesquisa de São Paulo, dado o recebimento de recursos da Fundação Ford²³⁹. Este evento ganha interesse suplementar para a presente análise, portanto, dada a posição institucional dos participantes e por fazer-se investido tanto da autoridade acadêmica de estar ligado a um GT da ANPOCS quanto pelo fato de estar vinculado a uma instituição como o CEDEC, que agregava importantes personalidades do campo político e intelectual paulista e nacional.

Ao comentar seu ensaio, Coutinho destaca que este tinha como objetivo discutir a democracia e sua relação com o socialismo. Mas, dessa vez, dá especial ênfase também para um outro ponto: o objetivo de “abandonar essa visão da realidade brasileira como a de um país atrasado, semicolonial, ainda carente de uma revolução de libertação nacional (COUTINHO, 1986, p. 61). Corroborando a leitura feita por Coutinho sobre o seu próprio ensaio, Marcelo Braz aponta que o grupo ao qual Coutinho estava vinculado “visava girar o eixo estratégico da revolução reforçando a centralidade da ‘questão democrática’ no sentido de associá-lo ao par socialismo/democracia como uma alternativa à clássica etapa democrático burguesa” (BRAZ, 2012, p. 248). Com isto, Coutinho demonstra o seu afastamento em relação à leitura que preponderara no partido em relação à revolução brasileira²⁴⁰, demarcando uma posição contrária àqueles setores da esquerda que permaneciam sustentando tal perspectiva.

A crítica a esta visão da realidade está ligada à crítica à Terceira Internacional e ao “marxismo-leninismo” – e, portanto, aos partidos comunistas. Cabe destacar, assim,

239 O CEDEC despontou como o quarto maior beneficiário de recursos da Fundação Ford, se considerarmos apenas as instituições ligadas às ciências sociais e o período das décadas de 1970 e 1980 - informação retirada de Miceli (1990). Isto garantiu não só recursos materiais, mas prestígio científico. Sobre o CEDEC, ver Lahuerta (2001). Sobre a relação entre a Fundação Ford e a elite das ciências sociais no Brasil, ver Miceli (1993).

240 Conforme asseverado por diversos analistas, o PCB possuía uma análise “etapista” da revolução brasileira. Antônio Carlos Mazzeo, por exemplo, afirma que, em especial após o início da década de 1930, “a nova linha teórico-prática [do PCB] passa a entender a implementação da democracia como desdobramento de uma ‘etapa’ democrática que não estaria a cargo da classe operária, mas de uma suposta ‘burguesia nacional’, que estaria desenvolvendo-se em ‘contradição’ com o imperialismo. Essa política, imposta de cima pelo Komintern, será a responsável pelos inúmeros equívocos cometidos pelo PCB, determinando uma inversão, na qual a estratégia de ação estará permanentemente subordinada à tática da revolução realizada em ‘etapas’” (MAZZEO, 1999, p. III-IV).

que se o uso instrumental da democracia já era o principal combate do artigo de 1979, agora este “desvio” aparece claramente como decorrente dos limites desta vertente do pensamento marxista. Coutinho é explícito ao afirmar que “a forma marxista-leninista de pensar a questão democrática é uma forma que tende a reduzir a democracia a mero instrumento” (COUTINHO, 1986, p. 61) e, também, que “aquelas velhas concepções da esquerda brasileira, em particular do PCB, de que o capitalismo era bloqueado no Brasil pelo latifúndio e pelo imperialismo não se revelaram verdadeiras” (COUTINHO, 1986, p. 64).

E isto vem paralelamente à sua autocrítica em relação ao uso feito por ele do “legado” de Lênin. Autocrítica que só foi possível, segundo o próprio Coutinho, por conta das leituras relativas à obra de Antônio Gramsci. Afirma Coutinho: “o fato de o ensaio estar inserido num processo de luta interna me levou, de modo inconsciente, a avaliar de modo pouco crítico o legado de Lênin à compreensão da democracia” (COUTINHO, 1986, p. 61). E, mais à frente, complementa: “Quem me ajudou a repensar, de um ponto de vista marxista, o conceito de democracia foi sobretudo Gramsci” ” (COUTINHO, 1986, p. 62).

Vale frisar, porém, que questionar-se quanto ao fato de esta leitura estar ou não presente no texto original é uma preocupação secundária para os propósitos da presente pesquisa. O que importa destacar, aqui, é a necessidade de Coutinho de (re)apresentar seu vínculo como marxista, com o marxista italiano e com o rompimento com esta visão que por muito tempo marcou a leitura da realidade brasileira operada pelo PCB, utilizando, para isto, de comentários direcionados ao ensaio.

A “questão democrática” aparece, assim, em novos termos. Mais distante do PCB, tanto em relação à leitura que fazia da realidade quanto da filiação política e teórica, e mais próxima de Gramsci e dos “neogramscianos”, apresentados como alternativa ao “marxismo-leninismo”.

4.3.5. Intermédios

Cabe frisar que esta divisão em três “momentos” visa apenas demonstrar que o texto sofreu com certas vicissitudes que diziam respeito não só à trajetória do seu autor, que foi o principal agente a pautá-lo, mas a processos e disputas que ocorreram nos espaços político e intelectual. Com isto, portanto, não se exclui a existência de outros

“momentos” que poderiam também ser aqui analisados e que perduraram nas décadas de 1990 e 2000.

Entre cada um destes “momentos”, existiram inúmeras críticas e comentários. O próprio Coutinho, no prefácio à edição de 1984, destaca algumas delas²⁴¹. Como se pode ver no quadro a seguir:

Quadro 8 - Intervenções destacadas por Coutinho (1984)

Referência do texto	Caracterizado como
COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In. <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i> , V. 9, 1979.	
RODRIGUES, Otávio. <i>Contra o revisionismo</i> . 1979.	Exemplar das críticas “do lado ‘marxista-leninista’”; panfleto doutrinário e pouco equilibrado (COUTINHO, 1984, p. 12)
FILHO, Adelmo Genro. A democracia como valor operário e popular (resposta a Carlos Nelson Coutinho). In. <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i> , V. 17, 1979.	Outro exemplar das críticas “do lado ‘marxista-leninista’”; “mais equilibrado (mas nem por isso menos doutrinário)” que o texto de Otávio Rodrigues (COUTINHO, 1984, p. 12).
COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo. Livraria Editora de Ciências Humanas, 1980.	
MERQUIOR, José Guilherme. <i>Marxismo e democracia</i> . In.: MERQUIOR, J. G. <i>As ideias e as formas</i> . 1981.	Exemplar das críticas “do lado liberal” (COUTINHO, 1984, p. 12).
COUTINHO, C. N. A democracia como regime que avança. In. <i>Isto É</i> , 21/01/1981	Resposta ao texto de Merquior (1981) (COUTINHO, 1984, p. 12).

Produzido pelo autor a partir de Coutinho (1984)

É certo que muitos outros comentários existiram. Não à toa Coutinho foi considerado como “o autor do artigo de maior sucesso da Revista” e sua publicação considerada “um dos marcos da discussão promovida nos artigos da Revista” (GALUCIO, 2009, p. 204). As intervenções de Coutinho, porém, contribuíram para relegar a maior parte destes escritos para o esquecimento.

241 Lucca-Silveira analisa três críticas ao ensaio, que foram escolhidas por indicação do próprio Coutinho no livro *Contra a corrente – ensaios sobre democracia e socialismo*, publicado em 2008 (LUCCA-SILVEIRA, 2012). São elas: a de Márcio Naves, publicada na revista *Temas de Ciências Humanas*, em 1981; a de Adelmo Genro Filho, publicada na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em 1979 (ambas criticando, por vieses distintos, a incompatibilidade das teses de Coutinho com o marxismo); e a de José Guilherme Merquior, publicada em livro em 1981, pela editora *Nova Fronteira*, que louva a defesa da democracia feita por Coutinho, mas aponta a inadequação entre esta e o leninismo reivindicado no texto.

Dos três listados, o texto de Otávio Rodrigues foi o que teve circulação mais restrita, sendo uma “brochura” escrita para o VII Congresso do PCB e publicado sem a mediação de uma editora. Enquanto o texto de Adelmo Genro, publicado na mesma revista e no mesmo ano que fora publicado o ensaio de Coutinho, recebeu menções posteriores, como indicado por Lucca-Silveira (2012). O texto de Adelmo Genro Filho é posto como representante do mesmo “lado” do texto de Otávio Rodrigues – ou seja, o lado “marxista-leninista”.

Adelmo Genro assina o texto como “Bacharel em Direito, vereador em Santa Maria, no Rio Grande do Sul”. Foi eleito vereador pelo MDB, em 1976, logo após a conclusão do curso de jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria²⁴². Genro Filho argumenta que a análise de Coutinho não seria nem marxista e nem leninista, posto que teria abandonado seus aspectos centrais: operava uma análise não-dialética, abandonava a categoria revolução como significando uma ruptura real e abandonava, também, a apreensão do Estado como uma instituição defensora dos interesses da burguesia. Isto tudo teria levado Coutinho a um erro político crasso: a defesa do “liberalismo emedebista” (GENRO, 1979, p. 200).

Destas, apenas a crítica de Merquior recebeu uma resposta direta. Há alguns elementos que podem contribuir para explicar o destaque dado a Merquior. Primeiramente, o fato de Merquior ter tido sua “iniciação intelectual” no marxismo, em conjunto com Leandro Konder e Carlos Nelson, amigos próximos com quem mantinha constante diálogo. Mas Merquior, posteriormente, tornou-se um crítico do marxismo e desenvolveu grande afinidade com o liberalismo. Destaca-se, também, a posição ocupada por ele nos espaços político e intelectual: além da carreira de diplomata, iniciada na França em 1966, Merquior publicou vários livros, muitos deles direcionados a criticar o marxismo²⁴³, e foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1982 - um ano após a publicação em livro de suas críticas ao ensaio de Coutinho.

Ademais, responder a críticas é não só (re)atestar a importância do referido ensaio e mantê-lo circulando, mas usufruir da oportunidade de, mais uma vez, resolver qualquer possível “mal-entendido” e adicionar novos elementos para as leituras subsequentes. Neste momento, isto implicava, para Coutinho, em explicar-se quanto a dois pontos específicos: por um lado, as diferenças e semelhanças entre o que deveria ser a leitura

242 Informações biográficas retiradas de: <http://www.adelmo.com.br/index1.htm>

243 Sobre a relação entre Merquior e o marxismo, ver Felipe (2016).

marxista da democracia e a leitura liberal da mesma e, por outro, a reafirmação do seu vínculo com o marxismo.

Os dois textos de Merquior, intitulado *Marxismo e democracia* e o outro intitulado *Cultura e democracia*, foram publicados em três etapas no *Jornal do Brasil* (27/12/1980, 03/01/1981 e 10/01/1981) e depois republicado em livro. Depois de constatar a existência de “um surto de revalorização da democracia no marxismo brasileiro” (MERQUIOR, 1981, p. 232), Merquior aponta que o ensaio de Coutinho havia ficado encarregado de analisar teoricamente a relação entre a “compatibilidade conceitual entre leninismo e democracia” (MERQUIOR, 1981, p. 232), chegando à conclusão que seriam plenamente compatíveis. Argumenta que Lênin (e Lukács) teria, sobre a democracia, justamente a posição contrária a que Coutinho alegava defender: seria um antidemocrático, tanto em termos teóricos quanto práticos. O objetivo de Coutinho, portanto, seria mais facilmente atingido abandonando Lênin e ficando só com Gramsci. Mas, ainda assim, na medida em que o uso do conceito de hegemonia havia levado Coutinho a uma “ode ao ‘consenso’” (MERQUIOR, 1981, p. 238), sua defesa da democracia permanecia inviabilizada.

Coutinho não só responde a Merquior, mas incorpora *parte* de sua crítica, afastando-se de Lênin. Do outro lado – o “marxista-leninista” - Coutinho também incorpora *parte* da crítica: contra Genro Filho, reafirma seu vínculo ao pensamento de Karl Marx e nega que teria se resumido à defesa do “engodo liberal”, mas não contesta a acusação de “antileninismo”. O prefácio da edição de 1984 e a intervenção de Coutinho no Seminário realizado em 1986, que foram analisados anteriormente, condensam esse movimento.

O imbróglio relativo a estes dois pontos (a relação entre o ensaio e o marxismo-leninismo e com o liberalismo) persiste no tempo. Em 2002, em entrevista a José Corrêa Leite e Emiliano José - publicada na revista *Teoria & Debate* e republicada no livro *Intervenções* (COUTINHO, 2006) – Coutinho discorre sobre os elementos do liberalismo que devem ser “herdados” e afirma: “hoje, se reescrevesse aquele ensaio, teria posto como título *A democratização como valor universal*. O que é valor universal não são as formas concretas que a democracia assume institucionalmente em dado momento, mas o processo pelo qual a política se socializa” (COUTINHO, 2006, p. 133). A mudança do título, com ênfase para a questão do processo, seria uma forma a mais de diminuir as possibilidades de interpretações que ele julgava equivocadas.

Houve ainda espaço para uma amistosa crítica da autocrítica. Leandro Konder, filósofo que era amigo de Carlos Nelson e compartilhou de boa parte de suas tomadas de posição políticas, afirma sobre o ensaio:

Mais tarde, Carlos Nelson viria a lamentar que nele – na medida em que não se sublinhava a importância do socialismo – a exaltação do valor da democracia se prestava para uma leitura liberal, que facilmente descambava para uma indevida euforia. Não concordo com essa autocrítica. A exaltação do socialismo está presente em outros textos de Carlos Nelson, não tinha necessariamente que estar nesse. Os liberais não se equivocaram por não terem se defrontado com a proclamação da importância do socialismo. Equivocaram-se porque queriam (KONDER, 2008, p. 115).

A mudança de ênfase é assumida pelo próprio Coutinho, que a explica a partir da mudança do ‘combate ideológico’ travado em cada ocasião. Diz Coutinho: “em 1979, tinha a clara intenção de dizer que sem democracia não há socialismo. Hoje, dado o tipo de combate ideológico que estamos travando, é necessário sublinhar que sem socialismo não há plena democracia” (COUTINHO, 2006, p. 136). O maior distanciamento em relação ao “leninismo” e maior aproximação a Gramsci, conforme registrada nos três “momentos” aqui analisados, também é assumido pelo próprio Coutinho, ao mesmo tempo em que reitera a sua identificação enquanto um “marxista convicto e confesso”. Diz Coutinho:

Hoje, não me considero mais um ‘leninista’. Tenho grande apreço pela obra e ação de Lênin (...), mas agora percebo não só o que nelas se tornou anacrônico, mas também o que já era equivocado no momento em que escrevia ou atuava. Em consequência, mudei minha avaliação de vários outros autores marxistas (...). Ou seja: passei a aceitar e valorizar positivamente o pluralismo no interior do marxismo. Nesse sentido, não acho, por exemplo, que exista um ‘gramscismo’, embora a reflexão do pensador italiano seja aquela com a qual mais me identifico (COUTINHO, 2006, p. 190-191).

Este movimento foi acompanhado de uma série de trabalhos editoriais e de traduções efetuadas por Coutinho (como se pode ver no quadro a seguir). Isso está de acordo com a leitura que ele faz de sua própria vida, que entende a década de 1980 como sendo correspondente ao início de sua fase ‘gramsciana’. Nesta mesma entrevista, Coutinho divide a sua vida entre um “período fanaticamente lukacsiano”, que é sucedido pelo “reencontro com Gramsci, em meados dos anos 1970” (COUTINHO, 2006, p. 180). O referido ensaio é apontado por ele como exemplo desta segunda fase, em que as leituras de Gramsci e a “questão da democracia” passaram a nortear suas produções.

Quadro 9 - Intervenções editoriais de Carlos Nelson Coutinho²⁴⁴

Modalidade de atuação	Título	Ano
Tradução e prefácio (com Leandro Konder)	Antonio Gramsci, <i>Concepção dialética da história</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966	1966
Autor	Literatura e Humanismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra.	1967
Tradução e seleção	Antonio Gramsci, <i>Literatura e vida nacional</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.	1968
Tradução	Antonio Gramsci, <i>Os intelectuais e a organização da cultura</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.	1968
Tradução (com Leandro Konder)	György Lukács, <i>Introdução a uma estética marxista</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.	1968
Tradução e seleção	György Lukács, <i>Marxismo e teoria da literatura</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.	1968
Autor	O estruturalismo e a Miséria da Razão, Rio de Janeiro, Paz e Terra.	1972
Autor	<i>El estructuralismo y la miseria de la razón</i> , trad. de Jaime Labastida. Ciudad de México, Era.	1973
Tradução (com R. di Piero) e prefácio	György Márkus, <i>A teoria do conhecimento no jovem Marx</i> . Rio de Janeiro, Paz e Terra	1974
Autor (entre outros)	Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra.	1974
Tradução, introdução e seleção	Palmiro Togliatti, <i>Socialismo e democracia. Obras escolhidas</i>	1980

244 Apenas as intervenções mais significativas. Uma listagem completa pode ser vista em Neves (NEVES, 2016).

	(1944-1964). Rio de Janeiro, Muro.	
Autor e seleção	<i>Gramsci</i> . Porto Alegre, L&PM.	1981
Organização e tradução da edição brasileira (com outros autores)	<i>História do marxismo</i> , org. de Eric J. Hobsbawm <i>et al.</i> Rio de Janeiro, Paz e Terra, 12 vols.	1980-1989
Autor	<i>A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e revolução</i> . São Paulo, Brasiliense.	1985; 1987
Autor	<i>Introducción a Gramsci</i> , trad. de Ana María Palos. Ciudad de México, Era.	1986
Autor	<i>Literatura e ideología en Brasil. Tres ensayos de crítica marxista</i> , trad. de Julia Calzadilla. Havana, Casa de las Américas.	1987
Organização e tradução (com M. A. Nogueira)	<i>Gramsci e a América Latina</i> . Rio de Janeiro, Paz e Terra.	1988
Autor	<i>Cultura e sociedade no Brasil. Ensaio sobre ideias e formas</i> . Belo Horizonte, Oficina do Livro.	1990

Adaptado de Neves (2016)

No que tange à trajetória do autor e do texto, um outro evento importante foi a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), em 1989. Importância esta que fica clara ao analisarmos o livro *Democracia e Socialismo*, publicado por Coutinho em 1992. Afinal, duas das três partes do livro são compostas por textos anteriormente apresentados e debatidos em eventos organizados pelo partido (COUTINHO, 1992). Afirma o próprio Coutinho, sobre a sua entrada no partido: “queria ser o chato democrático dentro do PT, queria levar para o PT a discussão que eu havia proposto em meu ensaio *A democracia como valor universal*” (COUTINHO, 2006, p. 137).

Com isto, a posição ocupada e o reconhecimento adquirido pelo autor colocaram-no em condição de pautar, com certo êxito, o modo como o ensaio deveria ser interpretado. Para intervir nestas disputas serviram os prefácios, as alterações da edição seguinte, os textos posteriores comentando a “questão democrática”, as várias entrevistas que ele concedeu, etc. Tudo isto se deu paralelamente ao aumento do seu reconhecimento

no espaço intelectual e com a afirmação na universidade, o que pode ser mensurado não só pelo recebimento de um título de livre-docência em Política Social (UFRJ, 1988) e assunção do cargo de professor da UFRJ, mas pelas intervenções editoriais que fizera, traduções, publicação de livros e republicações (dentro e fora do Brasil).

4.4. Considerações parciais

O presente capítulo buscou trazer considerações para pensarmos as condições que possibilitaram a produção de uma obra que ficou reconhecida por muitos como “um clássico da esquerda no Brasil” - para utilizarmos aqui a expressão empregada por Marcelo Braz (2012) – e, também, para pensarmos elementos que condicionaram a sua circulação, limitando a análise até fins da década de 1980.

O argumento aqui sustentado centra a explicação do reconhecimento e circulação deste texto a partir de três elementos interconectados. Primeiramente, pela trajetória do “autor”. Quando Coutinho publica o ensaio, em 1979, ele já dispunha de alguns trunfos e recursos decorrentes de sua atuação concomitantemente política e intelectual, que inclusive contava com o aval de um grupo mais amplo, consolidado na Europa, com certo reconhecimento intelectual e inserção em espaços acadêmicos, tanto dentro quanto fora do Brasil. Adquiriam, com isto, legitimidade para atuar como mediadores de “tendências” em voga na Europa e como mediadores entre o espaço intelectual e o político. O texto já entra em cena, assim, dotado de alguma credibilidade e com a marca de um grupo específico (a chamada “corrente renovadora”).

Em segundo lugar, por conta das posições reivindicadas pelo texto: a condição de marxista, a crítica à União Soviética e ao chamado “socialismo real”, a condenação de todo e qualquer tipo de autoritarismo e “golpismo” e a defesa parcial do “legado” do liberalismo, com a valorização das instituições democráticas. O texto possuía, com isto, capacidade de englobar interpretações distintas dentro deste amplo espectro de defesa da democracia, clamando por um combate ao “autoritarismo” que se direcionava não só para o regime ditatorial brasileiro, mas para um amplo leque de experiências, indo desde as ditaduras que ocorreram na América Latina a países comunistas e a práticas de dirigentes partidários.

Com isto, o texto de Coutinho torna-se um aliado parcial de setores que historicamente opunham-se aos comunistas – em que podemos destacar os liberais. Não foi à toa, portanto, que Coutinho demonstrou grande interesse em reiteradamente explicar

que o texto não seria uma apologia ao liberalismo – o que já indica, no mínimo, que tal leitura foi recorrente.

O uso do léxico marxista-comunista já é, por si, uma tomada de posição. É tanto consequência das condições de produção – das condições de sua formação político-intelectual no interior do PCB - quanto condicionante da circulação, visto que se dirige prioritariamente àqueles que conhece o léxico. Mas, por conta do conteúdo de sua crítica, a reivindicação da condição de marxista e (ex) comunista não tem como consequência apenas uma relativa restrição da circulação do texto, mas traz também o trunfo de poder reivindicar a autoridade de quem conhece ‘por dentro’ aquilo que critica.

Em terceiro lugar, importa a trajetória do seu autor no período subsequente à publicação do texto e também a existência de outros políticos e intelectuais que se reivindicavam como adeptos das posições ali defendidas. A trajetória política e acadêmica de Coutinho é, portanto, um dos fatores condicionantes da circulação do texto e das possíveis interpretações, levando-o a se afirmar como um dos agentes mais autorizados a determinar qual a interpretação mais correta do texto.

Isto pôde ser visto em “momentos” distintos da trajetória do texto/autor, em que Coutinho pôs-se a explicar supostos “equivocos” de interpretações e a fazer autocrítica sobre aspectos do texto, além de anexar novos elementos para a sua (re)leitura. A divisão da exposição em “momentos”, porém, não deve ser interpretada como se cada um deles fossem falsificações/deturpações de um ato fundador original – o que seria justamente a postura essencialista que visamos contrapor com o presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo a análise da relação entre a política e os intelectuais a partir da “corrente renovadora”, formada por um conjunto de agentes que iniciaram as suas vidas política e intelectual por meio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O foco da análise se deu nas décadas de 1970 e 1980, período de fortes transformações na sociedade brasileira.

Estudos sobre as elites políticas e intelectuais do período demonstraram que este foi um momento em que cada uma destas duas formas de intervenção na sociedade foram ganhando suas especificidades e contornos mais claros. A profissionalização foi, gradativamente, tornando-se um imperativo para todos aqueles que buscavam intervir significativamente na “batalha das ideias” ou na busca por ocupar posições políticas relevantes. No caso dos intelectuais, sem que isso necessariamente levasse a negar o intento de intervir politicamente, a especialização acadêmica, o vínculo à universidade e a mobilização de sofisticadas técnicas/metodologias de análise empírica passaram a ser, cada vez mais, recursos necessários para autorizar que estes agentes interviessem na realidade e pautassem, com êxito, como a realidade brasileira deveria ser lida e transformada.

A presente análise soma-se a estes estudos, mas por um outro viés, posto que analisa um conjunto de agentes que, em sua maioria, não se adaptaram totalmente às novas injunções e, conseqüentemente, em muitos momentos estiveram à margem das elites dos espaços em que atuaram. Este enfoque permite apreender outras formas de exercício da intelectualidade, em que as fronteiras que a separavam do jornalismo e da política eram menos claras, mas que tampouco se restringiam à manutenção de padrões anteriores.

Desta forma, a análise aqui empreendida buscou desnudar algumas trajetórias e experiências em um período relativamente recente. Analisar um objeto assim (próximo ao próprio pesquisador) traz pelo menos duas dificuldades adicionais. A primeira delas é a “dificuldade particular de ruptura com a experiência autóctone” (BOURDIEU, 2017, p. 21). Na medida em que os próprios agentes analisados nesta pesquisa são também analistas das suas próprias trajetórias e da história política e intelectual brasileira, há um sério risco de que a pesquisa se limite a reproduzir, com outras palavras, as visões dos agentes pesquisados.

Uma outra dificuldade – correlata à anterior – é referente à necessidade de não reduzir a análise a um elogio ou denúncia a determinados indivíduos. Como os processos e disputas aqui analisadas ainda possuem impactos diretos nas vidas dos cientistas sociais e dos intelectuais contemporâneos, é possível que esta pesquisa seja lida como uma defesa ou um ataque a determinadas posições. Sem excluir os possíveis deslizos, tentei minorar os efeitos

destas dificuldades mediante a busca por manter uma postura o mais distanciada (ELIAS, 1998) possível.

Para contornar estas dificuldades, foram feitas algumas escolhas teórico-metodológicas que merecem ser reiteradas. Primeiramente, deve-se ter claro que a escolha da “corrente renovadora” não se deu com o intento de transformar esta tese em um instrumento de consagração ou de denúncia contra ou a favor de determinados intelectuais, mas por acreditar que a análise de suas trajetórias mostra-se como heurísticamente útil para a compreensão das transformações da relação entre a política e os intelectuais dentro do período em que atuaram.

E, tampouco, esta escolha se deu com o intuito de dizer quem seria ou não o verdadeiro “renovador”, pois a definição de quem é ou não identificado com a “corrente” partiu de um mapeamento da percepção dos próprios agentes e do pressuposto de que esta definição está em constante disputa, eximindo o pesquisador de se arvorar do papel de ser juiz destes conflitos. Desta forma, sem a intenção de uma listagem exaustiva, chegamos a um conjunto de nove militantes que foram mais fortemente identificados com a “corrente renovadora”.

O decorrer da pesquisa demonstrou que – diferentemente do que está presente na maior parte das leituras sobre a história do partido, que pressupõe uma unidade deste “grupo” – falar em “corrente renovadora” não implica em falar em um grupo coeso e homogêneo. Há divergências tanto em relação às suas análises quanto em relação ao perfil social – como vimos, aqueles que advieram de famílias com maiores dotes de capital econômico e cultural foram os que mais se destacaram. Mas, se não podemos afirmar que houve um grupo renovador coeso, é inegável que há um conjunto de agentes que, em um determinado momento da história política brasileira, foram identificados como tendo características e posições semelhantes.

O reconhecimento enquanto intelectuais, da mesma forma, parte dos próprios agentes analisados e de seus pares. Não partimos, portanto, de uma definição exógena do conceito de “intelectual”, a partir da comparação entre a realidade estudada e um conceito ideal. Buscamos compreender como os próprios agentes viam o seu ofício e como a própria definição de “intelectual” estava em disputa. Foi isto o que permitiu compreender que a legitimidade que estes agentes dispunham para intervir no mundo advinha justamente do reconhecimento que eles adquiriram enquanto intelectuais, o que estava atrelado à capacidade de interpretar autores do cânone marxista, de uso da palavra escrita e oral, de interpretação da realidade brasileira, da participação em periódicos engajados etc. Também permitiu compreender como eles próprios viam as suas atuações como distantes daqueles que constituíam as elites dominantes, pois eles viam o atrelamento entre reflexão e política como parte constitutiva da “missão” enquanto intelectual.

Um importante elemento para a compreensão da construção da identidade destes agentes e das disputas partidárias foi a apreensão de como os agentes identificados com a “corrente” viam a sua própria história dentro do partido. Ganha destaque, assim, a luta encampada por Astrojildo Pereira contra o “sectarismo” desde a própria fundação do partido - luta esta que foi continuada por Armênio Guedes. E os desdobramentos do XX Congresso do PCUS, em 1956, que culminaram com a Declaração de Março de 1958, documento visto como um marco no distanciamento da política “stalinista”, “sectária” e “golpista” que ficara escancarada no Manifesto de Agosto de 1950. Nesta leitura, a Resolução do Comitê Estadual da Guanabara, de 1970, dá continuidade a este movimento.

Estas leituras buscam afirmar que a luta pela democracia e “renovação” encampada por estes intelectuais não era uma invenção de fins da década de 1970 feita por um punhado de jovens intelectuais, mas algo presente na história do PCB e que envolvia um amplo conjunto de militantes, mas que fora protagonizada por alguns militantes mais intelectualizados, como Astrojildo Pereira e Armênio Guedes.

A análise em relação ao perfil destes agentes reiterou a percepção dos próprios de que eles constituíram um grupo de militantes mais jovens que os dirigentes partidários. Com uma clara exceção de Armênio Guedes, a maior parte nasceu em fins da década de 1930 e início de 1940, tendo iniciado a militância partidária no início da década de 1960. Também pudemos perceber um forte trânsito destes agentes entre os dois principais estados da federação – Rio de Janeiro e São Paulo -, mas com uma maior concentração no Rio de Janeiro. Armênio Guedes e Luiz Werneck Vianna são os dois que mantiveram o trânsito mais intenso entre os dois estados.

Outro elemento de distinção refere-se à alta escolarização. Todos eles passaram pela universidade, fazendo um ou mais cursos de graduação, e a maior parte deles fez também cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), sendo uma significativa parte dos títulos adquiridos no exterior. O vínculo com a atuação por meio de jornais e revistas também marca a identidade e o perfil destes agentes - apesar de nenhum ter realizado curso superior em jornalismo, aproximaram-se desta prática por meio da militância partidária.

Outro elemento relevante foi a ida para o exílio durante a ditadura militar brasileira, com a maioria deles estando algum período na Europa, formando a chamada “Assessoria de Paris”. As condições em que foram para o exílio possibilitaram que eles formassem um polo aglutinador dos demais militantes e mantivessem uma intensa atuação política e intelectual. Esta atuação acontecia, principalmente, por meio de periódicos do partido, o que contribuiu para fortalecer os vínculos e identificação entre os “renovadores”. Contribuiu para essa

identificação os conflitos e divergências que por vezes aconteceram entre a “Assessoria” e o grupo ligado a Prestes, que estavam em Moscou.

Com o retorno do exílio, eles foram atuar profissionalmente no jornalismo, na política ou na universidade, tendo a maior parte se dirigido para este último. De todo modo, o que vemos nas trajetórias destes agentes é uma forte retroalimentação entre os espaços político, jornalístico e acadêmico/universitário, cujas estratégias buscavam apagar as fronteiras que separam estes três universos.

Foi neste momento que o conflito entre “renovadores”, “prestistas” e “centro pragmático” ficou mais acentuado. Com a saída de Prestes em 1980, após a divulgação da “Carta aos Comunistas”, o conflito passa a ser mais diretamente entre os “renovadores” e o “centro pragmático”, finalizando com a saída dos primeiros, entre 1982 e 1983, com a preparação do *VII Congresso* do PCB.

Prestes recebera apoio dos comunistas mais velhos, mas estivera ligado, em especial, a outros três militantes mais jovens que diferenciavam-se dos “renovadores”, em especial, por conta da formação muito centrada no Instituto de Moscou, do vínculo pessoal a Prestes e da permanência de maiores períodos na URSS durante a ditadura militar. O grupo era, portanto, menos dotados de capital cultural e angariava autoridade para intervir politicamente a partir da subordinação à autoridade da figura mítica do “Cavaleiro da Esperança”. Já em relação ao “centro pragmático”, destaca-se uma distinção etária, na medida em que eram, em sua maioria, mais velhos que os “renovadores”. Mas, ainda mais importante, tinham em suas trajetórias experiências de participação no órgão máximo de decisão do partido – o Comitê Central -, da qual os “renovadores” estiveram alijados, com exceção de Armênio Guedes.

Nesta tese, argumentamos que a saída da “corrente” não pode ser compreendida unicamente a partir das divergências programáticas, que opunham diferentes formas de compreensão do marxismo-leninismo e da questão democrática, por exemplo. É necessário compreender as implicações da constituição de um conjunto de atores com um perfil próximo e gozando de certo prestígio intelectual, o que conferia aos mesmos uma relativa autonomia frente à estrutura partidária e possibilitava que o abandono do partido não fosse convertido em ostracismo, mas levasse à permanência da atuação por outros meios, postos que possuíam capitais passíveis de reconversão.

A análise também demonstrou que não só a maior parte destes agentes passou a trabalhar profissionalmente na universidade, mas que foi deste meio que eles passaram a angariar autoridade para permanecer intervindo no mundo, progressivamente deixando de lado o lastro institucional concedido pelo PCB, que era, até então, o que possibilitava a militância

intelectual deles. A análise pormenorizada das trajetórias daqueles que se profissionalizaram na universidade também demonstrou que os que mais se destacaram vieram de famílias abastadas, que possuíam um capital econômico e cultural relativamente altos e cujas configurações familiares forneciam as possibilidades de uma iniciação política e intelectual precoce.

Em suas trajetórias, não há uma clara vinculação a uma mesma disciplina, o que pode ser visto, por exemplo, pelo fato de que parte deles realizou graduação em uma área e pós-graduação em outra. Também foi possível perceber que parte deles pôde “dispensar” o mestrado, indo direto para o doutorado (ou para a livre-docência, no caso de Carlos Nelson Coutinho) e que há uma certa distância em relação à figura do orientador, além de que, para a maior parte deles, o vínculo com a universidade pública aconteceu de forma relativamente tardia (entre 40 e 50 anos de idade).

Mas, é provável que a característica mais marcante em relação às trajetórias destes agentes refira-se à circulação internacional dos mesmos. Estiveram exilados dando continuidade à militância política que vinham fazendo no Brasil. Com isto, adquiriam – ou reforçavam - conhecimentos em relação a idiomas estrangeiros, o que contribuía para diferenciá-los do conjunto dos marxistas que permaneceram no Brasil lendo traduções e interpretações. Também estabeleceram redes de relações pessoais com diversos políticos e intelectuais ligados à esquerda. E, por fim, muitos deles conheceram na prática experiências do “socialismo real” e o funcionamento de outros partidos comunistas, o que contribuiu para que eles angariassem autoridade para criticar tais experiências e para dizer como a esquerda brasileira deveria se portar frente às transformações do mundo.

A circulação internacional e o caráter de suas produções demonstraram que significativa parte da autoridade dos mesmos decorria da condição de mediadores que eles exerciam entre a política brasileira e os intelectuais e experiências europeias. O contato direto com outras experiências comunistas contribuiu bastante para autorizar as suas intervenções aqui no Brasil. Este é um elemento importante para todos os “campos culturais periféricos” (SIGAL, 2012), na medida em que indica a busca, em instâncias externas, da autoridade para intervir no espaço nacional. Mas tem sua relevância acentuada em meio a estas disputas político-partidárias que, cada vez mais, pregavam pela necessidade de pensar caminhos nacionais próprios e pela não submissão irrestrita à autoridade do PCUS.

Além de estarem à margem das elites acadêmicas, eles também não ocuparam postos políticos de destaque – tanto em relação a cargos eletivos quanto administrativos -, permanecendo em posições dominadas, como a assessoria parlamentar (caso de Leandro Konder). Da mesma forma, os documentos consultados também não indicaram a ocupação de

posições na instância máxima do PCB – o Comitê Central. Estas posições, porém, eram propícias ao embate intelectual, o que favoreceu a reconversão dos mesmos para o espaço universitário.

A análise também demonstrou a forte presença, em suas produções intelectuais, da prática da exegese de textos, afinidade com a área do “pensamento político e social brasileiro” e a não especialização temática. Também demonstrou que a reivindicação do marxismo vinha acompanhada da incorporação de diversos autores e da recusa ao “dogmatismo”. E que, apesar das divergências entre as trajetórias, todos eles operaram uma revisão da história do Brasil e do PCB, por meio de produções que estavam no meio do caminho entre a política e a universidade.

Podemos afirmar, assim, que a formação intelectual dos mesmos aconteceu com uma certa autonomia frente à instituição universitária. Isto fez com que a maior parte deles permanecessem à margem das elites universitárias, mas, de todo modo, a afirmação do vínculo institucional com a universidade contribuiu para dar ares de consagração acadêmica às suas produções e intervenções anteriores. Como afirmamos no decorrer da tese, se antes a participação dos mesmos na “batalha das ideias” era feita a partir do PCB, ela foi cada vez mais passando a ser feita prioritariamente *no* espaço universitário e *a partir* dele.

Desta forma, apesar das adaptações, puderam permanecer atuando política e intelectualmente, convertendo-se, cada vez mais, em intelectuais universitários. Assim, as habilidades e conhecimentos adquiridos na militância no PCB – como o conhecimento de diversos autores, o uso da palavra falada e escrita, experiência com editoração de periódicos – puderam ser reconvertidos para a atuação no meio universitário, o que foi favorecido pela conjuntura da década de 1980, marcada por uma intensa reconfiguração das condições de atuação política e intelectual.

Entre os “renovadores” universitários, Luiz Werneck Vianna foi o que obteve maior prestígio acadêmico, mas sua trajetória também não se confunde plenamente com as da elite das Ciências Sociais. Filho da elite carioca, ele cursa direito e, posteriormente, ciências sociais. Sua trajetória é marcada pelo vínculo a diversas instituições políticas e culturais, como o CPC, o ISEB, o CEBRAP e o CEDEC. O contato com estas instituições aconteceu mediante um intenso trânsito entre Rio de Janeiro e São Paulo, traçando diversos vínculos com políticos e intelectuais dos dois estados e em contato com formas distintas de exercício intelectual. Mas houve, por parte dele, uma maior identificação com São Paulo. Vianna faz o doutorado na USP, com bolsa da FAPESP e orientado por Francisco Weffort, com quem manteve constantes diálogos. Cabe frisar que, entre os “renovadores” aqui estudados, Vianna foi o que manteve um vínculo mais próximo ao orientador.

Diferentemente dos demais, não esteve exilado na Europa, mas passou um período no Chile, fez curso para formação de quadros em Moscou e realizou um pós-doutorado na Itália. Ainda na década de 1970, Vianna conclui seu doutorado e publica sua tese em livro. Durante o doutorado, Vianna participa da construção do programa do MDB de 1974, ao lado de seu orientador e outros intelectuais de relevo. Após o doutorado, Vianna ministra aulas em diversas universidades – passando pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Em 1983 Vianna publicava um novo livro, como parte das disputas internas ao PCB, e dá início, em conjunto com outros intelectuais, à *Revista Presença*, da qual ele foi o principal articulador. Em 1986, já fora do “partidão”, disputa uma eleição para deputado federal, publica um novo livro e *Presença* é transferida de São Paulo para o Rio de Janeiro. Este momento pode ser visto como um ponto de inflexão em sua trajetória, em que o intento de conjugar atuação intelectual e militância política vai sendo deixado de lado em prol da carreira universitária. Tal qual outros cientistas sociais, Vianna transita entre a ciência política e a sociologia, mas vai se afirmando com a identificação de sociólogo, professor e pesquisador universitário.

A *Revista Presença*, por sua vez, faz um caminho semelhante ao de Vianna, sofrendo com as tensões da tentativa de não “separar a reflexão do seu laboratório” (CASTRO; OLIVEIRA, 2005, p. 188). Mas, diferentemente de Vianna, a revista não se adapta às novas exigências do meio, finalizando suas atividades em 1992, ano em que o PCB se transforma em PPS.

Carlos Nelson Coutinho, por outro lado, também vem de família de elite, mas nasce na Bahia, mudando-se para o Rio de Janeiro posteriormente. Ainda na Bahia, passa pelo curso de Direito, mas não chega a se formar, graduando-se posteriormente em filosofia pela Universidade Federal da Bahia, em 1965. Mesmo antes de ir para o exílio na Europa, Coutinho já despontava como um importante intérprete de autores marxistas, tendo feito traduções e escrito orelhas de livros, dentre outros.

Ele chega à Itália já conhecendo o idioma local e com publicações sobre o comunista italiano que veio a ser sua principal referência intelectual – Gramsci. Em seu exílio entre a França, Portugal e Itália, Coutinho tem contato com as discussões do chamado “eurocomunismo” e conhece de perto as experiências dos partidos comunistas destes países. A partir de tais influências e muito marcado pelas disputas internas ao PCB, Coutinho escreve o ensaio, publicado em 1979, com o título de *A Democracia como Valor Universal*.

O ensaio foi um marco no pensamento da esquerda brasileira e firmara-se como o principal ponto de referência daqueles identificados como “renovadores”. O “sucesso” do ensaio foi acompanhado pela proliferação de diversas críticas e leituras distintas sobre o seu

significado, que Coutinho passou a responder, ocasiões em que ele tomava posição frente às divergências, explicitava a sua interpretação dos pontos mais polêmicos e anexava novos elementos, em que podemos ver uma maior aproximação à Gramsci e crítica à Lênin, bem como o acentuamento das críticas ao PCB.

Neste meio tempo, Coutinho inicia um doutorado, mas não o finaliza pois recebe o título de livre-docência em Política Social pela UFRJ, em 1988, e assume o cargo de professor na mesma instituição. No mesmo período, ele se filia ao Partido dos Trabalhadores (PT), com o intuito autodeclarado de levar ao partido a mesma discussão que propusera em seu ensaio, quando ainda era um militante do PCB.

Desta forma, os capítulos destinados a analisar minuciosamente as duas trajetórias que mais se destacaram entre os “renovadores” demonstram formas distintas de se relacionar com o espaço intelectual. Mas as duas reafirmam um mesmo movimento: exercer uma atuação intelectual passou, cada vez mais, a ser um ofício vinculado à universidade.

Tanto a tese de Vianna quanto o ensaio de Coutinho foram obras que marcaram decisivamente as suas trajetórias. As duas obras continham uma proposta política em que estava implicada uma tomada de posição dentro do pensamento marxista, a defesa das instituições da democracia formal e a defesa da construção de alianças com os liberais para combater a ditadura militar em voga. Mas, enquanto o ensaio é publicado pela *Encontros com a Civilização Brasileira* (revista arquitetada pelo também comunista Ênio Silveira e que tivera uma expressão inferior à sua antecessora, a revista *Civilização Brasileira*) a tese de Vianna vem à tona como o produto de uma pesquisa de doutorado feita na USP, sob orientação de um cientista político de renome. Estes marcos em suas trajetórias são primordiais para a compreensão das aproximações e, em especial, dos distanciamentos entre as duas trajetórias.

Esta análise poderia ser levada adiante. Cito três elementos que ficaram parcialmente descobertos e que podem ser lidos como eixos de uma agenda para pesquisas futuras. Um primeiro elemento para dar continuidade seria o recurso a outras fontes, que trouxessem à tona mais aspectos sobre os anos de formação, sobre o período inicial de suas vidas no universo político e intelectual e sobre as redes de sociabilidade. Deste modo, poder-se-ia apreender com maior acuidade os elementos que distinguem os agentes, as redes de relações pessoais que uniam intelectuais paulistas e cariocas e o trânsito de intelectuais entre Rio de Janeiro e São Paulo. Dado que esta tese ficou relativamente presa a documentos produzidos pelos próprios agentes – como entrevistas e o Currículo Lattes -, alguns aspectos importantes (como, por exemplo, as primeiras publicações e as relações afetivas e matrimoniais) nem sempre puderam ser incorporados.

Uma segunda lacuna refere-se à análise das obras destes intelectuais. Partimos do pressuposto teórico-metodológico de que é um erro separar a trajetória do agente das suas tomadas de posição, das quais os livros, artigos, entrevistas, e demais textos são parte. Afinal, a produção de todo e qualquer documento se dá dentro de determinadas condições sociais e a partir de uma determinada posição no mundo. E, ao mesmo tempo, também seria um erro entender as obras como reflexos mecânicos do “contexto”. Porém, cabe destacar que a ênfase dada nesta tese foi às trajetórias, em detrimento do conteúdo das obras. Dentro desta perspectiva, um aspecto que pode ser ressaltado em pesquisas futuras refere-se à análise dos nexos entre as obras e as posições políticas ocupadas, o que aqui foi apenas esboçado. Também seria de grande valia aprofundar a análise do modo como estes intelectuais relacionaram marxismo, liberalismo e democracia, o que está diretamente vinculado ao modo como eles liam a realidade e orientavam suas ações políticas. Ainda dentro desta perspectiva de análise das obras, caberia a apreensão de como estes intelectuais importaram autores estrangeiros, com suas traduções, seleções e anexações de sentido por meio de prefácios, orelhas etc. – enfim, uma análise das trocas simbólicas que envolvem a circulação de autores e ideias.

Um terceiro eixo que pode ser destacado refere-se à continuidade da comparação entre as trajetórias destes agentes com o de outros intelectuais, em especial no que tange a outras configurações nacionais e outros contextos. Como comentamos ao longo da tese, o afastamento de intelectuais de Partidos Comunistas foi um fenômeno que ocorreu em diversos países, no mesmo período ou num período próximo à saída dos agentes aqui analisados. E, também, em outros contextos, como o período posterior à divulgação do Relatório Krushev.

Cabe frisar, por fim, que esta história não teve um ponto final. As disputas e processos aqui analisados extrapolaram o período englobado nesta tese, permanecendo até os dias atuais. Elas contribuíram para moldar o que entendemos por democracia, com a condenação de certas posturas e valorização de outras. E, na medida em que os agentes aqui estudados estavam imersos em disputas para definir o que seria um intelectual, também contribuíram para moldar o nosso entendimento acerca das tarefas e missões de alguém que se arvora desta condição.

No que tange aos debates propostos por Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, podemos apreender a sua vivacidade no período recente a partir da comparação entre o artigo de Marco Aurélio Nogueira (2013) publicado na *Revista Lua Nova*, um ano após a morte de Coutinho, e o artigo de João Quartim de Moraes (2001), publicado na revista *Crítica Marxista* e sugestivamente intitulado *Contra a canonização da democracia*. Enquanto o texto de Nogueira é explicitamente uma homenagem a Coutinho, Moraes o acusa – e a todos os adeptos à “democracia como valor universal” - de “canonizar” a democracia. Os argumentos opostos se

vinculam a trajetórias e posições institucionais distintas, que não cabe analisar neste espaço. Da mesma forma, poderíamos adicionar como exemplos as homenagens a Luiz Werneck Vianna publicadas em livro (BARBOZA, PERLATTO, 2012; SALES, 2018), que não são apenas ocasiões de análises de suas contribuições científicas, mas atualizações de suas propostas políticas e formas de pautar como deve agir um intelectual.

Cabe o registro, portanto, de que a presente tese almeja, além da compreensão de certos fenômenos do espaço intelectual brasileiro das décadas de 1970 e 1980, trazer contribuições para que nós, cientistas sociais, possamos efetuar uma análise reflexiva, que também se volte para o nosso próprio trabalho, possibilitando conhecer os constrangimentos que agem sobre nossa atuação.

Bibliografia

- ABREU, A. A. Introdução. In: ABREU, A. A. (.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ACSELRAD, H. **Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.
- ALMEIDA, A. W. B. D. **Jorge Amado: política e literatura: um estudo sobre a trajetória intelectuais de Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- ALMEIDA, M. H. T. D. **Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política**. São Paulo: Sumaré, 1992.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nation**. Newsbury Park, California: Sage Publication, 1989 [1963].
- ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.
- ARAÚJO, A. P. M. D. **Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória**. Dissertação de Mestrado: UNESP, 2012.
- ARRUDA, M. A. D. N. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'. In: ARRUDA, M. A. N. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, v. 2, 1995.
- BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. Por uma sociologia dos intelectuais, Rio de Janeiro, v. 53, 2010.
- BIANCHI, Á. O Brasil dos gramscianos. **Crítica Marxista**, v. 43, 2016.
- BOLTANSKI, L. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue Française de sociologie**, 1973.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, P. Por uma ciência das obras. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. As condições sociais da circulação internacional das ideias. **Enfoques - Revista Eletrônica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2002.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FIGUEIREDO, J.; FERREIRA, M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.

BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista - 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAZ, M. "A democracia como valor universal": um clássico da esquerda no Brasil. In: BRAZ, M. (.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRITO, J.; COELHO, T.; LOBO, HELOÍSA. Entrevista com o professor José Augusto Rodrigues: Intelectuais, política e Ciências Sociais no Brasil - uma homenagem ao professor Antonio Carlos Peixoto. **Revista Intratextos**, v. 4, n. 1, 2013.

BURGOS, M. B. Cientistas Sociais da geração dos anos de 1980. In: BARBOZA FILHO, R.; PERLATTO, F. **Uma sociologia indignada**: diálogos com Luiz Werneck Vianna. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

CAPISTRANO FILHO, D.; SANTOS, U. D. P.; ALTMAN, B. **Há o que fazer**: a esquerda na Nova República. São Paulo: hucitec, 1986.

CARVALHO, M. A. R. Aos leitores. **Presença - Revista de Política e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 16, Abril 1991.

CARVALHO, M. A. R. Breve história do 'comunismo democrático' no Brasil. In: FERREIRA, J.; AARÃO REIS, D. **Revolução e Democracia (1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, M. A. R. D. Aos leitores. **Presença - revista de política e cultura**, Rio de Janeiro, n. 18, Junho 1992.

CARVALHO, M. A. R. D. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, 2007.

CARVALHO, M. A. R. D. Textos, contextos e um Brasil. In: BARBOZA FILHO, R.; PERLATTO, F. **Uma sociologia indignada**: diálogos com Luiz Werneck Vianna. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

CHARLE, C. Eric Hobsbawm, perspectivas em descompasso. In: CHARLE, C. **Homo Historicus**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CHARLE, C. **Homo Historicus**: reflexões sobre a história, os historiadores e as ciências sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: FGV, 2018.

COELHO, S. D. C. T. **Gildo Marçal Brandão**: itinerários intelectuais. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

COSTA, I. C. Uma rede prestista: diversos fios dos 'filhos' da Carta aos Comunistas no PDT. **Perseu Abramo**, 7, 2013.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 9, 1979.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

COUTINHO, C. N. Exposição. In: GARCIA, M. A. **As Esquerdas e a Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

COUTINHO, C. N. **Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, C. N. **Democracia e Socialismo**: questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

COUTINHO, C. N. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, G. G. Um cientista político na periferia do capitalismo: Ciência Política, o PCB e o Pensamento Político Brasileiro em Gildo Marçal Brandão. **Tese (Doutorado em Ciência Política)**, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

COUTO, C. P. D. P. 'Encontros com a civilização brasileira' (1978-1982): resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia. **Dimensões**, 2012.

DAHL, R. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DUNN, J. **A história da democracia**: um ensaio sobre a liberação do povo. São Paulo: Editora da UNIFESP, 2016.

ELIAS, N. Scientific establishments. In: ELIAS, N.; MARTINS, E.; WHITLEY, R. **Scientific Establishments and Hierarquies**. Dordrecht: D. Rieder, 1982.

ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FARIA, L. D. C. **Oliveira Vianna. De Saquarema à Alemada São Boaventura, 41 - Niterói**: o autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro: Relumé Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

FELIPE, K. **A crítica do marxismo em José Guilherme Merquios**. Anais do X Encontro da ABCP. Minas Gerais: [s.n.]. 2016.

FERREIRA, J. *Novos Rumos*: jornal do Partido Comunista Brasileiro. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 19, n.02, p. 205-224, 2013.

FORJAZ, M. S. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985). **BIB**, 1989.

- GALUCIO, A. L. X. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política. Tese de doutorado*, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- GARCIA, M. A. *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GENRO, A. A democracia como valor operário e popular (resposta a Carlos Nelson Coutinho). *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1979.
- GÓES, C. Gramsci e a dialética da tradução na América Latina: o caso das revistas *Pasado y Presente* e *Presença*. **Tese (Doutorado)**, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.
- GROPPO, B. Biografias e autobiografias como fontes para a história do comunismo. Os trabalhos de biografia coletiva após a abertura dos arquivos do Comintern. **Revista Contemporânea**, n. 2, 2012.
- GRYNZSPAN, M. Por uma sociologia histórica da recepção e da circulação de textos: Robert Michels e a sociologia dos partidos políticos nos Estados Unidos. **Revista de Sociologia e Política**, 2012.
- GUEDES, A. Apresentação. **Presença - Revista de política e cultura**, v. 1, 1983.
- GUILHOT, N. **The democracy makers: Human Rights and the politics of global order**. New York: Columbia University Press, 2005.
- HERMETO, M. O prefácio de Gota d'Água: as bases de um projeto cultural de. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, 2012.
- HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.
- HILDEBRANDO, L. **Crônicas subversivas de um cientista**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.
- HOBBSAWM, E. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- KEINERT, F. C. **Cientistas sociais entre a ciência e a política**. Tese (doutorado): Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2011.
- KEINERT, F. C.; SILVA, D. P. A gênese da ciência política no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n. 1, 2010.
- KLUGER, E. Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaços dos economistas no Brasil. **Tese (Doutorado em Sociologia)**, Universidade de São Paulo, 2017.
- KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- KONDER, L. O 'currículo mortis' e a reabilitação da autocrítica. **Presença - Revista de política e cultura**, São Paulo, n. 1, 1983.

KONDER, L. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KONDER, L. **Memórias de um intelectual comunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cad. AEL**, v. 8, n. 14/15, 2001.

LAHUERTA, M. **Elitismo, autonomia, populismo - os intelectuais na transição dos anos 1940**. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultura, 2014.

LEMOS, R. C. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Tempos Históricos**, v. 18, 2014.

LUCCA-SILVEIRA, M. P. D. Intelectuais e a questão da democracia no Brasil: um estudo a partir da Revista Presença. **Dissertação (Mestrado)**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2012.

LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 9, 2016.

LYNCH, C. E. C. Entre a “Velha” e a “Nova” Ciência Política: Continuidade e Renovação Acadêmica na Primeira. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, 2017.

MAGRI, L. O alfaiate de Ulm: uma possível história do Partido Comunista Italiano. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAIA, J. M. E. Lendo Gramsci e Lênin na periferia: a obra de Luiz Werneck Vianna e a sociologia apolítica no Brasil e no mundo. In: BARBOZA FILHO, R.; PERLATTO, F. **Uma sociologia indignada**: diálogos com Luiz Werneck Vianna. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

MALIN, M. Armênio Guedes - um comunista singular. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2018.

MARCELINO, G. H. Seminário Marx - um capítulo brasileiro do marxismo ocidental? **Leviathan | Cadernos de pesquisa política**, São Paulo, v. 15, 2017.

MATONTI, F. Les "garde-fous". Trajectoires biographiques et obéissance politique: l'exemple du groupe dirigeant de La Nouvelle Critique (1967-1980). **Le mouvement social: de l'usage de la biographie**, Bulletin trimestriel de l'Institut français d'histoire sociale, Paris, 1999. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5751688s>> acessado em 09/01/2020>.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. O capital militante. Uma tentativa de definição. **Plural**, São Paulo, v. 13, 2006.

MAUÉS, F. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

- MAZZEO, A. C. **Sinfonia inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. Marília: UNESP; Boitempo, 1999.
- MERQUIOR, J. G. **As ideias e as formas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- MICELI, S. **A desilusão americana**: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.
- MICELI, S. A aposta numa comunidade científica emergente. In: MICELI, S. **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1993.
- MICELI, S. **A história das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, v. 2, 1995.
- MICELI, S. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: _____ **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, v. 1, 2001.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, S. Intelectuais e classe dirigente no Brasil. In: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, S. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, v. 1, 2001.
- MONDAINI, M. Há trinta anos, o eurocomunismo. **Gramsci e o Brasil**, 2006. Disponível em: <<https://www.acesa.com/gramsci/?id=535&page=visualizar>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- MORAES, D. D.; VIANA, F. **Prestes**: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Intervezes, 1982.
- MORAES, J. Q. D. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, 2001.
- MOTTA, R. P. O MDB e os Intelectuais. **Varia História**, Belo Horizonte, 1993.
- NAPOLITANO, M. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e a questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, 2014.
- NETTO, J. P. **Marxismo impenitente - contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.
- NEVES, V. Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho. **Tese (Doutorado)**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2016.
- NEVEU, É. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2006.
- NOGUEIRA, M. A. Comunistas, comunismo: o desafio da renovação. **Presença - revista de Política e Cultura**, São Paulo, n. 1, Novembro 1983.

- NOGUEIRA, M. A. Socialismo e democracia no marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). **Lua Nova**, São Paulo, 2013.
- PANDOLFI, D. **Camaradas e companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PANDOLFI, D. A trajetória de Luiz Carlos Prestes. In: FERREIRA, J. A. R. D. **Revolução e Democracia (1964-.)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PECÁUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PERLATTO, F. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica em tempos difíceis. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2014.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, M. Memória e Identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- POLLAK, M. Paul F. Lazarsfeld: fundador de uma multinacional científica. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 38, 2018.
- PRESTES, A. **Viver é tomar partido**: memórias. Ebook: Boitempo Editorial, 2019.
- PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes**: o combate por um partido revolucionário (1958-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- RAMOS, C. A. **A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.
- REIS FILHO, D. A. **Luís Carlos Prestes**: Um revolucionário entre dois mundos. eBook Kindle: Companhia das Letras, 2014.
- REIS, F. W. Huis clos no Chile e ciência política no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. S. **A Ciência Política no Brasil**: 1960-2015. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- RIBEIRO, I. D. O. **Agricultura, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.
- RODRIGUES, L. M. PCB: dirigentes e organização. In: FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 10, 1978.

RODRIGUES, L. S. A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978), Tese de Doutorado (História). São Paulo: FFLCH, USP, 2011.

RODRIGUES, L. S. O que um hit-parede tem a dizer. **Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, Belo Horizonte, 2016.

RODRIGUES, L. S. Poder, sexo e línguas entre marxistas brasileiros. **REPOCS**, v. 15, n. 31, 2019.

ROSS, G.; JENSON, J. França - triunfo e tragédia. In: ANDERSON, P.; CAMILLER, P. **Um mapa da esquerda na Europa ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ROXO, M. A identidade profissional à esquerda: as relações entre jornalismo e comunismo no Brasil. In: ROXO, M.; SACRAMENTO, I. **Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012. p. 368.

RUBIM, A. A. C. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, J. Q. **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. Campina, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAINT MARTIN, M. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **Revista Tomo**, São Cristóvão-SE, v. 13, 2008.

SALES, P. M. **Diálogos gramscianos sobre o Brasil atual** / entrevistas com Luiz Werneck Vianna. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira / Verbena Editora, 2019]8.

SANTOS, R. **O pecebismo inconcluso: escritos sobre ideias políticas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro/Ed. Universidade Rural, 1994.

SANTOS, R. **Agraristas políticos brasileiros**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2007.

SANTOS, R. **O marxismo político de Armênio Guedes**. Brasília-DF: Fundação Astrogildo Pereira, Contraponto, 2012.

SAPIRO, G. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Cientais Sociais**, São Luís: EDUFMA, v. 9, n. 17, 2012.

SALES, J. R. O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo real. **Revista Brasileira de História**, vol. 28, Nº 56, 2008.

SALES, J. R. Partido Comunista do Brasil – definições ideológicas e trajetória política. In.: RIDENTI, M. AARÃO REIS, D. (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil – Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SIGAL, S. Intelectuais, política e cultura na Argentina. **Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS**, São Luís, 2012.

SIGAUD, L. Doxa e crença enter os antropólogos. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, 2007.

- SILVA, F. P. **Utopia Dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)**. Dissertação (mestrado) – UFRJ / IFCS: Programa de Pós-graduação em História, 2005.
- SILVA, M. F. Condições sociais de produção e circulação de um “clássico da esquerda”: uma análise de A Democracia como Valor Universal, de Carlos Nelson Coutinho. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 53, n. 1, mar./jun. 2022.
- SORJ, B. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SOUSA, L. O. D.; COSTA, M.; JOFFILY, M. Verbete: Aloysio Nunes Ferreira. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**, Rio de Janeiro, n. 2, FGV, 2001.
- SOUZA, C. V. **Repórteres e Reportagens no Jornalismo Brasileiro**. [S.l.]: FGV, 2010.
- STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, 2011.
- TAFARELLO, P. M. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do "socialismo real"**. Marília, São Paulo: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2009.
- TAUIL, R. Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort. **Tese de Doutorado**, Universidade de São Carlos, 2017.
- VAIA, S. **Armênio Guedes: sereno guerreiro da liberdade**. São Paulo: Barcarolla, 2013.
- VARGAS, H. M. Sem perder a majestade: "profissões imperiais" no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, 2010.
- VERBETE: Ivan Ramos Ribeiro. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**, n. 2, FGV, 2001.
- VIANNA, L. J. W. Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. In: VIANNA, L. J. W. **A transição: da constituinte à sucessão presidencial**. Rio de Janeiro: Revan, 1989.
- VIANNA, L. J. W. Luiz Jorge Werneck Vianna (depoimento, 2012). **Rio de Janeiro**, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE; IIAM, 2013.
- VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, L. W. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: CERIFA, 1983.
- VIANNA, L. W. Problemas de política e organização dos intelectuais. **Presença - Revista de Política e Cultura**, São Paulo, n. 1, Novembro 1983.
- VIANNA, L. W. **Travessia - da abertura à constituinte**. Rio de Janeiro: Livraria Tauros Editora, 1986.

VIANNA, L. W. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: VIANNA, L. W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 242.

VIEIRA, L. R. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, 1996.

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

WILLIAMS, R. A fração Bloomsbury. **Plural**, v. 6, 1999.

Entrevistas citadas:

ARAÚJO, G.; LYNCH, C.; ROUCHOU, J.; HERCULANO, A. Luiz Werneck Vianna – entrevista. Fundação Casa de Rui Barbosa, **Escritos IV**, ano 4, nº 4, 2010.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Entrevista com Werneck Vianna. In.: **Especial para Gramsci e o Brasil**, 2008. Disponível em.: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1001> Acessado em: 22/05/2019

CASTRO, C.; OLIVEIRA, L. Entrevista com Luiz Werneck Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Nº 35, 2005.

LOUREIRO, M. R.; BASTOS, E. R. Entrevista com Ricardo Antunes. In.: LOUREIRO, M. R.; BASTOS, E. R.; REGO, J. M. R. Conversas com sociólogos brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico no Brasil. **Relatório de Pesquisa**, FGV-EAESP/GVPESQUISA, 2008.

REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira. Elisa Maria da Conceição Pereira Reis II (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 51min).

SILVA, M. F. Entrevista com Marco Aurélio Nogueira: Intelectuais e comunistas no Brasil da redemocratização. **Agenda Política**, v. 9, n. 1, 2021b.

SILVA, M. F. Entrevista com Milton Lahuerta: Intelectuais e comunistas no Brasil da redemocratização. **Agenda Política**, v. 9, n. 1, 2021a.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. **Luiz Jorge Werneck Vianna (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. Entrevista. In.: BASTOS, Elide Rugai. et al. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, p. 219-250, 2006.

ANEXO 1 - BIOGRAFIAS, AUTOBIOGRAFIAS E ENTREVISTAS BIOGRÁFICAS²⁴⁵

Biografias e autobiografias:

SANTOS, R. **O marxismo político de Armênio Guedes**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2012.

MALIN, M. **Armênio Guedes: um comunista singular**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2018.

VAIA, S. **Armênio Guedes: sereno guerreiro da liberdade**. São Paulo. Editora Barcarolla, 2013.

KONDER, L. **Memórias de um intelectual comunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Entrevistas:

Carlos Nelson Coutinho:

COUTINHO, C. N. Entrevista. In.: NOBRE, M. e REGO, J. (Orgs.). **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MORAES, D. Intelectuais, luta política e esquerda: conversações com Carlos Nelson Coutinho. In.: **Blog da Boitempo**, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/09/intelectuais-luta-politica-e-esquerda-conversacoes-com-carlos-nelson-coutinho/>

REVISTA CULT. Entrevista com Carlos Nelson Coutinho, S/d. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-com-carlos-nelson-coutinho/> Acessado em: 22/05/2019.

SIMIONATTO, I. Carlos Nelson Coutinho: um intérprete marxista e democrata da realidade brasileira. **Em tese**, v. 9, 2012.

JOSÉ, E.; LEITE, J. C. Entrevista: Carlos Nelson Coutinho. **Revista Teoria & Debate**, N. 51, 2002.

Leandro Konder:

AUSTREGÉSILO, C. Entrevista com Leandro Konder. **Blog Algo a dizer**, 2007. Disponível em: <https://www.algoadizer.com.br/edicoes/materia.php?MaterialID=33> Acessado em: 10/08/2019

KUSHNIR, B. Leandro Konder (1936-2014): um homem do século XIX. **Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro**. n.9, 2015.

LEITE, J. C. Faleceu em 12/11/2014 um dos propagandistas do marxismo no Brasil, filósofo e conselheiro da Fundação Perseu Abramo em 2000. Leia entrevista concedida

245 Listagem parcial dos documentos encontrados contendo informações biográficas sobre Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, que são os três agentes em que há maior disponibilidade de materiais disponíveis.

em 1999. In.: **Revista Teoria e Debate**. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1999/05/01/leandro-konder/> Acessado em 12/08/2019

ROCHA, P. Leandro Konder: O discreto charme do marxismo. **Pesquisa FAPESP**, 2002. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2002/12/01/odiscreto-charme-do-marxismo/>)

SADER, E.; PINASSI, M. O. Entrevista Leandro Konder. **Revista Margem Esquerda**, Boitempo Editorial, 2005.

KONDER, L. Entrevista. In.: NOBRE, M. e REGO, J. (Orgs.). **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2000.

Luiz Werneck Vianna:

ARAÚJO, C. Werneck Vianna: um clássico moderno. In.: **Política democrática & Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1127> Acessado em: 22/05/2019.

ARAÚJO, G.; LYNCH, C.; ROUCHOU, J.; HERCULANO, A. Luiz Werneck Vianna – entrevista. Fundação Casa de Rui Barbosa, **Escritos IV**, ano 4, nº 4, 2010.

CARVALHO, M. A. R. Entrevista com Werneck Vianna. In.: **Especial para Gramsci e o Brasil**. Disponível em.: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1001> Acessado em: 22/05/2019

CASTRO, C.; OLIVEIRA, L. Entrevista com Luiz Werneck Vianna. **Estudos Históricos**, 35, 2005.

VIANNA, L. W. Entrevista. In.: BASTOS, E. R. et al. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, p. 219-250, 2006.

Outros:

ARIOZA, M. SOUZA, L. O. CECHINE, S. Verbete Milton Temer. In: ABREU, A. BELOCH, I. LATTMAN-WELTAN, F. & LAMARÃO, S. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001

NOGUEIRA, M. A. Biografia. s/d. Disponível em: <https://marcoanogueira.pro/biografia/> Acessado em: 02/06/2019

SOUSA, L. O. COSTA, M. JOFFILY, M. Verbete Aloísio Nunes. In: In: ABREU, A. BELOCH, I. LATTMAN-WELTAN, F. & LAMARÃO, S. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ANEXO 2 - QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO À “CORRENTE RENOVADORA”

Nome ²⁴⁶	Indicação de pertencimento à “Corrente Renovadora”	Indicação de pertencimento a “Assessoria/Grupo de Paris”	Indicação de pertencimento à Corrente Renovadora em trabalhos acadêmicos	Outros
Armênio Guedes	Santos (1994, p. 38)	Malin (2018, p. 316);	Napolitano (2014, p. 45); Tafarello (2009, p. 55); Lucca-Silveira (2012, p. 10); Castro (2013);	Diretor do Comitê de Redação do jornal Voz Operária no exílio (VAIA, 2013, p. 126);
Carlos Nelson Coutinho	Santos (1994, p. 38)	Malin (2018, p. 316);	Napolitano (2014, p. 45); Tafarello (2009, p. 55); Lucca-Silveira (2012, p. 10); Castro (2013);	Comitê de Redação do jornal Voz Operária no exílio, sob a direção de A. Guedes (VAIA, 2013, p. 126);
Leandro Konder	Santos (1994, p. 38)	Malin (2018, p. 316);	Napolitano (2014, p. 45); Tafarello (2009, p. 55); Lucca-Silveira (2012, p. 10); Castro (2013);	Comitê de Redação do jornal Voz Operária no exílio, sob a direção de A. Guedes (VAIA, 2013, p. 126);
Luiz Werneck Vianna	Santos (1994, p. 38)		Napolitano (2014, p. 45); Tafarello (2009, p. 55); Lucca-Silveira (2012, p. 10); Castro (2013);	Autoidentificação com o "grupo da democracia como caminho universal, para o socialismo" (VIANNA, 2013, p. 31);
Milton Temer		Malin (2018, p. 316);	Castro (2013);	Comitê de Redação do jornal Voz Operária no exílio, sob a direção de A. Guedes (VAIA, 2013, p. 126);
Ivan de Otero Ribeiro	Santos (1994, p. 38)	Malin (2018, p. 316);	Tafarello (2009, p. 55); Lucca-Silveira (2012, p. 10);	Konder (2008, p. 101) qualifica-o como "o quarto elemento da nossa 'quadrilha'" - ao lado de Ivan de Otero Ribeiro e Carlos Nelson Coutinho. Comitê de Redação do jornal Voz Operária no exílio, sob a direção de A. Guedes (VAIA, 2013, p. 126);

²⁴⁶ As linhas sombreadas em cinza indicam os agentes inclusos no *corpus* empírico.

				Konder (2008, p. 101) qualifica-o como "o quarto elemento da nossa 'quadrilha'" - ao lado de Milton Temer e Carlos Nelson Coutinho.
Antônio Carlos Peixoto		Malin (2018, p. 316);		Comitê de Redação do jornal Voz Operária no exílio, sob a direção de A. Guedes (VAIA, 2013, p. 126); Entrevista dada pelo professor José Augusto Rodrigues em homenagem a Antônio Peixoto indica o alinhamento a "intelectuais comunistas como L. W. Vianna e C. N. Coutinho" (BRITO, et all, 2013)
Aloysio Nunes Ferreira	Santos (1994, p. 38)	Malin (2018, p. 316);	Napolitano (2014, p. 45); Tafarello (2009, p. 55);	Comitê de Redação do jornal Voz Operária no exílio, sob a direção de A. Guedes (VAIA, 2013, p. 126);
Mauro Malin	Santos (1994, p. 38);	Malin (2018, p. 316);	Tafarello (2009, p. 55);	Comitê de Redação do jornal Voz Operária no exílio, sob a direção de A. Guedes (VAIA, 2013, p. 126); autor de biografia sobre Armênio Guedes.
Marco Aurélio Nogueira	Santos (1994, p. 38)		Tafarello (2009, p. 55); Lucca-Silveira (2012, p. 10); Castro (2013);	Autoidentificação enquanto "eurocomunista" ²⁴⁷
Luiz Hildebrando		Malin (2018, p. 316);		Autoidentificação como "discípulo" de Armênio Guedes no exílio (entrevista

247 <https://marcoanogueira.pro/o-pcb-e-o-jornal-voz-da-unidade/>

				no programa Roda Viva);
Zuleika Alambert		Malin (2018, p. 316);		Comitê de Redação do jornal Voz Operária no exílio, sob a direção de A. Guedes (VAIA, 2013, p. 126);
Raimundo Santos	Santos (1994, p. 43);			
Leo Lince	Santos (1994, p. 38);		Tafarello (2009, p. 55);	
Maria Lúcia T. Vianna	Santos (1994, p. 38);			
Luiz Sérgio Henriques	Santos (1994, p. 38);		Tafarello (2009, p. 55);	
Nemésio Sales	Santos (1994, p. 38);		Tafarello (2009, p. 55);	
Milton Freitas	Santos (1994, p. 38);		Tafarello (2009, p. 55);	

Fonte: construção própria a partir de diversas fontes;

ANEXO 4 - REVISTA *ÉTUDES BRESILIENNES*

Nº e data de publicação	Título do texto	Autor²⁴⁸	Classificação do texto
N 0; Ano 1; Setembro de 1974	Pour une recherche engagée de la réalité du Brésil	Dominique Lahalle	Apresentação
	Diz années de lutte contre la dictature	Simão Bonjardim (Renato Guimarães ²⁴⁹)	Artigo
	L'expansionnisme brésilien	Antonio Romeiro	Artigo
	Origines historiques du marxismo au Brasil;	Lair Cordeiro (pseudônimo de Leandro Konder)	Artigo
	Formation du parti communiste brésilien;	Arthur Gonçalves	Artigo
	L'évènement - 50 Ans de la 'colune prestes'		Evento
	Conjuncture économique		Notícias (actualité en bref)
	Scientifiques s'inquiètent du futur du pays;		Notícias (actualité en bref)
	La répression continue		Notícias (actualité en bref)
	Épidémie de méningite		Notícias (actualité en bref)
	N. W. Sodré: radiographie d'un modèle		Resenhas (Livres et revues)
	Résolution de novembre de 1973 du Comité Central du PCB;	CC do PCB	Documentos oficiais
N 01; Ano 1; Janeiro de 1975;	Les élections de novembre 1974 et le moment politique		Editorial
	Diz ans de progrès réactionnaire de l'économie	Fabício Conceição	Artigo

²⁴⁸ Os espaços vazios referem-se aos textos em que não há autoria declarada no sumário.

²⁴⁹ Informação disponível na dissertação de Fabiano Godinho Faria:

https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_FARIA_Fabiano_Godinho-S.pdf

Le controle de mass-média au Brésil;	Fernando Perrone	Artigo
Culture et ideologie;	Guilherme Marques	Artigo
Le 'miracle' echappe-t-il a la crise du monde capitaliste;	Georges Fournial	Artigo
Les scientifiques brésiliens et leur société;	Michel Paty	Rapports et témoignages (Relatório e testemunho)
Insurrection nationale liberatrice de 1935;		L`événement (evento)
1974: nette reprise du mouvement ouvrier;		Actualité en bref (notícias)
15 de novembre de 1974: défaite électorale de la dictature;		Actualité en bref (notícias)
Programme politique du mdb;		Actualité en bref (notícias)
La situation de la santé a São Paulo		Actualité en bref (notícias)
Répression: dirigeants communistes disparus		Actualité en bref (notícias)
Livres et revues	Várias resenhas; entre elas, de Realismo e Anti-Realismo	Resenhas
Proclamation de Luis Carlos Prestes au peuple brésilien (29 octobre 1974)	L. C. Prestes	Documentos
Le MDB face a la conjoncture politique électorale		
N 02; Ano 1; Julho de 1975;		
Luttes populaires et conjoncture politique au Brésil;		Editorial

Notes sur l'agriculture et le capitalisme au Brésil, par Claudio Barros;	Claudio Barros ²⁵⁰	Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
La structure des classes de la société brésiliennes;	Pedro Fagundes	Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
Des réflexions sur la condition de la femme;	Maria-Lucia Silveira	Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
Histoire religieuse et société globale;	Margo-José Vilela	Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
L'importance politique et culturelle de la musique populaire brésilienne;	Lair Cordeiro	Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
La solidarité brésilienne avec les luttes des républicains espagnols: souvenirs d'un combattante;	Roberto Morena	Rapports et témoignages (Relatório e testemunho)
La conférence des Partis Communistes d'Amérique Latine;		Eventos
Solidarité internationale et répression au Brésil;		Actualité en bref (Notícias)
L'Année internationale de la femme		Actualité en bref (Notícias)
Livres et revues		Resenhas
Congrès des Travailleurs des Industries sidérurgiques, mécaniques, et de matériel électrique à São Paulo;		Documentos
Déclaration du Parti Communiste brésilien		Documentos

²⁵⁰ Segundo Santos (2008), este é o codinome de Ivan de Otero Ribeiro.

N 03; Ano 2, julho de 1976	La dictature face à la crise politique et économique		Editorial
	La politique extérieure du Brésil: à propos de 'pragmatisme responsable';		Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
	Les fascisme au Brésil		Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
	Quelques formes de luttes actuelles des travailleurs brésiliens		Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
	Accord nucléaire Brésil-Allemagne Fédérale: un dossier		Rapports et témoignages (Relatórios e testemunhos)
	La victoire du peuple angolais contre l'imperialisme		L'évènement (eventos)
	A lisbonne: démonstration magnifique de solidarité internationale avec les peuples d'Amérique Latina;		Actualité en bref (notícias)
	Election municipales au Brésil		Actualité en bref (notícias)
	Repression 1976		Actualité en bref (notícias)
	Dossier des juristes démocrates		Actualité en bref (notícias)
	La visite du dictateur Geisel em France		Actualité en bref (notícias)
	Dossier du Comité Brésil pour L'Amnistie		Actualité en bref (notícias)
	Livres et revues		Resenhas
Résolution politique de la session pléniere du Comite		Documentos	

	Central du parti communiste brésilien [dezembro de 1975];		
N 04; Ano 3; Agosto de 1977	Economie politique au Brésil aujourd'hui (a propos de 'Autoritarismo e democratização' de F. H. Cardoso)	Guilherme Marques	Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
	Le fascisme comme moyen d'implanter le capitalisme monopoliste d'état;	R. de Paulo	Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
	Le problème de l'étatisation et de la dés-étatisation de l'économie au Brésil: as signification e son importance;	Claudio Barros	Artigos (nesta edição vem na seção intitulada Études [estudos])
	Le capital monopoliste français dans l'économie brésilienne		Rapport et témoignages (Relatórios e testemunhos)
	L'évenement Le deces des presidentes Kubitschek et João Goulart		Eventos
	Notes sur livres e revues		Resenhas

Fonte: produção própria a partir dos exemplares disponíveis no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)

ANEXO 4 – PRINCIPAIS PERIÓDICOS EM QUE ATUARAM

Título da publicação	Local de circulação	Quantidade de publicações	Período de circulação	Principais integrantes/comitê editorial	Notas para a caracterização
Études Brésiliennes	Impressa em Limoges (França); editada em Francês	3 a 5 números	1974-1978	Dominique Lahalle (diretor); Yves Goussault, Michel Hale e Guy Martinière (Comitê de Redação)	“Revista cultural, que fosse um pouco mais distanciada dos eventos do dia a dia, que dominavam a pauta do Voz Operária, e que abrisse o leque de discussões em torno dos conceitos de democracia e socialismo” (VAIA, 2013, p. 130);
Presença – revista de Cultura Política	São Paulo / Rio de Janeiro	18 números	1983-1992	"Luiz Werneck Viana, Maria Alice Rezende de Carvalho, Marco Aurélio Nogueira, Milton Lahuerta, Leandro Konder, entre outros" (LUCCA-SILVEIRA, 2012, p. 11)	"um instrumento de tentativa de organizar um movimento democrático no interior do partido comunista" (VIANNA, 2013, p. 34);
Revista Temas	São Paulo	10 números	1977 - 1981	Marco Aurélio Nogueira, Gildo Marçal Brandão, Raul Castell, José Chasin e Nelson Werneck Sodré (VAIA, p. 157). Nogueira ²⁵¹ destaca como pessoas que participaram ativamente da revista, além destes: Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e José Paulo Netto.	Agregava intelectuais marxistas simpáticas ou vinculados ao PCB (SILVA, 2021b, p. 345); buscavam combater o “socialismo de cátedra” ou “marxismo legal” (COELHO, 2010, p. 203)
Voz da Unidade	São Paulo	Semanal	1980-1983/1991	Entre as diversas formações do	Órgão oficial do PCB;

251 Ver: <https://marcoanogueira.pro/revista-temas-e-editora-ciencias-humanas/>

			(1983 marca saída grupo)	a do	Conselho Editorial, participaram: Henrique Cordeiro, Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Melo e Gildo Marçal Brandão, Luís Carlos Azedo ²⁵² .	
--	--	--	-----------------------------------	---------	--	--

²⁵² Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-da-unidade>